UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Juliana Catarine Barbosa da Silva

MUITO ALÉM DA QUESTÃO AMBIENTAL:
discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres.

Recife
2017

JULIANA CATARINE BARBOSA DA SILVA

MUITO ALÉM DA QUESTÃO AMBIENTAL:
discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Jaileila de Araújo Menezes.

Recife
2017

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586m Silva, Juliana Catarine Barbosa da.
Muito além da questão ambiental : discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres / Juliana Catarine Barbosa da Silva. – 2017.
235 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Profª. Drª. Jaileila de Araújo Menezes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2017.
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Psicologia ambiental. 3. Defesa civil. 4. Avaliação de riscos ambientais. 5. Desastres ambientais. 6. Catástrofes naturais. 7. Vítimas de desastres. 8. Riscos de desastres. 9. Governamentalidade. 10. Territórios. 11. Questão urbana. I. Menezes, Jaileila de Araújo (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2017-083)

JULIANA CATARINE BARBOSA DA SILVA

MUITO ALÉM DA QUESTÃO AMBIENTAL:
discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 16/02/2017

BANCA EXAMINADORA:

_____
Prof.ª Dr.ª Renata Maria Toscano Barreto Lyra Nogueira
(Presidente)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro
(Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas

_____
Prof.ª Dr.ª Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
(Examinadora Externa)
Universidade Federal do Ceará

_____
Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra-da-Fonseca
(Examinador Interno)
Universidade Federal Pernambuco

_____
Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho
Examinador Externo
Universidade Federal Pernambuco

Como privilegiada estudante de escola e universidade públicas, dedico a presente tese a todas as mulheres e homens que nunca tiveram a oportunidade de estar nesses espaços. Desejo profundamente que, no futuro, um ensino público e de qualidade possa estar ao acesso de todos(as). Por uma sociedade menos desigual, sigamos lutando!

AGRADECIMENTOS

Tal como disse o poeta “Um galo sozinho não tece uma manhã”, assim também a presente tese não foi uma produção solitária, e por ter sido construída num tear permeado por muita generosidade, neste espaço desejo transmitir meus sinceros agradecimentos:

À minha família e, em especial, a Gustavo e a Conxita por estarem próximos, por entenderem minhas ausências e acolherem o turbilhão de emoções pelos quais passei durante os últimos quatro anos.

À minha orientadora, Jaileila de Araújo Meneses, que topou estar comigo na aventura que foi a construção deste trabalho. Agradeço profundamente pelas leituras, acompanhamentos, estímulos, amizade e humor que fizeram essa jornada mais leve.

A Emília, Gustavo e Pedro, pelas leituras críticas, sinceras e afetuosas que foram fundamentais para a construção desse trabalho.

Às pessoas queridas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (Gepcol): Kátia, Roseane, Emília, Jéssica, Keise, Antônio, Roberta, Renata, Daniela, Laís, Dandara, Erika e Leyllyanne, por fazerem do árido contexto acadêmico um espaço permeado por muito afeto.

A Lillian e Neuton, amigos e chefes da defesa civil, que sempre apoiaram minhas escolhas, mesmo quando essas não lhes foram as mais favoráveis.

Aos Professores(as) Doutores(as) Alexandre Simão, Fátima Santos, Mary Jane Spink e Pedro de Oliveira Filho, pelas contribuições fundamentais que fizeram ao meu projeto de qualificação.

Aos usuários(as), profissionais e gestores da defesa civil, por sua generosidade e disponibilidade em compartilhar suas trajetórias.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, pela generosidade com que estiveram presentes durante as disciplinas e debates da tese; de modo especial, aos Professores(as) Doutores(as) Fátima Santos, Isabel Pedrosa, Jorge Lyra e Luciana Vieira, e ao Secretário da Pós, João Cavalcanti.

Por fim, agradeço a Deus, força cósmica que habita em mim e complementa os sentidos que preciso dar ao mundo.

RESUMO

A presente tese possui como objetivo compreender a circulação dos múltipos discursos sobre o risco presentes no contexto do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e seus efeitos para os(as) usuários(as) e profissionais do referido sistema.Em nossa pesquisa utilizamos metodologias qualitativas e, como referenciais epistêmico-metodológicos, adotamos os estudos foucaultianos sobre discurso e a Psicologia Discursiva de origem inglesa. Realizamos 36 entrevistas semiestruturadas, sendo 15 com usuários(as) da defesa civil e 21 com profissionais que atuam em cinco órgãos distintos da área. Consultamos ainda 78 documentos, fornecidos pelas instituições participantes, que tratam sobre ações para gerenciamento de riscos. Em nossas análises, observamos que existe um regime de verdades sobre o risco que, para prevalecer, instala-se através dos discursos que o associam, no contexto das emergências e desastres, aos fenômenos da natureza. Esse discurso oficial é constantemente tensionado pelos atores que circulam nos territórios monitorados pela defesa civil, sejam como usuários(as), sejam como trabalhadores(as). Cada um,à sua maneira, aponta para as falhas nas propostas preventivas desses riscos e apresenta, ainda, uma multiplicidade de discursos sobre o risco que toca a extrema precariedade na qual vivem as pessoas que são alvos das políticas públicas de proteção e defesa civil. Identifica-se ainda no contexto pesquisado, uma forte associação entre pobreza e perigo, que longe de refletir sobre as desigualdades sociais dos territórios em risco, desqualifica o saber dos(as) usuários(as), ao passo que os responsabiliza pela produção dos riscos. Nesse sentido, consideramos que se faz urgente uma torção no conceito institucional de risco defendido pela defesa civil e um olhar para as desigualdades sociais que fazem com que, nas cidades brasileiras, para as classes menos favorecidas sejam reservados os guetos, os morros e as áreas sujeitas às sazonalidades das marés.

PALAVRAS-CHAVE: Risco. Defesa Civil.Territórios. Governamentalidade.

ABSTRACT

The current thesis has as its objective to identify and analyze the effects produced by the discourses on risk which circulate in the context of the National System for Civil Protection and Defense with regard to the users and professionals of this system. Our research employs qualitative methodologies alongside the adoption of Foucault's discourse analysis and the English school of Discursive Psychology as epistemological-methodological frameworks. 36 semi-structured interviews were performed: 15 with users of Civil Defense and 21 with professionals having a role in five distinct organs of the area. Furthermore we consulted 78 documents, provided by participating institutions, which deal with actions for the management of emergencies. In our analyses we observed the existence of a regime of truths on risk which prevails by installing itself through discourses which associate risk with the context of emergencies and disasters linked to natural phenomena. This official discourse is constantly agitated by actors - be they service's users or its own employees - who circulate in the territories monitored by the authoritieswho defend the population. Each subject, in their own way, points out failures in the preventative measures for these risks and, further still, multiplies the discourses on risk which touch upon the extremely precarious living conditions for people who are the target of public policy for the protection and defense of citizens. In the context under research there was also identified a strong association between poverty and danger, which far from mirroring social inequalities within territories containing risk, belittled the wisdom of users, going on to making them responsible for the production of risks. In this sense, we consider that it is urgent to turn around the institutional concept of risk defended by emergency management organs, and to pay attention to social inequalities which pave the way for the underprivileged of Brazilian cities to inhabit ghettos, the sides of hills and areas subject to tidal inundations.

KEY WORDS: Risk. Emergency Management.Territories.Governability.

LISTA DE QUADROS

Quadro1- Critérios para definição do grau de probabilidade de ocorrência de processos destrutivos do tipo deslizamentos (escorregamentos) em encostas ocupadas e desbarrancamento (solapamento) de margens de córregos.....223

Quadro 2 - Número de entrevistas e documentos disponibilizados por cada serviço.....94

Quadro 3 - Esquema de categorização para entrevistas com usuários(as).....103

Quadro4 - Esquema de categorização para entrevistas com os(as) profissionais e para os documentos.....114

Quadro 5 - Exemplo de material categorizado para as análises.....103

Quadro 6 - Lista completa de todos os documento para Inclusão de família no auxílio-aluguel e dos perfis de usuários(as) acessados a partir deles.....228

Quadro 7 - Perfil dos(as) usuários(as) entrevistados.....106

Quadro 8 - Perfil dos(as) Profissionais Entrevistados(as).....113

Quadro 9 - Serviços e rede social de Apoio citados pelos(as) usuários(as).....177

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contraste entre centro comercial e palafitas 1 230
Figura 2 - Contraste entre centro comercial e palafitas 2 230
Figura 3 - Vista panorâmica do centro comercial .... .230
Figura 4 - Áreas oficialmente demarcadas como ZEIS na cidade do Recife.....231
Figura 5 - Ilustração de cartilha informativa 1.....127
Figura6 - Ilustração de cartilha informativa 2.....140
Figura 7 - Ilustração de cartilha informatica 3.....140
Figura 8 - Diagrama com principais nomeações de risco para os(as) usuários(as).....198
Figura 9 - Diagrama com principais nomeações de risco para os(as) profissionais..... 199
Figura10 - Diagrama dos tensionamentos entre as diversas nomeações para risco.....200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIREME	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEPED	Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil
CODECIPE	Comissão de Defesa Civil do Estado de Pernambuco
CONPDEC	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
DIRDN	Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas
GEACAP	Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MABI	Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis
NEIMFA	Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDEC	Política Nacional de Defesa Civil
PUC- SP	Pontifícia Universidade Católica
RCC	Retirada em Caso de Chuva
REDEC	Coordenadorias Regionais de Defesa Civil
RMR	Região Metropolitana do Recife
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEDEC	Secretaria Especial de Defesa Civil
SH	Solução Habitacional
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNISDR	Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 OBJETIVOS E APRESENTAÇÃO DA TESE 22

2 SOBRE A GOVERNAMENTALIZAÇÃO DOS RISCOS 24

2.1 O BIOPODER E A REINVENÇÃO DOS RISCOS A PARTIR DO OLHAR SOBRE A POPULAÇÃO 25

2.2 SOBRE ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DOS RISCOS 33

2.3 A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES A PARTIR DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 39

3 O RISCO E A QUESTÃO URBANA: PARA ALÉM DE UMA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL 47

3.1 A DESIGUALDADE COMO PROMOTORA DE DESASTRES 48

3.2 A DIVISÃO TERRITORIAL E OS RISCOS NO ESPAÇO URBANO 52

3.3 SOBRE A VIDA NOS TERRITÓRIOS EM RISCO 59

4 APROXIMAÇÕES EPISTÊMICO-METODOLÓGICAS 64

4.1 MICHEL FOUCAULT E OS DISCURSOS 65

4.2 A PSICOLOGIA DISCURSIVA 76

4.3 ALGUNS DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA DISCURSIVA E A VISÃO FOUCAULTIANA DOS DISCURSOS 83

5 METODOLOGIA 88

5.1 SOBRE OS SERVIÇOS PESQUISADOS 90

5.2 SOBRE AS ENTREVISTAS 95

5.3 SOBRE OS DOCUMENTOS 100

5.4 SOBRE A CODIFICAÇÃO DO MATERIAL 102

5.5 SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS 102

6 SOBRE AS PESSOAS QUE CIRCULAM NOS TERRITÓRIOS EM RISCO 106

6.1 SOBRE OS(AS) USUÁRIOS(AS) DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 106

6.2 SOBRE OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA DEFESA CIVIL 113

7 DISCURSOS SOBRE O RISCO NO CONTEXTO DA GESTÃO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES 120

7.1 NOMEANDO OS RISCOS - COM A PALAVRA OS(AS) USUÁRIOS(AS) DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.....121
7.2 NOMEANDO OS RISCOS - COM A PALAVRA OS(AS) PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.....134
7.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FECHAMENTO DO CAPÍTULO.....149
8 OS EFEITOS DOS DISCURSOS SOBRE RISCOS PARA OS(AS) USUÁRIOS(AS) DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.....151
8.1 POSICIONAMENTOS - CADA PERSONAGEM TEM SEU LUGAR NO CENÁRIO DOS RISOS.....151
8.2 (SOBRE)VIVER COM AUXÍLIO-MORADIA.....164
8.3 TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA.....172
9 OS EFEITOS DOS DISCURSOS SOBRE RISCOS PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA DEFESA CIVIL.....182
9.1 POSICIONANDO OS(AS) BENEFICIÁRIOS(AS) DO AUXÍLIO-MORADIA.....182
9.2 POSICIONANDO O ESTADO.....189
9.3 OS(AS) PROFISSIONAIS DA DEFESA CIVIL E OS POSICIONAMENTOS REFLEXIVOS.....193
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....198
REFERÊNCIAS 207
APÊNDICES.....222
APÊNDICE A.....222
APÊNDICE B.....223
APÊNDICE C.....224
APÊNDICE D.....225
APÊNDICE E.....227
APÊNDICE F.....228
APÊNDICE G.....229
ANEXOS.....231
ANEXO A.....231
ANEXO B.....232
ANEXO C.....233
ANEXO D.....234
ANEXO E.....235

1 INTRODUÇÃO

A temática central da presente pesquisa surgiu a partir de minhas[1]inquietações ao atuar como psicóloga em um serviço municipal de defesa civil no período entre 2008 e 2015, quando a oportunidade de adentrar um novo campo profissional despertou meu interesse sobre o tema.Minha primeira iniciativa foi buscar literaturas que discutissem sobre o fazer da Psicologia naquele contexto, o que me levou à constatação de que a maior parte dos textos acessados tratava dos grandes desastres, das ações emergenciais, das patologias relacionadas ao período de estresse, dos abrigamentos e posturas que deveriam ser adotadas pelos(as) profissionais da defesa civil. Iniciadas as atividades nessa área, adentrei meu campo de trabalho à espera dos grandes desastres. Entre os longos períodos de estiagem e os movimentados invernos com graves, mas pontuais, deslizamentos de terra e desmoronamentos de frágeis estruturas - que alguns insistiam em chamar de casa -, percebi que o grande sinistro nunca viria. Ele já estava ali instalado, era possível vê-lo todos os dias, mesmo nos períodos de estiagem. A desigualdade, a pobreza, a imensa exclusão social na qual viviam as comunidades que classificamos como populações em risco eram o grande desastre. Essa seria a questão a ser enfrentada todos os dias por aqueles que se propunham a trabalhar com defesa civil.

Com uma formação voltada para questões de gênero, saúde mental e reforma psiquiátrica, um dos primeiros estranhamentos provocados pelo novo campo de trabalho foi a perspectiva extremamente particularista com que a Psicologia tratava a questão das emergências e desastres naquele serviço. Problematizações sociopolíticas sobre a questão circulavam no contexto de modo muito tímido e, em sua maioria, eram trazidas pelos profissionais de Serviço Social. À psicologia restavam debates sobre transtornos decorrentes de situações traumáticas, luto, resiliência, entre outras questões. Com o passar dos anos, buscamos nos aproximar de vertentes mais críticas da Psicologia com o propósito de pensar sobre a questão das emergência e desastres e observar tal contexto a partir de suas múltiplas causalidades. Os desafios de trazer as inquietações da prática, enquanto profissional da defesa civil, para a academia foram imensos, desde conciliar a vida acadêmica com a jornada de funcionária pública, até mesmo desenvolver um pensamento crítico dentro de uma instituição

[1] A tese foi escrita em sua maior parte na terceira pessoa do plural, considerando as diferentes vozes que compõem o campo-tema de investigação, porém, em alguns momentos, utilizamos a primeira pessoa do singular para melhor caracterizar experiências individuais da autora.

tão fechada como a defesa civil. Ao final dos últimos anos do curso de doutorado, optei por afastar-me da defesa civil e dedicar-me à construção da tese.

Alguns acontecimentos marcantes para a história do país e principalmente para as práticas em defesa civil também foram muito importantes para nos motivar ou mesmo sinalizar que estávamos no caminho certo no desenvolvimento de nossa problemática de pesquisa.

O primeiro acontecimento foram as fortes chuvas que acometeram os estados de Pernambuco e Alagoas em junho de 2010. O evento, além deter destruído cidades inteiras, como Palmares, que teve 98% da população afetada, ainda deixou, nos dois estados, dezenas de mortos, milhares de pessoas desabrigadas, enormes danos econômicos, sociais e incalculáveis danos ambientais. (CEPED, 2011). Para se ter uma dimensão dos danos causados pelo evento, na ocasião das entrevistas realizadas paraesta pesquisa, no ano de 2015, ainda encontramos pessoas desalojadas em consequência do referido sinistro.

O segundo evento ocorreu no estado de Minas Gerais, no ano de 2015. Segundo dados do jornal El Pais [2],aproximadamente 40 bilhões de litros de lama,com rejeitos da mineradora Samarco e de uma mina da empresa Vale,foram derramados após o rompimento de uma barragem na cidade de Mariana. O evento provocou a morte de 19 pessoas e atingiu 195 propriedades rurais, das quais 25 foram completamente devastadas.Além disso, 14 toneladas de peixes mortos foram coletadas ao longo dos rios Doce e do Carmo, e centenas de hectares de Mata Atlântica foram atingidos. Somam-se, ainda, a tudo isso, outros danos ambientais e sociais de difícil mensuração.

As notícias do segundo evento tiveram bastante repercussão internacional, despertando o interesse de muitos ambientalistas e organismos internacionais que buscaram problematizar a questão, identificar culpados e pensar em políticas efetivas para a redução dos danos causados. Já em relação ao primeiro, chama-nos atenção as poucas reflexões críticas que despertou.Ganhando um rótulo de desastre natural, pouco foi problematizado para além dessa questão. Infelizmente, as situações acima não são fatos isolados, dezenas de notícias como essas ganham destaque na imprensa todos os anos, mas poucas iniciativas para prevenção efetiva são realizadas. Os eventos com menor repercussão, como deslizamentos de terra pontuais, alagamentos e enchentes que devastam pequenas comunidades são ainda mais problemáticos, pois mesmo contabilizando centenas e milhares de vítimas todos os anos, essas

[2] Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/21/politica/1477001822_413406.html> Acessado em 7 de novembro de 2016.

ocorrênciaspouco chamam atenção da grande imprensa e terminam sendo incorporadas à rotina das localidades.

Não podemos deixar de considerar também a atual crise política que se instalou no Brasil nos últimos anos. Particularmente em 2016, a posse de um governo ilegítimo abalou a estrutura do processo democrático no país e trouxe como uma de suas consequências mais penosas a aprovação da PEC 55. A proposta, contrariando as reivindicativas de milhares de pessoas ao longo do país, propõe a limitação de gastos públicos com direitos sociais básicos como saúde e educação. Tais acontecimentos nos convidam a permanecermos atentos aos processos de gestão da vida impetrados pelo Estado e a possibilidade da produção de cada vez mais desigualdades e exclusão.

Segundo o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco deDesastres, nos últimos 20 anos, mais de 1,35 milhãode pessoas morreram em decorrência de desastres, sendo que desse número, mais de 1.221.490 residiam em países pobres. Para Valencio et al. (2009), tanto as Ciências Sociais quanto a Sociologia buscam problematizar a definição de "desastre natural", compreendendo que estes não se apresentam, em sua maioria, como variáveis independentes e intrinsecamente relacionadas somente aos fenômenos naturais, pois estão totalmente interligados à dinâmica social na qual ocorrem, possibilitando importantes reflexões sobre relações sociais, territoriais e institucionais, historicamente situadas.

Nesse sentido, entre as distintas formas em que podemos classificar os desastres, destacamos a divisão entre intensivos e extensivos. Enquanto os primeiros se referem aos desastres que possuem baixa frequência, mas são geograficamente concentrados e com grande potencial de impacto; os segundos caracterizam-se por ocorrerem com maior frequência e provocarem menores danos. Os desastres extensivos correspondem a 97% dos eventos relacionados ao clima, possuindo alta frequência e não causando números significativos de óbitos;porém,são responsáveis por grande proporção de danos à infraestrutura local e às habitações e condições de vida das comunidades e sociedades mais pobres (FREITAS, et al. 2012).

Os desastres extensivos são facilmente incorporados à "normalidade" das idiossincrasias urbanas, tornando-se potencialmente perigosos ao passo que são encarados como inofensivos e naturais. No entanto, devido à falta de atenção e monitoramento, muitos deles acabam se transformando em potenciais desastres intensivos e causando danos em

grandes proporções, como o acontecido na região serrana do Rio de Janeiro em 2011[3] (FREITAS et al., 2012).

Para Valencio (2014b),embora se dê bastante destaque aos contextos de crise aguda, enfatiza-se que esse tipo de acontecimento tem profunda relação com a crise crônica. Considerar essa interface amplia as possibilidades de pensar a mitigação de sinistros a partir da lógica do combate à exclusão social e da potencialização da capacidade organizativa e reivindicativa dos grupos vulneráveis.

Os desastres extensivos, comuns em contextos urbanos que cresceram de forma desordenada e descoordenada, marcam a história de várias metrópoles no Brasil e no exterior. Na Região Metropolitana do Recife, os deslizamentos de morros e encostas, assim como as situações de alagamentos, são exemplos de desastres extensivos que foram incorporados à realidade local.

Segundo dados do último Censo, o Recife possui uma população de 1.537.704 habitantes, dos quais 349.920 residem em áreas denominadas como aglomerados subnormais ou favelas, muitos localizados em áreas de morros. A ocupação nas áreas de encostas é, em sua maioria, feita de forma desordenada, com baixo padrão de construção e uso incorreto do solo, trazendo impactos ambientais, como erosões, ruptura de taludes e supressão da vegetação; provocando perda de solo de superfície e instabilidade de encostas; colaborando para a formação de uma série de riscos para a população que ali reside (CEPED, 2011).

Como estratégia governamental para trabalhar a questão dos desastres identifica-se o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), instrumento que concentra no país a maioria das intervenções sobre riscos no contexto das emergências e desastres. Conforme observaremos no capítulo dois, a instituição surgiu no Brasil a partir de demandas militares, sempre sendo convocada, pensada ou problematizada em períodos marcados por grandes catástrofes. Nas últimas duas décadas, o sistema tem se complexificado, aumentando o número de unidades nos estados e municípios, contudo, como veremos ao longo do texto, continua pouco proativo nos períodos anteriores e posteriores aos desastres.

Nossas observações iniciais nos permitiram questionar: porque as equipes multiprofissionais não conseguem estimular pensamentos críticos e convidar os envolvidos a

[3] Entre os dias 11 e 12 de janeiro de 2011 fortes chuvas atingiram a região serrana do Rio de Janeiro, encontrando terrenos pouco preparados para receber tal volume de água e muitas edificações precárias, do evento decorreram enxurradas e vários deslizamentos de terra. O desastre provocou 905 mortes e afetou mais de 300 mil pessoas. Fonte: http://www.ceped.ufsc.br/2011-inundacoes-e-deslizamento-na-regiao-serrana-do-rio-de-janeiro/

pensar na multicausalidade dos desastres no cenário brasileiro? Porque tanto foco nos desastres como advindos de causas ambientais, ou mesmo nos ditos desastres naturais?

Observamos que as questões levantadas acima partem de nossa compreensão dos desastres como elementos multifatoriais, mas, apesar de termos algumas impressões iniciais sobre o contexto pesquisado, não poderíamos ter certeza sem uma investigação mais profunda sobre quais visões predominam acerca do temaou permeiam o SINPDEC. Compreendemos também que perguntar diretamente sobre desastres já traria consigo uma carga negativa que, a princípio, poderia levar nossos dados para direções muito limitadas. Decidimos então, eleger o risco como nosso tema de estudo e não apenas questionar o que os atores que circulam no contexto do SINPEDEC entendem por ele, mas, principalmente,formular interrogações sobre quais efeitos os discursos sobre risco presentes no contexto pesquisado produzem sobre essas pessoas.

O que estamos chamando aqui de efeitos refere-se ao modo como as múltiplas nomeações de risco são produzidas, recebidas e reproduzidos no contexto pesquisado. Não apenas como cada pessoa compreende os riscos em seu contexto, mas como a partir desses discursos posiciona(DAVIES& HARRÉ, 2001) a si mesma e aos outros na conjuntura das emergências e desastres.

Para responder a nosso questionamento precisaremos retomar alguns pontos centrais. A princípio pensar o que é risco, e posteriormente compreender como a Psicologia tem trabalhado com o tema. Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2013), risco pode ser definido como "Perigo ou possibilidade de perigo; situação em que há probabilidades mais ou menos previsíveis de perda ou ganho.”(p. 1764).Já no dicionário Larousse (1992), encontramos as seguintes definições para a palavra risco: "Possibilidade de perigo; acontecimento eventual incerto cuja ocorrência não depende da vontade dos interessados." (p.990). Essas definições nos permitem perceber as diversas possibilidades de usos para o termo nos mais distintos contextos. Desse modo, fala-se dos riscos de contrair uma doença, no contexto das ciências da saúde; do "Risco Brasil", na economia; de grupos de risco, na epidemiologia; de populações em risco, no serviço social.Em suma, discute-se sobre risco nas diversas áreas de produção de conhecimento.

Mattedi e Butzke (2001) realizaram um levantamento dos estudos sobre desastres e afirmam que eles poderiam ser agrupados em duas tradições distintas, a teoria dos *hazards* e a teoria dos desastres. A primeira foi construída sob o ponto de vista geográfico e enfatiza os mecanismos físicos, a distribuição espacial e temporal de acontecimentos relacionados aos

fenômenos físicos. A segunda, teoria dos desastres, origina-se de abordagens sociológicas, dá ênfase à complexidade das organizações sociais e dos comportamentos coletivos.

A teoria dos *hazards* agrega vários debates dentro das chamadas ciências exatas, nela são priorizados os modelos de mensuração quantitativa. Esses modelos têm fundamentado análises de cunho determinista e moralista, pois geralmente as questões humanas são incluídas apenas quando consideradas como potencializadoras de riscos e perigos (MATTEDI E BUTZKE, 2001). Segundo Valencio (2014b), os órgãos de defesa civil da América Latina têm priorizado esse tipo de leitura, realizando uma forte associação entre os desastres e os fenômenos naturais como questões hidrometeorológicas, terremotos, erupções vulcânicas, entre outras. As pessoas têm sido contempladas nesses estudos a partir de leituras generalizantes que desconsideram as questões socioculturais envolvidas, principalmente de grupos minoritários.

Para Lewis (1990), as ações tomadas para diminuir o risco dependerão do modo como ele é compreendido e das possibilidades de reação vislumbradas. Nesse contexto, a avaliação do risco não pode estar dissociada das crenças, valores, julgamentos, questões sociais e econômicas da conjuntura a ser compreendida.

De acordo com Spink (2008):

> A palavra risco tornou-se de uso corrente nas línguas indo-europeias por volta do século XVI, em um período em que havia se tornado factível pensar o futuro como passível de controle. Entretanto, a formalização do risco como conceito fundamental para a gestão de coletividades é fenômeno mais tardio que se sustenta no desenvolvimento de uma tecnologia específica: o cálculo de probabilidades que possibilitou a eventual estruturação do campo da "Análise dos Riscos". (p.1).

Spink (2008) salienta também que, a partir de meados do século XX, a análise do risco tendeu a se estruturar em três pilares: o cálculo, a percepção pelo público e a gestão. A autora afirma ainda que a definição de risco está imbricada com valores e ordens morais que extrapolam a racionalidade do cálculo dele por si só.

No período histórico atual, o debate sobre o tema se desloca da noção dos valores para o cálculo dos riscos, sendo objeto da gestão pública e, por conseguinte, do discurso dos especialistas. Nesse sentido, "a reflexão sobre o estudo empírico da linguagem dos riscos assume relevância para a Psicologia Social." (SPINK, 2008, p. 2)

Observa-se que a palavra risco pode agregar múltiplos sentidos a partir dos cenários em que é encontrada.Em nossa pesquisa, interessa-nos saber como o termo se apresenta no contexto das emergências e desastres.

No que compete ao estudo da referida temática, a Psicologia vem desenvolvendo diversos trabalhos,considerando múltiplos aspectos. Para observamos como essa ciência tem se movimentado no referido campo, realizamos consultas em quatro bases de dados: **Bireme** (Biblioteca Virtual em Saúde), **Lilacs** (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), **Scielo** (Scientific Electronic Library Online) e **Portal de Periódicos da CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Para localizar as produções textuais referentes à temática em foco, pesquisamos os termos "psicologia + desastre", "psicologia + desastre natural", "psicologia+ desastre + risco", "psicologia+ desastre natural + risco", "psicologia + defesa civil". Todos os termos foram pesquisados em três idiomas: português, espanhol e inglês. Inicialmente também cogitamos a possibilidade de investigar os termos "psicologia + risco", porém, a imensa gama de textos encontrados, total de 84.873[4] arquivos, impossibilitaria qualquer tentativa de síntese reflexiva sobre o tema.

Uma análise preliminar do material coletado permitiu-nos observar que os debates referentes à temática "psicologia, risco e desastres"se encontram em um universo bastante multidisciplinar, visto que localizamos estudos realizados por profissionais de diversas áreas, tais como psicólogos, sociólogos, geólogos, jornalistas, profissionais da informática, entre outros. Ou seja, as considerações sobre os elementos psicológicos no tocante aos riscos, no contexto das emergências e desastres, é um tema que extrapola o debate em Psicologia. Certamente, cada área possui uma compreensão bastante distinta sobre a temática, mas um ponto que não poderemos deixar de ressaltar é o que se refere às tentativas de diálogo existentes entre as diferentes áreas, incursões essas que podem ser verificadas ao observarmos exercícios de escrita em que geólogos, sociólogos e profissionais da informática compartilham a autoria de um único artigo, por exemplo.

Na Psicologia, a temática dos riscos no contexto das emergências e desastres tem percorrido os mais variados caminhos, identificamos teóricos que se propõem a compreender a questão a partir de construtos mais cognitivistas, como percepção de risco, por exemplo, (PAULINO e LOPES, 2010); localizamos também pesquisadores que, ao trabalhar a temática, focam os elementos clínicos relacionados à exposição de pessoas a situações de risco (FRANCO, 2005, p. 177,178,179).Entre esses elementos clínicos, os estudos sobre resiliência (BRANDÃO et. al., 2011) são largamente citados em Psicologia. Outros(as)

[4] Esse número corresponde ao total de buscas realizadas apenas no portal de periódicos da CAPES com a utilização dos termos *Psychology + risk.* Sendo a última atualização do dado realizada em 9 de dezembro de 2016.

pesquisadores(as) buscam ainda compreender o risco a partir das leituras em Psicologia Social, focando compreensões socioculturais sobre a temática (SPINK, 2008).

No presente estudo, temos nos aproximado mais desse último grupo de pesquisas. Essas escolhas marcam não um posicionamento valorativo diante da multiplicidade de perspectivas que trabalham o risco, mas a indicação de que, entre as inúmeras possibilidades de trabalhar a temática eleita, algumas escolhas teóricas, espistemológicas e ético-políticas precisaram ser realizadas.

Nesse sentido, iremos nos distanciar das perspectivas que tratam do termo "percepção de risco", a partir de caracterizações cognitivistas. Embora o termo percepção seja largamente utilizado por diversas pessoas em distintos contextos e, em muitos casos, empregado com o mesmo sentido da palavra compreensão, na Psicologia, o termo percepção possui um viés dos estudos sobre cognição, como se observa no texto de Paulino e Lopes, (2010). Tal perspectiva teórica tende a conceber os sujeitos a partir de características intrapsíquicas. Desse modo, escolhemos nos aproximar de vertentes como a perspectiva foucaultiana e a Psicologia Social Discursiva, que priorizam os discursos como elementos ativos de invenção do social e concebem os processos de construção dos sujeitos a partir das relações sociais.

Ressaltamos, contudo, que perspectivas de análises mais reducionistas podem ser identificadas dentro das próprias ciências humanas e sociais. Spink (2014), considerando levantamento realizado por Rhodes (1995), aponta para o cunho individualista que muitas das abordagens que tematizam sobre as relações entre as pessoas e o risco costumam ter. Em nossa pesquisa, buscaremos nos distanciar de vertentes desse tipo e problematizaremos a relação entre as pessoas e os riscos, no contexto das emergências e desastres, a partir de perspectivas voltadas para o debate sobre o modelo de sociedade no qual vivemos. Pesquisadores como Michel Foucault, Ulrich Beck, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, entre outros, têm proposto reflexões para além de definições acabadas e simplistas sobre o risco. Esses estudiosos nos interessam pelo debate que realizam sobre os usos do termo nas várias esferas da sociedade e para as implicações desses usos nos processos de governamentalização da vida.

Sendo assim, buscaremos aqui não pesquisar **sobre** o outro, mas pesquisar **com** os diversos atores (BERNARDES e TABORDA, 2016; MIRANDA e MOURÃO, 2016) que fazem parte do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A proposta de pensar a questão do risco tendo como cenário o SINPDEC, convoca-nos a observar os distintos posicionamentos (DAVIES& HARRÉ, 2001) dos diversos atores que circulam nos território do risco, no contexto das emergências e desastres, seja na presença física

daqueles(as) que atuam trabalhando e sendo atendidos(as), seja a partir daqueles(as) que ocupam os cargos de gestão e presentificam-se através de normas e leis. Enfatizamos que, embora estudar uma instituição pública perpasse por uma análise das políticas públicas que dela fazem parte, o presente trabalho não deve ser considerado uma análise de políticas públicas em seus moldes tradicionais. O que buscamos foi compreender a circulação dos múltiplos discursossobre o risco e seus possíveis efeitos para os atores anteriormente referidos.

Entre os inúmeros desafios enfrentados com a pesquisa, realizar um estudo crítico de um sistema que promove ações humanitária, sem dúvida, foi um dos maiores. Para Valencio (2014), na conjuntura do mundo contemporâneo pode até parecer politicamente incorreto levantar suspeitas sobre as ações do Estado em situações críticas como nos desastres, contudo,cada vez mais se fazem necessárias as reflexões sobre a forma como se tem atuado nesses contextos e os riscos de se vulnerabilizar ainda mais as populações afetadas por sinistros. A autora pontua ainda que:

> (...) a degradação da esfera social se explicita pela desconsideração dos técnicos para com as necessidades de preservação da intimidade pessoal e familiar, pelo desrespeito aos vínculos sociais das famílias com o lugar de moradia, pela negação do valor subjacente aos laços de coesão da vizinhança e pela facilidade em desvincular as famílias e suas respectivas comunidades de seu lugar. Isso significaria uma ação do Estado que, no varejo, a cada desastre, segue alterando o curso da história de grupos debilitados de modo a negar o seu valor humano intrínseco e jogá-los na anomia social. (VALENCIO, 2014, p. 627).

Dessa problemática emergem muitas leituras estigmatizantes e limitadas sobre o viver nas áreas de risco. São comuns discursos de profissionais que afirmam que as pessoas habitam essas localidades por desconhecimento ou por opção, ou a figura, produzida no cenário dos desastres, dos(as) moradores(as) que a despeito da oferta de ajuda do Estado escolhem continuar em locais sinalizados como estando em risco (KOGA, 2009). Concordamos com Vargas (2006) quando afirma que a necessidade urgente de sobrevivência faz com que muitas pessoas precisem optar entre a ameaça imediata de expulsão - representada pelos especialistas em defesa civil - e a probabilidade futura do risco.

Observamos que emergem do contexto pesquisado interpretações limitadas sobre o tema dos riscos, as instituições tendem a culpabilizar os fenômenos naturais ou mesmo os(as) usuários(as) por produzirem os sinistros. No contexto do SINPDEC pouco se trata das questões relativas à extrema desigualdade social presente no país e muito menos se propõe em termos de estratégias de enfrentamento para a questão. Ao longo de nossa pesquisa, deparamo-nos com pessoas que precisam gerenciar suas vidas em meio à situação de extrema pobreza, encontramos diversos tensionamentos entre os distintos saberes que buscam impor

suas verdades sobre os riscos. Esses e outros efeitos de uma visão limitada e naturalizante do fenômeno em estudo são temas que exploramos ao longo da presente tese.

1.1 OBJETIVOS E APRESENTAÇÃO DA TESE

Considerando todos os elementos discutidos até aqui, apresentamos como objetivo geral compreender a circulação dos múltipos discursos sobre o risco presentes no contexto do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e seus efeitos paraos(as) usuários(as) e profissionais do referido sistema.

Com o intuito de alcançar esse objetivo desenvolvemos três objetivos específicos: 1) Problematizar o perfil dos usuários e profissionais do SINPDEC; 2) identificar e analisar as relações entre macro e micro discursos sobre risco produzidos no contexto do SINPDEC; 3) mapear e analisar os posicionamentos reflexivos e interativos presentes nos discursos de profissionais e usuários(as) do SINPDEC.

Para alcançamos os objetivos acima anunciados, foram elaborados, além do capítulo introdutório, nove outros capítulos.

O capítulo dois, intitulado *Sobre a governamentalização dos riscos*, tratada relação entre o Estado, a população e os riscos. Teóricos como Michel Foucault, Ulrich Beck, Anthony Giddens e Zygmunt Bauman foram as principais referências para o debate realizado, auxiliando-nos a refletir sobre as estratégias de gestão da vida nos territórios em risco. Neste texto, discutimos ainda sobre a danosa associação entre pobreza e perigo. O capítulo foi finalizado com uma reflexão crítica sobre o surgimento do SINPDEC.

Para o capítulo três atribuímos o título *O risco e a questão urbana: para além de uma problemática ambiental*.Nele abordamos a temática da desigualdade social e suas consequências para a vida nas cidades. Comparamos dados estatísticos entre desastres ocorridos em países pobres e ricos, problematizando que em nosso contexto de pesquisa os desastres parecem advir de uma complexa problemática permeada por desigualdades sociais, com destaque para a mercantilização dos territórios e segregação socioespacial dos pobres.

No capítulo quatro, *Aproximações epistêmico-metodológicas*, destacamos a proposta de uma análise do discurso influenciada pelas concepções discursivas desenvolvidas por Michel Foucault e pela Psicologia Discursiva de orientação inglesa que possui como seus principais expoentes, Jonathan Potter e Margareth Wetherell. Além de ressaltar os conceitos centrais de cada uma das perspectivas, discutiremos incompatibilidades e aproximações entre ambas.

O capítulo cinco explicita nossas escolhas metodológicas dentro de uma proposta de análise qualitativa em Psicologia Social. Anunciamos nossos instrumentos de pesquisa, entrevista semiestruturada e coleta documental; apresentamos o percurso realizado para acessar os serviços e as pessoas participantes do estudo;caracterizamos as instituições participantes e nosso processo de codificação das informações coletadas; e finalizamos a seção com uma discussão sobre os procedimentos de análise utilizados.

Sobre as pessoas que circulam nos territórios em risco é o título do capítulo seis. Nele debatemos o perfil dos(as) usuários(as) do SINPDEC,com destaque para as precárias condições sociais dessas pessoas. Na segunda parte do capítulo, trouxemos um perfil dos profissionais participantes de nossa pesquisa, apresentamos suas trajetórias na defesa civil e seus discursos sobre precarização dos processos de trabalho na instituição.

No capítulo sete, *Discursos sobre o risco no contexto da gestão de emergências e desastres*, trouxemos as principais concepções,acerca de risco, de usuários(as) e profissionais, identificadas ao longo da pesquisa. Verificaremos que múltiplas concepções sobre o tema permeiam o cenário pesquisado, contudo, esses pontos de vista coexistem de modo conflituoso, os saberes oficialmente instituídos são a todo momento tensionados por outras questões que emergem e abalam suas estruturas de sustentação.

O capítulo oito discute *Os efeitos dos discursos sobre riscos para os usuários das Políticas Públicas de Proteção e Defesa Civil.* Nesse texto, destacamos a forma como os(as) moradores das áreas de risco posicionam a si mesmos, os especialistas e o Estado. Refletimos sobre o processo de inclusão de pessoas no auxílio-moradia, suas dificuldades de acesso a direitos básicos, assim como as estratégias de gerenciamento dos riscos por elas utilizadas.

O capítulo nove discute *os efeitos dos discursos sobre riscos sobre os(as) profissionais da defesa civil*, aqui debateremos como os(as) trabalhadores(as) posicionam as pessoas que recebem o auxílio-moradia, o Estado, a eles mesmos e os demais colegas de trabalho. Evidenciaremos ainda as disputas entre as especialidades sobre os domínios de verdades sobre o risco.

As considerações finais, capítulo 10, apresentam um compilado das principais ideias apresentadas na tese. Os tensionamentos entre os saberes hegemonicamente instituídos sobre o risco, em que prevalecem as leituras realizadas pelas ciências exatas e uma multiplicidade de outras visões apresentadas pelos(as) entrevistados(as). Sobre os efeitos que os discursos instituídos acerca do risco produzem em nossos participantes, verificamos políticas e serviços que legitimam os riscos nos espaços urbanos, culpabilizam a populaçãopela produção desses fenômenos e ainda a responsabilizam pela gestão desses riscos.

2 SOBRE A GOVERNAMENTALIZAÇÃO DOS RISCOS

Temores sobre o futuro, ou sobre o desconhecido, fazem parte de todos os processos sociais na história da humanidade. Entretanto, a emergência de tecnologias que permitiram prever e antecipar situações perigosas promoveram um redirecionamento da relação entre as pessoas e o mundo. Para Bernstein (1997), o domínio dos riscos constitui a ideia revolucionária que demarca as fronteiras entre o passado e os tempos modernos. Quebra-se a noção de passividade entre as pessoas e o mundo.

Ressalta-se, contudo, que os conhecimentos para previsão e controle dos riscos não promoveram apenas segurança para as pessoas, mas permitiram também que, sob a égide do discurso da proteção, fossem impetradas estratégias de dominação e controle.Tais técnicas foram se sofisticando ao longo do tempo, mas mantiveram seu foco principal de ação sobre as populações e os territórios.

No presente capítulo, destacaremos três processos que consideramos importantes para compreensão dos discursos do risco em nosso contexto de pesquisa. Primeiramente destacaremos as leituras foucaultianas sobre a biopolítica e as estratégias utilizadas para gerir as populações a partir dos dispositivos de segurança. Posteriormente, traremos o discurso da sociedade do risco e uma reflexão sobre a distribuição desigual dos riscos e perigos no atual modelo de sociedade. Finalizaremos o capítulo destacando os principais acontecimentos que possibilitaram o surgimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), instituição que consideramos como parte do atual dispositivo de segurança utilizado pelo Estado para o gerenciamento e controle das populações, principalmente de suas parcelas mais pobres.

Sem a pretensão de cobrir todos os eventos relativos aos temas eleitos, buscaremos destacar elementos pertinentes para nossa investigação para compreendermos os efeitos que os discursos que circulam no contexto do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), relacionados a risco, produzem sobre usuários(as) e profissionais do referido sistema.

2.1 O BIOPODER E A REINVENÇÃO DOS RISCOS A PARTIR DO OLHAR SOBRE A POPULAÇÃO

Governo, população e território são três elementos que estão profundamente conectados.Ocupar as ruas, circular pelo espaço público, habitar a cidade, ações aparentemente simples estão a todo tempo sendo moldadas, reconfiguradas e fortemente influenciadas pelos modelos de gestão das cidades.

Foucault (2010) afirma que um dos fenômenos seminais do século XIX foi a reinscrição da vida pelo biopoder, demarcado, entre outros aspectos, pela leitura estatística dos aspectos biológicos. Para explicar a ideia posta em destaque, o autor volta à teoria clássica sobre soberania, que centrava no direito de vida e de morte uma de suas características fundamentais. Cabia ao soberano "fazer morrer e deixar viver" (FOUCAULT, 2010, p. 202). Tal análise, proposta por Foucault, inscreve a vida e a morte no plano político, para o soberano, o efeito sobre a vida só se exerce a partir do momento que ele tem o poder de matar, sendo o direito sobre o viver exercido na medida em que se exerce o direito sobre o morrer.

Nos séculos XVII e XVIII destacam-se as tecnologias disciplinares, voltadas para o corpo individual e para a maximização de suas práticas. Essas técnicas, que tratavam da distribuição das pessoas nos espaços, assim como de sua articulação para melhor produção, buscavam forjar corpos politicamente dóceis e economicamente úteis, o referido modelo foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Temos, no entanto, no modelo que ascende no final do século XVIII e século XIX, uma inversão na lógica do direito que vem a complementar o "velho direito de soberania" (FOUCAULT, 2010, p.202), perpassando-o, penetrando-o e modificando-o, emerge o biopoder, com o direito de fazer viver ou deixar morrer. Tal forma de exercer o poder não exclui os modos anteriores, mas os complementa na ação sobre as populações (FOUCAULT, 2010)

É a partir do século XVIII que o controle estatístico da população ganha foco, controla-se a quantidade de nascimentos, de óbitos, problemas econômicos, probabilidade de eventos adversos, e instaura-se uma biopolítica das populações. Para Foucault (2010), é nesse momento histórico que vemos acentuar-se a preocupação com relação à espécie humana e com o meio no qual sobrevive essa espécie, meio geográfico, clima, hidrografia, que caracterizam e circunscrevem um meio que também é artificial - as cidades, influenciando de modo singular a vida da população.

Nessa perspectiva, observa-se que o foco da biopolítica é de fato as populações, assim como os elementos em que se pretende intervir são fenômenos coletivos, que só ganham pertinência quando analisados no nível da coletividade. Para Foucault (2010), a biopolítica terá como foco fenômenos aleatórios, que acometem uma população considerada em sua duração, acontecimentos em série que só fazem sentido quando analisados ao longo de um período de tempo. Ao passo que se busca a previsibilidade e a compreensão da imprevisibilidade de determinados fenômenos, como acidentes incapacitantes, por exemplo, desenvolvem-se novos mecanismos muito mais sutis do que os que se haviam instaurado até aqui, surgem os mecanismos de seguros, poupança individual e coletiva, dentre outros.

As tecnologias geradas pela biopolítica também diferem dos mecanismos desenvolvidos até então, pois buscam as estimativas estatísticas, as previsões, medidas globais e possibilidades de intervenção e controle sobre os determinantes desses fenômenos globais. Nesse contexto, as intervenções não são realizadas no nível individual, no nível do detalhe, destacam-se mecanismos globais de ação, estados globais de equilíbrio, modos de assegurar sobre o homem-espécie uma regulamentação.

Esse poder, que inverte a lógica do direito soberano, segundo Foucault (2010), permitindo agora a vida ou deixando a morte acontecer, cria novos e sofisticados mecanismos para agir sobre a população, e é aqui que Foucault desenvolve o conceito de racismo de Estado. A questão do racismo já foi debatida por Foucault (2013b) ao tratar das ações da Psiquiatria sobre o anormal, o papel dela em algumas instâncias do ordenamento jurídico e, por conseguinte, na defesa social. Esse racismo orquestrado pela Psiquiatria incide no interior das sociedades, promovendo uma espécie de filtro que, entre outras ferramentas, utiliza-se do controle de natalidade para proteger a sociedade da transmissão de algum tipo de anormalidade. Mesmo não se utilizando da terminologia racismo de Estado nesse período, não podemos deixar de pontuar a proximidade desse termo com as estratégias desenvolvidas pela Psiquiatria.

Para Foucault (2010), o racismo de Estado surge como um mecanismo que buscará exercer a função da morte em um sistema político centrado no biopoder, possui algumas funções específicas, entre as quais destacamos: (a) promover o corte entre o que deve viver e o que deve morrer; (b) produzir uma relação positiva, estabelecer entre a vida de uma pessoa e a morte da outra uma relação que não é militar, mas uma relação de caráter biológico:

> A morte do outro, não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2010, p. 215).

Nesse contexto, o direito de matar, na lógica do biopoder é exercido pelo racismo de Estado. Foucault (2010) deixa claro que ao falar em morte, nesse contexto, não fala exatamente do assassinato direto, mas também do indireto, como a exposição à morte, a multiplicação de alguns riscos de morte, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. Sendo assim, os gestores exerceram o Racismo de Estado em suas variadas faces nos processos de colonização, de dominação, não apenas com relação a outros povos, mas também através da exposição de seus próprios cidadãos à morte, como no caso das guerras. O filósofo acredita que o racismo de Estado assegura a função de morte na economia do biopoder, ao passo que se é membro de uma pluralidade de vida, a morte dos mais fracos permite o fortalecimento da própria pessoa.

Foucault (2010) considera que o racismo não é um fenômeno recente, estando presente em outros momentos da história, a inovação apontada pelo autor é a utilização dessa ferramenta como uma forma de regulamentação social. Ou seja, o racismo de Estado trata diretamente das estratégias de morte que se estabelecem numa sociedade biopolítica marcada pela gestão da vida.

Para Diógenes (2013), o racismo de Estado possibilita que determinados grupos populacionais sejam considerados melhores que outros, estabelecendo uma relação positiva entre o fortalecimento de uma determinada população em detrimento de outra. Nesse sentido, ao passo que se considera um grupo bom e outro ruim, as ações ou a própria negação de ações sobre esses últimos são legitimadas. Para o autor, o racimo de Estado:

> (...) constitui-se em uma nova forma – mas sob o mesmo tema com o qual atores precedentes fizeram sua nova história – de inserir o poder sobre a morte no *continuum* biológico, de fazer uma contra-história revolucionária plenamente coerente com o biopoder. (DIÓGENES, 20013, p.173)

A ideia do racismo de Estado promove um deslocamento do sentido das lutas, os massacres não são mais realizados em nome do soberano, mas em nome da existência de todos, em função da vida. Nesse sentido, o exercício da morte passa a ganhar mais complexidade, para não se fazer contraditório. Foucault (2013b) afirma que nesse ponto, muito mais do que invocar a enormidade do crime, exalta-se "a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. (FOUCAULT, 2013b p. 150)". Ou seja, naturalizam-se determinados processos, deslocando a ideia de uma multiplicidade causal, justificando-se desse modo as ações do Estado para manutenção da vida.

O conceito de racismo de Estado promove uma série de reflexões quando se observam os atuais modelos de gestão das políticas públicas. Sendo estas, em muitos casos, não apenas

responsáveis pela garantia de direitos, mas também pela construção de determinadas verdades que excluem e segregam. Acreditamos que não seja diferente com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), principalmente quando observamos os termos sobre risco por ele utilizados e as ações que são realizadas em seus nomes. No entanto, para que possamos avançar é importante compreendermos que o racismo de Estado não figura sozinho entre as características da biopolítica das populações, a forma como o Estado atua no espaço geográfico das cidades precisa ser observada.

Para Foucault (2008a), o biopoder também é exercido a partir do controle sobre o território. A soberania, a disciplina e a segurança fazem dele um instrumento para o exercício do poder, sendo a soberania exercida em seu interior.Já o controle disciplinar sobre os territórios aparece na sujeição dos corpos; como exemplo, temos os procedimentos de segregação dos doentes, separação e delimitação frente às outras esferas da população, sob o risco de contágio.

Foucault (2008a) afirma que a questão do ordenamento do espaço territorial compreende pontos em comum entre a soberania, a disciplina e a segurança. Enquanto a soberania é estabelecida no interior do território total, a disciplina e a segurança são exercidas em território fragmentado, calculadamente repartido. Ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX, o controle da disposição e organização espacial das cidades serviu às tentativas de controle dos indivíduos e das populações. A soberania, com o intuito de capitalizar o território, focaliza a sede do governo; a disciplina possui, na distribuição arquitetônica dos espaços, a forma de demarcar seu controle e suas hierarquias; já a segurança cria um ambiente em função dos acontecimentos em séries, "séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável" (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Ainda no que diz respeito ao debate, Foucault (2008a) chama atenção para procedimentos de naturalização da espécie humana em processos de urbanização que são artificiais. Para ele, esse meio histórico-natural se tornaalvo da intervenção do poder, principalmente da ação daquilo que ele chama de biopolítica ou biopoder. Para Guilherme de La Perrière (1563, apud FOUCAULT, 2008a, p. 127), o governo é definido como "a correta disposição das coisas”. Ressaltamos ainda que as reflexões propostas por Foucault (2008a) não se restringem apenas aos períodos históricos por ele estudados, mas se atualizam para as atuais configurações territoriais dos centros urbanos, que historicamente deslocam as pessoas pobres para os espaços desprovidos de infraestrutura e expostos às intempéries climáticas.

Situando as cidades como um dos principais locais para o exercício da arte de governar, Foucault (2008a) coloca a relação entre os homens e as coisas, como por exemplo,

as relações entre homens e territórios, como focos dos governos. Nesse sentido, "(...) os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte (p. 129)" passam a ser mensurados, analisados e considerados nas formas de gerenciamento desenvolvidas pela biopolítica.

Dessa forma, o advento do conhecimento estatístico das populações produziu modificações profundas na forma de governo, novamente não substituindo o governo de soberania ou disciplinar, mas agregando elementos e formando o que se caracteriza como um "triângulo", constituído pela soberania, pela disciplina e pela gestão governamental, tendo esta última a população como principal alvo e os dispositivos de segurança como principais mecanismos (FOUCAULT, 2008).

O conceito de dispositivo é bastante utilizado pelo autor ao longo de sua obra, sendo descrito por ele como:

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2005, p.244).

Para Agamben (2005), todos os dispositivos implicam processos de subjetivação, que atuam como estratégias de governo, sem os quais seriam meros exercícios de violência. Esses dispositivos, servindo-se de prática, exercícios, discursos e saberes visam não apenas à docilização dos corpos, mas também à promoção de suas liberdades, para que as pessoas possam assumir "livremente" seu processo de assujeitamento. Para o autor, os dispositivos são "(...) antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal uma máquina de governo" (p.15).

A partir do século XVIII destaca-se a emergência dos dispositivos de segurança no interior, seja de mecanismos de controle social, seja de mecanismos que têm como "função modificar em algo o destino biológico da espécie" (FOUCAULT, 2008, p.15), tendo como um de seus principais aliados o controle estatístico dos fenômenos epidêmicos e endêmicos que poderão se abater sobre uma dada população (FOUCAULT, 2008).

Os dispositivos de segurança são exemplificados por Foucault (2008a) quando vem tratar da política de circulação de cereais e do modo como algumas temáticas, tais como a questão da escassez alimentar, são radicalmente modificadas ao passo que novos modelos econômicos se solidificam no contexto das cidades. À medida que a questão da população se configura como ponto emergente, a segurança apresenta-se como dispositivo que integrará diversos elementos: "a produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de fazer dos

produtores, dos compradores, dos consumidores, dos importadores, dos exportadores, integram-se ao mercado mundial." (FOUCAULT, 2008a, p.59). Nesse sentido, a segurança assume um grande caráter regulador. Em nosso estudo, damos especial destaque aos dispositivos de segurança, compreendendo o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) como parte desse dispositivo no contexto da sociedade atual.

Buscando compreender os acontecimentos históricos e políticos do ocidente nos séculos XVI e XVIII, Foucault (2008a) desenvolve o conceito de governamentalidade, cuja ideia é inicialmente definida a partir de três aspectos. O primeiro seria o bloco composto por instituições, metodologias, análises, estratégias e cálculos que possibilitam que uma forma singular de poder seja exercida sobre a população, atuando através da economia política e sendo instrumentalizada pelos dispositivos de segurança.

Para o autor, a governamentalidade também pode ser compreendida como uma linha de forças que teve como foco o governo, um tipo de poder, desenvolvendo uma série de conhecimentos e técnicas para o controle da população. Por fim, também podemos compreendê-la como "o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado Administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado" (FOUCAULT, 2008a, p.144)

Segundo Santos (2010), Foucault destaca duas formas para a "racionalidade governamental moderna: a razão de Estado e o liberalismo" (p.132). A primeira, identificada desde o início do século XVII, buscava romper com a proposta "cosmo-teológica" medieval e renascentista, propondo princípios racionais e modelos matemáticos específicos para uma nova forma de governar.

Para Foucault (2014), a razão de Estado promovia um tipo de saber interno ao poder, atrelado à ideia de utilidade, compreendendo o reagrupamento das "manifestações de verdade que eram vinculadas ao exercício do poder e à organização das cortes" (p. 11). Nesse modelo, o Estado atuava por meio de dispositivos de polícia e da diplomacia militar. Já o princípio liberal introduziu uma nova racionalidade econômica à governamentalidade, atrelada às práticas de mercado. Foucault (2008a) afirma que o princípio da razão econômica não se sobrepõe completamente à razão de Estado, mas confere a esta um novo conteúdo e novas formas de racionalidade. A governamentalidade definida pelos princípios do liberalismo perdurou até o início do século XX, sendo revisitada por princípios neoliberais após esse período.

Para Candiotto (2010), as técnicas de governo liberais, do modo como Foucault as utiliza, configuraram-se como críticas ao excesso de poder exercido pela razão de Estado do

século XVI e pelo mercantilismo inglês do final do século XVIII. O autor considera ainda que as artes de governar neoliberais constituíram princípios limitantes dos excessos de intervencionismo e regulação estatal sobre a sociedade e os indivíduos. É importante pontuar também que Foucault (2008b) não vê o liberalismo como uma exaltação da liberdade, mas como um consumidor de liberdades múltiplas. Essa arte de governar, configurada no século XVIII, é estabelecida numa relação de produção e destruição das liberdades, pois "é necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc." (FOUCAULT, 2008b, p. 87).

Para Foucault (2008a), uma das características mais importantes do modo de governar liberal foi promover a garantia dos interesses particulares ao passo que possibilitava liberdade para que o jogo de interesses econômicos ocorresse. Para ele, essa liberdade fabrica parte da segurança como chave central, tendo como balizadora a ideia de que é necessário calcular até que ponto os interesses individuais podem definir-se como um perigo para o funcionamento da coletividade. Dessa forma, os dispositivos de segurança ganham a cena, e os dispositivos disciplinares ficam em segundo plano, porém não deixam de figurar em absoluto. Não que se permita fazer tudo, mas os dispositivos de segurança permitem um "*laisser-faire* (...) indispensável" (p. 59) para o mododegovernar liberal.

Para Santos (2010), o sistema liberal atua na mediação entre liberdade e segurança, tendo como princípio a ideia de perigo - que foi posteriormente associada pelos neoliberais à noção de risco. Nesse sentido, Foucault (2008b) afirma que no modelo de gestão liberal é necessário arbitrar a liberdade e a segurança das pessoas em torno da ideia de perigo. Para o autor:

> "O liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode - e é esse o reverso da medalha -, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos." (FOUCAULT, 2008b, p. 90).

Desse modo, ao mesmo tempo que se exalta a ideia de liberdade, nessa proposta de governar, também se instaura uma cultura dos perigos cotidianos.Castro (2004) pontua que as primeiras reflexões sobre governamentalidade estabelecidas por Foucault corresponderiam a uma "*gubernamentalidad* política" (p.235) e que ao ponto que seus estudos avançam, o autor chama atenção para outra forma de governamentalidade, agora voltada não apenas para as

técnicas de dominação exercidas sobre outras pessoas, mas sobre aquelas que cada um exerce sobre si, na gestão da vida e dos riscos.

Para Foucault (2014), as diversas formas de gestão estão relacionadas ao exercício do poder através da produção de verdades. Segundoele, a verdade "está vinculada à atividade de governar e exercer o poder" (p. 17). Não se defende aqui a descoberta de uma verdade enquanto essência, mas na eleição, propagação e defesa de determinadas ideias que possam privilegiar interesses específicos. Mesmo que com este trabalho não estejamos em busca de descobrir uma verdade última, ou uma única forma de nomearo risco, no contexto do SINPDEC, acreditamos que compreender esses discursos e a forma como são utilizados na gestão de suas políticas nos permitirá entender alguns dos efeitos que eles exercem sobre os distintos atores, profissionais e usuários, que circulam nesses contextos.

A compreensão dos perigos e riscos, a partir da noção de segurança instituída pelas estratégias de biopoder, permite, além da leitura das séries e acontecimentos, a busca por previsão ou seja, compreender para evitar intercorrências futuras. Essas ações de cunho preventivo são apontadas por Fernandes e Zuben (2014) como instrumentalizadoras dos dispositivos de normalização. São instituídos ideais de normalidade que legitimam grandes intervenções sobre a população, como as campanhas de vacinação, por exemplo.

Para Foucault (2008a), estratégias como a variolação[5] consistiam em instrumentos de um dispositivo de segurança, que tal como os mecanismos utilizados para regular o mercado de alimentos, produziam uma "dupla integração no interior das diferentes tecnologias de segurança, no interior das racionalizações do acaso e das probabilidades" (p.78).

A busca pelo controle, pela previsão e pela sofisticação das estratégias de gestão permitiu não apenas a criação de discursos estratégicos como anormal, perigo, risco, mas também possibilitou a sofisticação da figura do especialista. Em uma sociedade onde as relações entre poder e verdade são estreitas e indissociáveis, quem consegue produzir e difundir conhecimentos possui uma posição privilegiada nas relações de poder. Nesse ponto de nosso texto, considerando os objetivos de nossa tese e compreendendo que a biopolítica das populações desenvolveu diversos e sofisticados mecanismos para gestão das populações e inspirados nesse debate, buscaremos focar a noção de gerenciamento de risco, ideia que toca

[5] "Ora, o que havia de notável na variolação, mais na variolação e de uma maneira mais clara que na vacinação, era que a variolação não procurava tanto impedir a varíola quanto, ao contrário, provocar nos indivíduos que eram inoculados algo que era a própria varíola, mas em condições tais que a anulação podia se produzir no momento mesmo dessa vacinação, que não resultava numa doença total e completa, e era se apoiando nessa espécie de primeira pequena doença artificialmente inoculada que se podiam prevenir os outros eventuais ataques da varíola." (FOUCALT, 2008, p.78)

profundamente as Políticas Públicas de Proteção e Defesa Civil e que tem produzido frutíferos debates em diversas áreas de conhecimento.

2.2 SOBRE ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DOS RISCOS

Observa-se que o saber especializado ganhou força na efetivação de ações sobre a coletividade, principalmente nos últimos séculos. ParaCastel(1991), as ideias modernas de prevençãoiniciam uma busca utópica pelo controle absoluto por meio da racionalização tecnocrática. Para ele, tais prerrogativas sinalizam a sobreposição da sociedade disciplinar à sociedade de riscos. Não que a disciplina deixe de se fazer presente, mas o discurso sobre a prevenção e controle dos riscos centraliza o debate dos atuais modelos de governamentalidade. Pauta-se uma sociedade sob a ótica da segurança. A lógica preventiva perpassa várias instâncias do modelo de sociedade atual, figurando a visão do especialista como aquele que detém um conhecimento mais válido sobre o fenômeno e por isso está habilitado para geri-lo. Entre os distintos especialistas, aqueles que estudam os riscos como probabilidades, sob o enfoque das ciências estatísticas, receberam bastante evidência na retórica discursiva sobre o risco na contemporaneidade.

As ciências estatísticas foram responsáveis por uma releitura dos fenômenos populacionais e por uma reinvenção do humano a qual Hacking (1990) chamou de "*making up people"(p.10).* As pessoas, assim como seus hábitos passam a ser numerados e quantificados a partir de uma nova linguagem numérica, questões que antes eram atribuídas às leis da natureza pertencem agora ao campo das condutas. Essas leis, expressas em probabilidades, trazem com elas conotações de normalidade e desvio. Para o autor, a Psicologia que trabalhava até então com a definição de natureza humana, passa a adotar a ideia de "pessoas normais".

Esses pressupostos teóricos desencadearam uma série de ações governamentais sobre grupos específicos da população, sempre sob o argumento da segurança e do bem coletivo. Conforme já debatemos no tópico anterior, nesse contexto as cidades ganharam uma nova conotação, condizendo não apenas com meros espaços de moradia, mas constituindo-se como excelentes instrumentos para os dispositivos de segurança.

A ânsia por separar as pessoas entre normais e anormais, entre doentes e sãs, para forjar formas de vida a partir de leituras consideradas "objetivas", ganhou novas proporções a partir do discurso especializado. Destaca-se nesse contexto, o surgimento do debate sobre

"classes perigosas" (GUIMARÃES, 2008), termo que foi originalmente desenvolvido na Inglaterra, por volta da primeira metade do século XIX, no Brasil foi apropriado pelos defensores de propostas higienistas, que propuseram medidas para combater problemáticas coletivas como doenças, pragas e a requalificação do espaço urbano.

No país, no início do século passado, os movimentos higienistas, extremamente influenciados por demandas político-partidárias e por questões de ordem econômica, foram os precursores de propostas radicais e impositivas de intervenção coletiva, sob o discurso da promoção da saúde e do bem coletivo. A associação entre pobreza e perigo estava discursivamente relacionada à violência e às doenças. Como ações desses movimentos temos a campanha de vacinação em massa proposta de modo impositivo e que culminou com a "Revolta da Vacina", além da proposta de requalificação dos centros urbanos a partir da extinção dos cortiços, que gerou diversos movimentos de resistência e acarretou a ocupação desordenada das áreas de morros de diversas capitais brasileiras (LEITE, 2010; CRESCÊNCIO, 2008;MATTOS, 2008).

O estado de Pernambuco seguiu a mesma lógica supracitada. Na Região Metropolitana do Recife (RMR), o movimento gerado pelo Estado Novo, no início do século passado, para reconfigurar a imagem da capital, promoveu a expulsão das construções precárias - conhecidas como "mocambos" - das zonas planas e centrais das cidades para as áreas dos morros e encostas. O discurso de modernização provocou um movimento de higienização do centro urbano recifense. Tais movimentos geraram ocupações desordenadas nas periferias da cidade, direcionadas principalmente para os morros da zona norte da capital, demarcando uma parcela da população que foi durante muito tempo marginalizada pelo poder público (LEITE, 2010).

Ao passo que cada dia mais nos efetivamos como uma sociedade de risco (BECK, 2011), as ações do Estado sobre as populações parecem reproduzir nossos modelos ancestrais de associação entre pobreza e perigo sendo marcadas por medidas verticais que pouco escutam as demandas daqueles a quem se propõe ajudar. Oliveira (2011), ao estudar políticas voltadas para juventude, fornece um excelente exemplo desse movimento. A autora, que ouviu jovens atendidos por um projeto destinado a “jovens em situação de risco”, nos discursos de seus entrevistados, observou que muitas pessoas assistidas pelo projeto não se identificavam como estando em risco, atribuindo esse estado a outras dimensões da vida e das relações sociais.

As contribuições trazidas por Oliveira (2011) certamente podem ser estendidas a outras políticas públicas, mas antes de voltarmos nossas análises especificamente para o

contexto da Defesa Civil precisamos adentrar um pouco mais o modelo de sociedade atual e a utilização dos riscos como estratégia para governamentalização da vida.

Acontecimentos como a Revolta da Vacina e a própria pesquisa de Oliveira (2011), em proporções distintas, dão-nos elementos para compreendermos que, mesmo que a figura do especialista seja central para a manutenção da sociedade dos riscos, um fenômeno não é configurado como um risco de modo simples ou linear. É preciso que uma série de estratégias sejam desenvolvidas para legitimar discursivamente um dado risco. Os elementos que compõem a vontade de verdade (FOUCAULT, 2013a) entram em cena para legitimar determinadas premissas e atender interesses específicos.

Partimos aqui do pressuposto, defendido por Spink (2008), que os discursos sobre risco definem "territórios linguísticos" que sinalizam esferas de gestão nas quais se desenvolvem formas características para produzir discursos a respeito do tema. Nesse sentido, existiriam múltiplas e complexas formações discursivas sobre o risco.

Para Mattedi (2008), o crescente interesse na temática do risco e, especificamente, em uma de suas facetas, os desastres, pode ser compreendido ao observarmos as várias configurações sobre a percepção de risco ao longo do tempo. Passamos de uma compreensão dos desastres como advindos de causas naturais - características das sociedades pré-industriais, para uma concepção de desastres como produto das relações socioeconômicas do meio, marca central das sociedades capitalistas industriais. Dessemodo, adentramos uma perspectiva onde os riscos são probabilisticamente calculados e há crescente busca por culpas e culpados.

De acordo com Beck (2012), os processos de industrialização do mundo moderno produziram uma nova perspectiva de compreensão das relações sociais contemporâneas, tendo a sociedade do risco caracterizado um novo percurso para a modernidade. De acordo com o autor, a modernização da sociedade industrial gerou uma série de consequências que afetam a vida no planeta de modo global, e que mesmo ainda persistindo uma série de conflitos sociais, a questão ambiental promoveria uma nova lógica de exposição ao risco, agora muito mais democrática, pois determinadas esferas de perigo afetariam em proporções semelhantes diversas escalas de nossa sociedade, como uma guerra nuclear, por exemplo.

A sociedade de risco implica uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna em que os riscos sociais, econômicos e individuais tendem a escapar cada vez mais das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial. Beck (2012) afirma que tal processo pode ser compreendido em dois estágios. Na primeira fase há uma sistemática produção de ameaças, porém, tais ameaças não são debatidas publicamente, nem se tornam

foco de conflitos políticos, o risco produzido é considerado um resíduo do processo de industrialização, esse momento é denominado como "a sociedade do risco residual". Em uma segunda fase, a compreensão e o debate sobre os perigos da sociedade industrial ganham um enfoque público e político, entrando agora num jogo de disputas, por parte das organizações, de interesse dos sistemas jurídicos e da política. O autor nos alerta, contudo, que ‘‘a sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos aos seus próprios efeitos e ameaças."(BECK, 2012, p. 18).

Na perspectiva sociológica de Beck (2011), a vivência do risco provoca instabilidade, incerteza e insegurança, levando a questionamentos geralmente mobilizadores sobre o futuro. Para ele, as definições sobre o risco ainda são um frutífero palco para os diversos ramos das ciências, que buscam de forma racional definir e contrapor ideias e conceitos.

Beck (2011) salienta também que mesmo existindo uma necessidade social de que os riscos sejam justificados e calculados pelo saber científico, essa incorporação pela sociedade não ocorre de forma linear e tranquila. Um pressuposto fundamental está centrado na compreensão das intencionalidades sociais e políticas que perpassam a definição científica do risco, ou seja, cada grupo de saberes irá tratar e colocar os riscos de modo a provocar determinados efeitos em grupos específicos. Tal pressuposto rompe com ideias de uma racionalidade matemática para o cálculo dos riscos.

No argumento apresentado por Beck (2011), os riscos precisam ser reconhecidos socialmente para existir, sofrendo inicialmente forte rejeição por parte do público que os enfrenta. Sendo assim, o saber científico entra como balizador e legitimador das situações que são ou não passíveis de serem classificadas como situações produtoras de risco. Contudo, conforme destaca Giddens (1991), a própria existência de saberes científicos concorrentes, que muitas vezes se contradizem entre si e estão sob constantes revisões e debates, produz no público comum uma espécie de desconfiança com relação à produção dos ditos especialistas.

Na perspectiva sociológica dos riscos, os *sistemas peritos*[6] dominam várias instâncias do social e mesmo que não sejam diretamente consultados com frequência, fazem parte de todas as instâncias da vida em sociedade. Tais sistemas pressupõem ainda, um grau de confiança para que os acordos sociais continuem vigentes. Ou seja, mesmo que uma pessoa não consulte um especialista em engenharia todas as vezes que entrar em uma construção desconhecida, o fato de o fazer sem pavor do perigo iminente de desmoronamento, pressupõe

[6] GUIDDENS, 1991, p. 32, destaque em itálico proposto pelo autor.

uma confiança, mesmo que mínima, nas construtoras e especialistas da área (GIDDENS, 1991).

Contudo, a existência social dos riscos, no atual modelo de sociedade, não se dá de modo harmônico ou democrático. Distintos saberes competem pela hegemonia sobre esses termos, indicar que um dado fenômeno é fator de risco para uma dada população implica um direcionamento financeiro de recursos para o enfrentamento e dedicação dos especialistas que se disponibilizam a estudar a questão, além de um interesse político diante do risco a ser combatido. Mesmo a extinção completa do risco, quando possível, pode não interessar àqueles que lucram com sua existência. Nesse palco, observam-se diversos atores e jogos discursivos que vão além da democratização das ameaças nas sociedades do risco.

Uma forma de se posicionar na dinâmica discursiva dos riscos, também, é a partir dos processos de institucionalização, quando os especialistas passam a atuar em conjunto, sendo constituídas as Profissões do Risco (ERICSON e HAGGERTY, 1997). A esse grupo ocupacional são atribuídos conhecimentos privativos para intervir em situações de risco e gerenciá-las. Em nossa pesquisa, o processo de institucionalização de saberes sobre o risco que nos tem interessado é o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC); os profissionais, focos de nossos estudos, são os agentes de defesa civil, especialistas de distintas áreas de conhecimento que se propõem a atuar em nível municipal, estadual e federal no gerenciamento de emergências e desastres.

Para Bauman (2008), o discurso científico que atribui à modernidade o cálculo, a prevenção e a possibilidade de extinção das ameaças, gerou frustração e um ideário extremamente polissêmico dos riscos, que cada vez mais deixam de ser objetivamente localizados para estar pulverizados em todas as instâncias do social. Essa fluidez atinge também as produções de conhecimentos sobre os riscos, pois, em muitos casos, são direcionadas para uma lógica de mercado baseada numa perspectiva capitalista de produção. Podemos ter, como exemplo dessa situação, a exorbitante quantia de dinheiro gasta em pesquisas que desenvolvem tecnologias para o prolongamento da vida, em comparação a um número muito menor de financiamentos destinados aos pesquisadores que se dedicam ao combate da fome e das disparidades sociais.

A questão discutida pelo autor se aproxima de uma problemática que vem se reproduzindo na Região Metropolitana do Recife (RMR) desde a época do Estado novo: as motivações que levam um local a ser considerado ou não área de risco. Em nossa capital existem muitas comunidades ribeirinhas e é comum observar-se ao longo das paisagens o contraste entre grandes empreendimentos imobiliários e barracos ou palafitas. Entre os

inúmeros relatos de desigualdades e injustiças da cidade, um episódio nos chama atenção,durante muito tempo, a Bacia do Pina, localizada na região central do Recife, foi habitada por comunidades, edificadas em palafitas, que sobreviviam da pesca artesanal. O local sempre foi considerado "área de risco" e durante muitos anos foi foco das ações da defesa civil municipal, sendo classificado como sujeito às sazonalidades das marés e, por conseguinte, sua população classificada como em risco, vulnerável aos desastres naturais. Após forte pressão de grupos empresariais, sob o argumento do risco iminente de desastres, parte do local foi desapropriado, ecinco comunidades foram reassentadas para dar lugar a um dos maiores centros comerciais da região.

Com a chegada do empreendimento, aquela área sem infraestrutura, permeada por diversos riscos passou a ser pensada sob uma nova proposta, figura agora segundo a lógica do capital. Parte da área foi reedificada e o discurso mudou, hoje não há mais risco, afinal, as classes média e alta não consomem em áreas de risco. Observa-se que, nesse modo de racionalização, o risco não está no lugar, mas nas pessoas.

A Bacia do Pina representa mais do que nunca um território de contrastes, o centro comercial e uma série de outros empreendimentos de luxo disputam lugar na paisagem com as comunidades que não foram realocadas, que continuam vivendo no risco. Não encontramos imagens que caracterizassem com exatidão o antes e o depois do terreno onde foi construído o shopping, porém as figuras 1, 2 e 3 (Ver anexo A)correspondem a um compilado de três imagens que ilustram alguns dos contrastes que representam a construção do empreendimento comercial.

Nas figuras 1 e 2, observam-se as palafitas que não foram retiradas após a construção do centro comercial, suas estruturas precárias contrastando com as luxuosas edificações dele. A figura 3 apresenta toda a área construída, nesse local, conforme dito anteriormente, existiam cinco comunidades que sobreviviam da pesca e do comércio.

Não detalharemos aqui os processos de vulnerabilização promovidos por grandes realocações comunitárias, como as apresentadas acima, pois o tema será aprofundado no próximo capítulo.

Observam-se que os riscos produzidos pelos atuais processos de crescimento e urbanização, inegavelmente crescentes e ameaçadores, acentuam também os contrastes entre ricos e pobres e estão muito longe de serem considerados processos democráticos. Tais movimentos promovem vulnerabilidades em grande escala, e têm expulsado os menos favorecidos para os bolsões de pobreza e para as áreas de instabilidade, suscetíveis às intempéries climáticas e fora do foco de investimentos públicos.

Exemplos como os citados anteriormente colocam em debate os modelos de governamentalidade na sociedade do risco, questionando não a capacidade preditiva e explicativa dos saberes peritos (GIDDENS, 1991), mas os interesses políticos que entram em cena quando observamos as vontades de verdade (FOUCAULT, 2013a) sobre o risco.

No próximo tópico, destacaremos um modelo específico de gestão dos riscos, as Políticas Públicas de Proteção e Defesa civil, aqui compreendidas como parte do dispositivo de segurança que atua nos processos de ação e controle sobre as populações. Considerando as limitações do presente texto e os objetivos de nossa pesquisa, buscaremos destacar os principais pontos que possibilitaram a emergência da defesa civil no Brasil, sabendo que não poderíamos dar conta de toda a precisão história desse fenômeno.

2.3 A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES A PARTIR DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Conforme será possível observar ao longo do presente tópico, sempre que um determinado território ou região foi atingido por algum acontecimento abrupto e produtor de danos, emergiram debates sobre as melhores formas de combatê-lo. Contudo, cessado o período crítico, pouco se reflete sobre a possibilidade de prevenção desses eventos adversos.

Considerando que nossos estudos buscam compreender os discursos sobre risco que circulam no contexto do SINPDEC e os efeitos desses discursos sobre os sujeitos que atuam nesse sistema, seja como usuários de suas políticas, seja como profissionais da área, destacar alguns dos processos que possibilitaram a emergência da defesa civil no Brasil pode nos indicar alguns caminhos para nossas investigações.

Em dissertação publicada pela PUC-SP, Tavanti (2013) divulga os dados de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos da mesma instituição sobre uma análise histórica da legislação brasileira e suas intersecções com a problemática de desastres entre os anos de 1824 e 1988, segundo os resultados da pesquisa, praticamente todos os documentos legislativos analisadoscitavam termos como:

> [...]incêndio, inundação, socorros públicos [1824]; socorros, calamidade pública, desastres [1891]; seca, defesa permanente, desastres, calamidade pública, assistência econômica [1934]; desastres, seca, calamidade pública, assistência à população atingida [1964]; desastres, defesa permanente, calamidade pública, seca, inundação [1967]; e, desastres, socorro, calamidade pública, indústria nuclear, Estado de Defesa, Defesa Civil [1988]. (TAVANTI, 2013, p. 47)

Como podemos observar, a preocupação com a problemática relativa aos desastres não é recente na história da legislação brasileira. Mesmo sendo apenas no século XX que se começa a falar propriamente em defesa civil, observamos que inundações, socorros e calamidades são palavras que ganharam foco legal muito antes desse período.

No Brasil, foi no período relativo à Segunda Guerra Mundial, precisamente em 1942, na ocasião do afundamento de embarcações militares pelo submarino Alemão U507, que se começou a pensar formalmente em uma instituição de Defesa Civil, chamado Serviço de Defesa Passiva Antiaérea[7], inspirado no serviço britânico *Civil Defense Service*.Observa-se, nesse contexto, um surgimento militarizado das questões relativas à defesa civil nacional,sendo que tais iniciativas foram suspensas após o fim da segunda Guerra em 1946 e só foram retomadas 14 anos depois

As secas da região nordeste do Brasil promoveram a retomada do debate em torno da defesa civil, possibilitando a criação da lei n. 3.742, de 4 de abril de 1960, que promovia estratégias para reparar os prejuízos provocados por fatores naturais (CEPED/UFSC, 2014). Nesse período, observa-se o início formal, no país, da associação entre defesa civil e fenômenos naturais.

Percebe-se nesse contexto, que a preocupação com eventuais questões climáticas que pudessem assolar a população levou autoridades governamentais a criarem uma série de iniciativas que objetivaram combater o problema. Data da década de 60, a criação do Plano Diretor de Defesa Civil do Estado da Guanabara; criação da Primeira Defesa Civil, estadual também no estado da Guanabara; criação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - REDEC. Tendo ainda, no final dos anos 60, sido instituído o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas – GEACAP, ambos com objetivo de prestar assistência e defesa permanente contra as calamidades públicas.

A partir dessas iniciativas observamos o surgimento de políticas de Defesa Civil voltadas para o trabalho de questões pontuais, ainda numa lógica assistencialista e primordialmente voltada para o pós-desastre. Apenas em 1988, com o decreto nº 97.274, de 16.12.1988, direcionam-se discursos para a prevenção de desastres.

Em 1990 a ONU decreta a Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais (DIRDN). É desse período a lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, que transforma a Secretaria de Desenvolvimento Regional em Ministério da Integração Regional, e a ele

[7]http://www.integracao.gov.br/historico-sedec,acesso em 05 de dezembro de 2013.

vincula a Secretaria de Defesa Civil. Também é desse período a elaboração da Política Nacional de Defesa Civil - PNDEC (Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994) estruturada em quatro eixos: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Em julho de 1999, a partir da medida provisória nº 1.911-8, posteriormente transformada na lei n. 10.683/ 2003, foi criado o Ministério da Integração Nacional, ao qual foi submetida à Secretaria Nacional de Defesa Civil (CEPED/UFSC, 2014).

Durante toda a década de 2000, observa-se que a SEDEC (Secretaria Especial de Defesa Civil) buscou focar o gerenciamento dos desastres e a capacitação de agentes locais de defesa civil. Temos ainda em 2009, a realização da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, cujos 1.500 delegados representantes dos estados, Distrito Federal e municípios brasileiros, destacaram a importância do fortalecimento das instituições de defesa civil municipais.

A segunda década do século XXI caracteriza-se pela retomada dos princípios de redução de desastres com a implantação do Planejamento Nacional para Gestão de Riscos - PNGR, a construção do Banco de Dados de Registros de Desastres e do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, a criação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNDEC, a organização do Sistema Nacional de Proteção Civil - SINPDEC, entre outras ações de gerenciamento de riscos e desastres.

Em 4 de agosto de 2010, o decreto nº 7.257 define a defesa civil como "o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres, minimizar seus impactos para a população e restabelecer o cotidiano social". O ano de 2012 foi bastante significativo para a estruturação da defesa civil no país, em decorrência da criação da lei nº 12.608 que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Sendo dispostos ainda o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC).

Para o CEPED/UFSC (2014), a lei 12.608 apresenta pequenas, mas significativas diferenças com relação à Política Nacional de Defesa Civil de 1994, enquanto a primeira tem força de lei, a última foi criada a partir de uma resolução, sendo, desse modo, menos impositiva. A lei de 2012 também estabeleceu as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, isolada e conjuntamente, pois até então as legislações vigentes definiam as responsabilidades apenas dos órgãos do CONDEC (CEPED/UFSC, 2014, 19).

A lei promove ainda maior interação entre as diversas políticas setoriais, como saúde, educação, ciências e tecnologia, com destaque para as políticas responsáveis pelo

ordenamento territorial, sinalizando uma estreita relação entre a forma como os solos são ocupados e a ocorrência de desastres.

Ao buscarmos no texto da lei referências sobre o tema risco, observamos algumas ideias do que seriam os agentes de risco alvo da defesa civil. Por exemplo, no inciso VIII, artigo 5ª do capítulo 2: "monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres",observamos claramente a carga central que os ditos fenômenos naturais ganham no documento. Mesmo quando a questão da ocupação do solo aparece no texto da lei, ela é posta de modo a reduzir o desgaste natural, a evitar intercorrências climáticas: "combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas" (Capítulo 2, artigo 5º, inciso XI).

A questão do desastre natural aparece de modo contundente ao longo de todo o texto da lei, reforçando a lógica de que, no Brasil, os desastres são causados por intempéries climáticas e que, por conseguinte, as políticas de proteção de defesa civil devem estruturar-se nesse viés. Define-se o risco, com foco nas questões "naturais"; definem-se as ações, monitoramentoda incidência desses elementos; e estimula-se a educação da população para reconhecer o risco, evitá-lo ou mesmo não o provocar.

Foucault (2008a) sinaliza que a busca por compreender fenômenos aleatórios que acometem as populações como, no caso da defesa civil, as questões climáticas, faz parte de mecanismos que o Estado utiliza para o controle das populações, possibilitando a intervenção sobre fenômenos coletivos. Cria-se um contexto específico, as áreas de risco; uma problemática específica, a questão ambiental; e, por conseguinte, todo um conjunto de práticas e saberes destinados a controlar esse novo contexto agora circunscrito, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Voltando ao resgate histórico dos marcos que estabeleceram a defesa civil no Brasil, observa-se ainda em dezembro de 2014 a realização da Segunda Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil. Os usuários, profissionais e gestores reunidos no evento buscaram problematizar e propor estratégias para fortalecer a nova política nacional de Defesa Civil. O contexto de realização da conferência foi fortemente criticado por pesquisadores, como Valencio (2014b), pela centralização dos processos decisórios, e pelo fato de o governo priorizar militares no cargo máximo de gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC).

Ao mesmo tempo que os pilares nacionais para o Sistema de Proteção e Defesa Civil foram se configurando, os estados ao longo do país também desenvolveram suas iniciativas

em Defesa Civil. Em Pernambuco, a defesa civil surge inicialmente por meio do decreto estadual nº 2.345, de 1971, chamando-se Comissão Estadual de Acompanhamento às Vítimas das Calamidades Públicas, subordinada à Secretaria Assistente, posteriormente passando a chamar-se Comissão de Defesa Civil do Estado de Pernambuco – CODECIPE, através do decreto nº 2.372, também de 1971. Segundo informações do governo do estado de Pernambuco[8], compete à CODECIPE responsabilizar-se pela assistência de defesa civil às pessoas que, porventura, sejam atingidas por fenômenos naturais, a exemplo de secas e inundações e também buscar prever recursos orçamentários próprios, necessários às ações assistenciais, de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente.

As atribuições do governo federal, estados e municípios são distintas, no tocante às ações em defesa civil. O CEPED/UFSC (2014) ressalta que as principais atribuições dos órgãos municipais de proteção e defesa são:

> (...) conhecer e identificar os riscos de desastres no Município. A partir desse conhecimento é possível preparar-se para enfrentar os desastres, como elaboração de planos específicos em que é estabelecido o que fazer, quem faz, como fazer e quando deve ser feito. (p. 123).

Os órgãos municipais de defesa civil são responsáveis pela assistência direta das pessoas atingidas por desastres, assim como, pelas estratégias de prevenção dos riscos. Devem receber apoio dos estados e do governo federal quando pertinente. A forma como cada serviço se estrutura ao longo das cidades do estado é bastante diversa, e descrevê-la foge aos propósitos da presente pesquisa, contudo, destacaremos alguns pontos que consideramos importantes para nosso estudo.

Na capital do estado de Pernambuco, Recife, o marco fundador da defesa civil ocorreu em 1986 com a criação da Comissão de Defesa Civil, tendo como foco a atuação em situações pontuais de emergência ou desastres. Foi apenas em 2004, a partir do decreto nº 20.572 que o órgão passou a ter uma estrutura de funcionamento permanente, tornando-se Coordenadoria de Defesa Civil (Codecir), atuando com o princípio básico da prevenção de acidentes.

Após sucessivas elaborações e reelaborações sobre seu corpo de profissionais, tomando como base o decreto nº 22.693/2007, a defesa civil do Recife adquiriu um corpo multiprofissional de trabalhadores, composta por Arquitetos, Assistentes Sociais,

[8] Fonte: http://www.pe.gov.br/orgaos/codecipe-coordenadoria-de-defesa-civil-de-pernambuco/ acesso 17 jul. 2014.

Engenheiros, Geógrafos, Geólogos, Psicólogos, Técnicos em Edificações e Equipe de Apoio. Temos esse período como marco fundador da inserção do profissional de Psicologia nas equipes de defesa civil da capital pernambucana. Em 2013, a então Codecir se transformou em Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC), com o objetivo de uma proposta mais autônoma de desenvolvimento e trabalho.

A PNPDEC estipula alguns indicativos gerais para as ações em Proteção e Defesa Civil, como por exemplo, que as ações na área para redução de desastres envolvam cinco momentos ou fases: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (Art. 3º). Nesse contexto, conhecer as áreas com maior probabilidade de risco de acidentes é sempre o primeiro passo a ser realizado. Tais ações auxiliam na elaboração do plano de contingência, documento que visa organizar previamente as ações que deverão ser realizadas pela Defesa Civil e pelos demais órgãos municipais em situações de emergência. A PNPDEC delibera ainda que a elaboração desse documento é de competência dos municípios. As ações de reconhecimento, assim como as ações de caráter informativo, são realizadas durante os períodos de estiagem, que em nosso estado geralmente ocorre entre os meses desetembro e abril, pois nos períodos de chuvas todo o foco de intervenções é voltado para as situações pré-emergenciais, emergenciais e pós-emergenciais.

As ações de reconhecimento de campo são denominadas monitoramento. Nessas atividades, as equipes multiprofissionais realizam visitas domiciliares aos moradores das comunidades. Cada profissional, com foco em seu saber específico, busca compreender contexto local, histórico de riscos e possíveis acidentes, situação estrutural do imóvel e conjuntura psicossocial das pessoas que residem no local. Esse levantamento situacional também possui um caráter informativo, pois uma vez que os riscos são identificados, a equipe orienta os moradores sobre práticas seguras, fornece números de telefones de emergência, realiza revestimentos dos taludes com lonas plásticas, identifica pontos comunitários estratégicos para a instalação de pluviômetros, entre outras ações que podem ser úteis para minimizar danos em situações adversas.

Observa-se, no entanto, que, ao longo das cidades do estado de Pernambuco, a forma como a Defesa civil estrutura-se varia bastante. Em nossa pesquisa, verificamos que as cidades localizadas na RMR recebem mais investimentos públicos, possuem mais profissionais e equipamentos de trabalho.

Não participaram diretamente de nossa pesquisa cidades fora da RMR, contudo, nosso acesso ao órgão estadual de defesa civil possibilitou um breve panorama de como o

sistema está estruturado nas demais cidades do estado, conforme pode-se observar no relato de entrevista abaixo:

> **P15MS5 - Bombeiro Militar:** O problema é a fase de quatro em quatro anos, então para o ano de eleição de prefeito complica bastante o tempo de vida útil da Defesa Civil no município, porque poucas delas têmos coordenadores efetivos, na sua maioria são cargos comissionados. A equipe que trabalha já é reduzida da Defesa Civil, a quantidade de técnicos já é reduzida. Os que têm ainda é comissionado e se o prefeito trocar, muito fácil de ser substituído, então a cada quatro anos a gente volta, eu não vou dizer zero porque alguns prefeitos continuam ou até na mesma situação, se for oposição muda e se não for, existe a possibilidade de ainda continuar se ele estiver fazendo um bom trabalho. (...)
> **Juliana:** Não existe uma verba específica para se criar (O cargo de coordenador de Defesa Civil)?.
> **P15MS5 - Bombeiro Militar:** Não, porque é um cargo comissionado que ele existe na maioria das prefeituras como encargo. O secretário da agricultura assume a pasta da Defesa Civil, entendeu? É o secretário de obras que assume também a pasta da Defesa Civil.
> **Juliana:** Praticamente constrói e desconstrói a cada quatro anos?
> **P15MS5 - Bombeiro Militar:** É. Tem casos que desaparece com tudo, todo o acervo que foi construído literalmente desaparece, arquivos, livros, toda a estrutura que foi construída desaparece. Então, o coordenador novo que foi nomeado ele começa do zero. E os gestores, muitos prefeitos não têm uma visão de Defesa Civil, salvo aqueles que já passaram por alguma experiência particular, aqueles que já passaram fica muito mais fácil, ele valoriza mais a sua Defesa Civil.

O discurso do bombeiro militar sinaliza a precarização dos postos de trabalho em defesa civil no estado de Pernambuco. Conforme observaremos ao longo dos capítulos analíticos, muitas são as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área. Em algumas cidades, observa-se que as ações em defesa civil são muito dependentes das iniciativas individuais de cada gestor e sofrem muitas influências de questões político-partidárias. Não adentraremos aqui a forma como cada órgão funciona especificamente, pois ao longo da pesquisa observamos que esse movimento varia muito entre cada cidade pesquisada, mas o objeto geral de cada serviço deve seguir os preceitos da PNPDEC.

No contexto de nossa pesquisa, temos observado que o SINPDEC promove uma supervalorização dos discursos que associam os riscos a questões ambientais, em detrimento de outros debates que são importantes para se pensar os desastres no país. Enfatiza-se que, quando os planejadores de Estado dizem que os desastres são naturais, buscam evitar um questionamento mais amplo sobre o processo sócio-histórico no bojo do qual se desenrola a dinâmica socioespacial (CARDONA A., 1993).

Esse movimento contrasta com outras perspectivas que ao discutir o risco, no contexto da gestão de riscos e emergência, tem voltado seus discursos às dimensões sociais, econômicas, ambientais e humanitárias do fenômeno. E nesse sentido, estimular um papel proativo por parte das comunidades que moram nas áreas com maior incidência de eventos adversos. Contudo, Bacharelanda (2005), ao pesquisar sobre o modelo de defesa civil

brasileiro, aponta que este não segue as propostas citadas anteriormente, estando voltado para atendimentos pontuais das situações de emergência, extremamente focados nas respostas e prioritariamente conduzidos pelo Estado. A comunidade, além de não ser convocada a participar, em muitos casos, é apontada como parcialmente responsável pelas ocorrências. Associam-se a essa problemática a ausência de políticas públicas de habitação, saneamento, infraestrutura, entre outras. Muitas vezes as ações em defesa civil ficam restritas à identificação dos pontos de risco e realocação precária de famílias pobres, provocando inúmeros outros processos de vulnerabilização para elas.

Valencio (2014) afirma que, devido às problemáticas acima apontadas, muitas das famílias monitoradas pela defesa civil estão expostas a ameaças recorrentes edestaca que, no Brasil, os desastres oficialmente reconhecidos estão, em aproximadamente 90% das situações, atrelados à água (chuvas intensas ou secas e estiagens). Contudo, tais acontecimentos ocorrem menos em função de eventos hidrometeorológicos em si que dos “insistentes déficits de infraestrutura para controlar os seus efeitos" (VALENCIO, 2014, p. 628).

Os desastres que vêm cada vez mais sendo noticiados pelos veículos de comunicação demonstram a complexidade que envolve o fenômeno no contexto brasileiro, pois apontam para os campos de pobreza e exclusão no qual se encontra grande parte das pessoas que residem nas cidades. Sinalizam, ainda, a fragilidade do SINPDEC no que compete ao atendimento de demandas tão complexas, denunciando a urgência com que os valores de ações e cuidados da instituição devem ser revistos (VALENCIO, 2009).

Nesse sentido, com nosso breve apanhado histórico, observa-se que a maioria das propostas de defesa civil surgem para sanar problemas pontuais, emergenciais, e superficialmente associados às questões climáticas. Até o presente momento, pouco se buscou compreender sobre quais outros fenômenos além dos climáticos e "naturais" interferem e produzem desastres. Será que, de fato, a figura do morador que se recusa a sair das áreas de risco, mesmo quando acionado pela defesa civil, não denuncia a exposição dessas pessoas a outros riscos além daqueles constantemente reforçados pelo sistema? No próximo capítulo, buscaremos ampliar nosso olhar sobre o contexto e discutir as problemáticas que enfrentam os moradores dos centros urbanos brasileiros, com destaque para os moradores das chamadas periferias e os múltiplos riscos presentes nesses espaços.

3 O RISCO E A QUESTÃO URBANA: PARA ALÉM DE UMA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Iniciaremos o presente capítulo com dois questionamentos: os fatores clima/natureza são os maiores causadores de transtornos e danos nas situações de calamidade?; será que, de fato, todas as camadas da população são atingidas de igual modo pelos chamados desastres naturais?

Não é preciso ir muito longe para responder às referidas perguntas, basta observar as capas dos jornais que estampam as imagens das cidades e pessoas atingidas pelos desastres brasileiros. A maioria são pessoas pobres, que habitam terrenos ilegais eirregulares, com edificações improvisadas e quase totalmente desprovidos da assistência do Estado.

Não estamos afirmando aqui que as classes mais favorecidas não são afetadas pelas situações de emergência que são foco da defesa civil, por exemplo, as enxurradas que atingiram a região serrana do Rio de Janeiro em 2011 atingiram pessoas de várias classes sociais. Observamos, no entanto, que para as classes menos favorecidas que habitam as periferias brasileiras, tais situações ganham tom de rotina e começam a fazer parte de um cenário habitual. Como nos alerta Freitas et al. (2012),os desastres extensivos são facilmente incorporados ao diaadia da população, passando a fazer parte do cotidiano daqueles que devem gerenciar suas vidas e do lugar comum de estar em risco.

Ao falarmos em pobreza no presente contexto, buscaremos não a reduzir a simples ausência de renda, mas refletir sobre o contexto de exclusão que o termo apreende. Rocha (2006) problematiza a pobreza como uma questão complexa que pode ser definida de modo amplo "como situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada" (p.9). Martins (2002) afirma que, ao se pensar a pobreza, não devemos ter como único foco a distribuição de renda, não podemos descuidar também das reflexões sobre equidade na distribuição dos benefícios sociais, culturais e políticos. Nesse sentido, a questão assume uma dimensão que invisibiliza os elementos sociais em interação com os econômicos.

No presente capítulo, abordaremos alguns fatores que afetam cotidianamente as pessoas que são alvo das Políticas Públicas de Proteção e Defesa Civil.Buscaremos com isso pensar os desastres para além das inúmeras problemáticas ambientais que assolam o mundo. Para discussãodo tema, dividimos o capítulo em três seções: a primeira tematiza a desigualdade social ao longo do planeta e busca compreender como essa questão interfere na

promoção dos riscos; a segunda seção discorre especificamente sobre a questão da divisão territorial no contexto urbano; e por fim, tratamos de algumas reflexões sobre a gestão da vida nos territórios classificados pela defesa civil como áreas de risco.

3.1 A DESIGUALDADE COMO PROMOTORA DE DESASTRES

Muitos caminhos são possíveis para se falar de pobreza no contexto brasileiro, desse modo, escolhemos aqui não definir o Brasil como um país pobre, mas como um povo marcado pela desigualdade. As discrepâncias apresentadas ao longo de seu território não são apenas financeiras, os acessos aos direitos e às oportunidades profissionais e sociais são extremamente desiguais. E essas são questões enfrentadas diariamente pelas pessoas que vivem nas áreas classificadas pela defesa civil como estando em risco.

Nesse sentido, como pensar em práticas seguras de cuidado pessoal frente aos desastres, se os direitos mais básicos à moradia, alimentação e segurança não são garantidos? Certamente, não temos respostas prontas para a questão acima, mas problematizar as inúmeras desigualdades que tocam o país pode ser um passo importante nesse processo.

Para Maia (2016), a reprodução das desigualdades influencia diretamente a intensificação da pobreza e não é possível pensar em combater essa última sem enfrentar a primeira. Em janeiro de 2016, no Fórum Econômico Mundial em Davos, a Oxfam[9] divulgou o relatório intitulado "Uma economia para o 1%", no qual denuncia que apenas 1% da população mundial possui mais riquezas do que as demais 99%. Os dados apresentados pela instituição indicam ainda que a porção privilegiada tem se utilizado de seus poderes para influenciar o sistema econômico, como a retenção de mais de 7,6 trilhões de dólares em paraísos fiscais, intensificando ainda mais as discrepâncias entre ricos e pobres.

Observa-se que a produção de bens e riquezas no contexto capitalista atual não tem produzido benefícios para as pessoas que se localizam na base da pirâmide de ganhos financeiros. Os recursos têm tendido a beneficiar aquelas com maior renda, acentuando as discrepâncias do processo de distribuição de capital. Uma das explicações para esse fenômeno é o retorno crescente sobre o capital em comparação ao retorno sobre o trabalho. Na maioria dos países, a proporção de renda nacional direcionada aos trabalhadores tem diminuído. Ou seja, mesmo que haja sinalização de crescimento econômico, esses ganhos não chegam aos trabalhadores, em contrapartida, os empresários têm registrado um aumento crescente de

[9]A Oxfam é uma confederação de 20 organizações que atuam em 94 países pelo fim da pobreza e desigualdade. Disponível em: http://www.oxfam.org.br/oxfam_no_mundo. Acessado em 17 de outubro de 2016.

capital, tendo, como aliados, uma série de manobras fiscais que os isentam da justa tributação sobre seus ganhos (OXFAM, 2016).

A Oxfam (2016) relata ainda que, no planeta, o desgaste ambiental médio provocado pelos 1% mais ricos pode alcançar até 175 vezes o valor do impacto causado pelos 10% mais pobres. Destaca-se que a metade mais pobre da população é responsável por apenas 10% das emissões dos gases promotores do efeito estufa. Em contrapartida, as pessoas mais afetadas pela pobreza também habitam as localidades mais sujeitas aos problemas ocasionados pelas mudanças climáticas.

Para Bauman (2008), os atuais processos de desigualdade mundial têm gerado muitos riscos, principalmente no que compete à extração de recursos naturais e degradação do meio ambiente, podendo levar à extinção da vida no planeta. O autor afirma que a lógica de promoção de conforto e bem-estar entre os mais ricos, atrelada às estratégias de geração de riquezas, não acessadas pelas pessoas mais pobres, promove desigualdades em nível catastrófico. Salienta, contudo, que o aumento da desigualdade não pode ser considerado um mero efeito colateral do desenvolvimento, sendo parte de uma ideia abstrata de felicidade e conforto que é praticamente impossível de ser universalizada.

Para que esses ideais de vida fossem distribuídos entre todas as pessoas do planeta, seriam necessários os recursos naturais de três planetas inteiros. Segundo Bauman (2008), não existem insumos para que as economias ditas em desenvolvimento alcancem os padrões de consumo usufruídos hoje pelos Estados Unidos, Canadá, Europa ocidental e Austrália. Desse modo, o autor nos aponta uma lógica de crescimento e diminuição de desigualdades que busque a sustentabilidade da vida na terra e que não fique baseada unicamente no acesso a bens de consumo.

Destaca-se, entretanto, que as desigualdades apontadas acima não são as mesmas em todos os países. Como exemplo, temos a situação de América Latina e Caribe, considerada pela Oxfam (2016b) como a região mais desigual do mundo, mesmo não sendo a mais pobre, quando se considera o acúmulo de riqueza total. Esses países são marcados ainda por uma imensa desigualdade entre homens e mulheres e entre pessoas negras e pessoas brancas. Em média, na América Latina e Caribe, uma mulher chega a ganhar 78% do salário dos homens.

Dentro de um mesmo país encontramos regiões mais e menos desiguais, esse é o exemplo do Brasil. Para Maia (2016), a herança deixada por nosso processo de colonização e pelas marcas da escravidão provocou desigualdades que atingem de modo contundente principalmente as pessoas negras e em especial as mulheres negras de nossa sociedade. Segundo a autora, apesar de nos últimos anos o Brasil ter realizado importantes avanços no

tocante ao combate à pobreza, com implementação de políticas de transferência de renda e da consolidação de instrumentos jurídicos importantes como o Estatuto das Cidades, o país continua a figurar entre os mais desiguais do mundo, ocupando o 14º lugar no ranking mundial, mesmo estando na nona posição entre as economias mundiais. São ainda grandes os desafios que precisam ser enfrentados para diminuir as injustiças em questões como renda, moradia digna, mobilidade, segurança, entre outros.

Para Scalon e Salata (2016), mesmo que a população brasileira tenha vivido, nos últimos anos, experiências positivas de inclusão via crédito e consumo, alguns fatores básicos para promoção de equidade e justiça social ainda não foram conquistados, e mesmo o aumento da renda e do consumo não garantiu a inclusão de uma forma mais ampla e estável. Como exemplo das afirmativas dos autores, temos a crescente onda de ameaças aos direitos sociais recentemente adquiridos, promovida pela atual crise política em que se encontra o país.

Sendo assim, observa-se que as desigualdades sociais são plurais no Brasil. Para Scalon e Salata (2016), a promoção de igualdade deve ser pensada conjuntamente com outras dimensões, não devendo se limitar apenas ao fator privação da renda, mas incorporando também a questão da carência de oportunidades, direitos, participação política, voz, acesso à comunicação e exposição à violência. Ou seja, a desigualdade deve ser pensada em termos do não acesso aos direitos básicos e ao bem-estar.

Mesmo que as desigualdades estejam presentes em todos os modelos de sociedade, a história de cada lugar redimensionará essas discrepâncias em um contexto local. No Brasil, nossa trajetória enquanto colônia produtora de matérias-primas, com mãodeobra escrava foi marcada pela exclusão, por movimentos discriminatórios e por políticas de cunho higienistas voltadas para as parcelas mais pobres de nossa população.

Arretche (2016) afirma que as desigualdades sociais no Brasil não podem ser medidas unicamente a partir das disparidades entre os 1% mais ricos e os demais 99% da população. As discrepâncias existentes dentro desse último grupo precisam ser foco de nossa atenção. Mesmo que o índice Gini[10] brasileiro venha recuando, tendo passado de 0,545 em 2004 para 0,490 em 2014, muito ainda temos que avançar para vencer as desigualdades que assolam o país de norte a sul.

[10] Índice criado pelo matemático italiano Conrado Gini, mede o grau de concentração de renda em um determinado grupo. É calculado a partir da diferença de renda entre os mais pobres e os mais ricos. Pode variar numericamente entre zero e um, sendo que o valor zero representa igualdade total e o valor um representa a desigualdade total.

Centrando as análises nos territórios que são foco de nossa pesquisa, destacamos que Pernambuco é o oitavo estado mais desigual do país com um Gini 0,553, estando em 19º lugar em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,673. Já a Região Metropolitana do Recife (RMR) possui um índice Gini de 0,64 e um IDHM de 0,734, sendo que esse último dado a coloca na 15ª posição entre os IDHM das 20 Regiões Metropolitanas do país. Já a capital do Estado vem aumentando seu índice Gini nos últimos anos, tendo em 1999 0,67, em 2000 mantido o Gini de 6,67 e em 2010 passando a 0,68, sendo pela 25ª vez considerada como a capital mais desigual do Brasil[11].

Os números expressos anteriormente sinalizam algumas das problemáticas com as quais convivem os participantes de nossa pesquisa, contudo, quando explorarmos o capítulo seis e apresentarmos um perfil geral das pessoas que são atendidas pela defesa civil na RMR observaremos que esse público se encontra muito abaixo dos índices registrados para região, ou seja, estudam menos que a média, recebem menos rendimentosque a média, entre outros elementos que sinalizam a vulnerabilidade dessas pessoas. Nossos participantes chamam atenção para uma parcela da população que está ainda, às margens dos direitos sociais mais básicos e que pouco acessa as políticas públicas vigentes. Nesse sentido, podemos observar que a mera existência de determinadas políticas não garante seu acesso de forma equitativa.

Quando pensarmos nos inúmeros avanços em pesquisa, na produção de alimentos, tecnologias, entre outros aspectos não podemos deixar de considerar que esses avanços não são acessíveis a todas as pessoas. Mesmo a produção de conhecimentos e os investimentos públicos para se sanar uma determinada problemática obedecem à perversa lógica do modelo capitalista de produção. Nesse contexto, muito mais do que chamar atenção para um modelo de sociedade que produz riscos em escala global, Bauman (2008) ressalta as desigualdades das políticas de enfrentamento e combate aos riscos. No que compete aos ditos fenômenos da natureza, por exemplo, pontua que a promessa de previsão e redução dos desastres considerados naturais oferece uma "distribuição seletiva da imunidade a seus efeitos" (p. 107). Segundo a lógica de um padrão centrado no desenvolvimento econômico, as tecnologias desenvolvidas para mitigação dos riscos dividem o planeta entre as vidas que são merecedoras de serem preservadas e aquelas "indignas de serem vividas" (p.107). Para o autor "o resultado

[11] A comparação entre os índices Gini das capitais foi realizada pela equipe do Jornal Diário de Pernambuco e está disponível em: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/ Acesso em 19 out. 2016.

da guerra moderna aos medos humanos parece ser sua *redistribuição social* e não sua *redução em volume*[12]" (p.107).

Os problemáticos processos de ocupação do solo no Brasil é outra questão a ser enfrentada por aqueles que objetivem trabalhar a redução de riscos no contexto da gestão de emergências e desastres. Pois, no processo de urbanização contemporâneo, cada vez mais as pessoas pobres são direcionadas para terrenos instáveis, sem infraestrutura e sujeitos a vários tipos de eventos adversos. Essa questão será aprofundada na seção a seguir.

3.2 A DIVISÃO TERRITORIAL E OS RISCOS NO ESPAÇO URBANO

Para Lefebvre (2011) a cidade representa um espaço de mediação entre ordens próximas e distantes. Sendo as próximas representadas pelas relações entre os indivíduos e seus agrupamentos próximos, família, vizinhos entre outros; e as distantes exercidas pelas grandes instituições, nas quais se destaca o Estado. Tais ordens representam a produção do urbano a partir de distintos agrupamentos que definem uma pluralidade de agências em nível macro e micro. No contexto da relação entre as ordens, a cidade apresenta-se como uma mediação que contém e mantém a ordem próxima e sustenta-se por meio de uma ordem distante. No interstício entre as disputas no cenário urbano, para o autor, o direito à cidade é garantido pelo seu valor de uso, pela garantia da virtualidade do agir de seus habitantes, que prescinde do acesso irrestrito ao urbano e a permissão de ação para os atores na ordem próxima.

Observamos, contudo, que ocupar o espaço urbano pode assumir diversas significações, a todo momento evidencia-se a cidade como território de disputas. Conforme temos discutido ao longo do presente texto, a repartição do espaço territorial, seu ordenamento e a forma como as pessoas por ele circulam têm sido alvo dos processos de governamentalização ao longo dos tempos. No presente tópico, destacaremos algumas problemáticas advindas da divisão desigual do território, principalmente nas grandes cidades.

O Brasil possui atualmente 84% de sua população residindo em áreas urbanas, com um total aproximado de 160 milhões de pessoas. Na capital do Estado de Pernambuco, residem mais de 1,5 milhões de pessoas. Esse número chega a 3.743.854 habitantes se contabilizarmos a população da RMR. As condições de vida nesses espaços dependem da

[12] Os destaques em itálico constam no texto original.

concessão de serviços públicos básicos como abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, que apesar de terem apresentado melhoras consideráveis nos últimos anos, ainda representam grandes dificuldades para os moradores das cidades. Esses fatores tocam num dos maiores desafios e carências dos centros urbanos brasileiro, a integração de políticas públicas, principalmente no quesito políticas habitacionais e de infraestrutura (MARQUES, 2016).

Para Maia (2016), são apenas pequenas parcelas da população que conseguem se beneficiar dos serviços e da qualidade de vida das grandes cidades, até mesmo direitos básicos como ir e vir são restritos nos espaços em que impera o capital. Segundo a autora, a condição humana passou a ser territorializada, exemplos disso não faltam, como a questão das lutas pelo direito à moradia que se espalham pelo país, Movimento Passe Livre, os *Rolezinhos*, ou mesmo, a questão mundial dos refugiados. Esses "territórios da desigualdade" denunciam que a posição social é também espacial. Existem bairros para ricos e bairros para pobres, existem direitos para ricos e direitos para pobres. Maia (2016) ressalta, ainda, que quando a desigualdade é naturalizada "ela passa a instituir o poder da opressão social" (p.2).

Marques (2016) afirma que a separação espacial dos locais de moradia de diferentes grupos sociais, a segregação residencial, é uma das questões presentes nas cidades que sinaliza a inexistência de políticas eficazes de regulação da terra urbana. É fato público que a questão da posse de terras no Brasil como um todo é um elemento que representa um elevado custo político e por isso poucos gestores propõem-se a pensar o caso de modo proativo. O assunto da propriedade privada no país constitui um alvo de disputas políticas entre os grandes proprietários de terra e os grupos que lutam por moradia digna nas cidades. Para o autor, a efetivação das referidas políticas é condição essencial para a redução das desigualdades nos centros urbanos.

A forma como a desigualdade socioespacial é representada varia bastante ao longo das diversas regiões do país. No Nordeste, por exemplo, os processos de modernização foram marcados por um modo de exclusão peculiar, é recorrente a presença de áreas de extrema pobreza próximas a bairros ricos. Tais localidades, marcadas pela abundância econômica, atraem a presença de pessoas que constroem suas moradias de forma precária em becos e vielas pela possibilidade de atividades econômicas que possam advir desses locais (CAVALCANTI e AVELINO, 2008).

Na Região Metropolitana do Recife (RMR), é comum identificarmos, nos bairros mais valorizados das cidades, comunidades que são constantemente assediadas pelas grandes construtoras por representarem um território a ser economicamente explorado. O bairro do

Coque, por exemplo, localizado no centro da capital pernambucana e cercado por centros comerciais, polos médicos e jurídicos, é alvo constante da especulação imobiliária por seu grande valor de mercado. Esse bairro é recorrentemente representado pela imprensa como um local violento, como espaço permeado por inúmeros riscos. Seus habitantes têm persistido no propósito de ocupá-lo, mesmo que se registre a violência largamente divulgada pela imprensa, também figuram ali exemplos de resistência como a Rede Coque Vive, que busca agregar diversas iniciativas realizadas na localidade como o Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis (Mabi); o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (Neimfa); e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através do programa de extensão Coque Vive.[13]

O Coque figura hoje como um dos grandes modelos de resistência da cidade do Recife, uma ilha atravessada pelo caos de um processo de crescimento que mais exclui do que agrega. Assim como esse local, inúmeras outras localidades lutam para sobreviver em meio às políticas desenvolvimentistas da RMR: Brasília Teimosa, parte de Santo Amaro, entre várias outras que, cada uma a seu modo, também são exemplos de resistência. Para Lefbvre (2011), o espaço urbano, ao mesmo tempo que se configura como cenário de reprodução das opressões, também pode ser vislumbrado como palco de trocas de experiências que vão além da perspectiva lucrativa.

Como citado anteriormente, um dos grandes avanços na forma política de pensar as cidades foi a criação do Estatuto da Cidade, lei federal 10.257/2001, e com ele a regulamentação nacional das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Tal instrumento está direcionado para regulamentação fundiária e criação de habitações de interesse social. A proposta da ZEIS é a regularização de áreas, como as citadas nos parágrafos anteriores, caracterizadas pela precariedade e irregularidade, como também a locação de espaços para construção de moradias populares. Recife foi a primeira cidade brasileira a utilizar o instrumento, adotado em 1983 com a Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade, lei 14.511/83. A figura 4 (ver anexo B) ilustra as áreas oficialmente demarcadas como ZEIS na cidade do Recife.

Em 2009, a lei federal 11.977 reforça a definição de ZEIS, e nos anos de 2011 e 2012 dois novos artigos, 42-A e 42-B, são inseridos no Estatuto da Cidade, definindo que a previsão das áreas a serem destinadas a habitações de interesse sociais deve ser feita a partir da delimitação de áreas de ZEIS. Para Braga (2016), nos últimos anos, o Estado tem investido

[13] Para mais informações sobre a Rede Coque Vive acesse a página do grupo no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/RedeCoqueVive/?fref=ts

muito mais na criação de novas áreas para a construção de moradias do que na regularização fundiária dos assentamentos já existentes. Para o autor, esse movimento permite:

> (...) um rebaixamento do padrão urbanístico com índices mais permissivos, institucionaliza-se um duplo ordenamento urbanístico: um, mais restritivo, para a cidade dos mais ricos e outro, mais permissivo, para a cidade dos mais pobres. A questão é se isso também não acabaria por institucionalizar a precarização das condições de moradia e ambientais dos mais pobres. (BRAGA, 2016,p. 467).

Braga (2016) critica também o Estatuto da Cidade ao deixar exclusivamente a cargo dos municípios a delimitação das áreas de ZEIS, através de seus planos diretores. E pontua que o manejo inadequado do instrumento, atrelado à flexibilização das normas urbanísticas que ele possibilita, caso seja utilizado de forma inadequada, pode causar problemas econômicos, sociais e ambientais para as cidades. Alerta ainda para a possibilidade, que tem cada dia mais se tornado realidade, de que os planos diretores direcionem a criação de ZEIS em terrenos afastados dos centros urbanos, promovendo segregação residencial, em áreas marcadas pela carência de infraestrutura e, em alguns casos, até mesmo ambientalmente inadequadas.

Nesse sentido, são fundamentais a reflexão e o controle popular sobre a criação das ZEIS voltadas à implementação de moradias populares, pois as flexibilidades de desempenho ambiental e urbanístico permitidas pelo dispositivo podem ser utilizadas para afastar ainda mais as pessoas pobres dos centros urbanos, segregando-as em locais ambientalmente frágeis e com baixo padrão de infraestrutura (BRAGA, 2016). As dificuldades para implementação das ZEIS de regulamentação fundiária não podem deixar de ser vistas também a partir da pressão que as construtoras têm feito sobre essas comunidades para usurpar suas terras.

Ronilk (2015) afirma que a partir da lógica capitalista de mercado, existe uma tendência em nível global de que o Estado se retire dos lugares onde o mercado pode oferecer serviços. No contexto habitacional, esse processo tem ocorrido por meio da monetarização da moradia, num movimento que, a partir das linhas de crédito e financiamento, passa uma dívida que deveria ser do Estado para o âmbito individual privado. Nessa linha de argumentação, a moradia cada vez mais se afasta de ser compreendida como um direito humano e passa a ser pensada como mercadoria.

O fenômeno de monetarização da moradia é também responsável pela acentuação de desigualdades, pois as construtoras além de receberem subsídios do governo e várias isenções fiscais, visando sempre ao máximo lucro, constroem as habitações destinadas à população pobre em partes remotas da cidade, devido ao baixo preço dos terrenos, caracterizadas por pouca ou nenhuma infraestrutura e serviços urbanos. Desse modo, o fenômeno exerce uma

dupla função, enquanto retira as pessoas pobres das áreas centrais e nobres das cidades, valoriza ainda mais essas porções de terra onde só algumas vidas merecem habitar (ROLNIK, 2015). Em meio a essas disputas, pessoas resistem a deixar suas casas e alguns movimentos sociais tensionam o Estado em busca de moradias de qualidade. Nessa espécie de guerra dos lugares, temos, de um lado, o lugar visto como vida, como apropriação e criação daqueles que resistem e o querem pelo seu valor de uso; do outro extremo, o lugar visto como ação do capital, para aqueles que o pensam a partir de seu valor de troca.

Para Carlos et al. (2015), na atualidade, o urbano vem cada vez mais se apresentando como um negócio que, além de atualizar questões antigas do processo de urbanização, ganha novas tintas no contexto do cenário atual. Os autores apontam para um novo sentido que as cidades e o urbano vêm tomando "reproduzir não mais as condições necessárias para a acumulação do capital *no* espaço urbano, mas reproduzir diretamente o capital por meio da produção *do* espaço urbano (CARLOS, 2015, et al., p. 8)"

Para Carlos (2015), muitas das políticas que pretendem superar a crise da reprodução social e combater desigualdades terminam por reiterá-las. Essas desigualdades se caracterizam pela centralização das riquezas produzidas por muitos, na conta de poucos, sendo por meio dela que esses poucos continuam forjando mecanismos para se manter no poder. O movimento citado pelo autor pode ser observado, por exemplo, em programas sociais populares como o "Minha Casa Minha Vida" que, segundo pesquisadores (BRAGA, 2016; RUFINO, 2016; CARLOS, et al. 2015; AMORE, et al., 2015; ROLNIK, 2015; RODRIGUES, 2014), mesmo levantando a bandeira do direito à moradia, tem sido mais lucrativo para as grandes construtoras do que proporcionado de fato a redução do déficit habitacional das parcelas mais pobres da população.

Alvarez (2015) destaca que, no modelo da cidade capitalista, a construção de moradias e infraestrutura está menos vinculada às necessidades do viver do que aos interesses daqueles que detêm as terras e que especulam nos mercados financeiros. Dessa forma, a reprodução espacial da cidade no território dissemina as segregações e os interesses de classe. Nesse processo, o Estado possui um papel central na mediação dos diversos interesses que circulam nas disputas territoriais, por deter os instrumentos jurídicos e de coação que permitem ou proíbem novas reproduções a todo momento. Observa-se, contudo que o papel mediador do Estado, longe de garantir a redução dos patamares de segregação, tem promovido ainda mais desigualdades na já mencionada guerra dos lugares.

Até agora, observamos a cidade como um todo e sua lógica desigual de segregações e desigualdades e discutimos que nas disputas por espaço nas cidades, aqueles que possuem o

capital apresentam mais possibilidade de serem ouvidos e acessarem o urbano. Mas, o que dizer da cidade autoconstruída[14]?

Segundo Pasternak e D'Ottaviano (2016), historicamente, as populações pobres brasileiras acessam a moradia a partir de três tipos de edificações: os cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, todas caracterizadas pela autoconstrução. Não iremos aqui nos voltar para a definição desses três conceitos, porém, é importante ressaltarmos que a partir de 1991, o IBGE, na tentativa de construir um termo que abarcasse todo o conjunto de moradias precárias, adotou o termo *aglomerado subnormal*[15], conceito genérico que "abarca favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros."

As autoras afirmam que a mercantilização do espaço urbano, atrelada a outros processos econômicos levou ao aumento dos aluguéis e, por conseguinte, à falta de ofertas de moradia para as populações pobres. Esse fator influenciou diretamente o crescimento das favelas ao longo do Brasil, tanto a partir do modelo de verticalização de ocupações já existentes, quanto do adensamento crescente desses espaços.

Um dado que nos chama atenção a partir dos levantamentos do Censo 2010 diz respeito ao fato de que 20% das favelas brasileiras estão situadas em áreas de encostas, sendo que nas regiões Nordeste e Sudeste esses números chegam a 1/4 dessa população. Entre 10 e 14% dessas residências ficam às margens de rios e, aproximadamente, 89 mil foram construídas em cima de aterros sanitários (PASTERNAK E D'OTTAVIANO, 2016).

Para Rufino (2016), mesmo com os avanços em infraestrutura e serviços registrados nos últimos anos, as favelas também são marcadas pelas desigualdades quando comparadas às demais áreas das cidades, principalmente quando se trata dos índices de violência, ausência ou precariedade dos postos de trabalho e proximidade dos equipamentos de saúde. Destaca-se ainda, a exposição dessas localidades a situações de risco ambiental devido à precariedade das edificações construídas em terrenos irregulares, próximas a córregos, margens de rios e canais, entre outros fatores que comprometem a qualidade de vida.

Saindo um pouco dessas reflexões e voltando para os territórios que foram contexto de nossa pesquisa, a RMR, observamos também que em suas periferias as necessidades habitacionais promovem um déficit quantitativo e qualitativo das moradias, marcadas pela

[14] A autoconstrução é definida por Sá(2009) como: " o processo no qual os próprios habitantes assumem diretamente a gestão da produção de suas moradias, adquirindo material, contratando profissionais ou trabalhando diretamente nas obras de construção ou reforma de suas moradias, localizadas principalmente nos assentamentos urbanos populares." (p.24-25).

[15] No presente texto adotaremos o termo favelas, considerando que é um conceito mais acessível à maioria dos leitores, e também como forma de posicionamento crítico com relação a um termo que caracteriza a moradia das pessoas pobres como estando de algum modo abaixo da normalidade.

precarização, pela existência falha ou mesmo inexistência de infraestrutura, equipamentos coletivos e regularização fundiária (SOUZA et al., 2015).

Para Souza et al. (2015), a carência de renda e as extremas dificuldades, das mais distintas ordens,às quais estão expostas a parcela de pessoas pobresque vivem na RMR contrasta com o crescimento econômico registrado nos últimos anos em Pernambuco. As autoras, ao analisarem dados do último Censo de 2010, relatam que do total de 818.431 domicílios da RMR, 207.209 são considerados precários, sendo que a maioria das residências particulares é ocupada por pessoas com rendimento entre meio e um salário mínimo, o que as classifica como de baixa renda. Conforme já mencionado anteriormente, a RMR, em especial a cidade do Recife, lidera os índices de desigualdade do país.

Souza et al. (2015) pontuam também que a distribuição socioespacial da RMR remonta seu passado histórico, onde prevaleciam antigos engenhos que foram posteriormente desmembrados em sítios e loteamentos de modo aleatório, a partir dos interesses de seus proprietários. Nesse processo, as áreas planas passam a ser valorizadas e a população vai sendo paulatinamente redirecionada para as áreas de morros e planícies alagáveis. Segundo as autoras, as condições de moradia nesses espaços são marcadas pelo adensamento populacional e estrutural que dificulta a circulação do ar e a acessibilidade, promovendo condições de vida precárias. São locais onde prevalece a coabitação familiar, compreendendo um índice de coabitação de 51,4% na RMR.Esse dado denuncia a carência de domicílios vagos nessa região, apontando ainda, simultaneamente, para a impossibilidade dessas famílias arcarem com as despesas pertinentes à moradia.

Os contrastes entre a opulenta vida dos mais favorecidos e a precariedade das pessoas pobres são a todo momento retratados pelas paisagens da RMR. Existe um território a ser disputado, num campo de forças desigual, marcado por um elevado déficit habitacional que chega a 62.687 domicílios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013) - 97,5% dessa defasagem estão entre pessoas com renda de até 3 salários mínimos - e pela precariedade das condições de moradia, que contrastam com polos de desenvolvimento econômico, a exemplo do complexo de Suape e do polo industrial de Goiana que, até o momento, têm sido responsáveis pela promoção de bens e riquezas apenas para uma pequena parcela da população (SOUZA et al., 2015).

Para Almeida e Pereira (2015), o direito à moradia envolve o direito à integridade física e à saúde, estando contido nestes o próprio direito à vida. As residências em assentamentos precários, sem esgotamento sanitário, segurança, garantia da integridade física e emocional de seus moradores atingem de modo contundente os direitos mais básicos das

pessoas. Não é possível dissociar o direito à moradia do direito à cidade. A produção coletiva das cidades, garante a construção coletiva das próprias pessoas, a partir de sentidos mais iguais e mais democráticos.

3.3 SOBRE A VIDA NOS TERRITÓRIOS EM RISCO

Até o presente momento, dedicamo-nos à descrição dos territórios marcados pela pobreza, pela desigualdade e pela precariedade das condições de existência. Na guerra dos lugares, o direito à moradia, preconizado pela Constituição Federal de 1988 e por vários outros tratados internacionais, encontra vários obstáculos, desde os impostos pelo desigual processo de modernização no qual vivemos até aqueles de ordem estrutural, como as características geológicas e hidrológicas das regiões. Esses complexos territórios são campos nos quais se desenrolam as ações de defesa civil das instituições participantes da presente pesquisa.

Para Medeiros e Barbosa (2016), as cidades apresentam uma série de questões de ordem social e ambiental que se relacionam, sendo resultado de processos de urbanização excludentes e desordenados que acentuam condições de risco e vulnerabilidade, em muitos casos, responsáveis pela materialização de desastres. Nesse sentido, viemos defendendo ao longo de nosso estudo que não é possível se falar em risco, no contexto do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, sem adentrarmos a precariedade das condições de vida das pessoas que são alvo de suas propostas de trabalho. Conforme foi possível observar no decorrer do presente texto, inúmeras são as problemáticas daqueles que habitam os espaços periféricos das cidades brasileiras.

Segundo dados do Cepedes/Fiocruz (2013), fatores como o crescimento populacional, o grande impacto das mudanças climáticas, a pobreza, o aumento da urbanização com falhas de planejamento, a falta de gestão no ordenamento territorial e a degradação dos ecossistemas influenciam o aumento do número de pessoas vulneráveis aos desastres. A questão da ocupação territorial está interligada com o gerenciamento do risco e, por conseguinte, com as questões socioeconômicas que perpassam a distribuição do espaço urbano.

Nesse sentido, ao tratarmos do tema risco atrelado à redução de desastres, precisamos considerar as relações das práticas político-institucionais, da circulação dos discursos e dos jogos de linguagem. Nas imbricações desses fenômenos, formam-se estratégias que, em

muitos casos, inviabilizam a construção de um território seguro para as pessoas pobres, assim como desqualificam esses grupos para lidar com sua própria condição de vulnerabilidade (VALENCIO, 2010).

Entre 1970 e 2010, a proporção da população que vivia em bacias hidrográficas sujeitas a inundações aumentou 114%; já nas regiões costeiras expostas a ciclones, o aumento foi de 192%. Enfatiza-se ainda que a elevada densidade populacional representa um condutor do risco, na qual a qualidade das moradias, a infraestrutura e os serviços são deficientes (CEPEDES/FIOCRUZ, 2013, p.5).

Segundo o relatório do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), "Pobreza e Mortes: Mortalidades em Desastres (1996-2015)", lançado pela instituição em outubro de 2016, 90% de 1,35 milhão de pessoas que morreram em decorrência dos mais de 7 mil desastres oficialmente registrados são de países considerados com baixa ou média renda. Considera-se ainda que muitos dos eventos adversos que ocorrem não chegam a ser registrados por órgãos oficiais, por diversas dificuldades relativas aos processos de notificação ainda existentes.

A entidade aponta ainda que, devido a fenômenos naturais, 19,2 milhões de pessoas abandonaram suas casas apenas no ano de 2015, sendo que esse número representa 70% do total de 27,8 milhões de pessoas que saíram de seus lares em decorrência de questões como conflitos, violência, entre outras problemáticas. Grande parte das dificuldades apontadas ocorrem em países pobres, com pouco efetividade de projetos preventivos no que compete ao combate aos desastres. Oliver-Smith (2006) afirma que nos países ditos emergentes, as perdas materiais e mortes decorrentes de eventos adversos não podem ter como únicas responsáveis a degradação no meio ambiente, devendo ser igualmente considerados os fatores políticos de exclusão, perseguição, expulsão e opressão dos grupos marginalizados.

No Brasil, um dos maiores promotores de desastres é a inexistência ou o manejo inadequado de recursos hídricos. Seja pelas questões relativas aos períodos de secas e estiagem, seja mesmo pelas enxurradas. Todos os anos, milhares de pessoas são afetadas por essas questões e dezenas de pessoas perdem suas vidas. Segundo dados do "Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2013"[16], foram oficialmente registrados, naquele ano, no país,493 desastres naturais, com a ocorrência de 183 óbitos; e 18.557.233 pessoas afetadas, entre falecidas, doentes, desabrigadas, desalojadas e desaparecidas.

[16] Até outubro de 2016, não identificamos no site no Ministério da Integração Nacional as publicações referentes aos anuários de 2014 e 2015.

Em 2013, a região mais afetada por desastres foi a Nordeste, sendo a seca a principal problemática a ser enfrentada nessa parte do país. No contexto da RMR, local no qual foi realizada a presente pesquisa, além das questões relativas a alagamentos e enchentes, os deslocamentos de massa estão fortemente relacionados aos sinistros. Os movimentos de massa - também conhecidos como deslizamentos - são definidos pelo anuário como:"O movimento de massa pode ser definido como o processo pelo qual o material rochoso se move sob a ação da força da gravidade, necessariamente sob efeito de rupturas de solo e/ou rochas." (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014, p. 51)

Grande parte dos desastres provocados por deslizamentos de massa, alagamentos e enchentes também está relacionada às problemáticas de uso e ocupação dos solos que já foram discutidas ao longo do presente capítulo. Todos os elementos vistos até aqui chamam atenção para a pluralidade de atores, materiais e não materiais, que estão envolvidos na ocorrência de um evento adverso.

Concordamos com Valencio (2010), quando ela afirma que a simples observação da precariedade dos assentamentos urbanos não pode ser o único elemento para se compreender as complexas relações de poder que perpassam o contexto. Para a autora, na contramão do que propõem muitas reflexões sobre a problemática dos desastres, três fatores precisam ser relacionados e integrados ao se pensar sobre a temática:

> a) as práticas dos agentes econômicos que comandam o mercado de terras; b) as práticas das frações do Estado que omitem providências de investimentos voltados para a segurança global das populações ali inseridas e c) as alternativas e motivações do sujeito cuja vida cotidiana – moradia, local de trabalho e rede de relações – está ali ancorada. (VALENCIO, 2010, p. 754).

Valencio et al. (2009) destacam que o modo como as pessoas compreendem e se relacionam com as situações de risco interfere diretamente na forma como se comportarão diante de situações perigosas. Nesse sentido, os meios de acesso democrático à informação e a recursos materiais e tecnológicos são fundamentais para combater as desigualdades visibilizadas e acentuadas pela ocorrência de eventos adversos.

Os autores chamam atenção para o discurso, partilhado pela literatura e por profissionais que atuam na gestão de riscos e emergências de que, no Brasil, inexiste ou existe de forma deficiente uma cultura relacionada à prevenção e proteção civil em relação aos desastres. A referida debilidade é marcada ainda por uma reduzida socialização das informações sobre a temática. Tal problemática é acentuada por uma gritante falta de preparo técnico por parte dos profissionais que atuam na área.

Ao realizar pesquisa com os profissionais do SINPDEC,Valencio et al. (2006) observaram que o sistema sociotécnico de defesa civil é verticalizado, pouco reflexivo, apresentando pouca confiabilidade entre os grupos sociais em risco de desastre, muitas vezes, por ser pouco sensível às demandas e aos direitos desses grupos.

A problemática que se apresenta na relação entre os especialistas e a questão da gestão dos riscos também se efetiva, em alguns casos, na incompatibilidade entre as visões de risco apresentadas pelas equipes e o público de usuários(as) da defesa civil. Koga (2009), ao fazer uma análise sobre a inserção dos profissionais gestores de emergências e desastres no interior das comunidades em risco, debate o processo de verticalização de saberes e imposição de modos de agir. O autor questiona as consequências de tais práticas, pensando-as como produtoras de tensões e rupturas de compreensão dos processos de existências.

> O sujeito frente a uma situação que ele entende como um crescente de anormalidade – a casa deslizando ou inundando, o telhado desfazendo-se ao vento, as paredes desabando – algumas vezes pode ser constrangido pelo *corpo perito* que intervém na situação de forma a "agir racionalmente", entendendo a racionalidade técnica como a única possível de ser adotada. (KOGA, 2009, p. 133).

Para Koga (2009), os fenômenos anteriormente descritos levam a um descompasso entre as práticas e ações dos ditos especialistas e a situação dos moradores das áreas afetadas, gerando muitas resistências por parte destes em compreender e aceitar as determinações dos profissionais de defesa civil. Tais processos levam a um ciclo de dificuldades e culpabilização, que passa a ser reproduzido não apenas pelos profissionais, mas também pela sociedade de maneira generalizada. Forma-se a figura do personagem que não compreende a situação de risco na qual está inserido e é culpabilizado por se recusar a sair de locais de risco.

Para Bauman (2008), mesmo nas economias chamadas desenvolvidas, as disparidades entres ricos e pobres é fator decisivo para os danos provocados pelos desastres. Como exemplo, o autor cita o caso de Nova Orleans em que, a despeito de toda a tecnologia desenvolvida pelo sistema de defesa civil Norte Americano, após a passagem do furacão Katrina, em 2006, foi nítida a diferença entre os danos que acometeram as pessoas ricas e os que atingiram as pobres. O autor relata que após serem emitidos os alertas de furacão, muitas das pessoas pobres não possuíam recursos para saírem de suas casas e deixar para trás os bens que levaram toda uma vida para adquirir.

Além dos fatores socioeconômicos relacionados à problemática da ocupação dos solos e ocorrência de desastres, não se pode deixar de considerar também a dimensão afetiva que permeia a construção do espaço de moradia. Vieira (2004) ressalta que o lugar, principalmente quando se trata do local de nascimento ou construção de vínculos familiares, é

extremamente significativo na maioria das culturas ao longo do mundo. A construção do espaço de moradia vai além dos investimentos financeiros, perpassando por questões afetivas e identitárias, que tornam a remoção de pessoas, mesmo que de áreas de risco, uma questão extremamente complexa.

O lugar comporta ainda as redes de apoio social, um discurso utilizado pelos profissionais de saúde, mas que se aplica também ao nosso contexto de pesquisa. Essas instâncias são definidas por Sluzki (1997) como o conjunto de relações que as pessoas compreendem como significativas, na qual podem estar contidos familiares, amigos, vizinhos, companheiros de trabalho e de escola. As redes de apoio social contribuem para o enfretamento de problemáticas individuais e coletivas. Para Rolnik (2015), a desapropriação das pessoas de seus lugares é sempre um ato de violência, por isso cabe aos profissionais que se propõem a fazê-la, trabalhar com extrema cautela e sensibilidade no sentido de provocar o mínimo de danos possíveis.

Ao destacar os elementos políticos e sociais que envolvem as pessoas que estão expostas aos riscos de desastres, não estamos aqui propondo medidas simples ou de cunho assistencialista. Observamos, ao longo do presente trabalho, e também apoiados pelos estudos de outros pesquisadores (CALIMAN E TAVARES, 2013; HÜNING E GUARESCHI, 2002; e BATISTA, 2010), que a mera associação entre risco e pobreza pode gerar ainda mais exclusão e medidas de cunho autoritário e higienista. Por esses caminhos, o risco pode ser utilizado como parte de um dispositivo de controle e vigilância, escondido sob o manto da proteção, e sob a bandeira dos já problematizados grupos de risco.

Desse modo, é possível observar que nosso atual modelo de sociedade continua atualizando processos históricos de exclusão, construindo sua territorialidade na separação entre ricos e pobres e se negando a discutir a pobreza para além de questões meritocráticas e individualistas, promovendo uma alienação pública frente às reais questões promotoras das desigualdades no país. Tal estratégia de governamentalidade (FOUCAULT, 2008a) apresenta a natureza como uma espécie de "bode expiatório", que tira o foco da negligência do Estado para com as vulnerabilidades da população e centra a problemática em elementos que são imprevisíveis, os fenômenos da natureza.

No próximo capítulo apresentaremos as aproximações epistêmico-metodológicas realizadas na presente pesquisa. Com destaque para os estudos foucaultianos sobre discurso e a Psicologia Social Discursiva de origem inglesa, que foram fundamentais para as análises do material coletado ao longo do trabalho. No capítulo cinco, trataremos de nossas estratégias metodológicas.

4 APROXIMAÇÕES EPISTÊMICO-METODOLÓGICAS

A pesquisa aqui apresentada utilizou uma metodologia de orientação qualitativa em Psicologia Social, tendo como propostas uma análise do discurso influenciada pelas concepções discursivas desenvolvida por Michel Foucault e pela Psicologia Discursiva de orientação inglesa, cujos principais expoentes são Jonathan Potter e Margareth Wetherell.

Essas duas correntes de pensamento emergiram em um momento histórico, marcado por um investimento na linguagem a partir das ciências humanas e sociais. Esse movimento, conhecido como "giro linguístico" ou "virada linguística", promoveu um deslocamento dos estudos das "ideias" - voltados para um discurso mental de caráter privado - para as análises dos enunciados linguísticos da esfera pública. Tal proposta permite afirmar que:

> Não é dentro de nossa mente que temos que "olhar" para saber como pensamos, e sim devemos "olhar" para nossos discursos; não devemos esquadrinhar nosso "interior" e, sim, devemos permanecer no "exterior" visível a todos. (GRACIA, 2005, p. 27).

Nesse sentido, a linguagem deixa de ser considerada como um simples instrumento de representação da realidade, para ser pensada como um elemento ativo de invenção do social. Ao longo de nossa pesquisa, buscamos nos aproximar de perspectivas teóricas que compartilhassem dessa concepção, olhar para os processos de construção dos sujeitos a partir das relações sociais.

No tecer da pesquisa científica alguns caminhos teóricos se complementam, mas não de forma tranquila, os encaixes em muitos casos não são perfeitos, mas visibilizar tais aproximações e rupturas faz parte do tipo de rigor que construímos em nosso estudo. Sendo assim, partilhamos das proposições trazidas por Donna Haraway (1995), que defende a perspectiva ética de uma pesquisa posicionada e situada como a objetividade possível nos estudos acadêmicos. A autora estimula a reflexão sobre os vários atores presentes na produção de conhecimento e sobre o papel político de cada um. Para ela "é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional." (HARAWAY,1995,p. 24).

Nossas escolhas metodológicas apresentam propostas distintas com relação a sua visão do sujeito, papel do discurso na sociedade e foco das propostas de análise da linguagem. A perspectiva foucaultiana sobre os discursos nos ajudará a observar o macrodiscurso, a partir

de sua construção histórica, das relações que o mesmo estabelece entre o saber, a verdade, o poder e os processos de subjetivação. Mesmo que Foucault não tenha delineado uma proposta analítica formal para o discurso, suas inúmeras pesquisas trazem uma série de contribuições para pensarmos o tema. (FOUCAULT, 2013a, 2013b, 2013c).

Da Psicologia Discursiva traremos como principais referências sua ênfase sobre os microdiscursos da linguagem em processo de ação e interação. Buscaremos ainda sua proposta para organização do processo analítico, disposição dos dados de pesquisa e sugestão da exaustiva análise sobre o material. Consideramos também a proposta trazida pelos teóricos da Psicologia Discursiva no que se refere à performatividade na produção discursiva, ou seja, os modos como os sujeitos constroem seus discursos e os efeitos que estes produzem sobre seus ouvintes (interlocutores).(DAVIES E HARRÉ, 2001; KENNETH GERGEN, 1985 e 1999; MICHAEL BILLIG,1991; POTTER E WETHERELL, 1987).

Observamos que as especificidades apresentadas pelas duas perspectivas teóricas não as tornam incompatíveis, cabendo à nossa proposta de pesquisa articular as dimensões macro e microanalíticas dos discursos sobre o risco no contexto das Políticas Públicas de Proteção e Defesa Civil.

O próximo tópico do presente capítulo será dedicado a descrever e debater as concepções de Michel Foucault sobre o discurso consideradas mais pertinentes para a construção de nosso estudo. Seguiremos apresentando os conceitos da Psicologia Social Discursiva utilizados na pesquisa. Finalizaremos com uma reflexão acerca dos principais pontos de aproximação e distinção entre as duas teorias e de como esses aspectos nos ajudaram a compreender os discursos sobre risco no contexto das SINPDEC.

4.1 MICHEL FOUCAULT E OS DISCURSOS

Michel Foucault, além de trazer forte influência à presente pesquisa a partir de seus conceitos de biopolítica das populações, governamentalidade e reflexões que derivam desses termos, interessa-nos pela singular visão que apresenta sobre o discurso. Mesmo nos deparando com pesquisadores (MACHADO 2012; DREYFUS & RABINOW, 2013) que alertam sobre a não existência de um método, nos moldes tradicionais na obra do autor, e tendo o próprio Foucault (2010) se descrito metodologicamente como "um empirista cego" (p. 229), salienta-se que sua forma de abordar e explicar o discurso trouxe inúmeras contribuições para o campo da Psicologia.

Para Veiga-Neto (2009), se buscarmos enquadrar as produções foucaultianas em visões tradicionais, em modelos "*hard*" (p.87) de produção do conhecimento científico, não encontraremos, de fato, teorias e métodos em seus trabalhos, dada a maneira ampla e pouco ortodoxa com que ele conduzia suas pesquisas. Contudo, aos nos propormos a ver suas ideias de modo "amplo/soft" (p.87), encontraremos teorias e métodos em seus escritos.

Destaca-se ainda que a obra de Michel Foucault apresenta diversas fases, e vários dos conceitos trabalhados por ele foram sendo modificados ao longo de sua trajetória. Como presente trabalho não estamos em busca de reproduzir um método foucaultiano de fazer pesquisas, mas focaremos conceitos que podem nos auxiliar a compreender nosso objeto de pesquisa, especificamente os aspectos centrais da visão de discurso produzida pelo autor durante seu período genealógico. Tal perspectiva discursiva foi muito preciosa para o estudo de uma instituição como a defesa civil, e dos multifacetados discursos sobre risco que nela coabitam.

Para Foucault (2013a), os discursos definem regimes de verdade, delimitando o que é verdadeiro do que não pode ser considerado como tal. Para ele, essas verdades não seriam descobertas, mas inventadas. Os discursos se distribuem em vários níveis na trama social, as relações que estabelecem entre os sujeitos falantes e ouvintes, as instituições que os representam, ou mesmo a disposição dos enunciados fazem parte da atribuição desses regimes de verdade.

É importante pontuarmos, contudo, que apesar de considerar os discursos como parte da sociedade, Foucault (2014) não os observa ancorados em lugar algum, ressalta que eles estão difusamente distribuídos pelo tecido social e marcam o pensamento de cada lugar e época, constituindo subjetividades.

Nesse sentido, para Foucault (2013a), o discurso não é apenas o modo de expressão dos sentidos que são produzidos na experiência cotidiana, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas, ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nosqueremos apoderar" (p.10). Desse modo, identificar quais discursos sobre o risco são valorizados e quais são afastados do contexto de defesa civil nos permitirá refletir sobre os jogos de poder que circunscrevem o espaço de nossa pesquisa.

Cabe àqueles que se propõem a analisar o discurso observá-lo como algo que vai além de uma relação mecânica com o poder, considerando-o como elemento que faz parte de um jogo complexo que vincula poder e saber. Para Foucault (2013b):

> É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber(...)É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e

> ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem à tolerância mais ou menos obscura. (FOUCAULT, 2013b, p. 111-112).

Essa relação entre poder, verdade e discurso é um ponto central no tipo de análise de discurso que aqui buscaremos desenvolver, principalmente quando consideramos um contexto multiprofissional de atuação como a defesa civil em que, como observaremos mais adiante, distintos saberes competem para determinar o que pode ou não ser considerado uma situação de risco. Foucault buscou descrever como o poder se transforma em um saber que, por sua vez, instala-se como verdade na sociedade (FOUCAULT,2014).

Ao observar as relações entre poder e discurso nas sociedades, Foucault (2013a) identifica três sistemas de exclusão que atingem os discursos: interdição, separação, e vontade de verdade. O último sistema é permeado pelos dois primeiros e é uma definição importante para o estudo que buscamos desenvolver.

A vontade de verdade, além de estar sustentada pelo suporte institucional - as bibliotecas, centros de pesquisa, entre outras-, também é reconduzida pela forma como em uma sociedade o saber é aplicado, "como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (FOUCAULT, 2013a, p.17). Nesse sentido, o material discursivo coletado ao longo da pesquisa possibilita também observar o movimento de valorização desse discurso sobre o risco de desastres associado aos fenômenos da natureza e uma certa invisibilização ou subvalorização de perspectivas mais críticas frente à problemática dos riscos.

A busca da verdade perseguiu a produção de conhecimento ao longo do tempo, mesmo hoje podemos considerar crescente a valorização dos ditos saberes peritos e, por conseguinte, uma hierarquização na produção de conhecimentos, sendo alguns considerados mais verdadeiros do que outros (BECK, 2012). Essa hierarquização dos saberes foi também identificada por Foucault (2013a), quando considera a rejeição de determinados segmentos populacionais, como os loucos por exemplo, e a desvalorização dos discursos produzidos por essas pessoas. Em nossa pesquisa, esse movimento se apresenta através da constante afirmação, por parte dos discursos oficiais, de que a população habita áreas de risco por falta de conhecimento e que a informação sobre a gestão pontual do risco é a estratégia para a mitigação do problema. Nesse sentido, a população fica segregada pelo discurso da falta de conhecimento e seus saberes e práticas são escassamente valorizados.

A vontade de verdade, que na idade clássica tinha como base o sistema jurídico, para o autor, na atualidade, é legitimada pelos especialistas dedicados às leituras da coletividade e

dos comportamentos - sociólogos, psicólogos, médicos, psiquiatras - compondo um discurso de verdade que complementaria a palavra da lei. Foucault (2013a) esclarece ainda que essa vontade de verdade não pode ser confundida pela busca por uma verdade universal, mas consiste nos mecanismos que excluem todos aqueles que buscam contornar as verdades vigentes.

Dessa forma, o olhar sobre os discursos proposto pelo autor não privilegia o saber científico em detrimento de outras fontes de conhecimento, nega ainda a perspectiva evolucionista na produção de saberes não estabelecendo distinções valorativas entre o saber/conhecimento popular e o conhecimento científico (MACHADO, 2012). Considera, desse modo, a heterogeneidade de discursos que circulam na sociedade como elementos que compõem o mundo.

Além dos sistemas de exclusão, citados anteriormente, considerados externos ao próprio discurso, correspondendo ao bloco de discursos que ressaltam o poder e o desejo, Foucault (2013a) aponta ainda os processos internos ao discurso que seriam o comentário, a disciplina e o Autor[17]. Com relação ao comentário, o teórico aponta para uma lacuna entre dois tipos de texto, os primários ou narrativas originais; e os secundários, que se originam dos primeiros e se encarregam de repetir suas ideias na busca de uma suposta verdade original. "O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado." (p.24). Já a disciplina corresponde ao conjunto de regras às quais um discurso terá de obedecer para pertencer ao domínio do verdadeiro. Para Foucault (2013a), a disciplina funciona como uma espécie de " 'polícia' discursiva" (p.34), que irá controlar os discursos e fixar seus limites.

O Autor é o princípio de agrupamento do discurso que lhe dará unidade, sendo a origem de suas significações e foco de sua coerência. Delimitará, entre outras coisas, a origem do discurso, seu nível institucional e posição na sociedade. Essa função é muito importante dentro dos estudos foucaultianos, tendo o teórico se voltado para ela em vários momentos de suas obras. Para Foucault (2011), nem todos os textos que circulam em uma sociedade são providos da função Autor, tampouco a relação entre discurso e Autor se dá de modo simples e direto, o teórico identifica quatro traços que caracterizam essa função:

> (...) a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce e se exerce uniformemente e

[17] Utilizaremos a palavra Autor, conceito discutido por Michel Foucault e aqui escrito com letra maiúscula, para o diferenciar do termo autor, com letra minúscula, utilizado como referência aos teóricos referenciados ao longo do texto.

> da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (Foucault, 2011, p. 279-280).

Para o filósofo francês, a análise da função Autorpermite pensar uma "tipologia" para os discursos, tal estudo seria insuficiente caso fosse feito apenas a partir de características gramaticais, das relações formais do discurso ou de seus objetos - considera, desse modo, a existência de propriedades discursivas que vão além de sua gramática. Nesses termos, a relação entre Autor e discurso, constitui uma "dessas propriedades discursivas" (p.286).

Foucault (2011) afirma ainda que as ideias que se originam do Autor, permitem uma série de desdobramentos e interlocuções entre outros textos e produções, como exemplos de Autores cita Marx e Freud. Para o teórico, o sujeito não é o elemento primordial do qual se originam os discursos, ele é meramente uma função variável e complexa desses discursos. O Autor seria, desse modo, uma das especificações possíveis para a função-sujeito, mas certamente não a única. O Autor não é definido por ser um gênio, mas por sua capacidade de instaurar discursividade, podendo se fragmentar em vários outros autores ao longo de suas guinadas intelectuais. (AZEVEDO NETO, 2014)

Foucault(2013a) destaca ainda um terceiro grupo de procedimentos que possibilitam o controle dos discursos e impõem limites para suas trocas e comunicações, balizando sua incorporação no e pelo social. "(...) trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam, certo número de regras, e assim, de não permitir que todo mundo tenha acesso a elas" (p.35). Nesse sentido, não é permitido acessar a "ordem do discurso" sem satisfazer determinadas regras que o tornarão qualificado para o fazer. Dentro desses grupos, o autor enquadrará as instituições religiosas, educacionais, os sistemas jurídicos, entre outros.

Desse modo, interessa-nos, na obra de Foucault, sua crítica genealógica dos discursos que buscará apreendê-los em sua possibilidade de afirmação, o poder de instituir domínios de objetos, a partir dos quais se poderiam adentrar o campo da afirmativa e da negação. Todos esses modelos de normatização dos discursos nos remetem ao nosso campo de estudos, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e ao contexto discursivo que permeia os saberes nele inseridos. A instituição defesa civil configura-se, conforme observaremos nos próximos capítulos, a partir dos discursos sobre os riscos, num modelo de sociedade pós-moderna, em que os perigos precisam nascer cientificamente para ganharem um sentido público, permitindo uma supervalorização do especialista, do saber perito. Nesse

sentido, considerando os elementos trazidos até o momento, interessa-nos identificar como funciona a circulação desses discursos sobre o risco e em direção a quais saberes e verdades eles se orientam.

Para Machado (2012), Foucault tematiza os discursos por suas regras de formação e "(...) explicita sua condição de possibilidade pela definição do discurso como conjunto de enunciados" (p. 150). Foucault (2014) descreve o enunciado como pertencente à esfera do acontecimento, sendo por isso único, mas estando aberto às repetição, reativação e transformação; o enunciado está ligado ainda ao tempo e aos enunciados que vêm antes e depois dele. O filósofo afirma, contudo, que não é possível analisá-los em todas as suas relações, será preciso escolher regiões, recortes, mesmo que provisórios. Dessa forma, a análise dos acontecimentos discursivos não pode ser vista de um modo absoluto, outras aproximações e recortes serão sempre possíveis.

Para Foucault (2006), os discursos não se constituem como meios para se chegar às verdades essenciais, eles devem ser considerados como se apresentam, desempenhando um papel no interior de um sistema no qual o poder funciona. Destaca ainda que esse poder não seria a origem desses discursos, mas algo que opera por meio deles. Nesse sentido, os discursos seriam séries de acontecimentos, séries de elementos que se operacionalizam dentro dos mecanismos gerais de poder, "acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado" (p. 254). No interior desses sistemas de poder, os discursos são componentes que se interligam a outros componentes para compor as estruturas. Sendo a função do analista descrever como ocorrem as ligações e reações entre os diversos elementos do conjunto.

Para Fisher (2001), a proposta desenvolvida por Foucault convida a analisar as relações históricas das práticas discursivas e operar com as modalidades de existência delas;observar e descrever como os discursos circulam, quais valores de verdade são atribuídos a ele e como são apropriados pelas pessoas e grupos. Ao atribuir ao discurso o caráter deacontecimento,identificar também como ocorrem rupturas nos discursos vigentes e quais as tensões, jogos e disputas desses processos.

A noção de acontecimento é proposta por Foucault (2013a) como uma das formas de ruptura da visão de linearidade histórica, fortemente criticada por ele. Tal fenômeno deve ser compreendido no âmbito da materialidade, produzindo-se como efeito de uma dispersão material. "Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal" (p.54).

Castro (2004) identificou quatro definições para o termo acontecimento ao longo da obra de Foucault: ruptura histórica, regularidade histórica, atualidade e trabalho de acontecimentalização. Foucault (2010) considera que as análises de discursos que trabalham a partir da noção de acontecimento levam em consideração as condições de existência que determinam a materialidade própria do enunciado. O foco no processo de acontecimentalização conduz o pesquisador para as rupturas, descontinuidades das tradições de pensamentos que permitiram o surgimento de realidades distintas, mas a priori compreendidas como naturais, a busca pela transformação que possibilitou a consolidação de uma situação e não de outra.

Sobre acontecimentalização, Castro (2004) destaca que:

> Con este neologismo Foucault hace referencia a una forma de proceder en el análisis histórico que se caracteriza, en primer lugar, por una ruptura: hacer surgir la singularidad allí donde se está tentado de hacer referencia a una constante histórica, a un carácter antropológico o a una evidencia que se impone más o menos a todos. Mostrar, por ejemplo, que no hay que tomar como evidente que los locos sean reconocidos como enfermos mentales. En segundo lugar, esta forma de proceder se caracteriza también por hallar las conexiones, los encuentros, los apoyos, los bloqueos, los juegos de fuerza, las estrategias que permitieron formar, en un momento dado, lo que luego se presentará como evidente. (CASTRO, 2004, p. 18).

Nesse sentido, a acontecimentalização não implicaria apenas uma procura vazia pelas rupturas, ou surgimento das singularidades sem razão, como uma mera oposição à continuidade, mas buscaria nessas rupturas explicações sobre como algumas situações ocorreram de um determinado modo e não de nenhum outro (FOUCAULT,2010). Dessaforma, romper as evidências e buscar novas conexões, eis as funções que o autor atribui a acontecimentalização, pontuando ainda que "(...) reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que em um dado momento formaram o que, em seguida, funcionará como evidencia, universalidade, necessidade." (FOUCAULT, 2006, p.339).

Para Castro (2004), a grande problemática de Foucault era saber como os homens governam a si mesmos e aos outros, através da produção da verdade, da acontecimentalização de grupos singulares de práticas, fazendo deles regimes diferentes de justiça e verdade.

A construção da verdade perpassa por vários processos, faz circular por diversas instâncias sociais, englobando discursos, instituições, edificações físicas e simbólicas, normas, leis, regras, etc. E a complexa rede que irá interligar todos esses elementos Foucault (2005) denominou de dispositivo. Os discursos que circulam nessas instâncias permitem visualizar o complexo jogo de relações que concedem a justificativa de determinadas práticas ou ações em detrimento de outras, possibilita ainda a reinterpretação de determinados saberes,

instaurando novos campos de racionalidade. Para o autor, os dispositivos aparecem como uma reposta a determinadas urgências, possuindo funções estratégicas nos mecanismos de governamentalidade. Como exemplo temos os dispositivos disciplinares, de sexualidade e de segurança, criados como formas de controle sobre a problemática dos indivíduos e das populações.

Ressalta-se ainda que os dispositivos se inscrevem nos jogos de poder, atrelam-se às configurações de saber e ao mesmo tempo que surgem dessas relações também as condicionam:"estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles." (FOUCAULT, 2005,p. 139)

Os dispositivos serão evidenciados nos momentos históricos em que for necessário o controle estratégico de alguma instância. Como exemplo, temos o dispositivo da sexualidade que é cunhado a partir da noção de que será necessário pensar em formas de gestão, não somente dos indivíduos, mas da própria população. Para Foucault, (2013b), a biopolítica faz do sexo um objeto de disputa entre os indivíduos e o Estado.

Ao passo que uma instância figura como alvo de disputas e interesses, toda uma rede de elementos irá cercá-la, estudá-la, definir seus sentidos, seus propósitos, suas funcionalidades. Desse modo, quando a sexualidade se instaura como dispositivo, ela passa a ser reinscrita pelos especialistas que ditaram regras, delimitaram espaços físicos e simbólicos para sua circunscrição e domínio. Ou seja, não é que não se falasse sobre sexo em outros modelos de sociedade ou em outros momentos históricos, mas a partir do final do século XVIII e século XIX esse passa a ser reinscrito pelo biopoder (FOUCAULT, 2013b).

Ao se tornarem alvos de disputas e interesses, a sexualidade, a disciplina,a segurança, entre outros dispositivos passaram a ter uma nova existência discursiva, que surge dos jogos de poder, saber e verdade que se instauram nas sociedades. No caso específico de nossa pesquisa, temos observado o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil como parte de um dispositivo de segurança que se estabelece em uma sociedade permeada por múltiplos discursos sobre o risco.

Foucault (2013b) afirma que durante a análise dos mecanismos pelos quais funcionam os dispositivos, deve-se segui-los buscando suas origens, condições de funcionamento, seus processos de formação, as relações entre distintos dispositivos, assim como, os fatos que buscam interditar ou ocultar. Nesse sentido, sugere a definição das estratégias de poder que são imanentes à vontade de saber que permeia o dispositivo. O autor propõe um mergulho nas produções discursivas que circunscrevem o dispositivo na seara das relações de poder, diversas e móveis.

Nesse sentido, aquilo que se fala sobre um dispositivo, deve ser observado como um quadro onde se projetam os mecanismos de poder presentes no contexto pesquisado. Os discursos que permeiam essa tela precisam ser compreendidos como descontinuidades, que não podem ser dicotomizadas entre discursos de dominação e discursos de submissão, mas "como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes." (FOUCAULT, 2013b, p. 95). Interessa ao analista observar como se dá a distribuição das distintas estratégias de interdição, de divulgação, de ocultação, as posições de quem fala no jogo de poder, as relações institucionais, deslocamentos ou reutilização de propostos iguais para objetos distintos.

Deleuze (2005), ao estudar a obra de Foucault, destaca que o saber tem por objeto as multiplicidades, "a multiplicidade exata que ele mesmo descreve, com seus pontos singulares, suas unidades e suas funções" (p.30). Desse modo, práticas discursivas formariam saberes que nem sempre estão orientados para produção de uma ciência. Mas é através do estudo dessa multiplicidade que poderemos compreender por que um dado fato ocorreu aqui, nessa época, e não em qualquer outra época ou lugar, mesmo com condições muito próximas de possibilidade.

Para Bert (2013), a análise de discurso proposta por Foucault não estabelece hierarquias entre os enunciados, pelo contrário, foca sua análise na procura por regularidades, irregularidades e rarezas. Pontuando ainda que os discursos só seriam analisáveis quando se busca as relações contextuais que são sua condição de existência, tais como instituições, processos econômicos e sociais, modos de comportamento, sistemas de técnicas e tipos de classificações (p.182). Nesse sentido, nossa busca pelas nomeações de risco, no contexto das políticas públicas de defesa civil, precisa perpassar o contexto de formação desses discursos, questionando porque determinados sentidos se evidenciam mais que outros e quais condições os favorecem e os rejeitam.

Foucault (2013c) afirma que ao contrário do que algumas pessoas poderiam dizer, o foco de seus trabalhos não foi o estudo do poder, tampouco a busca pelos fundamentos de uma analítica do poder. Para o teórico, sua busca "(...)foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos." (p. 273)

Para Veiga-Neto (2007), Foucault propõe que os processos de subjetivação se dão a partir dos modos de investigação, das práticas divisórias e pelos modos de transformação que outros aplicam e que nós aplicamos a nós mesmos. O autor identifica ainda duas formas de abordar o sujeito na obra de Foucault: (a) sujeito como assujeitado - a alguém pela dependência/controle; e (b) sujeito como aquele que está preso a sua própria identidade.

Nesse sentido, é possível observarmos que Foucault abandona o pressuposto filosófico de um sujeito "desde sempre aí", que preexistiria em relação ao mundo social, dedicando-se a analisar como se constituiu essa visão de sujeito própria da modernidade.

Para Foucault (2013c), o processo de objetivação do sujeito perpassa as relações de poder. Não sendo possível considerar que os mecanismos de sujeição estão separados dos processos de exploração e dominação. Sendo assim, o Estado apresenta-se como estrutura política que, de modo peculiar e como nem uma outra instituição, utiliza técnicas de individualização e de totalização para o controle das populações. Essa força totalizadora, mas também individualizante, faz do Estado uma estrutura política extremamente forte no modelo de sociedade atual. O autor considera o Estado como "a matriz moderna da individualização ou mesmo uma nova forma do poder pastoral" (FOUCAULT, 2013c, p. 281). Tal entidade traduz agora a lógica da salvação em questões como saúde, bem-estar, segurança, proteção contra acidentes, entre outros objetivos que capturam as subjetividades. Nesse contexto, ao passo que se identifica o processo de subjetivação promovido pelo Estado, questiona-sea possibilidade de nos desvencilharmos dele e construirmos outras estruturas e processos.

Para Foucault (2013c):

> (...) o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não é tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (FOUCAULT, 2013c, p. 283).

Foucault (2013c) considera que as práticas de resistência não são exteriores às relações de poder, mas perpassam-nas, sendo elementos que proporcionam multiplicidade a essas relações. O poder só pode existir, enquanto tal, a partir de uma diversidade de pontos de resistência que permitem sua mobilidade e sua perspectiva relacional. Nesse sentido, do mesmo modo que o poder atravessa diversas camadas do tecido social, os pontos de resistência também o fazem, perpassando aparelhos e instituições. Ao se analisar os discursos sobre um determinado dispositivo, na busca por compreender as relações de poder que ali se estabelecem, é fundamental que se observem também os pontos de resistência.

As resistências atuam como irregularidades, que se distribuem ao longo das relações de poder, podem produzir rupturas e desestabilizar os sistemas, sendo, contudo, transitórias e, em muitos casos, precárias. Nessa perspectiva, não é possível estudar as engrenagens em que se estruturam as relações de poder sem apreender os processos de resistência que delas fazem parte, que a elas se opõem e produzem tensionamentos. Visibilizar os movimentos de oposição, de revolta, permite uma crítica aos "regimes de verdade", ao monopólio dos saberes, às respostas prontas nas distintas instâncias do social. Os movimentos de resistência

reivindicam o direito de construir processos particulares de identificação e construção de subjetividades. (ALVIM, 2012).

Foucault (2004) afirma que as relações de poder remetem a uma certa flexibilidade, em que os jogos de verdade permitem o exercício de resistência e, por conseguinte, os sujeitos nesse espaço poderiam mover-se, ocupando posições de mais ou menos poder. Contudo, alguns modelos sociais são mais rígidos, não permitindo a mobilidade dessas relações, configurando-se como instâncias de dominação. Como exemplo dessas relações teríamos as situações de escravidão, onde haveria possibilidade de astúcias por parte dos sujeitos dominados, como fingir estar doente para não trabalhar, ou mesmo se alimentar da comida de boa qualidade do senhor. Esses comportamentos, no entanto, não possibilitariam por si só a saída daquele modelo de relação, a dominação. As resistências e astúcias identificadas em diferentes situações não podem ser analisadas sob aspectos individualizantes, devem ser compreendidas a partir de leituras históricas, contextuais e sociais.

Nesse sentido, as práticas de si, as rupturas e as resistências - mesmo as que são utilizadas como práticas de liberdade - não são invenções individuais,elas constituem esquemas que são encontrados pelos sujeitos e "que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social" (FOUCAULT, 2004, p. 276). Dessa forma, ao acessar os(as) usuários(as) do SINPDEC, buscamos também entender os processos de resistências, os tensionamentos, os movimentos de oposição que buscam questionar os saberes vigentes, que rompem com o modelo de sociedade que tem sido imposto pelo Estado, principalmente no que toca às camadas mais pobres da população.

Em nossa pesquisa estamos em busca dos diversos desdobramentos dos discursos sobre o risco no contexto da defesa civil, quais relações de poder, saber e verdade são vislumbradas a partir desses discursos;quais pontos de resistência desestabilizam e questionam essas relações;observar e descrever quais sujeitos emergem a partir dos múltiplos discursos sobre o risco. Partindo de noções como biopolítica e governamentalidade, discutidas anteriormente no capítulo 2, buscaremos discursos que são vivos e operam sobre a vida, a vida como objeto de disputas políticas.

Como tentativa de ampliar o debate sobre análise do discurso e incorporar novos elementos às nossas reflexões, abordaremos também algumas definições apresentadas pela Psicologia Discursiva de origem inglesa. No próximo tópico, apresentaremos os conceitos centrais da referida teoria; no tópico final do capítulo, debateremos suas possibilidades de diálogo com a perspectiva discursiva de Michel Foucault.

4.2 A PSICOLOGIA DISCURSIVA

APsicologia Social Discursiva pode ser compreendida como um tipo particular de análise do discurso, possui como característica um desenvolvimento engajado a um nível teórico, metodológico e conceitual (POTTER, 2003). Tal corrente de pensamento considera a linguagem como algo que vai além da simples expressão, tendo também a capacidade de constituir experiências e subjetividades (JORGENSEN E PHILLPS, 2002).

Para Nogueira(2001), os analistas da Psicologia Discursiva buscam padrões na linguagem e suas possíveis relações, dando especial atenção a novos termos que possibilitam às pessoas tratarem sobre coisas novas. Tais profissionais posicionam ainda a linguagem como situada dentro de um contexto social e cultural, indo além das relações pessoa-pessoa.

Potter e Edwards (2001) pontuam que o discurso falado ou escrito deve ser analisado como prática social, ou seja, o discurso deve ser, ao mesmo tempo, contemplado como objeto e como prática. Os autores explicam ainda que, sob a perspectiva da Psicologia Discursiva, o discurso é definido a partir de três características principais: ele é situado, isto é, não deve ser analisado fora de seu contexto; ele é orientado para ação; e ele é construído socialmente.

Para a referida corrente de pensamento, podemos encontrar na atividade discursiva quatro elementos fundamentais: a ação, a construção, a retórica e a variabilidade. A explicação dessas quatro características requer que alguns conceitos sejam previamente discutidos.

Potter e Wetherell (1987) afirmam que a Psicologia Discursiva possui como base teórica três correntes de pensamento: a teoria dos atos de fala, a etnometodologia e a semiologia.

A perspectiva dos atos de fala, proposta por John Austin (1955), tem como pressuposto central a não distinção entre as sentenças que produzem coisas e as sentenças que dizem coisas. O autor considera que os discursos, à medida que são utilizados para falar sobre uma determinada coisa, também permitem a construção dela, possuindo, para isso, um significado e uma força.

A partir desses pressupostos de Austin (1955), podemos considerar três elementos na fala de um interlocutor. Primeiro, ele pronuncia uma sentença com um sentido específico;segundo, tal sentença, ao ser pronunciada, possui uma força específica que pode ser a força de um pedido, uma ordem, ou mesmo uma súplica desesperada - o importante a ser destacado é que tal força aparece dissociada de seu significado; o terceiro elemento é referido

por Austin como as possíveis consequências produzidas pelos dois primeiros, sendo, dos três elementos, o de mais difícil precisão.

Potter e Wetherell (1987) consideram que a teoria proposta por Austin representa uma ruptura com as filosofias anteriores - que buscavam trabalhar com a linguagem- porque a recoloca como uma prática humana. Ou seja, pessoas utilizam a linguagem como ferramenta para fazer coisas.

Outra perspectiva teórica importante para composição da Psicologia Discursiva é a etnometodologia, desenvolvida por Harold Garfinkel (1987), a proposta possui como objetivos básicos estudar os métodos utilizados pelas pessoas para descrever o mundo social de modo racional, adequado e justificável. Desse modo, um de seus principais focos de estudo são os métodos desenvolvidos nas produções e descrições factuais (POTTER, 1998).

De acordo com Garfinkel (1987, 18), a etnometodologia faz referência a:(...) "um estudo sobre a organização do conhecimento de um membro sobre suas atividades ordinárias; sobre seu próprio empreendimento organizado, onde o conhecimento é tratado por nós como parte do mesmo ambiente que ele também organiza".

Spink e Frezza (2004) afirmam que a etnometodologia possui como objetivo a busca por analisar a racionalidade do senso comum, almejando entender como os atores sociais o apreendem e compartilham. Nesse contexto, Garfinkel pressupõe que o compartilhamento cognitivo – do qual dependeriam a interação e a comunicação - resultaria "de uma multiplicidade de métodos tácitos de formas de raciocinar" (p. 35).

De acordo com Potter (1998), a etnometodologia possui três conceitos centrais em sua proposta: a indexicalidade, a reflexividade e o método documental de interpretação.

A indexicalidade possui como princípio fundamental a ideia de que o significado de uma palavra ou expressão depende do contexto no qual é usado. Ou seja, o estudo de uma expressão não levará a um significado satisfatório se não considerar o contexto no qual ela foi empregada.

A reflexividade indica que as descrições não somente descrevem fatos, mas também os constroem. Nessa perspectiva, os fatos não são meras descrições de facetas do mundo, são também intervenções sobre ele, isto é, a "realidade" é construída ao mesmo tempo em que é descrita.

Garfinkel (1987) elaborou o conceito de método documental a partir da ideia de que quando as pessoas se propõem a compreender episódios sociais, elas o fazem em função de expectativas, modelos e noções prévias. O método documental diz respeito a tratar um aspecto real como se fosse um documento, um indicador de algo, ou representante de alguma coisa; e

funciona de forma circular, a pauta subjacente influencia e é influenciada pela situação vivida. Vejamos uma explicação fornecida pelo próprio autor para o referido conceito:

> O método [documental] consiste em tratar um aspecto real como se fosse "o documento de", "o indicador de", ou "o representante de" uma suposta pauta subjacente. Não apenas se deduz a pauta subjacente de suas evidências documentais específicas, assim como, por sua vez, se interpreta baseando-se no "que se sabe" da pauta subjacente. Cada uma se utiliza para elaborar a outra. (GARFINKEL, 1987, p.78).

A semiologia desenvolvida por Ferdinand Saussure (1857-1913), terceiro ponto de referência apresentado aqui para tratar do processo de construção da Psicologia Discursiva, é descrita por Umberto Eco (1997) como a disciplina sobre "tudo o quanto possa ser usado para mentir" (p.4). Para entendermos essa prerrogativa é preciso considerar que a semiótica busca estudar os elementos que são ou possam ser assumidos como signos. Sendo os signos, por sua vez, tudo o que pode ser assumido como substituto significante de outra coisa qualquer, ou seja, o signo é o veículo de umaideia.

Barthes (1964) afirma que o signo possui uma história muito rica e já foi utilizado em diversos momentos de formas distintas, possui uma série de termos afins, como *sinal, ícone, alegoria, índice*. Contudo, podemos classificar o signo a partir de dois componentes: um significado e um significante. O plano dos significantes constitui o campoda expressão; o plano dos significados, o do conteúdo. Quando pensamos na definição de significado, é importante destacar que ele funciona como uma representação psíquica de alguma coisa e não como a coisa em si. Funcionando como um mediador entre a matéria e sua representação.

Eco (1997) afirma que mesmo Saussure não encontrou uma definição precisa para significado, descrevendo-o como um ponto entre uma imagem mental, um conceito e uma realidade psicológica não circunscrita diversamente. O autor enfatiza ainda a ideia de significado como algo relacionado ao funcionamento de pessoas que interagem em sociedade.

De acordo com Barthes (1964), o significante sugere a mesma descrição de significado, não se podendo separar a definição do primeiro das ideias trazidas peloúltimo. O autor acrescenta apenas que a materialidade do significante pode ser representada através de sons, imagens e objetos. Barthes (1964) ressalta que a união entre o significado e o significante é definida como a significação, sendo esta observada como um processo.

Nesse momento, a semiologia aparece na busca de sistematização dessas leituras do cotidiano, na busca de compreender os valores sociais, morais e ideológicos de uma dada sociedade. Como afirma Barthes (2001), a semiologia busca dar sentido a uma série de acontecimentos aparentemente anárquicos que poderiam ser interpretados como casuais.

Desse modo, podemos argumentar que a produção de sentidos vai além da leitura do discurso linguístico ou da linguagem verbal, por assim dizer. A leitura do cotidiano possui um caráter mais complexo e requer a incorporação de mais elementos como gestos, sons e hábitos produzidos por um corpo social.

A Psicologia Discursiva não deve ser considerada unicamente como um conjunto de métodos, mas como uma complexa teorização sobre a linguagem (POTTER, 2003). Entre as distintas modalidades de análise do discurso, aqui a linguagem não é vista como um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, mas como elemento ativo da construção social (GILL, 2002). De acordo com Wetherell e Potter (1992), na perspectiva da análise do discurso desenvolvida pela Psicologia Social Discursiva, o discurso é tratado como "um potente meio orientado para a ação, e não um canal transparente de informação" (p.3). Dessa forma, o discurso dos participantes de uma pesquisa, ou os textos a serem analisados, são considerados como "aproximações em seu próprio direito" (p.3) e não como um caminho alternativo para se adentrar em elementos supostamente mais profundos como as atitudes, eventos ou processos cognitivos. Para Potter e Wetherell (1987), o termo análise do discurso engloba a análise de diversas manifestações discursivas, como entrevistas e conversas realizadas no cotidiano, por exemplo.

Para analisarmos um discurso é necessário que sejam elaboradas hipóteses sobre os propósitos e consequências da linguagem. É importante que não percamos de vista que suas funções não são sempre facilmente identificáveis, uma forma linguística não é sempre considerada uma acusação, ou encobre um aspecto ideológico, por exemplo. De acordo com Potter e Wetherell (1987), as variabilidades do discurso nos auxiliam a apreender as distintas funções que este pode incorporar.

Potter e Wetherell (1987) desenvolvem ainda um dos conceitos centrais da Psicologia Discursiva, repertórios interpretativos - recursos discursivos disponíveis no contexto cultural, que são utilizados pelas pessoas para construir acontecimentos, ações, justificativas. Os repertórios são ainda conjuntos de termos que se relacionam entre si e obedecem a uma certa coerência gramatical e estilística:

> (...) um sistema de termos utilizados para caracterizar e avaliar ações eventos ou outros fenômenos. (...) compreendendo basicamente um léxico ou registro de termos e metáforas. (...) são constituídos através de uma quantidade limitada de termos usados em construções estilísticas e gramaticais particulares. (POTTER E WETHERELL, 1987, p. 179).

Os teóricos da Psicologia Discursiva salientam que os repertórios, diferentemente do que propõe a teoria das representações sociais, não estão atrelados a determinados grupos sociais, os mesmos circulam pelas mais diversas situações sociais e podem ser utilizados pelos mais diferentes grupos, nos mais diferentes contextos. Nesse sentido, grupos sociais distintos podem possuir repertórios similares e no mesmo grupo social, ou porque não dizer em uma mesma pessoa, podem coabitar distintos repertórios sobre um mesmo tema (POTTER E WETHERELL, 1987).

A variabilidade presente nos discursos não é vista como um aspecto negativo para os psicólogos que trabalham com a análise do discurso. Uma vez que, de acordo com Potter e Wetherell (1987), para a Psicologia Social Discursiva, não se espera que o discurso de uma determinada pessoa seja sempre coerente e consistente.

Diferente de vertentes mais cognitivistas, que buscam características universais para o funcionamento do psiquismo humano e acabam subestimando os componentes sociais desse processo, a Psicologia Discursiva argumenta que a forma como nós compreendemos e caracterizamos o mundo não é universal, mas sim social e historicamente determinada.Nesse sentido, apresentam estudos interculturais que vêmdesafiar o conceito de "consistência cognitiva", defendendo que as variações nas conversações das pessoas - e mesmo contradições durante a argumentação - são muito frequentes, e que raramente essas variações são objeto de correções por parte dos produtores desses discursos (POTTER E WETHERELL, 1987).

Para Michael Billig (1991), a variabilidade é o reflexo, no discurso da pessoa que a produz, das distintas concepções que estão em conflito no interior de uma dada sociedade. As possibilidades de variações discursivas das pessoas são consequência dos distintos temas em circulação nos contextos sociais nos quais elas estão inseridas.

De acordo com Gergen (2007), o construcionismo busca enriquecer o discurso teórico expandindo o potencial das práticas humanas. Desse modo, uma nova concepção do Eu entra em voga, sendo apreendido não como uma estrutura cognitiva privada e pessoal, mas sim como um discurso acerca do Eu que é construído a partir da linguagem disponível na esfera pública. Ou seja, quando pensarmos em um trabalhador que irá se definir como dedicado ou centrado, por exemplo, devemos ter em mente que o mesmo utiliza tais termos, e não outros, à medida que os encontra disponíveis em sua esfera social.

A multiplicidade de narrativas mostra-se muito importante, principalmente no que diz respeito a suas implicações sociais. Tal variabilidade é favorecida pela imensa gama de

relações sociais em que as pessoas se veem imersas e pelas diferentes exigências desses vários contextos relacionais (GERGEN, 2007).

Ao considerarmos que cada pessoa vai se utilizar de distintos repertórios de acordo com o lugar que ocupa no jogo discursivo, podemos observar também a noção de posicionamento que se refere à mobilidade fluída com que cada uma irá circular na sociedade ocupando diferentes posições e, por conseguinte, adotando distintos repertórios. O conceito de posicionamento rejeita a noção de estrutura, considerando a pessoa como agente que circula, nem sempre de forma consciente, por diferentes contextos sem se estruturar de forma rígida ou fixa. Dessa forma, ao interagir com os outros a linguagem ganha ação e assume um caráter performático (SPINK, 2004).

Para Pinheiro (2004), o conceito de posicionamento transcende a questão da análise tendo em vista o fato de que por meio deste se busca compreender a "pessoa em sua continuidade (identidade) e multiplicidade (*selves* posicionados, em múltiplas e contraditórias narrativas)" (p.186 e 187)". Entretanto, é importante destacar que o conceito de posicionamento se contrapõe à noção tradicional de identidade tendo em vista o caráter fluido e flexível do primeiro que, por sua vez, contrapõe-seà noção mais estrutural que carrega a segunda.

De acordo com Gergen (2007) a postura construcionista não percebe a identidade como um elemento que exige uma coerência e estabilidade permanentes, não sendo estaum produto da mente e sim algo construído e reconstruído através das relações.

Para que uma determinada narrativa seja mantida, faz-se necessário que as pessoas, em um mesmo contexto social, estejam implicadas e concordem - consciente ou inconscientemente - com cada concepção processada. Por exemplo, para que um determinado discurso sobre risco seja mantido e compartilhado, os vários atores que circulam em um determinado contexto, ou pelo menos uma grande parcela deles, precisam ratificar essa ideia, caso contrário, ela não se sustentaria por si só. Ou seja, as narrativas para serem mantidas exigem negociações entre os diversos interlocutores do contexto. Nesse sentido, se fôssemos falar em identidade, esta não deveria ser considerada em um sentido individual, mas como uma construção que está apoiada em práticas coletivas e possui uma variabilidade de acordo com o contexto e com os atores que estão inseridos no jogo de posicionamentos (GERGEN, 2007).

Bronwyn Davies e Rom Harré (2001) afirmam que nos diversos lugares que ocupam, as pessoas tanto se autoposicionam - posicionamento reflexivo – como também posicionam o outro – posicionamento interativo. Desse modo, podemos observar que uma pessoa,ao se

relacionar com outras, encontra-se em um constante jogo de posicionamento que assume distintas características de acordo com os diferentes espaços que ocupa.

Nesse momento, é importante que deixemos claro que não buscamos, com o estudo dos distintos posicionamentos de uma pessoa em um dado contexto, apreender verdades ou falsidades em torno de suas construções discursivas. Nosso principal objetivo é observar como as pessoas manejam e compreendem as descrições e fatos que produzem (POTTER, 1998).

No contexto da análise do discurso, poderemos perceber, ao observar sequências de interações entre pessoas, que elas se utilizam de diversos mecanismos e procedimentos para se posicionar e posicionar o outro. Cada situação exigirá da pessoa que disponibilize uma série de recursos retóricos para construir seu argumento (POTTER, 1998). Ao longo de nossas análises, explicitaremos algumas das estratégias discursivas identificadas pelos autores da Psicologia Social Discursiva que também foram encontradas nos discursos das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa.

Davies e Harré (2001) afirmam que toda interação envolve algum tipo de posicionamento. Nesse contexto, quando perguntamos a alguém sobre um determinado tema, já o estamos convocando a tomar uma posição. Por exemplo, em nossa pesquisa perguntamosaos nossos(as) interlocutores(as) porque algumas pessoas vão morar em áreas de risco. A partir dessa questão, nossos(as) participantes apresentaram posicionamentos não apenas sobre as pessoas que moram em áreas de risco, mas sobre a defesa civil, assim como, também nomearam o risco, entre outras temáticas.

Os posicionamentos foram centrais para a compreensão dos efeitos que os discursos sobre o risco podem exercer sobre as pessoas no contexto do SINPDEC.A partir deles foi possível observar não apenas o modo como os(as) participantes posicionam os outros, mas o modo como reagem a forma como são posicionados. Nesse sentido, mesmo que as entrevistas tenham sido realizadas inividualmente, em vários momentos foi possível observar que as pessoasparticipantes dirigiram-se também a interlocutores que não estavam ali fisicamente presentes, negando, aceitando ou recriando o lugar em que foram posicionadas.

A Psicologia Discursiva não propõe uma análise que objetive categorizar pessoas em grupos específicos como, racistas, ecologistas ou nacionalistas, visa, contudo, identificar as práticas discursivas por meio das quais as categorias são construídas.Tais práticas buscam contextos de variabilidade, focam o conteúdo do discurso e visibilizam os processos de interação social, não os vendo apenas como reflexos de processos psicológicos subjacentes(JORGENSEN E PHILLPS, 2002). Para Potter e Wetherell (1987), o único

processo psicológico a ser considerado pelos analistas da Psicologia Discursiva deve ser a negociação entre as diversas vozes disponíveis, nesse contextorecolocam os fenômenos intrapsíquicos no âmbito interpessoal.

APsicologia Discursiva tem sido de preciosa ajuda para pensarmos a organização dos dados de pesquisa e as implicações e interferências do pesquisador nesse processo, além de apresentar uma série de sugestões para que possamos analisar o material reunido durante todo o processo.

4.3 ALGUNS DIÁLOGOS ENTRE A PSICOLOGIA DISCURSIVA E A VISÃO FOUCAULTIANA DOS DISCURSOS

Ao refletirmos sobre as duas perspectivas que influenciaram as escolhas teórico-metodológicas da presente pesquisa, a visão de discurso de Michel Foucault e a Psicologia Discursiva, observamos que ambas apresentam aproximações e distinções que, sob nosso ponto de vista, auxiliaram-nos a ampliar o olhar sobre nosso objeto de pesquisa, o risco no contexto das emergências e desastres e seus efeitos sobre profissionais e usuários(as) do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Buscamos no presente tópico enfatizar algumas dessas características, ressaltando, contudo, que não é possível, no espaço da presente tese de doutorado, dar conta de todas as confluências e distanciamentos entre as duas teorias.

Para Jorgensen e Phillps (2002), a utilização de múltiplas perspectivas é positivamente valorizada em grande parte das propostas de análise do discurso, uma vez que diferentes abordagens permitem uma ampliação do olhar frente aos objetos de estudo. Contudo, as autoras alertam para a necessidade de se fundamentar e justificar as escolhas teóricas realizadas para não se cair num ecletismo sem propósito.

Foucault foi um filósofo que não primou pelos rótulos, tendo múltiplas formações acadêmicas, não se apresenta como um teórico construcionista ou mesmo um pós-estruturalistas, e muitas das tentativas para defini-lo foram empreendidas por seus interlocutores. Para Dreyfus e Rabinow (2013), Foucault, ao longo de sua obra, tentou evitar análises estruturalistas que se distanciavam da noção de sentido; procurou evitar também o projeto fenomenológico de "ligar todo sentido à atividade de dar sentido de um sujeito autônomo e transcendental" (p. XXIII); e por fim, Foucault evitou ainda "(...) a tentativa do comentário de ler o sentido implícito das práticas sociais, assim como o desvelar feito pela

hermenêutica de um sentido diferente e mais profundo do qual os atores sociais têm mais uma vaga consciência" (DREYFUS E RABINOW, 2013, p.XXIII).

No que toca àPsicologia Discursiva de orientação inglesa, observamos um surgimento bastante situado e uma frequente explicitação de suas origens e influências. Grande parte dos textos que tratam sobre o tema descrevem a Psicologia Discursiva como um modo de análise de discurso que se situa no interior do movimento construcionista, com foco na linguagem, situada ainda em vertentes pós-modernistas e pós-estruturalistas. (DAVIES E HARRÉ, 2001; KENNETH GERGEN, 1985 e 1999; MICHAEL BILLIG,1991; POTTER E WETHERELL, 1987).

Observamos que tanto a perspectiva Foucaultiana quanto a Psicologia Discursiva foram alvos de críticas severas por parte de seus interlocutores, fator que não deve ser compreendido como uma depreciação, mas como reiteração de que nenhuma teoria pode ser considerada completa.

Com relação a Michel Foucault, algumas das críticas a sua teoria estão voltadas para a pouca estruturação de seu método de pesquisa, ou mesmo para as mudanças conceituais que o autor faz ao longo de sua obra. Alguns críticos das ideias de Foucault, como por exemplo, Spivak (2010), apontam ainda que o pesquisador produz uma visão de mundo eurocêntrica, tendo sempre o sujeito ocidental como referência, e pouco refletindo a respeito disso ao longo de seus trabalhos. Contudo, é possível identificar na obra de Foucault (2006) uma proposta emancipatória quando ele pontua que não cabe ao pesquisador falar pelos outros, ou mesmo decidir o que deve ser feito nas situações de desigualdade, sendo o papel dele trabalhar contra formas de poder, em espaços onde este é objeto e instrumento desses mecanismos "na ordem do 'saber', da 'verdade', da 'consciência', do 'discurso'" (FOUCAULT, 2006, p. 39).

No que se refere à Psicologia Discursiva, uma das críticas mais frequentes diz respeito ao caráter relativista do termo construção social, essa crítica é também dirigida ao próprio construcionismo - do qual a perspectiva se origina.Algumas reflexões sobre esse debate podem ser encontradas nos textos de Rasera e Japur (2005) e Weatherall (2012). Jorgensen e Phillps (2002) criticam ainda a Psicologia Discursiva pela pouca reflexão que seus teóricos realizam sobre as diferentes possibilidades de acesso das pessoas aos discursos. Assim como pela falta de detalhamento de suas análises com relação à produção, reprodução e transformação dos discursos através das particularidades linguísticas.

Uma primeira aproximação que pode ser feita com relação àPsicologia Discursiva e à perspectiva foucaultiana é a primazia pela leitura do discurso em si, não buscando nada para

além do texto. As duas perspectivas não buscam identificar quais discursos são verdadeiros e quais discursos são falsos, estão focadas na compreensão de como determinados discursos são construídos para se apresentarem como verdadeiros ou como falsos. As perspectivas também concordam que o discurso tem papel central na construção do social, contudo, abordam a questão em dimensões distintas (JORGENSEN E PHILLPS, 2002).

Michel Foucault deu ao discurso, ao longo de sua obra, um tratamento epistemológico,ele pensa o discurso como aquilo que produz uma episteme, uma forma de pensamento que vai ser própria a um determinado momento histórico; assinala alguns dispositivos, mas não se compromete com uma análise discursiva propriamente dita. O discurso é central na obra de Foucault, mas é central numa pergunta sobre esquemas de produção de conhecimento de um determinado tema, aspectos históricos de uma produção discursiva que surgem e têm funcionalidade num período e não em outro. Na Psicologia Discursiva, observa-se uma centralidade do discurso que se desdobra em técnicas, em perguntas específicas para o texto que podem ser respondidas a partir da observação do modo como o discurso é construído e apresentado. Enquanto a Psicologia discursiva irá perguntar ao discurso como ele funciona para operacionalizar as coisas, a perspectiva foucaultiana irá perguntar pela via do discurso sobre a produção de uma episteme.

A visão de discurso proposta por Foucault se distancia da Psicologia Discursiva ainda no que compete aos aspectos ideológicos. Enquanto a primeira rejeita o conceito de ideologia e nega que o contexto social no qual o sujeito está inserido condiciona ideologicamente o surgimento do discurso, a segunda apresenta um interesse sobre os efeitos ideológicos das práticas discursivas. A Psicologia Discursiva aproxima-se das propostas marxistas também no que se refere aos padrões de dominação que algumas classes sociais exercem sobre as outras. Contudo, tal aproximação com o marxismo não faz com que a teoria discursiva se afaste das ideias de poder desenvolvidas por Foucault, tendo seus teóricos também discutido sobre a questão do poder enquanto relação (JORGENSEN E PHILLPS, 2002).

Jorgensen e Phillps (2002) afirmam que muitos dos psicólogos que se utilizam da Psicologia Discursiva não apresentam um interesse particular pela forma como certos discursos que circulam na sociedade constroem os sujeitos, sendo os discursos considerados como recursos que estão disponíveis e podem ser livremente utilizados pelas pessoas na construção de suas identidades. As autoras pontuam também que a Psicologia Discursiva subestima os acessos ou restrições que determinados grupos apresentam com relação aos discursos. Para Foucault, o discurso faz parte do mundo constitutivo dos sujeitos, não sendo possível posicionamento fora dele; o discurso é apresentado ainda como fazendo parte dos

regimes de verdade que atuam nas relações saber/poder e que possibilitam os processos de subjetivação. (VEIGA-NETO, 2007).

Nesse sentido, observamos que ambas as perspectivas, foucaultiana e Psicologia Discursiva, veem o sujeito como criado a partir dos discursos. No entanto, observamos um grau de diferenciação quanto à liberdade de ação que cada abordagem permite ao sujeito dentro do discurso. Correndo o risco de sermos simplistas, podemos dizer que enquanto para Foucault o sujeito é formado pelas estruturas e efeitos do discurso, para a Psicologia Discursiva,as pessoas são mestres e escravas dele.

Na Psicologia Discursiva, os repertórios interpretativos são encarados como ferramentas presentes no contexto social e utilizadas pelos indivíduos. Quando são identificadas consistências ou inconsistências nos discursos produzidos, essas características não estariam nas pessoas, mas nos repertórios - um recurso social pertencente a todos que partilham uma dada cultura. A análise desse processo de utilização dos repertórios pelas pessoas é considerada uma análise do microdiscurso (NOGUEIRA, 2001). A interpretação foucaultiana dos discursos, por sua vez, está interessada nas suas condições de existência - institucionais, históricas- e na posição que o sujeito ocupa no interior desses discursos(FOUCAULT, 2014). Podendo ser, desse modo, considerada uma análise do macrodiscurso.

Outro ponto de diálogo entre as duas perspectivas teóricas se refere ao debate sobre os atos de fala ou *speech act*. Foucault (2014), ao debater sobre as funções do enunciado, afirma que estes não seriam iguais aos atos de fala dos analistas ingleses. Contudo, em momento posterior, o autor, ao se corresponder por meio de cartas com John Searle - sistematizador da teoria dos atos de fala descobertos por John Austin-, admite a proximidade entre os enunciados e os atos de fala. Searle e Foucault concordam com a existência de um sentido literal para os atos de fala e para os enunciados, fator que os isentaria da busca por um sentido profundo no discurso (DRAYFUS & RABINOW, 2013).

No entanto, para Dreyfus e Rabinow (2013), a principal questão que faria Foucault "negligenciar" as aproximações entre enunciados e atos discursivos seria a diferença de interesses entre o autor e os pesquisadores ingleses. O foco das pesquisas do primeiro, diferentemente das propostas destes últimos, não seriam os atos discursivos cotidianos e sim os:

> (...) atos discursivos separados da situação local de asserção e do fundamento cotidiano comum a fim de constituir um campo relativamente autônomo. (...) Tais atos discursivos ganham sua autonomia depois de serem aprovados em uma espécie de teste institucional, como regras do argumento dialético, interrogação inquisitória ou confirmação empírica. (DRAYFUS & RABINOW, 2013,p. 62)

Um último ponto que destacamos, com relação às fronteiras entre as duas perspectivas teóricas, refere-se ao papel e implicações do pesquisador diante do ato de pesquisar. A Psicologia Discursiva, afastando-se de ideais positivistas, defende a impossibilidade de uma neutralidade no ato de pesquisar. Nesse contexto, situar as correntes teóricas e visão de mundo do pesquisador é um modo de alcançar uma objetividade possível no ato de produzir conhecimentos. Outra postura adotada por esses teóricos é a inclusão das ações do pesquisador durante a construção da pesquisa, tal postura implica, por exemplo, considerar as entrevistas um processo dialógico, recomendando a transcrição e estudo também das falas do entrevistador na análise dos dados (POTTER E WETHERELL, 1987).

Com relação à perspectiva foucaultiana, como mencionado anteriormente, não encontramos um passo a passo metodológico ao longo de suas obras, mas várias reflexões que nos auxiliam a construir questionamentos e nos inspiram a atuar junto à produção de conhecimentos. Foucault (2010) enfatiza que muitas das escolhas metodológicas precisam ser realizadas após o delineamento do objeto de estudos. Hüning (2014) afirma que um estudo construído dentro da proposta foucaultiana deve centrar-se na reflexão sobre como "determinadas questões são formuladas e se constituem como problema no campo das práticas, no campo político e no campo do conhecimento" (p. 125). Para a autora, destaca-se na obra de Foucault a busca de "uma análise da complexidade da relação entre discurso e as instituições que o instauram e legitimam" (p. 141).

Tendo considerado alguns dos principais limites e aproximações entre a Psicologia Discursiva e a leitura de Foucault com relação aos discursos, esperamos que nossos interlocutores possam compreender o percurso epistêmico-metodológico que buscamos desenvolver ao longo da elaboração do presente estudo. Ratificamos que não partimos de uma visão do conhecimento como totalizante, pois não acreditamos que uma única teoria possa contemplar um objeto em sua complexidade.Defendemos a utilização de mais de uma vertente teórica como forma de ampliar o olhar sobre os fenômenos, sem pretensões de dar conta de todas as suas facetas. Nesse sentido, pretendemoscontribuir para a compreensão das relações entre micro e macro discursos nas distintas formas de nomear o risco no contexto das emergências e desastres e os efeitos que essas noções produzem sobre seus(suas) interlocutores(as)/autores(as).

5 METODOLOGIA

O presente estudo se insere em uma metodologia qualitativa em Psicologia Social. De acordo com Thomas Schwandt (2006), a pesquisa qualitativa surge a partir de um movimento crítico que questionou os padrões tradicionais de produção do conhecimento científico. As críticas realizadas não alcançaram apenas uma dimensão metodológica, estenderam-se também aos campos epistemológico, ético e político. Nesse sentido, o autor define a pesquisa qualitativa como um fazer engajado, que prioriza as pesquisas de cunho social e ressalta experiências do cotidiano.

As pesquisas de natureza qualitativa, em sua maioria, costumam combinar várias estratégias metodológicas com o objetivo de ampliar as possibilidades de observar um fenômeno a ser estudado. Denzin e Lincoln (2006) chegam a comparar o trabalho do pesquisador qualitativo à produção de uma colcha de retalhos, que precisa ser analisada em sua amplitude e totalidade para ser compreendida.

Tal dimensão de complexidade e multiplicidade que se aplica às pesquisasqualitativas precisa ser descrita pelo pesquisador de modo claro e com riqueza de detalhes, pois como nos aponta Spink e Lima (2004), as pesquisas qualitativas alcançam seu rigor muito mais pela capacidade de comunicar as estratégias, escolhas e ideias do pesquisador do que por sua capacidade de replicabilidade. Nesse sentido, uma descrição detalhada das escolhas metodológicas e principalmente dos argumentos que sustentam cada uma das decisões tomadas é fundamental para que a investigação qualitativa alcance o rigor que dela se espera.

Antes de explicitar os caminhos que percorremos para construir a presente pesquisa, as ideias que motivaram a escolha do tema e culminaram com a escrita da tese, precisaremos pontuar que o campo de pesquisa não pode ser visto como uma instância estática, que se encontra lá esperando para ser pesquisada. As decisões sobre o tema e a eleição dos textos são partes que não podem ser dissociadas do campo de pesquisa. Ao nos aventurarmos no estudo de um tema de pesquisa, desde as decisões iniciais já adentramoso campo de pesquisa. Logicamente, ao passo que desenvolvemos nossos estudos, damo-nos conta de que nem todos os lugares são igualmente fecundos para buscarmos as informações que precisamos. Lugares diferentes com contextos distintos irão nos proporcionar experiências diversas em nosso campo (SPINK, P., 2003).

Desse modo, voltamos a pontuar que nossa inserção no campo-tema de pesquisa por nós escolhido ocorreu muito antes de nossa entrada no curso de doutorado. Nestetrabalho sempre estivemos em um duplo posicionamento: pesquisadora e profissional da defesa civil. Essas múltiplas implicações foram problematizadas ao longo de todos os quatro anos de desenvolvimento da presente pesquisa, desde as reflexões sobre como adentraríamos formalmente o campo, até mesmo a escolha de nossos interlocutores. Por exemplo, decidimos não entrevistar profissionais ou usuários que trabalharam diretamente com a profissional/autora, essa postura implicou a não participação de psicólogos(as) na pesquisa, pois apenas o serviço em que a pesquisadora trabalhou dispunha dessa especialidade profissional. Outra escolha foi afastar-se do campo de trabalho por dois anos para construção da tese, não buscando algum tipo de neutralidade - a qual não acreditamos ser possível-, mas pretendendo estar minimamente do lado de fora da atuação como profissional e poder dedicar-se à escrita do texto.

Ressaltamos que os nossos posicionamentos teóricos e epistemológicos não assumem a possibilidade de uma ciência neutra, de um(a) pesquisador(a) que adentre o campo de pesquisa sem levar consigo suas vivências, conhecimentos e expectativas. Tal pressuposto, a despeito de o(a) tornar menos habilitado(a) para exercer sua função, fortalece a compreensão de que a construção do conhecimento é uma via de mão dupla, que se dá em um contexto situado social e historicamente e de modo multifacetado(RASERA; JAPUR, 2005).

Para Ranci (2005), os atores que se pretende acessar no campo-tema de pesquisa também não se constituem como esferas neutras de conhecimento que se colocam à disposição do pesquisador. Para o teórico, os atores implicados no processo de pesquisa (pessoas, documentos, contexto sócio-histórico), seja na seleção, seja na transmissão das informações utilizadas na pesquisa social, exercem uma notável influência na definição dos objetos de pesquisa e também sobre os resultados alcançados.

Considerando esses elementos, localizar nossos saberes, nossas escolhas, nossas teorias, nossas trajetórias, as dificuldades que encontramos, os desvios nas rotas previamente estipuladas é o tipo de objetividade (HARAWAY, 1995) que buscamos ao longo da construção da presente pesquisa. Inspiradas nas proposições de Haraway (1995), compreendemos que as perspectivas teóricas selecionadas para a presente pesquisa representam saberes parciais, mas que podem ser utilizados desde que não deixem de ser localizados, pensados a partir de posicionamentos críticos e conectados com outras vozes que proponham diálogos sobre a temática.

Concordamos com a autora quando esta afirma que:

> Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". (HARAWAY, 1995, p. 36).

Nesse sentido, buscamos fazer uma pesquisa não **sobre** os(as) usuários(as) e profissionais inseridos no contexto defesa civil, mas **com** essas pessoas, visualizando suas problemáticas, seus discursos e saberes sobre os temas que pretendemos estudar. Nos próximos tópicosexplicitaremos quais procedimentos foram realizados durante nossa passagem pelos diversos locais que fizeram parte do estudo, serviços, praças, shopping, lanchonetes, residências; explicitaremos como os discursos foram reunidos e quais foram as estratégias de análise utilizadas.

5.1 SOBRE OS SERVIÇOS PESQUISADOS

Ainda no capítulo 2 discutimos o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, suas origens no contexto brasileiro, as instâncias estaduais e municipais e algumas problemáticas que apresentam na atualidade. Nesta seção, apresentaremos a caracterização dos serviços que foram acessados para realização do estudo em tela.

Participaram da presente pesquisa cinco serviços de Proteção e Defesa Civil. Cada órgão participante localiza-se em uma cidade diferente dentro da Região Metropolitana do Recife (RMR), tentaremos ao máximo caracterizá-los sem identificar os municípios participantes e o nome real das instituições, garantindo, desse modo, o sigilo de todas as pessoas e instituições participantes.

Considerando as limitações da construção de uma pesquisa de doutorado, que para o acesso ao campo contou apenas com a própria pesquisadora, as instituições participantes foram selecionadas por sua proximidade da capital do estado, Recife. A princípio,seis serviços foram convidados a participar da pesquisa, dos quais,cinco concordaram. Os responsáveis pelas instituições participantes leram e assinaram Cartas de Anuência com autorização para uso de dados (modelo disponível apêndice A), nas quais concordam em indicar profissionais e usuários das instituições para participarem de entrevistas, assim como fornecer documentações oficiais que tratassem sobre suas práticas profissionais.

As cartas foram anexadas à cópia do projeto da tese, assim como outras documentações, e foram enviadas ao Comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos da UFPE. O projeto foi aprovado pelo referido comitê em maio de 2015,por meio do parecer de número 1.052.823. Após esse período, foi realizado novo contato com os serviços para continuidade da pesquisa.

Cada um dos órgãos pesquisados possui características bastante específicas e, a depender das propostas de cada município, são classificados como secretarias ou coordenadorias. Não faremos identificações nesse sentido para preservarmos o sigilo das unidades participantes. Optamos por não identificar os serviços pesquisados, pois devido às especificidades e peculiaridades de cada um, seria também possível a identificação das pessoas entrevistadas, sigilo que foi previamente acordado com todas os(as) participantes.

Os cinco serviços de Proteção e Defesa Civil acessados localizam-se em cinco cidades distintas da Região Metropolitana do Recife (RMR). Foram realizadas 36 entrevistas, 15 com usuários(as) dos serviços que são ou já foram beneficiários do auxílio-moradia[18]; e 21 entrevistas com profissionais que trabalham nos referidos serviços. Para a delimitação da quantidade de entrevistas realizadas, consideramos os seguintes fatores: disponibilidade do serviço em fornecer dados e indicar participantes; quantidade de profissionais trabalhando nas unidades; quantidade de pessoas em auxílio-aluguel em cada instituição.

A questão da disponibilidade dos serviços foi preponderante, pois alguns locais, mesmo após aceitarem formalmente participar da pesquisa, demoraram muito tempo para indicar profissionais e usuários(as) para serem entrevistados(as) e, quando o fizeram, forneceram um número bastante reduzido de opções. Essas e outras dificuldades encontradas ao longo do estudo fizeram com que nossas estratégias para acessar o campo precisassem ser revistas e adaptadas em cada uma das instituições pesquisadas. Foucault (2010) chama atenção justamente para a necessidade de que os métodos de investigação sejam adaptáveis aos objetos que se pretende estudar.

Retomando todas as observações realizadas ao longo da presente pesquisa e também os diálogos estabelecidos durante nosso contato com profissionais e gestores,decidimos tecer alguns comentários sobre o funcionamento dos serviços de defesa civil pesquisados. Nossa proposta não é estabelecer comparações entre os serviços, por isso optamos por uma

[18]Os termos auxílio-moradia e auxílio-aluguel são utilizados frequentemente nos textos oficiais e legislações sobre defesa civil, ambos indicando a concessão de valor financeiro para que pessoas possam custear moradias de forma temporária. No presente texto utilizaremos os dois termos sem problematizar possíveis diferenciações entre ambos.

descrição geral sem deixar de sinalizar que existem diferenças entre cada uma das instituições.

O acesso da população aos órgãos de defesa civil ocorre por três vias: por demanda espontânea da população, através de solicitações presenciais ou por telefone; a partir do sistema de monitoramento do próprio órgão que, considerando o mapeamento das áreas com maior incidência de acidentes, visita as famílias, analisando a estrutura de moradia, presença e condições de taludes, assim como, realiza análise socioeconômica dos residentes no imóvel, sendo esta última realizada apenas pelos órgão que possuem profissionais das ciências humanas e sociais; a partir de encaminhamentos realizados por outros serviços públicos.

A defesa civil também se aproxima da população a partir de ações informativas que são realizadas junto a comunidades previamente sinalizadas como estando em risco pelo próprio órgão. Nesses locais, a defesa civil, além de visitar residências, promove debates temáticos em escolas, associações de bairro, núcleos comunitários, entre outros. Ressalta-se novamente que esse tipo de atividade não foi identificada em todos os serviços pesquisados, alguns, diante da precariedade com que estão estruturados, limitam-se apenas a atender as demandas diretas da população.

Os serviços também utilizam um sistema padrão para classificação de risco: risco baixo (R1), risco médio (R2),risco alto (R3) e risco muito alto (R4)[19]. Após receber a visita da equipe da defesa civil, cada imóvel/família recebe uma classificação de risco e também orientações sobre os cuidados que devem ser tomados para evitar ou minimizar possíveis acidentes. Quando um imóvel é classificado como risco 4 (risco muito alto) e os residentes no local não possuem condições socioeconômicas para buscar outra moradia, alugando ou abrigando-se em casa de parentes, a equipe de analistas de defesa civil solicita junto aos órgãos competentes a concessão do benefício eventual de auxílio-moradia. Tal benefício deve ser destinado ao aluguel de nova residência até que a família possa retornar ao local de

[19] A referida classificação de risco é realizada com base em normativas técnicas de engenharia e também na política nacional de defesa civil (Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**)**, que sofre alterações periodicamente. No apêndice B expusemos o *D28S1 - Documentos que orientam ações*, esse material,fornecido por um dos serviços participantes, resume os critérios utilizados para classificação de risco na instituição. No apêndice C trouxemos ainda o quadro 1 contendo um resumo explicativo para classificação de risco desenvolvido por Carvalho e Galvão (2006). Apresentamos esses documentos como forma de aproximar o(a) leitor(a) do tipo de classificação de risco desenvolvido pela defesa civil. Ressaltamos que esses documentos devem ser interpretados como referências e que a forma como os serviços pesquisados classificam os riscos foi qualitativamente debatida durante as análises apresentadas nos próximos capítulos.

origem - quando sanada a situação de risco, ou receba uma nova moradia. Conforme discutiremos ao longo deste trabalho, o auxílio-moradia não é um recurso disponibilizado por todos os serviços pesquisados.

Caracterizaremos a seguir cada uma das unidades participantes, o modo como foram acessados(as) os(as) entrevistados(as) e os documentos que serão foco de nossas análises:

O Serviço 1 (S1) possui aproximadamente 79[20] técnicos de nível superior trabalhando no atendimento ao público regularmente e um total aproximado 5.666 famílias em auxílio-moradia. O referido órgão possui seis regionais distribuídas ao longo da cidade e, dentro da disponibilidade ofertada pela instituição, optamos por convidar dois profissionais de nível superior, de cinco regionais, totalizando 10 convites, dos quais nove foram aceitos. Vinte e oito documentos foram coletados, dos quais 24 são relatórios multiprofissionais para inclusão de famílias no auxílio-aluguel. Esses documentos contêm, além da justificativa para inclusão de pessoas no auxílio-aluguel, números para contato com essas pessoas. A partir da leitura dos documentos foram realizados 10 convites e seis pessoas aceitaram ser entrevistadas.

O Serviço 2 (S2) possui cinco profissionais de nível superior, três de nível médio, e não havia ninguém recebendo auxílio-aluguel no período da pesquisa. Nesse grupo todos(as) os profissionais foram convidados a participar da pesquisa e quatro deles concordaram. Foram disponibilizados 19 documentos, dos quais, 15 são relatórios multiprofissionais para inclusão de famílias no auxílio-moradia. A coordenadora do serviço informou que o município não disponibiliza auxílio para os usuários da defesa civil e que,nos casos em que se avalia a necessidade de remoção de famílias de áreas de risco, elas são encaminhadas para casa de parentes ou para abrigos provisórios. A profissional identificou, contudo, um grupo de pessoas que, após as fortes chuvas que atingiram o estado no ano de 2010, foram beneficiadas por um auxílio-aluguel disponibilizado pelo governo federal durante, aproximadamente, 2 anos, após esse período, o benefício foi interrompido sem que nenhuma solução habitacional fosse disponibilizada às pessoas atingidas. Mesmo sabendo que as famílias não estavam mais recebendo o auxílio, consideramos que suas experiências poderiam contribuir para nossa pesquisa, decidimos realizar oito convites e cinco usuários(as) aceitaram ser entrevistados(as).

[20] O quantitativo de funcionários de cada instituição será fornecido em número aproximado, pois observamos que devido a questões administrativas, esse número pode ser flexibilizado, tendo variado ao longo dos meses em que ocorreu a pesquisa. Nas cidades com quantidade maior de profissionais, optamos por entrevistar apenas os profissionais de nível superior que trabalhavam diretamente com atendimento ao público. Nas cidades com número reduzido de profissionais, trabalhadores(as) de nível técnico, que atuavam no atendimento aos usuários(as), também foram entrevistados(as).

O serviço 3 (S3) possui apenas dois profissionais, um de nível superior e um de nível médio, ambos foram entrevistados. Seis documentos foram coletados, dos quais quatro são fichas de avaliação de risco, que eram utilizadas para incluir pessoas no auxílio-moradia. A instituição não informou o número total de pessoas beneficiárias do auxílio-aluguel no município e indicou apenas duas pessoas para as entrevistas. Um dos imprevistos metodológicos, ou porque não dizer "saias-justas" (BONETTI; FLEISCHE, 2007), ocorridos durante a pesquisa foi a imposição feita pelo gestor da unidade de estar presente durante as entrevistas com as usuárias. Ele telefonou para as duas jovens senhoras perguntando se elas poderiam receber estudantes da universidade que estavam interessadas em suas experiências de sinistro, as usuárias aceitaram e seguimos no mesmo dia para suas casas, junto com o referido profissional. Nesse contexto, a questão da confidencialidade das identidades das entrevistadas perante o serviço não pôde ser viabilizada. A entrevista ocorreu, no entanto, no formato de uma roda de diálogos em que participaram as duas pessoas indicadas, o próprio gestor e outros membros da família que estavam em casa naquele momento. Todas as vozes que participaram daquele momento foram transcritas e suas interlocuções consideradas no momento das análises. As questões levantadas durante a discussão ficaram centradas em torno da experiência de sinistro vivenciada por elas e dos acontecimentos posteriores ao período emergencial. Os questionamentos que demandavam às entrevistadas que avaliassem pontos positivos e negativos da defesa civil foram retiradas do roteiro com o intuito de não provocar constrangimentos às usuárias por estarem na presença do gestor. Contudo, durante vários momentos, elas apresentaram posicionamentos críticos com relação à defesa civil, conforme observaremos ao longo dos capítulos analíticos, e o gestor não interferiu verbalmente em seus posicionamentos. Não podemos deixar de considerar,entretanto, quea presença física do representante da defesa civil foi um fator que interferiu no desenvolvimento das entrevistas.

O serviço 4 (S4) possui 17 profissionais de nível superior e 1.451 pessoas em auxílio-moradia. A referida instituição dificultou bastante nosso acesso aos profissionais, aos documentos oficiais e aos beneficiários(as) do auxílio-moradia. Após inúmeros contatos e muitas negociações, dois profissionais foram entrevistados e 14 documentos foram coletados, dos quais 10 são relatórios multiprofissionais para inclusão de pessoas no auxílio-aluguel. Dos documentos fornecidos, muitos não continham o contato dos participantes, impossibilitando que o convite para participação nas entrevistas fosse realizado. Em virtude disso, ao final do período estabelecido para a coleta de informações, apenas duas entrevistas foram realizadas com usuárias dessa unidade.

O serviço 5 (S5) possui 37 funcionários em seu quadro de profissionais e nenhum usuário em auxílio-aluguel. Desses profissionais, quatro foram entrevistados, pois grande parte do corpo de profissionais trabalha em atividades de campo e nosso acesso a eles foi bastante restrito. A instituição não possuía pessoas em auxílio-aluguel no momento da pesquisa e também não produz rotineiramente documentos para inclusão de famílias no auxílio-moradia. O serviço forneceu nove documentos para análise.

Para garantir uma melhor visualização do material coletado durante o contato com as instituições pesquisadas, confeccionamos quadro abaixo:

Quadro 2: Número de entrevistas e documentos disponibilizados por cada serviço

Tipo de documento[21]	**Serviços Participantes**					
	Serviço 1	Serviço 2	Serviço 3	Serviço 4	Serviço 5	**Total**
Usuários(as)	6	5	2	2	0	**15**
Profissionais	9	4	2	2	4	**21**
Documentos que justificam a inclusão de famílias no Auxílio-moradia	24	15	4	10	0	**53**
Material Informativo	3	0	1	2	0	**6**
Documentos que orientam ações	1 (plana)	4	1	2	5	**13**
Relatos de Sinistro	0	0	0	0	6	**6**

Não discutiremos no presente capítulo a forma de funcionamento das instituições pesquisadas, pois, devido à multiplicidade das rotinas de trabalho que foram identificadas, fugiríamos aos propósitos do capítulo. Algumas reflexões sobre isso serão realizadas ao longo dos capítulos analíticos.

5.2 SOBRE AS ENTREVISTAS

Todas as entrevistas realizadas na presente pesquisa foram do tipo semiestruturadas.Nossa escolha por esse método ocorreu pela flexibilidade que o referido

[21] Além dos relatórios profissionais, outros documentos foram coletados ao longo da pesquisa, a forma como os mesmos foram coletados e classificados foiexplicitada no ítem 5.3.

modelo permite, que possibilita um maior diálogo entre o entrevistado e o entrevistador. De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004), a característica interativa das entrevistas permite que temas complexos sejam abordados e explorados de forma profunda.

Concordamos com Minayo (2012), quando a autora argumenta que nossas teorias e hipóteses são fundamentais para a imersão no campo de estudos, porém, deveremos estar abertos para as questionar buscando as informações previstas, mas atentos às discrepâncias e imprevisibilidades que podem solicitar modificações em nosso roteiro inicial. Tal prerrogativa foi utilizada durante todo o processo de realização destetrabalho, tendo os diversos cenários onde foram realizados os encontros entre participantes e pesquisadora sido de fundamental importância para a forma como as entrevistas ocorreram.

As entrevistas no âmbito de nossa pesquisa são consideradas práticas discursivas, pensadas como ações situadas e contextualizadas, que permitem a produção de sentidos e a construção de versões da realidade (ODETTE PINHEIRO, 2004). Essa técnica é compreendida no contexto deste estudo como processo dialógico que busca tecerreflexões temáticas com o outro. Nesse sentido, foram considerados como material analítico não apenas os discursos construídos pelas pessoas entrevistadas, como também questões e interações propostas pela entrevistadora (SOUZA; CARVALHO, 2016).

Dois grupos de pessoas foram entrevistados, conforme anteriormente descrito, profissionais do serviços de Proteção e Defesa que trabalham diretamente com atendimento ao público e usuários(as) dos referidos serviços que são ou já foram beneficiários(as) do auxílio-aluguel/moradia. Todas as entrevistas foram realizadas pela autora.

Considerando as diretrizes para pesquisa com seres humanos, que buscam a proteção dos direitos dos envolvidos nela, e conforme os aspectos éticos indicados pela Resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, todas as entrevistas foram realizadas após os entrevistados lerem e assinarem um termo de consentimento livre e esclarecido (TCL) (ver apêndice D). No referido termo está presente um resumo dotrabalho, os direitos dos(as) participantes e dados das pesquisadoras responsáveis. No termo também é formalmente solicitada autorização para gravar o áudio das entrevistas.

Além do procedimento formal de assinatura do TCL, buscamos ratificar durante todo o nosso encontro a garantia do direito de nossos participantes. Consideramos que todo o processo de entrevista é, por si só, intimidador: o encontro com uma pessoa desconhecida, a assinatura de um documento formal, com a inclusão de número de documento, a necessidade da presença de duas testemunhas, além do gravador como elemento que captura o encontro; todos esses elementos podem gerar desconfortos na pessoa entrevistada. Nesse sentido,

buscamos reforçar ao longo de todo o encontro a garantia da confidencialidade, o direito de desistência em qualquer momento, inclusive nos dias posteriores à entrevista efornecemos contatos da pesquisadora e da própria UFPE, para que possíveis dúvidas fossem suprimidas quanto à identidade dos pesquisadores e a formalidade da pesquisa.

Souza e Carvalho (2016), ao tratarem sobre as questões éticas das pesquisas em Psicologia, pontuam que o consentimento dos participantes deve ser pensado para além das formalidades exigidas pelos comitês de ética. As autoras sugerem a construção de um processo de produção de conhecimento que seja realizado não "sobre pessoas", mas "com pessoas", e como uma das ferramentas de mobilização para isso deixamos aos entrevistados(as) a possibilidade de assinatura do TCL apenas no final das entrevistas, quando já pudessem ter a dimensão do conteúdo produzido e assim tivessem mais propriedade para autorizá-lo ou não.

Encontramos resistência por parte de alguns entrevistados, principalmente os usuários das políticas, com a assinatura do TCL no início das entrevistas, e os cuidados estabelecidos acima foram de fundamental importância, não apenas para garantia da formalidade do processo de assinatura, mas para que as entrevistas ocorressem de modo acolhedor e não produzisse desconfianças ou medo de vazamento de informações. Em um caso específico, um interlocutor expressou diretamente que temia que suas críticas chegassem aos funcionários da defesa civil e não permitiu que algumas de suas declarações fossem gravadas. Todos os participantes assinaram o TCL, alguns, porém, só o fizeram ao final das entrevistas.

As entrevistas com os profissionais(ver roteiro no apêndice E) buscaram abordar três eixos centrais: a) caracterização da experiência profissional e dos locais de trabalho; b) qualificação do risco, sua classificação e gerenciamento; c) caracterização dos(as) usuários e como esses gerenciam o risco. Para contemplar esses três focos foram elaboradas 15 questões. Os encontros com os profissionais ocorreram em seus próprios locais de trabalho, quando possível em salas isoladas, mas sempre considerando os aspectos de conforto dos entrevistados, e a garantia de sigilo sobre o conteúdo das entrevistas. Algumas dessas pessoas preferiram espaços reservados distantes dos demais colegas de trabalho, outros, por sua vez, optaram por locais de livre circulação de pessoas como escritórios coletivos, por exemplo. Interpretamos esse movimento por parte dos especialistas como uma necessidade de evidenciar aos demais colegas de trabalho que nenhum conteúdo oculto estaria sendo revelado por eles. Ao início de cada entrevista, reforçamos os objetivos da pesquisa e o

direito de interrompê-la quando julgassem necessário, ou mesmo a possibilidade de não responder a questões sem a necessidade de justificativa.

Realizamos 21 entrevistas com profissionais nos cinco serviços de defesa civil participantes. Foram acessados(as) sete assistentes sociais, cinco engenheiros civis, quatromilitares do corpo de bombeiros com distintas formações não relacionadas com defesa civil, um geólogo, um pedagogo, umasocióloga, um bombeiro civil e um técnico em edificações. Explicitaremos melhor as características dos trabalhadores, idade, tempo de trabalho na defesa civil, entre outras características, em uma seção específica no capítulo 6.

Para asentrevistas com os(as) usuários(as)- ver roteiro no apêndice F - também foram abordados três eixos temáticos: a) sua história na localidades em que vive; b) caracterização do risco, e estratégias de gerenciamento; c) relação com o órgão de defesa civil de referência. O roteiro dessa entrevista foi composto por 15 questões. Ressalta-se que questões foram introduzidas ou suprimidas, e mesmo a forma como os questionamentos foram elaborados variou de acordo com o contexto em que os encontros ocorreram. A estratégia de acesso aos usuários(as) buscou garantir-lhes o maior conforto e privacidade possíveis, optamos assim por não realizar os encontros nos espaçosdo serviço.

Solicitamos aos profissionais entrevistados, ou coordenadores das instituições pesquisadas, que nos fornecessem documentos que fundamentam/justificam a inclusão de pessoas no auxílio-aluguel.A partir desses documentos, selecionamos pessoas e as contatamos por telefone. Após o fornecimento da lista de contatos, os serviços não receberam nenhum tipo de informação sobre quais pessoas aceitaram participar das entrevistas, nem sobre o local e a data em que aconteceram. A única instituição onde não foi possível realizar esse procedimento foi no serviço 3, conforme descrevemos anteriormente.

Durante o telefonema para convidar os participantes, a pesquisadora, além de se identificar, explicava os objetivos da pesquisa, explicitando seu caráter voluntário, caso o participante demonstrasse interesse em participar, era combinado um local para realização da entrevista. Das 15 entrevistas realizadas, três ocorreram em lanchonetes, uma na UFPE, uma em um shopping, uma no local de trabalho da entrevistada, uma em um supermercado, e as demais na própria casa dos(as) entrevistados(as).

A possibilidade de realizar a entrevista num local escolhido pelos participantes possibilitou que eles ficassem bastante à vontade para participar da pesquisa.No início do encontro, sempre reforçávamos nossos objetivos e a possibilidade de que eles(as) poderiam desistir da entrevista, caso desejassem, assim como só responder às perguntas que se sentissem confortáveis para o fazer.

As entrevistas realizadas na casa dos participantes exigiram da pesquisadora uma organização prévia para acessar os locais; identificar os endereços, muitos dos quais eram de difícil acesso, em área de morros.Em um dos encontros, o imóvel em que estávamos já havia sido avaliado como estando em risco pela defesa civil[22]. Além desses fatores, algumas dessas pessoas residiam em bairros com histórico de criminalidade e violência. Uma das alternativas encontradas para enfrentar a problemática foi, sempre que possível, não ir sozinha às entrevistas. Zaluar (2009) chama atenção para a necessidade de criatividade e adaptação que são necessárias quando se pretende realizar pesquisas de campo, principalmente em territórios não familiares ao pesquisador[23].

Foi realizado apenas um encontro com cada uma das pessoas entrevistadas e nenhuma intercorrência que sinalizasse ameaça foi observada ao longo de todo o trabalho de campo. Em algumas comunidades, fomos recebidos logo na entrada das ruas por moradores locais e questionados sobre o que estávamos fazendo ali e quem procurávamos, sempre buscamos, ao máximo, ser amigáveis, objetivos e discretos nas situações em que fomos interpelados.

Ao refletir sobre as implicações de se realizar pesquisas em localidades perigosas Zaluar (2009), ressalta ainda a importância de o pesquisador conseguir identificar os códigos de acesso de cada comunidade, sempre deixando claro a todos os participantes quais são seus objetivos, e identificando os membros da pesquisa. A autora aconselha uma postura confiante por parte do pesquisador, pois expressões de medo e desconfiança podem, além de causar desconforto aos residentes do local, chamar a atenção de pessoas mal-intencionadas.

Outro dado que chamou nossa atenção foi que muitos usuários(as) nutriam a expectativa de que, de algum modo, traríamos informações sobre suas Soluções Habitacionais (SH). Por mais que os objetivos da pesquisa tivessem sido explicitados em vários momentos - como no contato telefônico prévio e logo no início de cada encontro -, fomos questionados em diversas ocasiões em relação à entrega dos imóveis e à respeito de prazos, entre outras questões do tipo. Todas as pessoas entrevistadas passaram pela experiência de sinistro ou realocação preventiva[24] e, nessas ocasiões, os órgãos de defesa civil de referência prometeram o recebimento de um novo imóvel. Até o momento da

[22] O entrevistado afirmou que a defesa civil avaliou o imóvel e identificou o risco, porém, ele não sabia informar o grau de risco constatado.

[23]É importante pontuarmos aqui que, conforme fora debatido no capítulo introdutório, a pesquisadora,por já ter sido profissional de um órgão de defesa civil, optou por não pesquisar diretamente nos locais nos quais atuou. Alerta ainda para as diferenças entre acessar a comunidade identificada como profissional de defesa civil - com colete próprio da instituição e em carros oficiais - e o fato de ter realizado a pesquisa em localidades desconhecidas por ela, sem identificações oficiais e em seu transporte particular.

[24] A realocação preventiva ocorre quando os especialistas em defesa civil identificam que o sinistro pode ocorrer a qualquer momento, o imóvel é sinalizado como R4 e a família é orientada a deixar o imóvel imediatamente.

realização das entrevistas, nenhuma dessas pessoas acessadas tinha recebido a casa própria e essa expectativa também se refletiu em nossos encontros. Aprofundaremos melhor as questões relativas ao SH no capítulo 8.

Foram realizadas 15 entrevistas com usuários(as) da defesa civil. A caracterização dessas pessoas, assim como um debate sobre o perfil desse segmento populacional, será realizado no capítulo 6.

5.3 SOBRE OS DOCUMENTOS

Conforme apresentado no quadro 2, vários documentos foram coletados ao longo de nossa passagem pelos serviços de defesa civil. A princípio, o propósito era centrar as análises em documentos que fundamentassem a inclusão de pessoas no benefício eventual de auxílio-moradia. Contudo, no decorrer das entrevistas, vários profissionais apresentaram outros documentos com o intuito de auxiliar os processos explicativos de suas práticas e rotinas de trabalho.

Decidimos coletar todos os documentos que nos foram entregues e ao final do período de entrevista realizamos leituras, observamos que muito do que nos foi apresentado poderia auxiliar a compreender os discursos sobre risco que estavam presentes nesses espaços de trabalho.

Após cuidadosas leituras, dividimos os documentos em quatro categorias ou subgrupos, conforme descrevemos a seguir.

Documentos que justificam a inclusão de famílias no auxílio-moradia: foram o primeiro foco de interesse da pesquisa, pois com o acesso a eles pudemos observar como eram oficialmente redigidas as justificativas para a inclusão das famílias noauxílio-aluguel. Observamos, contudo, que cada um dos serviços pesquisados utiliza um formato de documento para esse procedimento. O serviço 1, por exemplo, agrupa relatórios e pareceres de agentes de defesa civil de distintas especialidades, justificando a inclusão da família no benefício. Os serviços 2, 3 e 4 não seguem um padrão específico, alguns documentos são escritos em forma de relatório/parecer e outros são restritos a fichas/formulários técnicos preenchidos por especialistas que coletam dados das famílias afetadas por sinistros, sendo que cada especialidade profissional possui uma ficha com foco em fatores distintos. O serviço 5 não forneceu nenhum documento nesse formato.

Independente do formato do documento disponibilizado, todos continham informações importantes sobre a avaliação de risco realizada pelos especialistas,

dadossociodemográficos e relatos dos sinistros pelos quais as famílias passaram. Esses dados foram utilizados em vários momentos de nossas análises e, através de um compilado geral dos 53 documentos quecoletamos,foram elaboradas algumas reflexões sobre o perfil das pessoas que são atendidas pelos serviços de defesa civil. A descrição será apresentada no próximo capítulo.

A partir desses documentos, acessamos os(as) usuários(as) entrevistados(as) para a pesquisa. A lista confeccionada a partir dos documentos, permitiu-nos convidar pessoas sem revelar suas identidades paraos serviços aos quais elas estavam vinculadas, ou seja, os serviços não foram informados, dentro do grupo de indicações realizadas,sobre quem aceitou ser entrevistado(a).

Material Informativo: Alguns serviços disponibilizaram ao longo da pesquisa materiais, cartilhas e folders - que são entregues a população com o objetivo de fornecer informações sobre práticas seguras para prevenir sinistros e sobre como proceder em caso de acidentes. Esses textos também contêm telefones de emergência e orientações sobre como solicitar ajuda. Os documentosnesses formatos foram muito importantes para nossas análises, pois apresentavam várias construções discursivas sobre o que são riscos, o que os provocam e como podem ser evitados. Foram coletados seis documentos informativos distintos.

Documentos que orientam ações:foram disponibilizados também documentos contendo orientações aos profissionais sobre como proceder em diversas situações.Esses documentos, em sua maioria, eram direcionados aos profissionais das ciências exatas e versavam sobre a identificação de "patologias" em estruturas de taludes e imóveis, outros continham compilados de legislação, entre outras informações. Todos os serviços pesquisados possuem produções próprias do gênero e ao longo da pesquisa foram coletados 13 documentos desse tipo.

Relatos de sinistros:quando realizamos a solicitação inicial ao serviço 5 para acessarmos os documentos que justificam a inclusão de famílias no auxílio-aluguel, fomos informados que o órgão não trabalha cotidianamente com o benefício, apenas em caráter excepcional. Como forma de acessarmos registros documentais sobre como os profissionais registram suas avaliações de campo, foram disponibilizados seis relatos de sinistro - nos documentos são resumidos os fatos ocorridos e quais providências foram realizadas após o desastre.

5.4 SOBRE A CODIFICAÇÃO DO MATERIAL

Devido à quantidade de entrevistas realizadas e considerando o fato de os participantes estarem vinculados a distintas instituições, optamos por não utilizar nomes fictícios, mas garantir o sigilo previamente acordado com os participantes a partir da utilização de caracteres que indicassem a ordem de realização das entrevistas, o sexo, o serviço ao qual essas pessoas estão vinculadas e, no caso dos profissionais, a especialidade profissional. A mesma estratégia foi utilizada para nomear os documentos coletados. Apresentaremos abaixo exemplos de como ocorreram as nomeações:

- A primeira usuária entrevistada, do sexo feminino, indicada pelo serviço 1, foi nomeada da seguinte forma:

U1FS1

- O quinto profissional entrevistado, do sexo masculino, do serviço 5, engenheiro civil, foi nomeado da seguinte forma:

P5MS5 - Engenheiro Civil.

- O documento 1, fornecido pelo serviço 3, do tipo "Documento para inclusão de família do auxílio-aluguel", foi nomeado na seguinte forma:

D1S3 - Documento para Inclusão de família no auxílio-aluguel.

5.5 SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em vista os propósitos que se pretende atingir com a análise do discurso, realizamos uma análise qualitativa de todas as informações reunidas ao longo da presente pesquisa. Todas as entrevistas foram transcritas de forma literal, preservando o modo de falar de cada participante. Todas as falas e perguntas da entrevistadora também foram transcritas integralmente (POTTER E WETHERELL, 1987). Essa busca por mostrar as distintas vozes presentes nas entrevistas em interação, evidencia o aspecto polifônico do campo e traz a alteridade como seu fundamento, evidenciando possíveis tensões, conflitos e desencaixes. Para Souza e Carvalho (2016), "É através da alteridade que é possível *fazer falar*[25]o

[25] Grifo feito em itálico pelas próprias autoras.

interlocutor da pesquisa no texto – o que não corresponde a dar a voz, mas a dar espaço para a voz –, naquilo que ele enuncia a partir do seu lugar" (p.105).

As entrevistas realizadas e todos os documentos coletados receberam o mesmo tratamento analítico, sendo separados por temas distintos, mas não diferenciadas ou analisadas separadamente. Nosso objetivo ao longo das análises não foi questionar a qualidade técnica do trabalho desenvolvido pelos profissionais ou mesmo estabelecer parâmetros de comparação entre os serviços pesquisados. Esperamos com a variedade do material produzido mapear a multiplicidade das discussões sobre risco, no contexto da gestão de emergências e desastres, assim como os efeitos que esses discursos produzem sobre os usuários e os profissionais no contexto do SINPDE.

Para Minayo (2012), ordenar o material encontrado no campo e "impregnar-se" dele na tentativa de compreendê-lo são movimentos fundamentais para uma análise qualitativa. O processo denominado pela autora como tipificação tambémfoi fundamental para o presente estudo, consistindo em organizar os dados em uma dada ordem, recortá-los e agrupá-los conforme critérios de classificação, tais processos são seguidos por novas leituras e, caso se julgue necessário, reestruturação dos critérios de classificação.

Gill (2002) salienta também que na análise do discurso a ordenação dos dados não busca apenas examinar as regularidades do texto, a busca por variabilidade torna a análise bastante rica, tais movimentos são seguidos pela criação de hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas ao longo do processo analítico. Nesse sentido, à medida que os discursos foram sendo lidos,fomos buscando neles caminhos organizativos que nos auxiliassem a compreendê-los e a responder as nossas questões de pesquisa.

Após sucessivas leituras, decidimos organizar os textos em algumas categorias de análise, conforme é possível observar nos quadros 3 e 4, a seguir.

Quadro 3: esquema de categorização para entrevistas com usuários(as)

Temática centrais	Categoria de Análise
Risco	Definições de Risco
	O viver nas comunidades
Efeitos dos discursos sobre Risco	Posicionamentos Reflexivos
	Posicionamentos interativos
	Auxílio-moradia
	Redes de apoio
	Futuro

Quadro 4: Esquema de categorização para entrevistas com os(as) profissionais e para os documentos.

Temática centrais	Categoria de Análise
Risco	Definições de Risco
	Classificação de Risco
	Os territórios em risco
Efeitos dos discursos sobre Risco	Posicionamentos Reflexivos
	Posicionamentos interativos
	Auxílio-moradia
	Intersetorialidade
	Futuro

Após a categorização ilustrada nos quadros 3 e 4, realizamos novas leituras para categorizar todo o material discursivo, inclusive os documentos. Passado esse processo, construímos um quadro para categoria de análise, esse movimento permitiu a visualização, em um único quadro, de todos os discursos produzidos sobre uma mesma categoria. Devido à grande quantidade de material discursivo compilado, não estarão presentes neste texto todos os quadros analíticos construídos, contudo, apresentaremosa seguir um exemplo para que o leitor possa visualizar os passos do processo analítico.

Quadro 5: exemplo de material categorizado para as análises.

Entrevistado(a)	T.C.: Risco/C. A.: Definições de Risco
P16MS5 - Bombeiro Militar	**Juliana** – E assim, se eu fosse perguntar, baseada nas suas experiências gerais de defesa civil, para o senhor o que é risco? **Entrevistado**–Risco a gente pode ter uma definição teórica e que é ameaça às vezes a... Risco é a ameaça vezes, esquecia fórmula (risos). Então, vamos falar o meu conceito realmente de risco(...)(p.13)
P17MS3 - Bombeiro Militar	**Entrevistado** –A classificação de risco nós observamos quando uma família está residindo em um determinado setor de risco em que sua residência está na crista da barreira ou na área ribeirinha, de acordo com as proximidades da área ribeirinha, do nível das águas, nós classificamos se essa família encontra-se em risco 1, que é o risco baixo, o risco 2 que é o risco médio, o risco 3 que é o risco alto, e o risco 4 que é o risco muito alto. Nas barreiras nós observamos as inclinações e os taludes, que as pessoas durante o verão constrói suas casas irregulares, daí nós observamos se estas famílias fizeram as casas em locais de alto risco, que é o R4, principalmente as famílias que se encontram em cima das encostas, que chama-se “na crista da encosta”, essas que estão bem acima da encosta nós classificamos como R4, que é o risco alto.(p.8)

Após a construção dos quadros para todas as categorias previamente estabelecidas, passamos a novas leituras do material na busca da organização dos discursos e confecção dos textos analíticos. Minayo (2012) salienta ainda que, após sucessivos contatos com nosso material de análise, é comum surgirem nas pesquisas de vertentes qualitativas a necessidade de voltar aos estudos literários na tentativa de compreensão dos temas propostos. Tais movimentos foram realizados durante todo processo de análise, assim como algumas comparações de nossos dados com resultados de estudos realizados por outros pesquisadores, esses movimentos, sempre que possível, foram evidenciados ao longo da escrita das análises.

Conforme explicitamos no capítulo anterior, nossas análises tiveram como referenciais os estudos sobre discurso de Michel Foucault e da Psicologia Discursiva de origem inglesa. A primeira vertente nos auxiliou nas reflexões sobre os macrodiscursos, na busca pelas articulações entre os discursos coletados e seus possíveis diálogos com aspectos históricos e como esses discursos expressam a dinâmica relacional entre saber, verdade e poder (FOUCAULT, 2013 a, 2013b e 2013c).

Sob as orientações da Psicologia Discursiva fomos em busca dos microdiscursos, da linguagem em processo de ação e interação. Destacamos características das formas como os discursos são produzidos, seu caráter performático e os efeitos que podem produzir (KENNETH GERGEN, 1985 e 1999; POTTER E WETHERELL, 1987; DAVIES E HARRÉ, 2001; MICHAEL BILLIG,1991).

Para Potter e Wetherell (1987), compreender os possíveis efeitos produzidos pelos discursos e procurar por suas evidências linguísticas são partes fundamentais de uma análise de discurso produzida nos padrões do construcionismo em Picologia Social. Potter(1998) propõe uma série de padrões, recursos estratégicos, que ao serem identificados nos discursos nos auxiliam a compreender o modo como estes são construídos e possíveis intencionalidades daqueles que os produzem. Ao longo das análises, buscamos identificar e problematizar o modo como esses recursos foram utilizados pelos(as) participantes.

Observamos ainda como os saberes produzidos localmente se conectam e se relacionam com outras vivências e histórias nacionais e globais. Tal processo nos permitiu aproximações entre os macro e microdiscursos que dialogam entre si e auxiliam na construção dos discursos vigentes sobre risco, na Defesa Civil, assim como nas reflexões sobre os efeitos que esses discursos exercem sobre profissionais e usuários da instituição.

6 SOBRE AS PESSOAS QUE CIRCULAM NOS TERRITÓRIOS EM RISCO

Este capítulo possui como objetivo apresentar as pessoas participantes de nossa pesquisa. Durante essa apresentação, buscamos também refletir sobre quem são os(as) usuários(as) e profissionais da defesa civil.

Dedicaremos a primeira parte do capítulo à construção e à discussão do perfil dos(as) usuários(as). Posteriormente apresentaremos os profissionais da defesa civil, sua trajetória no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e como está estruturado o corpo de trabalhadores dos serviços pesquisados.

6.1 SOBRE OS(AS) USUÁRIOS (AS) DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Para a realização da presente pesquisa, foram acessados dados de 53 pessoas, usuárias do SINPDEC no estado de Pernambuco. O acesso a essas informações ocorreu a partir de documentos produzidos por profissionais da defesa civil que avaliam situações de risco nas cidades pesquisadas e a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 15 dos 53 perfis que serão aqui apresentados. Os dados dos 53 perfis e a referência dos documentos, dos quais essas informações foram acessadas, podem ser observados no quadro 6 (Ver apêndice G). Conforme explicitado no método, outros documentos também foram coletados durante nossa passagem pelos serviços de defesa civil e serviram de base para diversos momentos da análise. A forma de coleta e sistematização dos dados foi detalhada no capítulo sobre o método.

A partir da leitura do material coletado e das entrevistas realizadas, construímos o quadro 7, destacando apenas as informações referentes às 15 pessoas entrevistadas em nossa pesquisa,conforme se observa a seguir:

Quadro 7 - Perfil dos(as) usuários(as) entrevistados

Participante*	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão	Início do A.M.
U1FS1	F	20 anos	Fundamental incompleto	Garçonete***	Julho de 2015
U2FS1	F	37 anos	Ensino médio incompleto	Atendente	Setembro de 2012
U3FS1	F	51 anos	Ensino médio completo	Cuidadora (Auxiliar de enfermagem)	Setembro de 2011
U4MS1	M	45 anos	Fundamental incompleto	Auxiliar de Serviços Gerais**	Janeiro de 2015
U5MS1	M	45 anos	Fundamental incompleto	Auxiliar de Higienização	Agosto de 2014
U6FS1**	F	54 anos	Fundamental completo	Costureira	Setembro de 2011***
U7FS2	F	57 anos	Estudante de ensino médio	Faxineira***	Julho de 2010.****
U8FS2	F	42 anos	Fundamental incompleto	Auxiliar de Serviços Gerais	Julho de 2010.****
U9FS2	F	45 anos	Fundamental incompleto	Faxineira***	Julho de 2010.****
U10MS2	M	58 anos	Fundamental completo	Fiscal de Loja***	Julho de 2010.****
U11FS2	F	51 anos	Ensino médio completo	Dona de Casa	Julho de 2010.****
U12FS3	F	35 anos	Fundamental incompleto	Dona de Casa	Julho de 2015
U13FS3	F	38 anos	Fundamental incompleto	Dona de Casa	Julho de 2015
U14FS4	F	34 anos	Fundamental incompleto	Diarista*** e Dona de Casa	Maio de 2015
U15FS4	F	31 anos	Fundamental incompleto	Empregada Doméstica	Maio de 2015

* A sigla que representa cada usuário(a) foi elaborada a partir dos seguintes critérios: U1...= indica a ordem que a pessoa foi entrevistada; M ou F= sexo;S1...= indica o serviço utilizado.
** A entrevistada participou da pesquisa como representante do filho, titular do auxílio-moradia, pois no período da pesquisa este estava impossibilitado de participar.
*** As pessoas assinaladas estavam desempregadas no momento da entrevista.
**** Os participantes assinalados receberam o auxílio-moradia pelo período de um ano, após o qual tiveram seus benefícios suspensos pelo município, sem a resolução de suas respectivas situações habitacionais.

Para nossas análises, os critérios destacados foram sexo, idade, escolaridade, renda, profissão e composição familiar. Salientamos ainda que as informações do perfil têm como referência o titular do benefício de auxílio-moradia que, salvo raras exceções, residia com outras pessoas no endereço de risco, sendo estas indicadas no item composição familiar.Como é possível observar no quadro 6 (apêndice G), algumas informações, consideradas por nós de extrema relevância para a construção de um perfil da população estudada, não foram encontradas no material disponibilizado pelos órgãos de defesa civil, tal situação pode ser atribuída, inicialmente, à falta de padronização no material produzido pelas instituições.

O critério raça/cor, por exemplo, que poderia ser alvo de ricas reflexões, foi excluído do perfil por não constar em nenhum dos documentos produzidos pela defesa civil. Destacamos que esse tema tem sido palco de importantes debates no que concerne à problemática dos riscos, no contexto da gestão de emergências e desastres. Raimundo (2015), por exemplo, tem buscado evidenciar as questões raciais nos territórios de risco e nas comunidades pobres, debatendo a trajetória de exclusão das pessoas negras no que compete à distribuição desigual dos territórios.

O primeiro critério que destacamos no quadro 6 corresponde ao sexo dos participantes. Dos 53 perfis acessados, sete tinham homens como titulares do auxílio-aluguel. Segundo informaçõesfornecidas pelos profissionais entrevistados, o auxílio-aluguel é preferencialmente concedido às mulheres, pois se atribui a elas uma melhor gestão do recurso, além de ser a figura feminina que geralmente fica com a guarda dos filhos após eventuais processos de separação no contexto cultural pesquisado.

Observa-se ainda no quadro 7 que, entre as pessoas que aceitaram participar das entrevistas, temos 12 mulheres e três homens. Entre as 12 entrevistadas, oito eram as principais provedoras de suas famílias, sendo o cuidado da casa, dos filhos e de pessoas idosas responsabilidade delas em todos os casos em que estavam presentes. Corroborando com as informações encontradas em nosso estudo, Fragoso et al. (2012) afirmam que os desastres atingem de forma desigual homens e mulheres, tendo em vista que estas assumem maiores responsabilidades de cuidado no contexto familiar em situações de crise.

Para Freitas (2010), as relações entre os gêneros e os desastres são socialmente construídas e intensamente influenciadas por questões políticas, econômicas, culturais e sociais. Essas relações possuem também estreita dependência das condições de classe, raça e etnia. Em nossos estudos, além do direcionamento do auxílio às mulheres, não foram identificadas outras iniciativas que busquem problematizar o lugar desse seguimento da população no contexto das emergências e desastres. Esse silenciar frente às questões de gênero na defesa civil sinaliza o quanto as políticas públicas ainda são omissas e apresentam um olhar limitante sobre as mulheres, reforçando a divisão desigual de papéis no contexto pesquisado.

As questões sociais e de gênero repercutem sobre as mulheres não apenas as tornando mais vulneráveis aos desastres, como também as sobrecarregando muito mais nos estágios posteriores às situações de crise. De acordo com Spivak (2010), as mulheres possuem um histórico de vulnerabilização ainda maior dentre os sujeitos subalternos, levando-se em consideração o lugar de exclusão que ocupam na maioria das organizações sociais. No

contexto dos desastres, as mulheres com frequência precisam assumir novas ações de cuidado e, por isso, reduzem suas perspectivas de busca por novos recursos e formação, migram menos em busca de novas oportunidades e também ficam mais sujeitas às questões de saúde advindas de tais situações, como por exemplo, os transtornos de estresse pós-traumático (FREITAS, 2010; FRAGOSO et al., 2012)

Outro dado por nós elencado para refletir sobre o perfil dos(as) beneficiários(as) do auxílio-moradia foi a idade, que variou de 20 a 81 anos entre os titulares do benefício. Também podemos ter uma visão geral desse critério no item composição familiar, ao considerarmos esse referente nos 53 perfis acessados, observamos que apenas 47 documentos apresentavam o item composição familiar. A partir desses 47 perfis, temos um quantitativo[26] de quatro idosos, 91 adultos, 20 adolescentes e 44 crianças, com uma média de 3,38 pessoas por família estudada. Destacamos ainda que um dos critérios para ser titular do auxílio é possuir mais de 18 anos de idade.

Um dado que nos chama atenção foi que uma das informações mais negligenciadas pelos profissionais que atendem as famílias é o fator escolaridade. Dos 53 perfis acessados, apenas 28 continham informações sobre escolaridade, sendo que em algumas cidades as informações sobre escolaridade foram obtidas a partir das entrevistas realizadas pela pesquisadora, pois em nenhum dos documentos formulados pelos profissionais esse fator foi considerado. Entre os 28 titulares cujo fator escolaridade foi considerado, registramos duas pessoas não alfabetizadas, 17 com ensino fundamental incompleto, três com ensino fundamental completo, uma com ensino médio incompleto e cinco com ensino médio completo.Nenhum dos participantes possui nível superior de ensino, fator que não pode deixar de ser interpretado também como um recorte de classe, demonstrando a dificuldade de acesso ao sistema formal de estudo apresentada pelo seguimento populacional atendido pelo SINPDEC.

Quando comparamos os dados encontrados em nossa pesquisa com os índices de desenvolvimento humano da Região Metropolitana do Recife (RMR), observamos que, em 2010, a expectativa de tempo de estudo das pessoas da região era de 9,86 anos, com uma média de 95,59% de seus habitantes com ensino fundamental completo[27]. Tais informações apontam que a parcela de pessoas atendidas pela defesa civil está às margens dos direitos sociais mais básicos, com índices de escolaridade bem abaixo da média regional. É

[26]Seguindo os critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), consideramos como idosas pessoas com idade superior a 60 anos; adultos, pessoas entre 18 e 59 anos de idade; adolescentes, as pessoas no intervalo entre 12 e 17 anos de idade; e crianças,aquelas com menos de 12 anos de idade.

[27] http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/recife, acessado em 23 de Julho de 2016.

importante observarmos que o fator escolaridade poderia ser utilizado como elemento estratégico dos órgãos de defesa civil, tendo em vista que todas as instituições pesquisadas utilizam material informativo que requer um nível mínimo de leitura e interpretação de texto.

Castro-Gómez (2005), utilizando-se de estudos realizados por Beatriz González Stephan (1996), problematiza a questão do não acesso à escrita como ferramenta de exclusão social. A autora no texto “Modernización y disciplinamiento La formación del ciudadano: del espacio público y privado” explicita como desde o século XIX uma das habilidades que caracterizava um cidadão de direitos era o domínio das letras. A escrita foi um dos grandes instrumentos através dos quais foram forjadas as tecnologias de subjetivação: constituições, manuais de urbanidade e gramáticas do idioma, que permitiram ao povo "não civilizado", tornarem-se cidadãos. Por meio dela se acessavam os códigos de condutas e costumes das comunidades e sem ela, até na atualidade, não se alcançam uma série de direitos que só existem no mundo dos letrados. Desse modo, chama-nos atenção a pouca preocupação das equipes de defesa civil em identificar se seus usuários(as) possuem tal código de acesso.

Com relação ao fator renda, o valor apresentado no quadro 4 refere-se à soma de rendimentos de todos os membros da família, incluindo valores recebidos de programas sociais e estimativas de ganho com trabalhos informais. Observamos ainda que, durante algumas das entrevistas, os participantes não informaram a renda familiar, esse dado também foi omitido em alguns dos documentos produzidos pela defesa civil. Determinados arquivos utilizam apenas o termo "baixa renda", mas não especificam os valores recebidos pelas famílias.

No quadro 6, utilizamos R$00,00 quando a família declarava não possuir renda alguma e deixamos o espaço tracejado (---) quando o documento acessado não indicava nenhuma renda, ou quando a família, no caso das entrevistas, não declarou a renda recebida. O termo "baixa renda" foi inserido no quadro quando estava presente nos documentos produzidos pelos profissionais e nenhuma referência direta a valores era encontrada. Não foram identificadas informações sobre renda em nove dos 53 perfis acessados; quatro tiveram os rendimentos identificados como "baixa renda"; cinco pessoas declararam não possuir nenhum tipo de renda; e 17 famílias recebem menos de um salário mínimo como soma total dos rendimentos de todos os componentes familiares. Considerando os valores declarados de renda e a composição familiar de todos os participantes de nossa pesquisa, encontramos uma renda per capita de aproximadamente R$166,10 (cento e sessenta e seis reais e dez centavos).

O indicador renda pode ser relacionado também com o indicador profissão. Dos 53 perfis acessados, 13 não apresentavam informações sobre atividades laborais realizadas pelos beneficiários; sete foram assinalados como desempregados; oito indicaram que os(as) beneficiário(as) não trabalham; seis declaram como "donas de casa"; dois,como aposentadas;oito,que realizam trabalhos informais; e nove, que possuem empregos formais. Como podemos observar, uma pequena proporção dos entrevistados trabalha formalmente, o que pode estar relacionado com as dificuldades enfrentadas pelas pessoas para garantir espaços de moradia fora dos setores de risco.

Os dados concernentes à faixa etária, renda e ocupação dos participantes de nossa pesquisa não nos surpreenderam, conforme debatido ao longo do capítulo dois, grande parte das políticas públicas brasileiras são destinadas às pessoas pobres e não seria diferente no contexto de proteção e defesa civil. Nesse sentido, ao nos depararmos com os saberes produzidos pela Psicologia e suas teorias clássicas, observamos ainda a necessidade de avançar nas reflexões sobre pobreza. Nossa profissão, como salienta Dantas et. al. (2010), aproximou-se da população pobre muito mais por questões mercadológicas do que por repentino interesse teórico, historicamente produziu e ainda produz saberes dirigidos às elites, que em muitos casos reforça a associação entre pobreza e problemas de desenvolvimento ou mesmos pobreza e criminalidade.

Refletindo sobre o forte processo de patologização, criminalização e vitimização que as ciências sociais e humanas têm produzido com relação às classes pobres, Menoni (2014) afirma que a Psicologia apresenta como principal desafio na contemporaneidade produzir um saber emancipatório, que busque alternativas para o " canibalismo simbólico"(p.108) que tende a massificar as experiências subjetivas.

Nesse sentido, na presente pesquisa consideramos que o indicador pobreza não pode ser analisado como um fator entre outros, mas como um elemento central de análise quando problematizamos a questão de risco na defesa civil. Compreendemos ainda que, no país, as ações em defesa civil têm se configurado em torno de populações pobres, populações que historicamente foram marginalizadas, excluídas e realocadas para espaços afastados, ou degradados, dos centros urbanos. Tais afirmativas são corroboradas quando aproximamos os dados encontrados em nossa pesquisa com os indicadores de desenvolvimento humano da Região Metropolitana do Recife (RMR).

O IDHM da RMR é de 0,734, esse número é calculado a partir dos indicadores de Renda, Longevidade e Educação. A renda per capita dos moradores da região é de R$736,80 (setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos), esse valor contrasta com a média de

R$166,10 recebidos pelas famílias acessadas. A esperança de sobrevivência, ao nascer, é 73,8 anos de idade, e a expectativa de anos de estudo das crianças que iniciam a vida escolar atualmente é 9,86 anos. Mesmo possuindo um IDHM considerado alto, a RMR ocupa a 15º posição de desenvolvimento humano com relação às 16 regiões metropolitanas do país, ficando na frente apenas da Região Metropolitana de Maceió (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013).

Nesse contexto, observa-se que os indicadores de desenvolvimento da população de usuários da defesa civil encontram-se abaixo da média de indicadores de desenvolvimento da RMR como um todo. Essa reflexão é corroborada pelos índices de desigualdade da RMR, que possui um índice Gini de 0,64 e pelos da capital do estado, considerada a capital mais desigual do Brasil[28], com índice Gini de 0,68. Os territórios acessados são marcados pela extrema desigualdade social, e as informações apresentadas corroboram a relação entre risco e pobreza no contexto das políticas públicas para proteção e defesa civil, reforçando a ideia debatida ao longo do presente estudo de que não é sobre qualquer tipo de risco que estamos falando quando estudamos o contexto produtor de desastres no estado de Pernambuco, mas dos riscos relacionados à pobreza.

O último tópico destacado no perfil inicial de nossos entrevistados foi a situação habitacional (SH). Como os documentos acessados durante a pesquisa correspondiam, na maioria dos casos, a avaliações de risco que possibilitaram a inclusão das famílias na lista de beneficiários do auxílio-moradia, não foi possível acessar essa informação em todos os 53 perfis contemplados no quadro 6. Desse modo, a informação foi adicionada ao quadro 7 para termos uma perspectiva das possibilidades de resolução das questões de moradia das pessoas que são incluídas no auxílio e indicadas para receber outra casa própria no futuro.

Das 15 pessoas entrevistadas, conforme é possível observar mais precisamente no quadro 7, nenhuma teve sua situação habitacional resolvida para além da concessão do auxílio-moradia, e os moradores informam, ainda, que não receberam por parte da defesa civil nenhuma perspectiva de solução habitacional efetiva. Dos quinze participantes, cinco receberam o auxílio-aluguel por um período de aproximadamente um ano e posteriormente tiveram o benefício interrompido sob a justificativa de falta de verbas. Na cidade de origem dessas cinco pessoas, independente do grau de vulnerabilidade ou risco constatado pelos

[28] A comparação entre os índices Gini das capitais foi realizada pela equipe do Jornal Diário de Pernambuco e está disponível em: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/ Acessado em 19 de outubro de 2016.

profissionais de defesa civil, nenhum dos(as) usuários(as) recebe subsídios da prefeitura para garantia de moradias mais seguras.

A questão do acesso à vida fora das áreas de risco apresentou-se como um grande problema nas cidades participantes de nossa pesquisa. Tais fatores podem ser relacionados, entre outras coisas, com a distribuição de renda, conforme debatido anteriormente. Mesmo o estado tendo melhorado seus índices de desigualdade como revela o índice Gini, segundo Costa e Marguti (2015), Pernambuco continua possuindo um dos maiores índices de vulnerabilidade social do Nordeste. O Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (PNUD, IPEA, FJP,2014) aponta ainda que quando comparamos os indicadores de desenvolvimento humano no interior da RMR observa-se um elevado contraste entre as pessoas residentes na faixa litorânea do estado - com números mais elevados - e os residentes das áreas de periferia dos centros urbanos.

Para Cavalcanti e Avelino (2008), as cidades nordestinas são marcadas por um processo de modernização que acentua a exclusão social, sendo frequente em seu território a presença de áreas de extrema pobreza nas proximidades dos bairros economicamente favorecidos. As autoras afirmam ainda que:

> Os núcleos de riqueza atraem, paradoxalmente, para perto de si a presença daquelas populações consideradas "indesejáveis", que sobrevivem da oferta de atividades econômicas e sociais, quando existem, criadas para dar suporte às áreas mais abastadas, e dos ressaibos deixados pela sociedade. (CAVALCATI & AVELINO, 2008,p.32)

Nesse sentido, os dados encontrados a partir das leituras dos quadros 6 e 7, ratificam as afirmativas trazidas por Cavalcanti e Avelino (2008), revelando-nos, minimamente, um perfil de mulheres e homens que são alvos das políticas públicas de defesa civil na região metropolitana do Recife. Conjecturamos que a situação não seja diferente, ou possa ainda ser mais crítica nas demais cidades do estado, com agravo nas cidades do interior onde, segundo informações coletadas durante a pesquisa, muitos dos órgãos de defesa civil se resumem a uma pasta administrada por um único funcionário, ou mesmo uma pasta coordenada por pessoas de outras secretarias. Os elementos debatidos até aqui têm nos levado a refletir sobre os modos de governamentalização dos indesejáveis, daqueles que estão em risco, para os quais se busca fazer o mínimo, em muitos casos sendo deixados a morrer.

6.2 SOBRE OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA DEFESA CIVIL

Conforme explicitado no capítulo metodológico, durante a realização de nosso estudo, entrevistamos 21 profissionais que trabalham em cinco serviços de defesa civil. Além de discutirmos sobre o funcionamento dos serviços e a forma como os mesmos estavam estruturados, buscamos capturar informações que caracterizassem esses profissionais e suas histórias com a defesa civil. Assim como realizado com os(as) usuários(as), discutiremos um perfil inicial dessas pessoas, pensado a partir de critérios como profissão, escolaridade, tempo de atuação na defesa civil, sexo e idade.

Quadro 8 - Perfil dos(as) Profissionais Entrevistados(as).

Participante*	Profissão	Escolaridade	Tempo de atuação na DC	Sexo	Idade
P1FS1	Assistente Social	Especialização	6 anos e 10 meses	F	35 anos
P2FS1	Assistente Social	Especialização	6 anos e 10 meses	F	43 anos
P3FS1	Assistente Social	Especialização	6 anos	F	32 anos
P4FS1	Assistente Social	Especialização	3 anos e 6 meses	F	31 anos
P5MS5	Bombeiro Militar - Gerente de Operações	Especialização	4 anos	M	37 anos
P6MS1	Engenheiro Civil	Especialização	2 anos	M	50 anos
P7FS1	Engenheira Civil	Especialização	8 anos e 4 meses	F	38 anos
P8FS1	Engenheira Civil	Especialização	13 anos	F	39 anos
P9MS1	Engenheiro Civil	Especialização	3 anos	M	38 anos
P10MS1	Geólogo	Ensino Superior	3 anos	M	38 anos
P11FS2	Assistente Social	Ensino Superior	1 ano e 6 meses	F	24 anos
P12FS2	Assistente Social	Ensino Superior	16 anos	F	40 anos
P13MS3	Bombeiro Civil - Vistoriador	Ensino médio Completo	7 meses		21 anos
P14FS5	Assistente Social	Especialização	4 anos	F	31 anos
P15MS5	Bombeiro Militar - Gerente de Articulação	Ensino Superior	5 anos	M	37 anos
P16MS5	Bombeiro Militar - Chefe da Unidade de Planejamento	Ensino Superior	3 anos	M	39 anos
P17MS3	Bombeiro Militar - Coordenador	Ensino Superior	15 anos	M	50 anos
P18MS2	Engenheiro Civil	Ensino Superior	15 anos	M	51 anos
P19MS2	Técnico em Edificações	Ensino Superior	8 anos	M	30 anos
P20MS4	Pedagogo	Especialização	2 anos e 8 meses	M	47 anos
P21FS4	Socióloga	Especialização	6 anos	F	46 anos

* A sigla que representa cada profissional foi elaborada a partir dos seguintes critérios: P1...= indica a ordem que o profissional foi entrevistado; M ou F= sexo;S1...= indica o serviço no qual o profissional atua.

O trabalho em defesa civil tem despertado o interesse de profissionais das mais diversas áreas, conforme debatido no capítulo introdutório. Em nossa pesquisa, o quantitativo de profissionais, assim como as especialidades de cada área, variaram muito de acordo com cada serviço. Nossos critérios para escolher quais profissionais entrevistar, primeiramente considerou o interesse e posteriormente, o intuito de entrevistar a maior variabilidade possível de especialistas. Conforme é possível observar no quadro 8, foram entrevistados(as) sete assistentes sociais, cinco engenheiros civis, quatro militares do corpo de bombeiros - com distintas formações não relacionadas com defesa civil-, um geólogo, um pedagogo, uma socióloga, um bombeiro civil e um técnico em edificações.

Observa-se que a defesa civil possui uma peculiaridade quando comparada aos demais serviços públicos, é comum encontramos militares em seu corpo profissional, principalmente ocupando cargos de coordenação. Tal característica remete a suas origens, pois conforme debatemos no capítulo dois, a defesa civil surgiu no Brasil como uma iniciativa militar, a partir de problemáticas advindas da segunda guerra mundial. Mesmo após várias décadas e diversas reestruturações dos serviços, que hoje em nada se aproximam da proposta original, ainda se encontram muitos militares na instituição, não apenas no estado de Pernambuco, mas ao longo de todo o país. O tema da militarização da defesa civil não foi abordado pelos(as) entrevistados(as) durante nossos encontros, contudo, observar-se a presença desses profissionais em todas as instituições pesquisadas. Todos os militares entrevistados possuem formação de nível superior, contudo, essas formações não foram destacadas, pois os profissionais estavam na defesa civil em decorrência de suas carreiras militares, entre eles observamos formações em Medicina Veterinária, Geografia, Direito, entre outras.

Alguns pesquisadores que se dedicaram a estudar a estrutura de funcionamento da defesa civil, como Valencio (2009), abordam a questão da militarização dessas instituições, ressaltando que essa dupla característica, militar e civil, dá ao órgão um tom de opacidade e promove um certo distanciamento entre aquilo que se delibera enquanto estratégia de gestão e aquilo que se vive e problematiza no campo das experiências nas ditas localidades em risco. Desse modo, deslegitima a capacidade da sociedade civil para comandar suas próprias instituições no tocante a questões complexas, como os desastres. Temendo extrapolar os propósitos da presente tese, não iremos nos alongar nesse debate, não poderíamos, contudo, deixar de pontuar essa característica dos serviços pesquisados.

Optamos por formar um conjunto de entrevistados(as) com a maior variedade de especialistas possível, tal estratégia esbarrou em algumas questões. Alguns serviços possuem um número reduzido de funcionários(as), nesses espaços todos(as) os(as) que desejaram

participar foram entrevistados(as). Outros, apesar de possuírem uma variedade considerável de especialistas, dificultaram muito nosso acesso a essas pessoas, o que acarretou poucas entrevistas.

Observa-se ainda que não foram entrevistados(as) profissionais de Psicologia. Tal situação ocorreu pelofato de que o único serviço pesquisado que contava com profissional dessa área, era exatamente aquele onde a presente doutoranda já havia trabalhado e por diversas vezes atuado diretamente com esses profissionais.

A ausência de psicólogos(as) na maioria dos serviços participantes, entre outras coisas, pode ser atribuída a um não olhar por parte dos gestores para essas esferas mais subjetivas do cuidado - conforme abordaremos no próximo capítulo-, visto que os discursos sobre risco produzidos pelos profissionais sinalizam para um tipo específico de cuidado, bastante relacionado ao discurso das ditas ciências exatas.

Com relação às trajetórias profissionais, observa-se que as pessoas entrevistadas possuem uma média de 6,3 anos de experiência com defesa civil. Dentro dessa média, verificamos profissionais com o mínimo de sete meses de experiência e o máximo de 16 anos, todos possuem especialização, com exceção daqueles que ocupam cargos de nível médio, bombeiro civil e técnico em edificações. Identifica-se, contudo, que nenhuma dessas pessoas se especializou formalmente em áreas diretamente relacionadas com defesa civil.

Ao elemento supracitado relacionamos o fato de a maioria dos(as) trabalhadores(as) não terem considerado a defesa civil como a primeira escolha em suas trajetórias profissionais, conforme observamos no recorte de entrevistas a seguir:

> **Juliana :**E como é que foi teu início na Defesa Civil?
> **P4FS1 - Assistente Social:** No primeiro, foi tudo muito novo, realmente, né? A gente chegou com um grupo muito grande. A informação que a gente tinha... Eu fiz o concurso sem saber muito, a seleção, sem saber muito o que era defesa civil, mas como exigia conhecimento da política, e de todo... Alguns trâmites com relação à ocupação de solo e algumas legislações, aí fui me apropriando um pouco mais no estudo e aí foi quando eu consegui identificar mais o que era o trabalho, então, quando a gente chegou, era um grupo muito grande, e todo mundo muito novinho ainda, muita gente recém-formada...
>
> **Juliana:** O senhor entrou por concurso e o senhor tinha interesse específico nessa área, ou o concurso foi mais geral?
> **P18MS2 - Engenheiro Civil:** Na realidade eu entrei como engenheiro da prefeitura para a Secretaria de Obras, depois foi... isso foi de 96 para 97 e a Defesa Civil foi criada em 98, na realidade tenho 16 anos na Defesa Civil, e aí fui locado para a Defesa Civil.
>
> **Juliana:** Fala um pouco para mim como foi que você começou, como que surgiu o interesse, como que foi esse início na Defesa Civil?

> **P20MS4 - Pedagogo:** (...) nesse período eu estava desempregado, aí já terminando o final da Pós, apareceu uma possibilidade para trabalhar aqui na Defesa Civil, processo de avaliação, nessa época era terceirizado(...)

Nos discursos supracitados o trabalho com defesa civil não se apresenta como uma primeira escolha para alguns dos profissionais entrevistados(as), outros(as), por sua vez, como P18MS2 e P12MS2 possuem longas trajetórias com a temática, tendo, por exemplo, esta última profissional feito um estágio ainda na graduação e decidido continuar a trabalhar na área. Todos os discursos demonstram que o tema Defesa Civil não está presente nos cursos de graduação; as formações não estão preparando os(as) estudantes para discutir a temática dos riscos no contexto das emergências e desastres.

Construções discursivas como as de P4FS1 indicam - e textos como esses foram repetidos por vários outros(as) entrevistados(as)- que o fazer em defesa civil ainda possui uma grande carga de empirismo, precisa ser aprendido no cotidiano dos serviços. Conforme foi debatido ao longo dos textos teóricos, o fazer em defesa civil constitui um campo de trabalho bastante recente, e mais recentes ainda são as perspectivas que buscam problematizar aspectos preventivos (SPINK, 2014; BAUMAN, 2008) relacionando-os com questões culturais, políticas e sociais. Pensar a gestão de emergências e desastres para além do pós-acidente parece ser um desafio a ser enfrentado pelos(as) profissionais, por pesquisadores(as) e também pelas universidades.

Outro tema que não pode deixar de ser pontuado é como os trabalhadores descrevem seu processo de trabalho na defesa civil. A questão foi introduzida a partir dos seguintes disparadores: "Explique sua rotina de trabalho" ou "Quais os pontos positivos e negativos de trabalhar na Defesa Civil?". Os recortes de entrevistas abaixo ilustram a temática pesquisada:

> **Juliana:**Você poderia elencaros pontos fracos e fortes de ser engenheiro desse local específico que é a Defesa Civil?
> **P9MS1 - Engenheiro Civil:** Ah sim, primeiro ponto é, termo de remuneração(risos). A valorização do servidor aqui dentro, principalmente o analista aqui, é pouco remunerado, pouco valorizado em remuneração, isso afeta, claro a, na, eu não digo o meu desempenho, ele é o mesmo, mas afeta na moral, a moral no estímulo, eu tento fazer o melhor, hoje eu faço como se eu tivesse ganhando, como se eu ganhasse muito bem, eu penso assim, eu às vezes, eu sei lá se eu tô me enganando, não sei, mas eu penso mais ou menos assim, mas tento fazer meu trabalho da melhor forma possível...
>
> **Juliana:** Me diz uma coisa, se você fosse numerar os pontos fortes e fracos da Defesa Civil, o que é que você traria para gente?
> **P10MS1 - Geólogo:** Acho que os fortes, sinceramente, acho que os fortes seria a vontade dos analistas de poder trabalhar. Os fracos eu acho que bastante é a estrutura. Eu não vou nem falar em situação financeira porque todo mundo aqui sabe da situação financeira das pessoas, mas isso ficaria em segundo plano porque o primeiro plano seria estrutura. Que, tá, aumenta o salário, mas a situação interna é a

> mesma. Tem um deslizamento e aí você não tem o transporte porque uma equipe já foi, e isso atrasa bastante o processo. Salário é importante? É, mas segundo plano, porque se melhorar a estrutura, a Defesa Civil ia andar muito mais.
> **Juliana:** E pensando na Defesa Civil do município como um todo, indique os pontos fortes e fracos da Defesa Civil no município.
> **P11FS2- Assistente Social**: Como um todo: é a dificuldade de a gente ter verba para poder, esse é o ponto negativo, não é? É para poder fazer e executar de fato as prevenções, trabalhar de fato na época da prevenção. (...) isso dificulta muito na atuação, então eu acho que esse é um ponto negativo. Não tem como trabalhar de forma positiva na nossa prevenção. E outro fato também é a falta de quantidade de profissionais que consigam cobrir todas as áreas, eu acho que isso dificulta. E o ponto positivo que eu vejo na Defesa Civil como um todo é que mesmo com toda essa falta de material para executar as obras, de profissionais para atender essas áreas, a gente consegue fazer um trabalho muito bacana. De quando tem trabalho no período de inverno é sábado, é domingo, é de noite, e se surgir alguma coisa de madrugada a gente vai, então assim, são pessoas muito disponíveis e isso é muito importante.

Os recortes de entrevista acima ilustram, e o texto apresenta-se como uma unanimidade entre os profissionais entrevistados, que o melhor da defesa civil são seus profissionais e o pior é a falta de estrutura para o trabalho. P9MS1 relaciona a baixa remuneração dos servidores com uma certa desvalorização da profissão. O profissional constrói seus argumentos em torno da ideia de que apesar de ser desvalorizado por aqueles que não o remuneram adequadamente, continua sendo o melhor profissional que consegue ser.

P9MS1 e P11FS2 direcionam seus discursos para a falta de estrutura, na qual precisam realizar as funções rotineiras de trabalho, esta última profissional chega a afirmar que "não tem como trabalhar de forma positiva na nossa prevenção", pontuando que até questões essenciais preconizadas pela Política Nacional de Defesa Civil, como a prevenção, ficam comprometidas pela precariedade dos serviços de defesa civil.

P9MS1 ao construir seu argumento parece responder a questões que não foram ali colocadas no momento da entrevista, ressalta, por mais de uma vez, que a questão financeira já está posta, o profissional parece rebater os discursos daqueles que defendem que a primeira questão seria de ordem financeira. Ao utilizar exemplos para construir sua resposta, o geólogo utiliza-se do recurso da descrição vivida (POTTER, 1998) para demonstrar sua proximidade da problemática que apresenta. Para Billig (2008), o autor do discurso, ao construir seus argumentos, não defende apenas uma posição, combate outros argumentos alternativos que existem no contexto social no qual está inserido. Nesse sentido, mesmo que P9MS1 não explicite "o terceiro" interlocutor do debate, seu discurso parece também se dirigir a ele.

Outros discursos sobre precarização das estruturas de trabalho foram trazidos por nossos(as) entrevistados, como o discurso de P15MS5 - Bombeiro Militar, apresentado no

capítulo dois - que trata da alta rotatividade dos cargos de gestão nos serviços de defesa civil, principalmente no interior do estado. Essa problemática, distante de ser recente ou uma característica local, foi também discutida por Gonçalves et al. (2009). A importância dos investimentos em prevenção para redução de desastres é amplamente discutida por pesquisadores ao longo do globo (JOSHUA et al., 2016; BAYTIYEH, 2015), precisamos, contudo, insistir na busca por compreensões sobre os motivos que levam à falta ou à precarização desses recursos.

O baixo investimentos nos ditos serviços emergenciais é discutido também por Melo et al. (2014) que realizou um estudo sobre o corpo de bombeiros da região metropolitana do Recife. Ao analisar o referido órgão, os pesquisadores encontraram a precariedade das condições de trabalho traduzida pela falta de efetivo suficiente para as demandas da região, pela reduzida manutenção das estruturas físicas e pela limitação dos recursos de trabalho. Até mesmo os equipamentos de proteção individual estavam em número deficitário, sendo que, em várias corporações um único equipamento era utilizado por mais de um profissional. Salienta-se ainda que o órgão, mesmo não fazendo parte diretamente dos serviços de defesa civil pesquisados, é peça fundamental no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, pois presta serviço de socorro em situações emergenciais nas quais a defesa civil também é acionada.

Os dados apresentados até aqui tiveram como proposta central realizar uma breve apresentação reflexiva dos atores que foram entrevistados por nossa pesquisa, profissionais e usuários(as) do SINPDEC. Essa descrição inicial trará subsídios para que possamos avançar nos demais objetivos do presente texto. Os próximos capítulos serão dedicados ao debate sobre a circulação dos discursos sobre risco, no contexto da gestão de emergências e desastres, assim como, à problematização dos efeitos dessas produções discursivas sobre nossos(as) participantes.

7 DISCURSOS SOBRE O RISCO NO CONTEXTO DA GESTÃO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O presente capítulo possui como objetivo discutir as compreensões sobre risco produzidas por beneficiários(as) e ex-beneficiários(as) do auxílio-moradia e por profissionais que atuam na defesa civil. Conforme explicitado anteriormente, partimos de uma compreensão do risco como um fenômeno histórico e sociocultural que ganhou contornos muito específicos nos atuais processos de modernização. Mesmo considerando a perspectiva de Beck (2012) que afirma que o modelo de sociedade atual produz riscos que extrapolam os limites sociais, defendemos também que determinados fenômenos coletivos, como um desordenado processo de urbanização das cidades, atingem de maneira desigual distintas camadas da população, incidindo de modo contundente sobre as pessoas pobres.

Compreendemos ainda que os processos de governamentalização do Estado, atrelados à gestão do risco de desastres, fazem com que camadas mais pobres da população, aquelas que não tem acesso às políticas públicas, sejam colocadas às margens dos direitos sociais. Para Foucault (2008a), a possibilidade do cálculo dos riscos pelos especialistas permitiu que o Estado qualificasse novos mecanismos para o controle das populações, destacamos aqui os mecanismos para garantia de segurança como sistemas de seguridade, a polícia, e os próprios agentes de defesa civil. Nesse contexto, defendemos que conhecer os discursos sobre risco, no contexto da gestão de emergências e desastres, que permeiam o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) nos auxiliará a compreender como alguns desses mecanismos de gerenciamento das populações são utilizados nos dias atuais.

A inspiração foucaultiana para explicitar como o poder se transforma em um saber que, por sua vez, se instala como verdade na sociedade (FOUCAULT,2014), auxiliou-nos a analisar os jogos de verdade que circulam no contexto pesquisado. Para o autor, os discursos circulam nos contextos sociais permitindo um jogo que se estabelece entre saber, poder e verdade, influenciando os processos de subjetivação. Nesse sentido, ao destacar os discursos sobre risco que são favorecidos e circulam no contexto de nossa pesquisa, buscaremos refletir também sobre quais sujeitos podem ser forjados a partir dessas nomeações.

Utilizamos, como nossa principal fonte de análise, entrevistas semiestruturadas, realizadas com usuários(as) e profissionais do sistema e diversos documentos produzidos por

esses últimos[29]. Tal material discursivo foi sistematizado após leituras e releituras, buscamos sua melhor disposição para exposição dos discursos por nós mapeados. Salientamos ainda que, no contexto das emergências e desastres, falar sobre riscos, pode expor uma série de implicações para outras esferas da vida social, permitindo refletir sobre a gestão das populações para além dos espaços delimitados pelo Estado como áreas de risco.

Ao entrevistarmos pessoas que vivenciam o risco diariamente, seja na condição de trabalhadores ou de moradores de locais previamente classificados como áreas de risco, acreditávamos que encontraríamos respostas prontas, definições organizadas, aptas a serem emolduradas, visualizadas e debatidas. Contudo, os discursos encontrados ao longo das entrevistas nos fizeram realizar inúmeras leituras e releituras do material produzido, as diversas definições de risco apresentaram-se através de histórias de vida, de vivências de medo e tragédia, configuraram-se por meio de experiências que foram sendo ressignificadas à medida que nossos diálogos foram acontecendo.

O presente capítulo está dividido da seguinte forma: primeiramente discutiremos as definições sobre risco destacadas a partir das 15 entrevistas realizadas com os(as) usuários(as); posteriormente traremos ao debate as análises dos discursos sobre risco identificados a partir das 21 entrevistas com os(as) profissionais; e finalizaremos a seção com algumas reflexões e sínteses sobre o material produzido. Os documentos coletados, conforme explicitado no capítulo metodológico, foram trazidos em vários momentos do presente texto e auxiliaram na composição das análises tanto do discurso dos(as) profissionais quando dos(as) usuários(as). Não buscaremos aqui definir limites precisos entre os discursos produzidos, mas destacar as rupturas, os argumentos retóricos e a multiplicidades de discursos sobre o risco por nós identificados.

7. 1 NOMEANDO OS RISCOS - COM A PALAVRA OS(AS) USUÁRIOS(AS) DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Os primeiros discursos por nós analisados foram os dos moradores das áreas de risco. Como explicitado no capítulo metodológico, escolhemos entrevistar pessoas que já passaram ou estão passando pela experiência de receber auxílio-moradia, ou seja, pessoas cujas residências foram classificadas com o mais elevado grau de risco, sendo declaradas por órgãos de defesa civil como locais não passíveis de serem habitados.

[29] Cada um dos instrumentos de pesquisa, assim como os materiais utilizados para as análises foram detalhadamente descritos no capítulo metodológico.

Dentre os(as) 15 usuários(as) entrevistados observamos que, em poucos casos, a definição ou agente promotor do risco apresenta-se distante da experiência direta dos entrevistados. A forma como essa compreensão do risco foi construída variou de acordo com as experiências de cada um. Dessa forma, encontramos uma multiplicidade discursiva que por alguns momentos se complementa, mas que em outros se contradiz, e promove rupturas na forma de pensar o risco no contexto da defesa civil.

Ao longo das entrevistas com os(as) usuários(as), a temática dos riscos foi provocada por meio de três perguntas: O que é risco?; Para você, o que é viver em risco?; Porque que você acha que algumas pessoas moram ou vão morar em áreas de risco?Entretanto, dentro da proposta metodológica das entrevistas semiestruturadas, a temática do risco apareceu em outros momentos de nosso encontro.

"Barreira", "muro", "perigo", "morte", "proteção que não se tem","tráfico", "afeta o coletivo", "falta de confiança", "ficar paraplégico", "uma casa que não tem como morar", "morro", "aquilo que é acidentado", "mal", "ladrão", "termo de morte", "ser preso", "afeta os filhos", "casa rachada", "infiltração". Esses foram alguns dos termos presentes nas falas de nosso(as) entrevistados(as) quando os convidamos a explicar o que era risco. Diferente de estudos como os realizados por Spink et al. (2008), que identificou três dicionários específicos para tratar o risco: risco-perigo, risco-probabilidade, e risco-aventura, o conjunto de termos encontrados na presente pesquisa o coloca apenas como algo socialmente negativo, que pode provocar danos. Sendo assim, os achados aproximam-se das ideias de Douglas (1992), quando afirma que a despeito de uma multiplicidade de discursos sobre o risco, o termo, em nosso modelo de sociedade, tem cada vez mais adquirido sentidos negativos.

Desse modo, não observamos no material discursivo em estudo a experiência do risco como algo que possa provocar positividade ou possa produzir prazer. As múltiplas faces do risco, características do modelo de sociedade atual (GIDDENS, 1991; BAUMAN, 2009; BECK, 2011), apresentaram-se em nossa pesquisa atreladas à histórias de sofrimentos e de perdas, para muitos dos(as) entrevistados(as) o risco deixou de se apresentar como uma possibilidade e passou a se configurar como vivência do desastre.

Observamos ainda que muitas das noções de risco nem sempre estiveram claramente presentes na vida dos moradores das áreas monitoradas pela defesa civil. O risco tem se confundido com o próprio viver em muitas das comunidades pobres que habitam as áreas de morro e planícies alagáveis do estado de Pernambuco. Tal situação, conforme nos apontam Freitas et. al. (2012), é característica das populações que convivem com desastres extensivos, aqueles que não afetam estatisticamente grandes proporções da população de uma única vez,

mas ocorrem com elevada frequência. Esses acontecimentos - deslizamento de terra, perda de partes do terreno, destruição parcial das residências, alagamentos sazonais - acabam sendo incorporadas às rotinas dessas pessoas, que com pouca ou nenhuma alternativa para lidar com as situações, tendem a incorporá-los a sua realidade sem problematizar a situação de modo amplo.

E foi essa uma das questões que nos chamou atenção durante as entrevistas. Alguns dos participantes acionados só passaram a refletir sobre o risco ao qual estavam expostos a partir dos primeiros contatos com a defesa civil. Ou seja, o risco aparece como um elemento externo, que passa a fazer parte do cotidiano quando é trazido por outro agente externo, os trabalhadores em defesa civil. Após esse momento, o risco passa a ser nomeado, significado e vivido, agora de perto, agora como fator próximo, cotidiano. Tais elementos discursivos podem ser visualizados quando observamos os extratos de fala de U4MS1 e U5MS1:

> **Juliana:** (...) E como foi a decisão de sair do bairro mesmo, da localidade?
> **U4MS1:(...)** E eu tive que sair. A gente saímos mais, porque a gente nem ia sair da casa, mas a gente saímos mais porque quando eles fazem a pesquisa deles e olham e vê que está em estado de risco, aí ficam sempre martelando que é pra gente poder sair, né (...).
> **Juliana:** Antes da Defesa Civil ir lá na sua casa, o senhor achava que estava em risco?
> **U4MS1:** Não. Sabe porquê? Porque, realmente lá tem uma barreira e eu, a partir do momento que eu peguei esse barraco, esse terreno, a barreira deslizou somente uma vez. Eu mesmo organizava ela, em época de chuva, eu mesmo desmatava, eu mesmo não mexia porque eu sabia que podia acontecer o pior, mas no verão eu organizava, deixava tudo limpo, depois aconteceu o quê? Depois que eu organizei, aconteceu de aparecer uma fissura, mas não tava aquela fissura de risco, quer dizer, quem sabe são eles que são engenheiros, às vezes a gente acha que tá tão intacto e de repente pode desmoronar e eles que vêm aqui avaliar que sabem dizer se vai condenar essa área ou se não, mas eu achava que não, porque chuvas e mais chuvas que deu durante esses doze anos, fazia doze anos que eu tinha levantado ela e nunca tinha problema nenhum. Tinha também outra fissura na parede, na parte da cozinha. Mas, a gente vivia tranquilo, era dividido pra mim, pra minha irmã e pra minha sobrinha.

> **Juliana:** E lá, quando o senhor foi morar lá, o senhor já imaginava que tinha o risco de desabar?
> **U5MS1:** Não, não tinha risco nenhum. Veio começar a acontecer com meus colegas que moravam debaixo. Aí começou e veio cedendo, cedendo, cedendo e eles foram saindo, saindo, e eu sempre falava com a defesa civil...[30] vinha e olhava, aí chegou o ponto da escadaria chegar bem próximo do portão da casa da gente. Aí foi quando eles pediram pra gente sair urgente porque a qualquer momento poderia desabar, né?

Observamos que as falas dos entrevistados acima apresentadas estão permeadas pelo contato com o risco, mas ao mesmo tempo este não é nomeado. A princípio observa-se que o risco é admitido e negado ao mesmo tempo pelos moradores:"Não, não tinha risco nenhum"; "porque chuvas e mais chuvas que deu durante esses doze anos, fazia doze anos que eu tinha

[30] Sempre que os usuários utilizaram os nomes dos serviços nos quais são atendidos substituímos pelo termo defesa civil com objetivo de preservar a identidade das pessoas envolvidas.

levantado(...)". Contudo, analisamos que apesar de não ter sido desde o início nomeado como risco, esse fenômeno sempre esteve presente, mesmo que poucos recursos tenham sido utilizados para o seu gerenciamento. Nesse sentido, tal postura diante do risco tem sido por nós interpretada não como negação ou negligência, mas como uma estratégia de conviver com um fenômeno presente, não nomeado, mas que inspira ameaça, ao passo que os recursos para sua mitigação são escassos ou mesmo inexistentes.

No que se refere ao viver em áreas de risco, a visita dos profissionais da defesa civil representa um marco, uma ruptura, pois as ameaças até então não nomeadas diretamente ganham um nome - risco - e passam a ser incorporadas ao cotidiano que agora deve ser vigiado, avaliado, monitorado. Aquilo que até então era apenas compreendido como vida, passa a ser delimitado como viver em áreas de risco.

A partir do momento em que o risco é nomeado, passa a integrar os discursos dos entrevistados de uma outra forma, muito mais próximo e presente no cotidiano, tais elementos passam a ser melhor observados quando utilizamos a pergunta disparadora: "Para você, o que é viver em risco?" aos mesmos participantes cujos discursos trouxemos anteriormente:

> **Juliana:** (...)Sr. U4MS1, o que é viver em risco? O que o senhor me diria?
> **U4MS1:**Olha, pra mim, viver em risco é você ficar à mercê de tudo, de você, pensa em imaginar que tá tranquilo e sua vida tá em risco. É você pensar que tá seguro e não tá seguro. Entendeu? Sempre com detalhe, com problema, você dorme, quer dizer, tenta dormir, mas não dorme, você sonha e o sonho que você sonha, no outro dia quando você acorda o seu sonho não foi concretizado em nada. Pra mim é isso, são coisas que são dificultosas. Tudo tem dificuldade. O risco é isso, você estar à mercê de tudo, como se diz, esquecido do mundo.
>
> **Juliana:** (...). Se eu perguntasse tanto para o senhor, quanto para a senhora, pode ficar à vontade para a senhora (esposa do entrevistado) responder também, como que é assim, se a gente fosse pensar, como é viver em risco?
> **Esposa de U5MS1[31]:** Foi horrível.Muito difícil, uma coisa que era da gente, a gente estava na casa da gente e de repente ter que sair, de uma hora para outra ter que sair, sem ter pra onde sair. Agora a gente ficou sabendo que aconteceu deslizamento que aconteceu que a pessoa tá dormindo e desabou.
> **U5MS1:** Deslizar a barreira e matar, foi. A pessoa tá dormindo e nem acorda mais.
> **Esposa de U5MS1:** Aqui também, você vê essa casa aqui, tá cheio de lona aqui, porque aqui é alto, você está vendo, então aqui quando chove, coitada da minha sogra, que quando chove ela não fica nem aí, ela corre pra casa da filha dela.
> **U5MS1:** Não fica em casa não, ela tem o maior medo. Eu fico, porque eu vou pra onde? Dormir na rua? Eu tenho que ficar.
> **Esposa de U5MS1:** Eu fico, pede a Deus e Deus protege, mas é muito, muito difícil.

[31] A entrevista de U4MS1 aconteceu em sua residência e contou com a participação de sua esposa, que chegou a responder a alguns dos questionamentos levantados durante a entrevista. A participação de parentes ocorreu também em outras entrevistas e quando trouxemos seus discursos para as análises, foram identificados a partir do grau de parentesco com o(a) entrevistado(a) principal.

Observamos um novo padrão nos discursos dos entrevistados, a "nova" condição, agora nomeada como risco, passa a ser descrita, em detalhes, explicitando os elementos de perigo e ameaça aos quais os mesmos estiveram expostos. Na fala de U4MS1 observamos o recurso discursivo definido por Potter (1998) como *descrição vívida*, em que o produtor do discurso, descreve em riqueza de detalhes a situação que deseja enfatizar em sua produção: "é você ficar à mercê de tudo (...) pensa em imaginar que tá tranquilo e sua vida tá em risco. É você pensar que tá seguro e não tá seguro." Tal organização retórica nos aproxima da experiência vivida pelos usuários, permitindo-nos compreender os impactos que a nomeação do risco apresenta na vida das pessoas.

Observamos que o fenômeno que foi a princípio trazido pelo outro - pelo saber perito, especialista em defesa civil -, de algum modo, já fazia parte da rotina dessas pessoas, passando agora a ser nomeado, ganhando na experiência cotidiana um novo sentido. Para Beck (2011), a probabilidade futura do risco implica modificações do comportamento presente. Entretanto, o autor salienta que uma situação para ser considerada de risco precisa “nascer cientificamente” (p.41). Percebemos aqui também o foco no discurso do especialista como sinalizador para que uma dada situação seja ou não considerada de risco.

Esse risco, ora nomeado pelo outro, ou mesmo nunca observado, tem no saber do especialista em defesa civil uma definição. Mesmo quando se desconfia dele, quando as experiências empíricas de algum modo sinalizam sua existência, o saber perito apresenta-se como uma das poucos estratégias de gerenciamento desse risco, atestando sua existência ou a negando. Esse especialista que vem de fora, trazendo um saber, muitas vezes estranho, ao contexto da comunidade representa não só a figura do cuidado, mas, em alguns casos, a perda do único bem material construído pela família, conforme observamos no relato da esposa de U5MS1: "uma coisa que era da gente, a gente estava na casa da gente e de repente ter que sair, de uma hora para outra ter que sair, sem ter pra onde sair". Para nossos entrevistados o risco esteve associado ao fenômeno da perda da tranquilidade, como sinalizou U4MS1, e também a vulnerabilização socioeconômica, como relata a esposa de U5MS1.

A visão do especialista como detentor do saber, em alguns casos, fez com que os moradores desvalorizassem sua própria experiência de vida. U7FS2 e sua família desconfiavam que viviam em situação de risco, porém a palavra do engenheiro os fez mudar de ideia, fator que expôs a família a um grave desastre. Tal situação foi relatada no trecho de entrevista apresentado a seguir:

> **Marido de U7FS2:** Quando estava chovendo a defesa civil ia lá olhar a barreira da gente *"isso aí não cai não, isso não cai nada não"*.
> **Juliana:** Entendi.
> **U7FS2:**Um engenheiro
> **Marido de U7FS2:** Um engenheiro, a barreira veio de cima, né?O engenheiro *"isso aí não cai nada não, pode ficar tranquilo"*, eu disse *"tá bom"*. Aí a gente ficou tranquilo, faz vinte e cinco anos que a gente comprou, sabe? E nunca aconteceu nada, porque acontece, sempre acontece, se ali não acontece, vai acontecer ainda, aconteceu, aconteceu.
> **Juliana:** Quer dizer, vocês já tinham o terreno e depois construíram as casas e antes do acidente a defesa civil já tinha, vocês já tinham esse contato com eles lá?
> **U7FS2:** Não, depois que a gente fez a casa, aí foi que a defesa civil... Pronto, aí a gente foi lá, aí perguntou porque a defesa civil tinha vindo(**Marido de U7FS2:** quando estava chovendo**)** numa casa antes, a gente aproveitamos e perguntou se tinha problema com a barreira, porque tinha uma barreira na frente e tinha outra atrás e ele disse *"não, não tem problema nenhum com a barreira, desde que assim, os vizinhos não estejam colocando água"*. Aí eu fui, falei com os vizinhos tudo, a gente estava tudo certo, aí eu sei que pronto, eles vieram e uns três dias depois aconteceu o acidente.

Ao construir seu discurso U7FS2 traz ao debate a fala dos profissionais da defesa civil para contextualizar os acontecimentos que antecederam o acidente: *"isso aí não cai nada não, pode ficar tranquilo".* Para os teóricos da Psicologia Discursiva, a utilização do discurso direto - caracterizada pela reprodução literal do que foi dito por outra pessoa - é utilizada para dar legitimidade ao discurso do falante, para que ele pareça mais verdadeiro e convincente para o receptor (POTTER, 1998).

Apesar das desconfianças de U7FS2 e sua família, o olhar dos especialistas em defesa civil prevaleceu, essa análise, além de negar a experiência do outro, também os colocou em perigo. Não estamos aqui questionando a legitimidade da perícia técnica realizada, estamos, contudo, sinalizando que no campo pesquisado existe uma multiplicidade de saberes e experiências que precisam ser considerados quando se busca definir o que está ou não em risco. Vargas (2009) coloca que no contexto da defesa civil, muitas vezes, as experiências com o gerenciamento dos riscos vividas pelas comunidades são com frequência subestimadas pelo saber científico. As vozes desses que vivenciam o risco em suas práticas cotidianas são colocadas em segundo plano ou silenciadas no jogo de poder estabelecido pelos saberes peritos. As consequências do silenciamento dos saberes subalternos, a quem, como sinaliza Spivak (2010), não se permite falar, foram características marcantes em muitos momentos das entrevistas realizadas.

Outro discurso bastante recorrente quando convidamos os entrevistados e entrevistadas a trazer suas definições de risco se refere a associação entre risco e características do terreno, principalmente no que toca à relação entre o imóvel e sua proximidade das barreiras:

> **Juliana :**Quando você pensa em risco você pensa em quê? Se eu fosse perguntar para você o que é risco?
> **U1FS1:** (Risos) É você morar em barreira. (risos) É você morar em barreira é o pior risco que você tá cometendo, você tá passando o pior risco da sua vida, é você morar em barreira, pode tá até com muro de arrimo feito, bem feitinho, mas eu não moro de jeito nenhum. Não! Depois daquele negócio, a primeira vez, marcou demais (...).
>
> **Juliana:**E a senhora já se sentiu morando em risco em algum momento?
> **U11FS2:** Lá, que tinha barreira né?!, Eu me sentia numa situação de risco.
>
> **Juliana:**(...) Para a senhora o que é risco, se a gente fosse perguntar, essa pergunta assim bem geral, o que é risco?
> **U13FS3:** Risco para mim hoje é se eu voltasse para lá de novo, porque eu queria até voltar, mas hoje eu não quero mais, porque eu sei que a gente não ia ter paz, toda vez que chovesse a gente mora aqui, qualquer barulho que cai, eu já penso que é uma barreira, meus gatos vive tudo assustado com o trauma que viveu, porque todo barulho que acontece aqui, a gente está longe da barreira, mas a gente pensa que é uma barreira(...).

Estar próximo às barreiras, principalmente aquelas não tratadas, ou seja, barreiras sem muros de arrimos, por si, é definido como risco. Tal situação sinaliza uma relação entre a nomeação do risco e as experiências dos moradores das áreas classificadas como de risco muito alto. Considera-se ainda que todos(as) os(as) participantes de nossa pesquisa passaram pela experiência do auxílio-moradia e que nos serviços pesquisados o benefício é prioritariamente disponibilizado às pessoas que vivem em áreas de morros[32]. Nesse sentido, a maior parte dos participantes de nossa pesquisa vivenciaram de modo direto experiências que associam as características do terreno a fatores de risco.

Essa associação reflete ainda o impacto das ações informativas[33] realizadas pela defesa civil. As atividades classificadas pela instituição como preventivas são realizadas por diversos órgãos de defesa com o objetivo de auxiliar pessoas a identificar sinais de risco em sua comunidade. A proposta reforça a associação entre determinadas características do terreno e situações de risco. Como pode ser observado na figura a seguir:

[32]Conforme discutiremos com mais detalhes no capítulo 8, o auxílio-moradia ou auxílio-aluguel é um benefício eventual, previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, concedido a pessoas pobres que precisaram ser removidas de suas residências em decorrência de situações de desastres ou da iminência delas.

[33] As ações chamadas informativas são realizadas pelos órgãos de Defesa Civil com objetivo de comunicar a população sobre potenciais situações de risco,grande parte dessas atividades são realizadas em escolas públicas e nas residências de pessoas que moram nos chamados setores de risco. Durante as atividades são distribuídos materiais informativos, como cartilhas e folders, com números de emergência e ilustrações como as da figura 5, cujo objetivo é auxiliar a população a identificar e prevenir fatores de risco.

Figura 5: Ilustração de cartilha informativa 1

Fonte: D27S1 - Material Informativo

A figura 5 foi retirada do D27S1 - Material Informativo - uma cartilha distribuída à população pela defesa civil com o intuito de auxiliar a comunidade a identificar e prevenir situações de risco. Os materiais informativos em sua maioria contêm várias imagens e textos curtos, partindo do pressuposto de que muitas das situações de risco vividas nas áreas de morros e planícies alagáveis podem ser identificadas e prevenidas pelos próprios moradores desses locais. Dessa forma, observamos o quanto a fala dos profissionais da defesa civil está presente nos discursos dos nossos entrevistados, como na forte associação entre risco e características do terreno.

Conforme é possível observar na figura 5, tais ações partem do pressuposto de que as pessoas residem nas áreas de risco por não identificarem os agentes potencialmente danosos, ou seja, ao passo que as famílias compreendam que a barreira pode deslizar e, por conseguinte, machucar, automaticamente construirão suas casas em locais seguros. A questão da precariedade da distribuição de terras e do acesso à moradia nas cidades, bastante discutida em nosso capítulo três, é totalmente ignorada pelo discurso construído a partir da supracitada ilustração.

Desse modo, defendemos que o território, no contexto pesquisado, apresenta-se como ferramenta para o controle das populações. Para Foucault (2008a), as estratégias de governamentalidade presentes no biopoder tentam, a partir do domínio do território, criar estratégias para gerenciamento da coletividade. Para o autor, diferente dos modos de controle do território desenvolvidos pela soberania, que permitia ações voluntárias, ou da disciplina que os atingia como corpos capazes de desempenho, a ação da biopolítica massifica, através da análise das séries de acontecimentos, naturaliza-os.

Os territórios classificados como estando em risco pela defesa civil são constantemente monitorados e estudados, assim como, a população que os ocupa. O risco é apontado, localizado, está na barreira, no canal, na vegetação malcuidada, as chuvas reforçam

esse processo de naturalização. Porém, pouco é realizado para efetivamente modificar esses riscos, esses acontecimentos.

Para Castel (1987), as estratégias preventivas modernas, principalmente as desenvolvidas após o domínio da estatística e da informática, tem no seu cerne o rastreamento dos riscos e estratégias de vigilância de determinados grupos, definidos pelos *experts* como grupos de risco. Para o autor:

> Um risco não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de risco) que tornaram mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis.(CASTEL, 1987, p.125).

Diferente de outras formas de controle, o modelo preventivo apresenta como foco os dados estatísticos, a possibilidade de controlar, normalizar e erradicar as condutas desviantes, estas últimas em sua maioria pensadas a partir da esfera individual. No modelo proposto pela defesa civil, observamos uma busca por centralizar a problemática dos desastres sobre os fatores naturais, nessa lógica, o comportamento dos moradores das áreas de risco são observados sob a ótica do desvio, sendo seus questionamentos e vivências pouco considerados no momento das análises de risco.

Para Paese (2012), o consenso atual de que as populações precisam compreender os riscos no quais estão inseridas para poder preveni-los levou uma crescente demanda por ações informativas, tais ações, contudo, tem deixado em segundo plano processos reflexivos. Temos agora pessoas que contém um número significativo de informações sobre os riscos, porém, capacidade limitada, principalmente de ordem financeira, para gerenciamento dos mesmos.

Durante o período de realização do presente estudo, muitas foram as situações descritas nas entrevistas onde o risco é sinalizado pelos agentes de defesa civil, porém, poucas medidas de mitigação são adotadas, em sua maioria, apenas cuidados paliativos, como a colocação de lonas plásticas que se degradam rapidamente ou mesmo a orientação de não dormir em partes do imóvel que estejam muito próximas aos taludes. Cuidados paliativos como a capinação da vegetação que, como nos relatou U4MS1, não impediram que ele precisasse sair de sua residência. Não propomos aqui a redução das ações informativas, mas ressaltamos a importância de que sejam acompanhadas de recursos para o gerenciamento dos riscos. Pois, como afirmam Silva e Menezes (2016), a mera sinalização do risco por parte das equipes técnicas, sem a disponibilização de estratégias efetivas para o seu gerenciamento pode acarretar sofrimento psíquico e sentimento de impotência diante das problemáticas apontadas pelos especialistas.

A forma como o risco é compreendido e vivenciado pelas pessoas das áreas vulneráveis aos desastres tem sido foco de estudos de diversos pesquisadores que se propõem a compreender a psicologia das emergências e desastres (ALVEZ et. al. 2012; SPINK, 2014). Nesse sentido, os discursos produzidos durante nossa pesquisa têm nos propiciado um novo ângulo para o debate, um sentido que precisa ser discutido, visualizado, compreendido. Ao passo que trabalhar a sensibilização dos moradores para os fatores de risco é um dos marcadores centrais das ações preventivas em defesa civil, observamos que os processos de empoderamento dessas populações têm sido incipientes ou mesmo inexistentes.

Em muitos casos, resta à população um apelo ao divino, como alternativa possível frente aos perigos, como nos explicou a esposa de U5MS1: "Eu fico, pede a Deus e Deus protege, mas é muito, muito difícil." Diante disso, fazemo-nos o seguinte questionamento: da compreensão de qual risco estamos falando, quando nos propomos a discutir essa problemática no contexto do gerenciamento de emergências e desastres feito pela defesa civil?

Nossos(as) entrevistados(as) nos mostraram uma cartela de definições plural e impactante. Não foram visualizadas definições simples, lidar com o risco no contexto pesquisado também é lidar com a extrema pobreza, com uma rede de apoio precária. Apresentou-se com frequência, em nosso estudo, a figura da pessoa que se identifica como residindo em local de risco, mas não consegue sair desse endereço, e essa situação, a princípio sinalizada como comprometedora da própria vida, é sobreposta pela necessidade imediata de sobrevivência. Os trechos das entrevistas de U8FS2 e U9FS2, destacadas abaixo, são exemplos das situações debatidas:

> **Juliana:** E assim, antes de acontecer o deslizamento, que a defesa civil ia na sua casa, explicava a questão do risco, como era para a senhora estar na casa sabendo que estava em risco?
> **U8FS2:** Porque assim, a gente não tinha para onde ir, porque na época não estava mais com o meu marido, eu tinha minhas duas filhas, eu vivia de faxina quando aparecia, eu não tinha condição de pagar um aluguel. Minha mãe não me queria lá porque eu falei com ela para ficar lá, mas ela não queria por motivo que não tinha paciência porque eu tinha filha pequena(...).
> **Entrevistadora:** E para a senhora, porque que algumas pessoas acabam indo morar em locais de risco?
> **U8FS2:** Porque não tem condições, por falta de desempenho, de dinheiro, de condições, porque como eu estou lhe explicando, muitos não têm onde morar, aí só vê aquele aconchego ali, se não tem o apoio de ninguém, aí ele tem que ir, mesmo arriscando a vida.
>
> **U9FS2:** (...) porque se você fosse lá onde eu morava mesmo você ia ficar bestinha *"como é que você está morando aqui U9FS2.?" " U9FS2 é risco, está vendo aqui as barreiras"?*, a minha mãe reclama todo dia né, aí eu falo "mãe não tem como arrumar outro lugar que eu não tenho condição".

A construção discursiva elaborada por U9FS2 utiliza-se do discurso direto, assim como de consensos e confirmações (POTTER, 1998) para auxiliar na elaboração do argumento. Os riscos identificados na moradia de U9FS2 não foram apenas observados por ela, mas por sua mãe e também, segundo ela, seriam confirmados pela pesquisadora se a mesma fosse ao local.

As entrevistas de U8FS2 e U9FS2, em consonância com os relatos anteriores, chamam atenção para uma rede social de apoio (SLUZKI, 1997) extremamente fragilizada e precária, as entrevistadas estando às margens dos direitos sociais básicos ficam ainda mais vulneráveis por não receberem apoio de familiares ou outros membros da comunidade. U8FS2 e U9FS2, cujos companheiros não compartilham responsabilidades sobre o cuidado com os filhos e sustento econômico das famílias, foram também postas às margens dos direitos sociais pelo Estado que, no caso delas, sinalizou os riscos, mas não efetivou soluções definitivas para suas condições habitacionais.

Para Fragoso et. al. (2012), a vulnerabilidade aos desastres é um fenômeno socialmente construído, de origem multifatorial e que afeta de modo desigual mulheres e homens. Por exemplo, o papel, socialmente atribuído, de responsáveis pela alimentação e saúde da família, faz com que as mulheres em casos como enchentes e inundações enfrentem mais dificuldades de assistência para retomar essa função. Algumas culturas restringem ainda às mulheres atividades que poderiam ser úteis em casos de sinistros, como nadar, ou possuem códigos de vestimenta que dificultam sua locomoção. Para os pesquisadores em geral, as mulheres sofrem mais danos que os homens em situações de desastres, contudo, continuam sendo protagonistas no processo de manutenção e reprodução familiar nesses contextos. Tais fatores são acentuados pela ausência de políticas que considerem as questões de gênero, corroborando para um processo de revitimização das mulheres.

Para Douglas (1996), a familiaridade com o risco promove uma espécie de imunidade subjetiva, em que a convivência cotidiana com a ameaça diminui os medos e temores relacionados a ela. Não desconsiderando o conceito desenvolvido pela autora, temos preferido nos aproximar da ideia de hierarquização dos riscos que Spink (2014), transpondo os estudos sobre população com HIV/AIDS (RHODES, 1995) para as pesquisas sobre o viver nas áreas de risco, utiliza. Para a autora, as pessoas em seu cotidiano tendem a valorizar determinados fatores de risco em detrimento de outros, ou seja, diante da possibilidade de um desabamento

ou deslizamento de terra e a iminência de estar em situação de rua, muitas famílias preferem continuar em locais classificados como estando em risco de desabamento, por exemplo.

Tais observações são corroboradas ainda pela pesquisa realizada por Vargas (2009) com moradoras das áreas de risco do estado de Minas Gerais, em que a autora afirma que:

> O risco ambiental, exemplificado por deslizamentos de terra e enchentes,se apresentará, então, apenas como mais um elemento componente do cenário de dificuldades e demandas imediatas, numa condição de quase insignificância frente a outros elementos presentes – mostra-se contornável e passível de convivência. (VARGAS, 2009, p. 81)

Nesse sentido, quando lidamos com a população que é público-alvo das políticas de defesa civil, precisamos compreender que existe o risco concreto de deslizamento, desmoronamento, desabamento de imóvel, da seca ou da enchente. Contudo, a questão habitacional, a falta de recursos materiais para sobreviver, entre outras problemáticas, muitas vezes,são consideradas pelas comunidades afetadas como mais urgentes que as avaliações de risco trazidas pelos especialistas.

Tais elementos corroboram com a multiplicidade de definições e compreensões sobre o risco que foram encontradas nos contextos pesquisados. Em contraposição à figura do morador que recorre aos cuidados paliativos ou mesmo ao divino para o gerenciamento do risco, encontramos também posturas bastante críticas por parte de alguns de nossos entrevistados(as). Ao passo que o risco é visto por alguns como aquilo que não se pode controlar, grande parte dos participantes vê o risco como um fenômeno passível de previsão e controle. Chama nossa atenção que mesmo a associação entre características do terreno e situações de risco sendo forte, e mesmo estimulada pelas ações informativas desenvolvidas pela defesa civil, ao contrário do que poderíamos esperar, não registramos entre os(as) beneficiários(as) pesquisados(as) a atribuição do desastre a fenômenos da natureza. Para grande parte deles(as), o risco é um fator que pode ser sanado e prevenido, e como um dos principais responsáveis pela mitigação desse fenômenos nos foi apresentado o poder público:

> **Juliana:** Se você pudesse dizer assim, escolher os pontos positivos e negativos da Defesa Civil, o que você diria?
> **U2FS1:** Eu acredito que eles trabalham, tá entendendo, mas eu acho que eles precisariam trabalhar mais ainda, pra que a população esteja segura, né?
>
> **U1FS1:** (...) Fazer muro de arrimo lá, porque tem não só a casa da gente como todas as pessoas estavam correndo risco, ainda tão, porque a lona não resolve nada, a água, quando vem a chuva, desce de todo jeito, sai molhando tudo, e fazer escadaria também ali, que tá precisando fazer escadaria, quando chove ali, escorrega tudo e aí as pessoas que sobem, tentam subir, não consegue. Então eu queria que mudasse aquilo ali, só que... aquele pessoal morando ali, eu acho que eles deveriam sair dali, né? Porque esse negócio de ficar na prefeitura essas coisas, acho que vai demorar

> muito, e aí vem e acontece um negócio desse que eu tô imaginando de fazer muro de arrimo, de fazer escadaria, vai demorar muito.
>
> **U10MS2:** Olha, de acordo com a parceria que eles têm, não sei, eu acho que eles deveriam fazer um pouco mais, prevenir isso aí, tipo de uma prevenção, porque a defesa civil vem fazer alguma coisa exatamente quando o inverno já está avançado e aí, ás vezes, é tarde demais. Não sei se você concorda comigo, tarde demais, muitas pessoas morreram em XX[34] já, com deslizamentos de terras, barreiras etc, etc. (...) Então é assim, eu acho que a defesa civil deveria fazer mais alguma coisa assim em prol desse povo mais no início do inverno, mas quando começa a desmoronar, as casas que ele vem agir e ás vezes não consegue mais chegar a tempo, entendeu?

O discurso produzido por U1FS1A apresenta uma riqueza de detalhes que remete à*descrição vívida* (POTTER, 1998),além de nomear os riscos, ela exemplifica com situações cotidianas que descrevem as dificuldades de se viver nesses locais. Ao posicionar o poder público como aquele que tem recursos para reduzir ou mesmo sanar os efeitos do risco, U1FS1 e os demais entrevistados também estão definindo esse risco como algo que é passível de controle, que pode ser dominado e, por conseguinte, não é obra do acaso. No entanto, essas pessoas sinalizam que essa possibilidade de controle não é acessível a todos.

Grizendi (2003), ao realizar pesquisa com grupos em situação de vulnerabilidade aos desastres, sinaliza para a existência de uma consciência por parte da população de que existem soluções técnicas para mitigação dos fatores de risco, no que compete à intervenção sobre relevo ou edificações sem que houvesse necessidade de remoção da população. Contudo, o argumento da falta de recursos promove um movimento de delegar o gerenciamento do risco ao plano individual, conforme também identificado por nossa pesquisa.

Estudo desenvolvido por Joshua et al. (2016) com populações de regiões semiáridas do Malawi mostra as dificuldades de adaptação e limitação das respostas aos desastres de populações que não recebem o apoio adequado do Estado. Os dados apresentados pelos pesquisadores são consonantes com as situações encontradas em nosso estudo, tendo em vista que muitas das estratégias apresentadas atualmente pela defesa civil, no que toca ao gerenciamento dos riscos, não pode ser considerado algo além de cuidados paliativos, para uma problemática ampla e complexa que trata da gestão do espaço urbano nas cidades brasileiras (MARQUES, 2016; ALVAREZ, 2015; CEPEDES/FIOCRUZ, 2013).

Para que possamos avançar na compreensão sobre as definições de risco que permeiam o contexto do SINPDEC é importante também problematizar as definições dos

[34]Todos os nomes de cidades foram suprimidos das entrevistas e substituídos pelas letras XX com o objetivo de garantir o sigilo das pessoas participantes da pesquisa.

riscos apresentadas pelos profissionais atuantes no referido sistema. Alguns indícios desse debate foram trazidos nesta seção, mas como veremos no tópico a seguir, muitas questões precisam ainda ser discutidas.

7.2 NOMEANDO OS RISCOS - COM A PALAVRA OS(AS) PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Um dos objetivos pretendidos, durante as entrevistas, com os profissionais, também foi analisar como eles compreendem o risco, no contexto da gestão de emergências e desastres, tendo em vista que essas definições são um dos focos centrais de suas práticas enquanto agentes de defesa civil. Para alcançarmos a proposta utilizamos as seguintes perguntas disparadoras durante as entrevistas: "Como acontece a classificação de risco na defesa civil?"; "Quais os encaminhamentos realizados após a classificação de risco?"; e "Para você, porque algumas pessoas vivem ou vão morar em áreas de risco?". Quando as respostas às três perguntas eram consideradas muito vagas, ou imprecisas, utilizávamos a pergunta: "Para você, o que é risco?". Tendo, esta última pergunta, sido utilizada em poucas das entrevistas realizadas.

Conforme explanado no capítulo cinco, foram entrevistados 21 profissionais, de ambos os sexos, com distintas formações, de cinco órgãos de defesa civil diferentes. Também foram analisados 72 documentos[35], coletados durante nossa passagem pelos serviços, a partir dos quais, observamos uma multiplicidade de discursos sobre o risco.

Em conformidade com o discurso dos beneficiários participantes da pesquisa, nas entrevistas dos(as) profissionais da defesa civil, o termo risco é sempre atribuído a características negativas, relacionadas a danos, perdas, mortes e perigo. Tais elementos serão discutidos ao longo do presente texto.

Um dos primeiros pontos que nos chama atenção na fala dos profissionais é seu distanciamento com relação ao risco. Mesmo que todos os entrevistados trabalhem de seis a oito horas diárias no contexto de defesa civil e atuem diretamente com as famílias afetadas e nas áreas classificadas como em risco, nenhum deles se colocou como exposto ao risco. Diferente do que se poderia pressupor, o trabalho nas áreas de risco não foi apresentado como uma situação de ameaça a ser gerenciada pelos próprios profissionais em defesa civil. O risco

[35] Mais detalhes sobre os documentos e a forma como os mesmos foram classificados e categorizados podem ser encontrados no capítulo cinco, que apresenta a metodologia de nossa pesquisa.

está no outro, no habitat, a detecção e análise de situações de risco não se apresentou discursivamente como sendo uma atividade permeada pelo risco.

A princípio, tais posturas vão de encontro a pesquisas que debatem sobre o sofrimento psíquico enfrentado por profissionais que trabalham diretamente com situações perigosas, como agentes penitenciários ou policiais (RUMIN, 2006; e CONSTANTINO, et al. 2013), contudo, outros fatores podem estar implícitos nessa ausência de discurso sobre os riscos enfrentado pelos profissionais de defesa civil no exercício de suas funções. Tais análises, entretanto, extrapolam os limites da presente tese.

Em uma busca inicial por definições explícitas de risco, no material textual, excetuando as entrevistas, surpreendemo-nos com a ausência de definições para o termo, mesmo em textos contendo glossários como o D1S5 -Documentos que orientam ações, não encontramos um verbete para risco. Tal constatação não nos desestimulou, ao contrário, fez-nos refletir sobre esses "não ditos" e quais associações e definições poderiam ser construídas a partir deles. Compartilhamos aqui das orientações de Deleuze (2005) sobre o estudo dos enunciados, quando o autor vem pontuar que o enunciado pode não ser a princípio visível, mas não pode ser confundido com o oculto. Nesse sentido, não procuramos definições ocultas ou subliminares nos documentos estudados, mas consideramos que analisar a ausência direta do termo risco coabitando com uma série de associações foi um dos pontos centrais para a compreensão da visão de risco trazida pela defesa civil enquanto instituição.

Observamos também que alguns serviços não utilizam a classificação padrão de risco (R1, R2, R3 e R4);os documentos gerados a partir de vistorias para avaliação das moradias descrevem uma série de fatores tidos como produtores de risco: "(...) a casa em questão, apresenta-se com risco de colapso iminente, devido a rachaduras e, toda a sua estrutura, provocadas pelo agravamento de fenda geológica." (D1S2 - Documento que fundamenta a inclusão de famílias no auxílio-moradia, p.1)

A classificação padrão aparece apenas em documento de análise ampla dos riscos do município, como o D9S2- Documentos que orientam ações; que consiste em um "Plano Municipal de Redução de Riscos", em que todas as comunidades que são atendidas pela defesa civil aparecem categorizadas dentro da classificação padrão (R1,R2,R3 ou R4). Esses fatores nos chamam atenção, principalmente, quando associados às recorrentes afirmativas dos profissionais das ciências exatas de que as instituições não utilizam instrumentos para aferição do risco, ou seja, a análise do risco realizado pelas ciências exatas é apenas visual, conforme pode ser observamos na seguinte afirmativa: "As observações relacionadas nesse parecer se devem a constatações visuais, não tendo sido utilizados instrumentos ou ensaios laboratoriais" (D1,S1- Documento que fundamenta a inclusão de famílias no auxílio-moradia,

p.3). Tal justificativa, apresentada nas páginas iniciais de um documento de 17 páginas, utilizado como justificativa para remoção de uma família de sua residência e seu posterior encaminhamento ao auxílio-aluguel, pode ser interpretada como um recurso retórico que atenua o peso das informações que foram posteriormente descritas, retirando, pelo menos em parte, a responsabilidade daquele que profere a análise e depositando-a sobre a situação contextual.

Os discursos mapeados sobre esse tema são corroborados por pesquisa realizada por Gizendi (2003) que, ao entrevistar profissionais da defesa civil da cidade de Juiz de Fora-MG, identificou uma série de discursos que abordam o fato de que a ausência de instrumentos tecnológicos para análise dos riscos dá, ao trabalho nesse setor, uma dimensão pouco precisa, palavras como "bom senso" e "intuição" foram utilizadas pelos participantes do referido estudo.

Dada a gama de possibilidades para classificação do risco encontradas por nós nas primeiras incursões sobre o material pesquisado, não poderíamos deixar de questionar os entrevistados sobre o processo de classificação de risco desenvolvido pela defesa civil. Sobre esses questionamentos, uma das respostas prontamente apresentadas durante as entrevistas é em relaçãoà multifatoriedade, da qual se origina o risco, devendo este ser compreendido de um modo amplo, abrangendo fatores socioeconômicos e físicos. Esse argumento discursivo está presente na fala de P1FS1 - Assistente social, como podemos observar no trecho de entrevista a seguir:

> **Juliana:** Como é que acontece a classificação de risco, vocês participam? Como é que se dá o processo?
> **P1FS1 - Assistente social:**O serviço social ele participa ativamente dessa nossa classificação, porque é, o pessoal da engenharia fica mais voltado pra é..., perceber, orientar a susceptibilidade da, da, e a possibilidade da ocorrência do desastre, e essa parte da, da... essa parte mais voltada pra...análise da família, do risco social ambiental, fica pro serviço social (...) porque viu a necessidade, tem que ter um assistente social, você tá trabalhando com um sistema, você tem que ter aquela pessoa que vai tá ali com a atribuição voltada pra avaliar a vulnerabilidade, como é que você analisa um risco de desastre, se você só analisa a suscetibilidade desse risco, e cadê a vulnerabilidade daquela família? Tem que ser visto.(...)

Ao observamos o trecho de entrevista anterior, deparamo-nos com uma compreensão ampliada do risco, em que o mesmo é gerenciado não apenas sob o prisma de questões físicas, mas também sob o contexto socioeconômico das pessoas afetadas. Ao mesmo tempo que constrói seu argumento defendendo que a análise do risco deve ser feita também pelo assistente social, P1FS1 parece responder a um outro argumento -com o qual ela não concorda - que aparece explicitamentena frase: " (...)como é que você analisa um risco de desastre, se

você só analisa a suscetibilidade desse risco, e cadê a vulnerabilidade daquela família?", a profissional dialoga com outros discursos não presentes no momento da entrevista. Para Billig (2008), quando construímos um argumento não estamos apenas defendendo uma posição, estamos combatendo argumentos alternativos que existem no interior de nosso meio social. É o que parece estar fazendo P1FS1, respondendo ao discurso daqueles que dizem ser o risco uma questão para os profissionais das ciências exatas.

A sugestão de uma análise do risco que extrapole apenas a análise feita pelos profissionais das ciências exatas também foi encontrada em documentos formais da instituição, conforme se observa a seguir:

> **D30S1- Documentos que orientam ações:**R2 Médio: O setor apresenta eventos frequentes de inundação, com registro ou relatos de moradores indicando a ocorrência de pelo menos 01 evento significativo nos últimos 05 anos.(p.2)
>
> **D1S4 - Documentos que justificam a inclusão de famílias no Auxílio-moradia :** Metodologia: A vistoria realizada "in loco", consiste na análise das condições externas do talude e da estrutura externa/interna do imóvel, através da observação visual e/ou da das informações prestadas pelos moradores, não disponibilizando de ensaios técnicos e aparelhos de medições.(p.1)

Contudo, mesmo se apresentando como uma estratégia que pode ser metodologicamente utilizada como um instrumento para auxiliar na classificação do risco, a perspectiva dos(as) usuários(as), não aparece em nenhum dos textos que caracterizam o risco dos locais estudados pelas equipes de defesa civil. Ou seja, esse recurso é descrito como possibilidade pelos documentos D30S1 e D1S4, mas de fato não identificamos sua utilização nos documentos coletados durante nossa pesquisa. Os saberes peritos (GIDDENS, 1991; BECK,2011) se sobrepõe aos saberes produzidos no cotidiano pelo público não especializado, como forma de legitimar o que deve ou não ser considerado como situação de risco. Observamos aqui o distanciamento que pode existir entre ser alvo de uma política pública e poder participar dela de modo ativo. Conforme afirma Oliveira (2011), muitas das populações consideradas em risco pelas políticas públicas nem sequer acreditam estar em risco.

Nesse contexto, observamos que a proposta de olhar holístico sobre os desastres, presente no discurso inicial de muitos dos participantes, mostrou-se concorrente de visões mais fragmentadas sobre a problemática dos riscos de desastres.

Encontramos, no decorrer das construções discursivas produzidas, a predominância de uma dicotomia entre aquilo que chamaremos de um risco definido por características físicas e um risco dimensionado por seus fatores socioeconômicos. O primeiro deve ser detectado pelas ciências exatas, engenheiros, técnicos em edificações e geólogos, apresentando-se

discursivamente como o foco das ações em defesa civil;o segundo tipo de risco, descrito como sendo de responsabilidade das áreas psicossociais ou sociais, aparecem como um agente secundário no sistema de gerenciamento, sendo acionado, em alguns casos, quando o indicador pobreza predomina nas áreas classificadas como em risco.

A priorização do risco físico é tão forte no contexto de defesa civil, que encontramos durante a pesquisa órgãos que possuem apenas profissionais da área de exatas. Nesses serviços, cabe aos profissionais das áreas sociais das secretarias de assistência social atuarem apenas quando os locais em estudo são classificados como inaptos para moradia e essas famílias precisam ser realocadas para fora das áreas de risco. Em outros órgãos, os profissionais da área social estão presentes, participam das visitas de campo, preenchem um questionário com poucos detalhes sobre o caso (ver exemplo no anexo C), mas não se posicionam quanto à definição de risco, sendo o documento que oficializa o risco no setor estudado de autoria apenas dos profissionais das ciências exatas. Um pouco do que estamos explanando nos foi trazido por P6MS1 - Engenheiro Civil e P17MS3- Bombeiro Militar nos trechos de entrevistas a seguir:

> **Juliana:** (...) como é que vocês decidem qual família vai para auxílio, qual não vai...?Qual precisa sair, qual fica?
> **P6MS1:** Veja.É, na verdade, quem que cria isso é a engenharia, tá certo? A área social é coadjuvante nesse processo, é fundamental, eu costumo dizer que toda a vistoria de... de classificação nossa, eu procuro, depois que eu cheguei aqui, eu procurei normas e procedimentos. Eu não encontrei normas e procedimentos. Aí encontrei R1, R2, R3, R4, quando chegou na R4, o máximo que, a gente tá classificando sempre com o auxílio-moradia, o R4. O R3, tá certo, é um risco alto, mas pode ser caso de retirada. É... retirada em caso de chuva que ele recolhe ao seu imóvel ou, é... um... retirada, é um R3 com monitoramento, que é muito o que eu tô fazendo agora, minhas equipes estão saindo pra fazer monitoramento da R3. Que aí, depois de ter passado esse inverno, como é que se comporta? O que é que a gente pode fazer pra mitigar essa... essa demanda que aconteceu. Será que realmente evolui para um R4? Então, quando, acaso, o imóvel, ele não oferece.... A primeira análise é análise da edificação, e a segunda análise é análise da encosta. A pesar de que o decreto do auxílio-moradia, ele não olha a edificação, ele faz... a edificação é problema de conservação e é responsabilidade do morador.
>
> **Juliana** - (...) quando essas famílias precisam ser removidas das suas casas, precisam sair das suas residências após a classificação de risco, quais são os encaminhamentos que geralmente vocês realizam?
> **P17MS3- Bombeiro Militar:** Quando nós detectamos que uma família encontra-se no R3 e R4 que é risco alto e risco muito alto, nós enviamos a documentação para assistência social, e assistente social de imediato vai à família afetada e faz um levantamento social, daí por diante nós vamos colocar essa família em local seguro, ou seja, em um auxílio-moradia, uma casa segura, ou em casa de parentes ou em abrigo.

Observamos a partir dos relatos de nossos entrevistados não a exclusão dos fatores sociais, mas o modo como eles aparecem discursivamente em segundo plano quando se fala

de risco no contexto da defesa civil. Ao passo que observamos uma pluralidade discursiva quando falamos em risco no contexto em estudo, destacamos também a existência de formas sobre risco que são mais valorizadas que outras e, por conseguinte, exercem maior influência sobre as prioridades e modos de funcionamento dos serviços pesquisados.

Os dados encontrados apresentam uma hierarquização de saberes no cenário da gestão dos riscos de emergência e desastres que vão de encontro a compreensões multidisciplinares sobre o tema. Para Oliveira (2006), a articulação entre diferentes saberes é fundamental para intervenção em fenômenos complexos como os desastres. Atuações interdisciplinares promovem reflexões críticas e uma visão mais ampla e sistêmica que permite a aplicação e formação de novos conhecimentos.

Como temos observado e debateremos ao longo da presente tese, as populações atendidas pelos órgãos de defesa civil pesquisados são prioritariamente compostas depessoas pobres, que gerenciam os riscos aos quais estão expostas com recursos bastante escassos. Beristain (2015) e Fragoso et. al. (2012) realizaram interessantes reflexões que compararam os índices de desenvolvimento econômico, mundiais e nacionais, respectivamente, e sua relação com a exposição e vitimização de populações em situações de desastres. Nesse sentido, o pouco investimento dos órgãos de defesa civil pesquisados com relação a reflexões e iniciativas para o combate dos riscos sociais, aos quais estão expostas as pessoas por eles atendidas, vai na contramão da busca pelo empoderamento e fortalecimento da população atingidas por desastres. A falta de investimentos Estatais nas políticas sociais para o combate aos desastres também é apontada por Joshua et al. (2016) como fator que diminui, significativamente, a capacidade de resposta das comunidades frente aos desastres.

Verificamos que, mesmo que os fatores socioeconômicos apareçam recorrentemente nas entrevistas realizadas, o risco físico apresenta-se como ponto central das ações em defesa civil. Em nossas análises observamos que essa visão de risco, promovida em sua maioria pelos profissionais das ciências exatas e também presente nos discursos dos profissionais de outras áreas, colabora para a forte associação entre risco e fenômenos naturais. Nesse contexto, o fator climático chuva aparece relacionado ao risco em muitos dos materiais discursivos analisados, como podemos observar nos recortes das falas de P1FS1 - Assistente Social e P10MS1 - Geólogo:

> **Juliana:** Quais os encaminhamentos realizados após a classificação?
> **P1FS1 - Assistente Social:**Bom, depende do risco, quando é um R1, a gente monitora, o R2 também é monitorado, a gente fica monitorando, só que tendo a necessidade a gente já faz algum, é..., ação de prevenção, colocação de lona, e a orientação mais próxima a acompanhamento social com as visitas. No R3 a gente

> é... já avalia se há necessidade do RCC, porque aqui pra gente o RCC é retirado em caso de chuva, então eles têm o processo de chuva a gente orienta a família pra sair, pra ir pra um abrigo ou se alojar em casa de parente(...).
>
> **Juliana:** Em relação especificamente às classificações de risco, como vocês trabalham? Quando chegam no imóvel para fazer essa classificação?
> **P10MS1 - Geólogo:** É basicamente visual e pela experiência mesmo. Não tem nada concreto, nada exato, assim, até porque os processos da natureza não têm essa previsão de que vai deslizar amanhã, a casa vai cair hoje ou daqui uma semana. É mais uma prevenção mesmo e, pela experiência dos anos mesmo, né? Não tem como você chegar numa casa e a casa, hoje, é risco três, que a gente analisou, então é retirada em caso de chuva, mas aí pode dar uma chuva muito grande e o movimento de terra aumentar, a casa aumentar a rachadura e ter que tirar a família imediatamente. Aí já se torna risco quatro. Já é um risco muito alto, então a família tem que sair imediatamente.

A própria P1FS1, que anteriormente advogou em defesa de uma visão mais ampla do risco, constrói no trecho de entrevista anterior uma lógica de ação voltada para a observação das chuvas, o profissional P10MS1, pertencendo ao grupo das ditas ciências exatas, justifica a partir da imprevisibilidade da natureza, a falta de precisão das análises que desenvolve. No discurso deste último, a retórica é utilizada para dizer que não é à sua ciência que falta precisão, mas aos fenômenos que, segundo ele, produzem os riscos - a natureza. A associação entre o risco e indicadores naturais traz ainda o elemento relevo para compor as definições de risco apresentadas por nossos entrevistados, fator esse também observado nos discursos dos(as) beneficiários(as) que acessamos. A referida relação traz como principais definidores os termos chuva, barreira, encosta ou talude, e planícies alagáveis apontados como os principais fatores na promoção de risco de desastres.

> **P11FS2- Assistente Social:** (...) a gente pede que pelo menos nos períodos de chuva, no período de inverno que tem maior índice, o maior risco de acontecer uma tragédia de eles irem para casa dos parentes, geralmente eles vão e passam o período do inverno, para quando passar esse período de chuva eles poderem estabilizar e puder retomar os pontos que os técnicos indicaram como estava em risco, estava assim em muro de arrimo, para ver a possibilidade de se construir um muro de arrimo, para ali ficar em segurança e as famílias voltarem, só que nem sempre isso acontece, porque eles não disponibilizam de recursos para estar construindo esses muros de arrimo, por que 80% do município de XX é área de morro, então são muitas barreiras, muitas áreas de risco, a gente não consegue suprir todas essas demandas, e aí, o que a gente faz é isso, sensibiliza para ir para a casa de parentes e consegue ver se a gente percebe ver se tem alguma outra demanda para fazer algum outro tipo de encaminhamento (...)
>
> **P17MS3 - Bombeiro Militar:** A classificação de risco nós observamos quando uma família está residindo em um determinado setor de risco em que sua residência está na crista da barreira ou na área ribeirinha, de acordo com as proximidades da área ribeirinha, do nível das águas, nós classificamos se essa família encontra-se em risco 1, que é o risco baixo, o risco 2 que é o risco médio, o risco 3 que é o risco alto, e o risco 4 que é o risco muito alto. Nas barreiras nós observamos as inclinações e os taludes, que as pessoas durante o verão constrói suas casas irregulares, daí nós observamos se estas famílias fizeram as casas em locais de alto risco, que é o R4, principalmente as famílias que se encontram em cima das encostas, que chama-se

> "na crista da encosta", essas que estão bem acima da encosta, nós classificamos como R4, que é o risco alto.(...).

A preponderância desse risco, associado aos fatores naturais, presente nas falas de P11FS2 e P17MS3, é corroborada de forma maciça pelos documentos que são produzidos pela defesa civil em distintos contextos. Nos órgãos pesquisados, todos os materiais informativos coletados apresentam instruções sobre como a população deve proceder diante de eventos climáticos, sendo as associações realizadas entre natureza e risco recorrentes. O fator climático que mais recebe associações relativas aos desastres são as águas das chuvas, conforme pode-se observar nas figuras abaixo[36]:

Figura 6: Ilustração de cartilha informativa 2

Fonte: D11S4 - Material Informativo

Figura 7: Ilustração de cartilha informativa 3

Fonte: D11S4 - Material Informativo

Segundo os documentos produzidos pelos profissionais de defesa civil, a relação entre desastres e natureza pode ser direta, mas também pode ser mediada pelas pessoas através da degradação do meio ambiente, conforme explicitado no documento D11S4 - Material Informativo, do qual foram retiradas as figuras 6 e 7. Observa-se que os agentes apontados como causadores dos desastres, provocados pela degradação do meio ambiente, são os próprios moradores das áreas de risco, que ao não cuidarem adequadamente de suas residências também se colocam em risco. O personagem da figura 6 afirma de modo direto que "Os principais desastres causados pelos seres humanos acontecem quando não

[36] As figuras 6 e 7 são utilizadas por órgão de defesa civil em ações informativas dirigidas à população. As referidas figuras foram recortadas com o objetivo de suprimir elementos de identificação dos serviços que participaram do presente estudo.

preservamos o meio ambiente". Percebemos um jogo discursivo no enunciado anterior que, ao chamar atenção para as ações de quem mora nas áreas de risco e classificá-las como potencialmente perigosas, desviam a atenção e não problematizam outras fontes de degradação do meio ambiente. Reforçam uma visão limitada sobre a problemática do risco ambiental ao passo que culpabilizam as comunidades pelos problemas que enfrentam com situações de risco.

A partir dos elementos apresentados nos recortes de entrevista e imagens anteriores, observamos que ao falarmos em risco no contexto de defesa civil não estamos nos remetendo a qualquer tipo de risco, o risco focado pela instituição é muito específico, risco promovido por fatores naturais, associado ao clima e às características do relevo. Foi possível observar essa relação quando analisamos o discurso de P6MS1-Engenheiro Civil, ao falar sobre alguns critérios para inclusão de pessoas no auxílio-moradia:

> **P6MS1- Engenheiro Civil:** (...) Então, quando, acaso, o imóvel, ele não oferece.... A primeira análise é análise da edificação, e a segunda análise é análise da encosta. Apesar de que o decreto do auxílio-moradia, ele não olha a edificação, ele faz... a edificação é problema de conservação e é responsabilidade do morador(...).

A produção discursiva do profissional deixa bastante claro que as políticas públicas destinadas ao gerenciamento das áreas de risco são voltadas aos ditos elementos naturais. Quando o risco é, de algum modo, identificado como promovido pelo proprietário do imóvel - como no caso de falta de manutenção da estrutura construída-, o poder público não é considerado responsável pela mitigação desse risco. Ao justificar suas práticas para análise de risco, o engenheiro convoca "o decreto do auxílio-moradia" como forma de legitimar o discurso que produz. Para Potter (1998), tal estratégia retórica é definida como recurso ao *direito categorial,* o decreto é convocado como legitimador de seu argumento, um elemento jurídico socialmente respaldado.

Tais fatores implicam complexa problemática, pois um outro elemento fortemente associado às áreas de risco é a pobreza. Não é a qualquer risco que estamos nos referindo quando debatemos a temática no âmbito na defesa civil, estamos falando de áreas marcadas pela extrema pobreza, tal compreensão é trazida por todos os profissionais entrevistados:

> **Juliana** - E assim, na tua experiência aqui, nesse tempo, nessas situações diversas, se fosse traçar um perfil desse usuário que está em auxílio-moradia, como é que seria? Quem são essas pessoas que estão em auxílio?
> **P13MS3 - Bombeiro Civil** - Pessoas desempregadas, o mercado de trabalho hoje está muito precário no modo de estar exigindo muito a escolaridade, pessoas que não completaram o ensino fundamental e nem o médio, pessoas que vem do corte de cana, de cerâmica, de tijolos, que não tem condições de pagar um aluguel. (...) Geralmente pessoas que têm filhos, que estão amamentando, que se eles forem pagar

> aluguel do próprio bolso, vai tirar o leite da criança, vai tirar a alimentação da criança, tudo isso a gente coloca no relatório, para todo o acompanhamento(...). A Defesa Civil é isso, ela é um órgão que diretamente ela entra em contato com a pobreza, com a calamidade, com a situação, a convivência da residência daquela população precária.
>
> **Juliana**: E assim, na tua experiência, nesse tempo que você está aqui, você observou algum perfil desses moradores? Quem é que geralmente está nesses casos de risco mais extremo?
> **P19MS2 - Técnico em Edificações**: XX tem um relevo bastante peculiar, né? 89% da área é de morro, é área de risco, e as áreas planas tem um, vamos dizer assim, é muito valorizada, é supervalorizada, então só quem consegue tá morando nesses locais são pessoas que têm um respaldo financeiro maior, a gente encontra nos morros as pessoas que têm mais dificuldade financeira, as pessoas mais pobres, e que realmente não têm muita opção, né?(...)

Considerando os recortes de entrevista acima, além do próprio perfil dos(as) usuários(as) do SINPDEC, que discutimos no capítulo seis, questionamo-nos:se nos discursos de todas as pessoas entrevistadas observamos essa forte associação entre pobreza e áreas de risco, porque ainda é tão forte a associação entre risco e fenômenos naturais? Muitas questões precisam ser problematizadas ao pensarmos tal associação e os usos que o Estado promove com essas relações.

Destacamos, a princípio, o discurso de P19MS2: "(...) a gente encontra nos morros as pessoas que têm mais dificuldade financeira, as pessoas mais pobres, e que realmente não têm muita opção, né?". A escolha desse local, para o qual são destinadas as pessoas pobres, não é ocasional; conforme debatemos anteriormente, no início do século passado, o Estado Novo retirou as pessoas pobres das áreas centrais da cidade e as expulsou para os morros da capital pernambucana, não só iniciando o processo de ocupação desses terrenos de difícil edificação, como visibilizando o tipo de tratamento que o Estado destina até hoje aos "indesejáveis". (LEITE, 2010).

Tal processo de reorganização do espaço territorial não foi restrito às cidades nordestinas. Kowarick (2013), em um detalhado estudo sobre os cortiços da cidade de São Paulo, expõe as inúmeras tentativas dos agentes públicos de expulsar dos centros urbanos para as periferias os moradores dessas áreas, sob o argumento higienista de que nesses locais prevalecia o risco da contaminação e do desenvolvimento de doenças. Tais práticas, como afirma Foucault (2008a), foram forjadas muito antes do século passado, remetem às estratégias desenvolvidas pelo biopoder para o controle das populações. Para o autor, todas as formas de poder impetradas pelo Estado ao longo dos séculos, têm no controle do território o cerne para o governo da população. Nesse sentido, remontar a história de uma instituição como a defesa civil, também é buscar compreender as estratégias de governo das pessoas por meio da justificativa de reduzir os riscos e promover segurança.

Para pesarmos um pouco mais sobre isso precisaremos retornar ao surgimento da instituição defesa civil em nosso país. Conforme debatido no capítulo dois, a primeira iniciativa em defesa civil brasileira ocorreu no período da segunda guerra mundial, contudo, a estruturação do serviço nos moldes que encontramos hoje tiveram como estopim um período de fortes chuvas ocorridas no Sudeste do país na década de 60[37]. Em várias cidades no Brasil e no estado de Pernambuco, a defesa civil surgiu ou se estruturou após algum tipo de desastre superficialmente associado ao clima, como chuvas, inundações, secas, entre outros.

No discurso dos profissionais entrevistados, apesar de encontrarmos essa forte relação entre risco e fenômenos da natureza, observamos também que essas produções discursivas não negam a possibilidade de gerenciamento desse risco, isto é, encontramos uma visão de risco que independente de suas origens pode ser reduzido ou mesmo sanado. Durante as entrevistas, os participantes anunciaram dois agentes centrais para a mitigação do risco: o poder público e a própria população.

Como papel do poder público é sinalizada a responsabilidade por obras estruturantes, como a cobertura de encostas, organização de canaletas e mesmo a fiscalização para que locais classificados como sendo de risco pela defesa civil não sejam reocupados. Tais funções podem ser verificadas nos trechos de entrevistas abaixo:

> **Juliana:** E hoje, existe, assim, algum encaminhamento que vocês não fazem, mas que você teria como sugestão para essas áreas, que vocês tão classificando de risco e não fazendo intervenção?
> **P8FS1 - Engenheira Civil:**É, nesses setores de alagados é bem difícil, assim, porque o ideal seria retirar todo mundo daquele setor e aquela área não edificante, é uma área que... que não era pra ter construção, seria uma outra forma. foi feito alguma coisa no local, porque quando a gente tira e não tem nenhuma obra estruturadora no local, as famílias vão invadir de novo, ou aquelas ou outras famílias.
>
> **P19MS2 Técnico em Edificações:** o que a gente tem maior dificuldade? É de tá fazendo essa fiscalização desse número imenso de pessoas de morro, porque todo dia se cria uma área de risco diferente, o rapaz tá morando aqui, mas aí precisa, a família amplia, ele vai e cava, aí já gera outro risco, então é muito difícil a gente tá conseguindo resolver esse problema como um todo, a gente não tem condições de tá realocando todo mundo que tá em área de risco pra uma área que seja compatível pra todo mundo, que contemple todo mundo.

Em conformidade com os discursos dos(as) beneficiários(as) do auxílio-moradia, os profissionais também atribuem ao poder público a promoção de ações estruturadoras para redução dos desastres. Estes últimos acrescentam, ainda, o elemento discursivo da fiscalização, o Estado é também descrito como aquele que não dá conta do enfretamento das

[37]http://www.integracao.gov.br/historico-sedec,acesso em 05 de dez. de 2013.

situações de risco sozinho. Pois, segundo nos aponta P19MS2, novas áreas de risco surgem com frequência e facilidade. Nesse contexto, um outro papel da defesa civil seria orientar e ativar o segundo agente responsável pelo gerenciamento de risco - a população. À medida que o poder público não dá conta das ações para mitigação dos riscos, a população aparece como aquela que precisa ser orientada para não promover novos riscos, ou mesmo evitar os danos promovidos pelos riscos vigentes. Os discursos destacados abaixo sinalizam o papel de gerenciamento do risco que deve ser desenvolvido pela população:

> **P4FS1 - Assistente Social:** (...) não que eu despreze outro contexto familiar, mas aí eu aprofundo um pouco mais a questão da recomendação, quando observo que tem idosos e crianças, por conta da dificuldade de locomoção, então, eu faço com que a sensibilização se pegue mais pra esse lado mesmo de que o cuidado tem que ser redobrado, o olhar tem que ser redobrado. Tenho muito cuidado em falar pras famílias que elas fiquem muito atentas no período noturno, que, pra mim, é o período mais crítico, então, eu sempre tento reforçar, através da fala, essa coisa de que a noite é mais importante tá atento, então, que é por isso que a gente recomenda sair de casa durante o período de chuva, porque quando se está dormindo, não se tem tanta atenção, então, é através da fala mesmo, de orientação e de recomendação que eu tento buscar minimizar o problema, né? A gravidade do problema.(...)
>
> **P18MS2 - Engenheiro Civil** - Hoje existe uma conscientização, quando nós começamos na Defesa Civil a coisa era muito aleatória, eles não tinham a noção do risco entendeu, eles achavam que podiam cavar uma barreira, que se jogasse um lixo numa barreira não tinha problema eles não tinham a conscientização e o entendimento do que se pode morar em área de risco, no entanto que você faça as obras para os estruturadores, faça as drenagens necessárias, as obras de contenções, transporte de lixo de modo correto, conduz a água para um escoamento seguro, não suja os canais, etc. Então, você pode conviver tranquilamente com o risco.

A população aparece, nos trechos de entrevistas recortados acima, como aquela que precisa gerenciar os riscos para sobreviver, deve se responsabilizar quando as alternativas fornecidas pela defesa civil não garantem a extinção do risco, ou mesmo quando não há outras opções para se evitar ou mitigar a situação de risco. Conforme apresentamos no tópico anterior, tais movimentos dos agentes públicos para com a população também foram debatidos nos estudos desenvolvidos por Grizendi (2003) e Vargas (2009).

Destacamos também, no discurso produzido pelos profissionais da defesa civil, três outras formas de posicionar as pessoas que vivem nas áreas de risco: aquelas que não o compreendem, por isso se expõe ao mesmo; aquelas que vivem no risco por não ter alternativas habitacionais em locais seguros; e aquelas que buscam as áreas de risco como forma de obter ganhos econômicos.

A questão da compreensão dos riscos é matéria recorrente quando se fala em estratégias preventivas em defesa civil, nesse sentido, a necessidade de explicar a população

sobre os tipos de risco aos quais está exposta, juntamente com a implementação de técnicas de gerenciamento dos riscos que devem ser desenvolvidas com essas pessoas, são ações centrais em defesa civil, como podemos observar nos trechos da entrevista de P2FS1 - Assistente Social:

> **P2FS1 - Assistente Social:** O trabalho principal da gente é fazer o acompanhamento das famílias que a gente já identificou, a equipe de engenharia já identificou que estão em situação de risco, a gente tem o mapeamento dessas famílias que, de risco físico, né? Risco em relação à residência delas, e o trabalho principal da gente é esse trabalho de sensibilização dessas famílias pra, pra tentar de alguma forma apoiar nesta percepção de risco, pra dar orientações em relação às práticas seguras que elas precisam tomar, e a gente faz um trabalho muito forte de prevenção também, com essas famílias, e aí agente tem atividades de monitoramento que a gente acompanha a equipe de engenharia nessa, quando ele identifica o risco a gente estando do lado, já para fazer este trabalho de sensibilização da família, né? Pra ela ser informada do risco e das práticas seguras.(...)

Não afirmamos que as questões da educação ambiental e de proteção e defesa civil não são pertinentes ao debate junto a população, mas acreditamos que as implicações que envolvem a problemática das populações no contexto das emergências e desastres vão muito além da questão "eduque-se para não se expor ou provocar o risco". Observamos aqui uma lógica perversa para com a população, mais uma vez, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil atua como parte de um dispositivo de Segurança (FOUCAULT, 2008, p. 144) que além de participar do jogo que irá expulsar a população para os núcleos de pobreza, irá responsabilizar essas pessoas pela garantia de segurança nesses espaços.

A visão da falta de compreensão sobre o risco é corroborada, ainda, por profissionais que acreditam que as pessoas estão em áreas de risco também por questões de costumes culturais, como nomearam alguns entrevistados, questão de "cultura":

> **Juliana:** (...)por que você avalia que algumas pessoas ainda persistem em continuar no risco, o que você acha?
> **P14FS5 - Assistente Social:** É a questão cultural, de ter sempre morado naquele local, a casa, às vezes, a deles é maior, tem muita gente que apesar de morar na beira do rio tem as plantações, tem os vínculos, tem vizinhos, os familiares, então existe a resistência, tem a resistência, a questão cultural mesmo de ter sempre morado naquela(...)
>
> **Juliana** – (...)porque você acha que as pessoas, elas vivem em risco hoje? Ou elas permanecem ás vezes no risco, só que muitas vezes sabendo que aquele local é um local de risco?
> **P16MS5 - Chefe da Unidade de Planejamento**: Aí onde entra a questão cultural né, a questão da causa e consequência, a questão de que não pode acontecer comigo, só pode acontecer com o vizinho. As pessoas ainda..." Deus é brasileiro, né?", que Deus é brasileiro (...)

Os trechos de entrevista destacados trazem a figura do morador, que apesar das orientações, nega a existência do risco. Não problematizam, contudo, a possibilidade de outros fatores estarem associados a essa postura de negativa. P14FS5 dá alguns indícios de uma análise mais profunda ao apontar os vínculos que se formam ao longo dos anos nas comunidades. Observa-se que muitas dessas pessoas têm nas áreas afetadas sua única fonte de subsistência, como as comunidades ribeirinhas ou as que vivem nas proximidades das planícies alagáveis, que em sua maioria sobrevivem da pescaria, por exemplo. Essa compreensão, no entanto, não pode ser utilizada como justificativa para culpabilizar as pessoas e sugerir que essas residem nas áreas de risco por não conseguirem viver em outros espaços.

Tais discursos não podem ser considerados como justificativas para tomada de decisões unilaterais por parte dos profissionais da defesa civil. O apelo ao discurso do reconhecimento dos vínculos afetivos e redes de apoio das pessoas afetadas por sinistros, apresentado por alguns dos(as) entrevistados(as), ou mesmo a interpretação negativa da cultura religiosa, encobrem também posturas verticalizadas no que compete às reflexões e tentativas de solução para as problemáticas do risco (MIRA et al., 2013).

Koga (2009), ao fazer uma análise sobre a inserção dos profissionais gestores de emergências e desastres no interior das comunidades em risco, também debate o processo de verticalização de saberes e imposição de modos de agir. Para o autor, esse descompasso entre as práticas e ações dos ditos especialistas e a situação dos moradores das áreas afetadas gera resistências por parte destes últimos em compreender e aceitar as determinações dos profissionais de defesa civil. Tais processos levam a um ciclo de dificuldades e culpabilização que passa a ser reproduzido não apenas pelos profissionais, mas também pela sociedade de maneira generalizada.

Registramos ainda, dentre os profissionais entrevistados, aqueles que acreditam que as pessoas habitam áreas de risco de forma premeditada, com o objetivo de obter ganhos econômicos, como observamos nas falas de P21FS4 - Socióloga e P13MS3 - Bombeiro Civil:

> **Juliana:** E se eu fosse perguntar assim também, com essa tua experiência bem ampla, por que já trabalhou em várias defesas civis com outros programas ligados a condição de pessoas, com as pessoas que vivem em risco. Porque você acha que as pessoas vão morar em área de risco?
> **P21FS4 - Socióloga:**Umas porque não têm condição financeira de estar num local seguro e outras porque a questão da renda também não oferece para você ir para um local digno, e outras estão num lugar para ganhar um programa porque muitas pessoas às vezes ganham a casa, vende e volta para o mesmo lugar, não tem essa percepção de estarem na sua casa, eles vendem e volta para o mesmo lugar, tipo um vício, a conjuntura também.

> **Juliana** - E aí, quando eu te perguntei, você falou assim, 90% ocupa porque não têm condições, e esses outros 10%?
> **P13MS3 - Bombeiro Civil :** Os outros 10% eu creio que muita gente que age de má fé como eu já disse, que às vezes invadem e aí constroem casas, vende para outras pessoas. Aproveita pessoas que não têm condições e vendem para elas, entendeu? Aqui no município, eu não sei se o capitão já ouviu falar, mas eu já ouvi falar de pessoas desse tipo.

Mesmo não sendo uma unanimidade entre os(as) participantes, os discursos de P21FS4 e P13MS3 não foram os únicos a trazer a figura do morador das áreas de risco como um aproveitador. Esses discursos, apesar de sinalizarem que nem todas as pessoas estão no morro com objetivo de ganhos financeiros, também indicam uma postura de oposição entre os que estão ali para ajudar, os agentes de defesa civil e os que estão ali, com um objetivo, que não é considerado legítimo, de conseguir algum tipo de vantagem. Os profissionais não conseguem problematizar que aquilo que é apontado como uma questão ético-moral diz também de uma precariedade radical, na qual vivem as pessoas atendidas pela defesa civil.

Tais visões concorrem e coabitam com a crítica social feita por outros profissionais, quando defendem que existe, sim, uma compreensão do risco por parte da população, o que não existem são estratégias efetivas para seu enfrentamento. P1FS1, no recorte de entrevista abaixo, salienta que a população não apenas compreende o risco, como cobra da defesa civil soluções para o problema:

> **Juliana:** (...) porque as pessoas continuam vivendo no risco, ou vão morar no risco? O que é que tu achas?
> **P1FS1 - Assistente Social:** Não é falta de percepção de risco não, viu.Porque você vai pra área, geralmente a família, quando é monitoramento não, a gente tá ali fazendo monitoramento, monitora a área, mas os pedidos de vistoria, a gente tem o número enorme de pedido de vistoria, então isso já prova que o morador entende que ele tá em área de risco, que ele precisa ser vistoriado, que a defesa civil tem que tá próxima. Então, não é falta de percepção, é falta de condição de moradia. A gente tem uma dificuldade grande no Recife, que a gente tem, que a gente já tem a dificuldade geológica mesmo de ser uma cidade com muito morro, e poucas áreas planas, que as áreas planas já foram ocupadas pelas pessoas com melhores condições sociais, e aí empurraram mesmo o pessoal pra morar no morro de qualquer forma, a questão social e a questão mesmo habitacional do Recife, né? E a ocupação de solo que foi muito mal feita aqui, não só aqui, mas no país todo, mas aqui é, tem essa dificuldade porque é muito morro e pouca área plana. Então, as pessoas com menos condições tem que morar no morro. Então, o que eu acho que deveria ter uma política habitacional pra moradia mais segura nesse morro.

A entrevistada constrói seu discurso respondendo além da pergunta que lhe foi dirigida diretamente, "porque as pessoas continuam vivendo no risco, ou vão morar no risco?", dirigindo-se a um discurso não diretamente presente, mas que circula no contexto da proteção e defesa civil, conforme discutimos anteriormente, de que as pessoas vivem em áreas de risco por falta de informação. Para a assistente social, uma das provas de que as pessoas sabem que

estão em risco é o número de chamados espontâneos da população recebidos pela defesa civil. Nossa entrevistada sublinha que as pessoas estão no risco pelas inúmeras questões habitacionais que permeiam as cidades, pela falta de " política habitacional para moradia mais segura nesse morro." Seu discurso é corroborado por uma série de pesquisas que associa a ausência de políticas habitacionais ao viver nas áreas de risco (MEDEIROS e BARBOSA, 2016; ALMEIDA e PEREIRA, 2015).

7.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FECHAMENTO DO CAPÍTULO

A relação entre risco e o modelo de sociedade no qual vivemos tem se tornado cada dia mais complexa e multifacetada, as conexões entre aqueles que produzem os riscos e os que o combatem vão além da simples identificação de causas e efeitos. Como apontam Villar e Ribeiro (2009), o risco é indissociável da política - a forma como o território é gerido e organizado reflete o grau de investimento dos poderes públicos no futuro.

A forte associação entre clima e desastres, por exemplo, tem orientado várias das ações promovidas pela defesa civil ao longo da história. Observa-se que existe um regime de verdades sobre o risco que prevalece no atual contexto do SINPDEC que se instala através do discurso associado aos fenômenos da natureza; direciona e limita as estratégias de ação; e desqualifica o olhar do outro que, com suas experiências e histórias de vida, aponta que o modelo de sociedade no qual vivemos produz pobreza e, por conseguinte, formas muito específicas de risco. Essas ideias apontam para estratégias de governamentalidade que, como nos indica Foucault (2008a), apresentam a natureza como uma espécie de "bode expiatório", tiram o foco da negligência do Estado para com as vulnerabilidades da população e centra a problemática em elementos passíveis de pouca previsão, os fenômenos da natureza.

Desse modo, observamos um processo de ruptura nessa forma de pensar sobre os riscos de desastres, quando identificamos que nos discursos dos usuários das políticas de defesa civil essa associação não se apresenta tão forte quanto poderíamos esperar. Nossos entrevistados colocam o governo como detentor de conhecimentos e possibilidade de ação, demandam ações efetivas e problematizam de modo complexo sobre os riscos do contexto no qual vivem. Essas vozes, contudo, são negadas e desqualificadas; os moradores das áreas de risco são representados nas políticas como aqueles que não sabem, que precisam ser orientados, que não possuem "percepção de risco". A relação institucionalmente estabelecida entre população e falta de compreensão sobre os riscos é questionada mesmo por aqueles que representam o sistema, como a assistente social P1FS1. Valencio e Valencio (2011) apontam

que o Estado, que geralmente está escassamente munido de estratégias preventivas para combater os desastres, também não possui planos de entrada no sistema para acolher e disseminar propostas alternativas que a comunidade possa lhe oferecer. Para os autores, quando a gestão pública coloca em segundo plano proteger a integridade física e material da população, está também intensificando a vulnerabilidade das pessoas empobrecidas. Esse modo de gerenciamento dos riscos é uma forma de exercício do Racismo de Estado (FOUCAULT, 2010), do movimento de condenar os empobrecidos a uma morte social, que no contexto dos riscos de desastres pode efetivar-se em uma morte física. Dessa forma, o cerne do problema não estaria nos fenômenos climáticos, mas no modo como o Estado promove relações com a comunidade para enfrentar essas questões.

Outro processo de ruptura por nós observado foi o questionamento, mesmo que indireto, do trabalho promovido pelos especialistas. Quando U7FS2 descreve que, ao abandonar suas vivências e confiar na opinião dos profissionais de defesa civil, acabou sendo exposta a um grave acidente, percebemos uma quebra da confiabilidade de um dos marcadores centrais do modelo de sociedade atual, os saberes peritos. Essa quebra da credibilidade faz com que se questionem os regimes de verdade vigentes e se evidenciem outras relações entre o saber/poder vigente. As práticas de cuidado de si, no modelo de sociedade atual, geridas pelos especialistas (MENEZES, 2002) são questionadas por aqueles que não têm suas vozes ouvidas e são marginalizados pelas lógicas estabelecidas pela biopolítica das populações.

Nesse sentido, considerando a complexidade das definições de risco que foram identificadas em nossa pesquisa e que concorrem para dominar o cenário do SINPDEC, considerando as premissas foucaultianas de que os poderes se configuram em saberes que, por sua vez, se instalam como verdades em nossa sociedade, questionamo-nos sobre quais sujeitos são produzidos a partir dessas definições de risco por nós identificadas. Certamente não encontraremos respostas fáceis ou simples, mas nos próximos capítulos, dedicaremo-nos a descrever e discutir nossas impressões sobre os atores do risco no contexto do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

8 OS EFEITOS DOS DISCURSOS SOBRE RISCOS PARA OS(AS) USUÁRIOS(AS) DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Até o presente momento, observamos uma polissemia de discursos sobre o risco no contexto das emergências e desastres.Nossos(as) entrevistados(as), a princípio, têm em comum a experiência do risco de desastres e a relação com a Defesa Civil. Buscaremos agora discutir alguns dos efeitos que são produzidos por esses discursos na vida de nossos participantes.

Considerando o conceito de posicionamento utilizados por Spink (2004) e por LANGENHOV e HARRÉ (1999), iniciaremos o capítulo debatendo as formas como os(as) usuárias posicionam a si, aos profissionais da defesa civil e ao Estado de uma forma mais ampla. Posteriormente discutiremos os discursos produzidos sobre a experiência do auxílio-moradia, um dos instrumentos utilizados pela defesa como recurso para prevenção ou recuperação pós-desastre. Finalizaremos com uma reflexão sobre as presenças e ausências de processos mobilizatórios, que serão problematizados a partir do conceito foucaultiano de resistência (FOUCAULT, 2004).

8.1 POSICIONAMENTOS - CADA PERSONAGEM TEM SEU LUGAR NO CENÁRIO DOS RISCOS

Para Langenhove e Harré (1999), o posicionamento é identificado como uma alternativa dinâmica para a ideia de papel, tendo sido de extrema importância para compreendermos, ao longo de nossa pesquisa, as formas como se apresentaram os diversos interlocutores por nós acessados. A teoria utilizada pelos autores nos permite compreender que durante todo o processo de realização das entrevistas, entrevistados e entrevistadores estavam se posicionando.

Desse modo, nosso próprio roteiro de entrevistas, com questões do tipo: " O que você acha que a Defesa Civil poderia fazer por você e pela comunidade?", estava estimulando nossos participantes a se posicionarem com relação ao SINPDEC. Da mesma forma, fomos também posicionados por nossos(as) entrevistados(as), quando por exemplo, mesmo após as explicações formais, eles questionavam nossa ligação com a defesa civil, ou se estávamos ali representando algum órgão fiscalizador. Outros posicionamentos, menos explícitos, como

afirmar que não fariam críticas ao trabalho da defesa civil por uma questão de "ética", também estavam posicionando a pesquisadora como possíveis delatora das entrevistas ali realizadas.

Não podemos deixar de considerar que, ao posicionarem o outro, as pessoas também estão se posicionando, reafirmando seu lugar no jogo discursivos cotidiano. Observamos, ao longo das entrevistas, uma forma central de posicionamento reflexivo **(**DAVIES E HARRÉ, 2001) por parte dos moradores: nossos(as) entrevistados(as) se veem como pessoas que não possuem alternativas para habitar locais seguros; que foram morar em locais inseguros ou continuaram vivendo em locais já classificados pela defesa civil como estando em risco, por falta de recursos financeiros. A entrevista realizada com U9FS2, relata de modo singular a experiência da falta de alternativas seguras para habitar a cidade:

> **U9FS2:** R[38]. Ele (o marido) estava morando em C., mas trocou a casinha dele e foi morar no D. Aí como eu separei do meu marido, aí não tinha como ficar lá no D., aí nesse negócio a gente se separou, aí eu tive que procurar uma casa para poder fazer troca, aí nisso passei quase um mês procurando uma troca para sair de lá do D. que era muita violência, aí não deu mais para ficar. Aí eu corri atrás de casa para alugar, aí foi nisso que eu encontrei um amigo lá no D. e tinha uma casinha na P., e aí nesse negócio eu peguei e fui, troquei com ele.
> (...) Já em C., aí eu peguei e vim pra C. de novo, onde eu morava que eu já estava muito tempo acostumado ali morando na P., aí nisso eu troquei a casa e fui morar lá. Aí depois, de lá dessa casinha que eu fui morar passei para esse lado, que é o mesmo lado sabe, que fica um embaixo, outro também já saíram um bocado que perderam ali, aí eu subi para cima, a pessoa que eu estava morando ganhou uma casa, ganhou da prefeitura, teve sorte né de ganhar.
> (...)**Juliana:**E a defesa civil já foi aí?
> **U9FS2:** Não, onde eu estou ainda não, mas antes de ir, eu moro ali já tinha ido, tem umas casa, tudo de X, como o pessoal mandava, um bocado de gente já saiu sabe? Só que a gente não teve onde morar e o sobrinho dele comprou lá, como comprou lá e morou uns poucos anos com a mulher que ele arrumou e não deu certo. Aí como ele não ter lugar certo é difícil vender, aí ele pediu para a gente ficar lá porque a gente não tinha condições de ficar pagando.
> **(...) Juliana:** O dono da casa?
> **U9FS2:** Reclamando, que já está pensando em morar de volta e fica difícil porque a gente não tem onde ficar, que a minha mãe tem a casa lá na P., mas quem mora lá é o meu irmão, meu irmão mora lá e eu não gosto. Lá naquele lugar onde eu estava morando não dá certo porque esse ano choveu e acabou-se mais ainda, não foi? Parece que junto com o meu foi umas trinta e poucas casas.
> **Juliana:** O terreno de lá ainda é seu?
> **U9FS2:** É meu ainda.
> **Juliana:** Só que não pode construir, não é?
> **B U9FS2:** Não tem condição não, queria eu, se pudesse a gente fazia o que, arrumava um jeito de fazer um empréstimo para fazer pelo menos um vãozinho para morar, como morava de primeiro, mas como não dá, não tem como fazer nada, porque quem já morou ali sabe que não adianta fazer casa, se você fazer você vai perder um dinheiro que você botou ali porque todos os meus vizinhos que fez perdeu.
> **Juliana:** Ah, teve vizinho seu que depois que saiu voltou e...?

[38]Reforçamos, aqui, a informação trazida nos capítulos anteriores, que apenas a primeira letra dos nomes de bairros citados pelos(as) participantes foi mantida nos discursos analisados.

> **U9FS2:** Voltou de novo para morar, que não teve condição de pagar aluguel e foi para lá morar de novo, gastou que só. "Menina, não adianta vocês voltar porque vai rachar", "mas só que eu não tenho onde morar U9FS2, eu tenho que voltar para o mesmo lugar". Olha tinha percevejo, tinha barata, tinha rato e elas moraram lá no meio, cada dia mais eu ia lá a casa rachando, "mulher não dá para tu ficar aqui, tem que dá um jeito", "eu não tenho como ir", "mas dá um jeito, procura qualquer coisa, vai para a casa de família", "não tenho", mas elas teimaram e foi, para lá foi e voltaram umas três pessoas morar ali, no mesmo lugar tem um jeito. Mesma a casa rachada, voltaram para aumentar, aí foi, tentaram morar, gastaram, aí quando foi esse ano rachou tudinho, quando veio a chuva pesada, quando fiquei sabendo, disse que não teve como não ficar, se você for lá, você fica de boca aberta, todas as casas que do meu lado que eu morava, está tudo rachado e eu ia tentar fazer lá pelo menos um vãozinho, aí quando ia pensar esse ano, quando fui saber, já não prestava mais. E o meu lado baixou mais ainda (...)

Optamos por trazer um trecho mais longo de uma única entrevista, porque a mesma é rica em detalhes e bastante ilustrativa daquilo que observamos ao longo de nossa pesquisa. U9FS2 constrói um discurso voltado para as dificuldades, para as perdas e para falta de alternativas de moradia, não de modo pontual, mas ao longo de sua história de vida. O recurso da *descrição vívida*, utilizado por ela para nos contar sua histórica, é definido por Potter (1998) como uma estratégia discursiva rica em detalhes contextuais e incidentes, frequentemente utilizada para demonstrar experiência perceptual e indicar que o falante tem um esquema particular de observação.

U9FS2 utiliza ainda de vários trechos de *discurso direto* (POTTE,1998), construções discursivas de outras pessoas que ajudam a fundamentar a ideia que ela desenvolve de que não está morando num imóvel próprio por falta de opções, para evitar novas situações de risco: "Menina, não adianta vocês voltar porque vai rachar"; "Mas, só que eu não tenho onde morar U9FS2, eu tenho que voltar para o mesmo lugar". Por meio do discurso de sua ex-vizinha, a usuária nos informa sobre a situação de vulnerabilidade de uma das áreas de risco em que residiu, colocando ainda que outras pessoas estão na mesma situação, ou seja, esse não é um problema pontual, mas coletivo.

Nossa entrevistada, mesmo que de modo não intencional, refuta a lógica vigente, e trazida em muitos textos e nos discursos dos próprios profissionais da defesa civil de que a população não compreende os riscos aos quais está exposta. Constrói um discurso sobre a pobreza, sobre a falta de alternativas diante dos riscos. Viver em áreas permeadas pelo risco de deslizamento, por enchentes e desabamentos aparece como alternativa à convivência com alguns tipos de violência, como enfoca U9FS2, ou mesmo a total falta de um local para habitar. É interessante lembrar a afirmação de Billig (2008), segundo a qual, quando argumentamos não estamos apenas defendendo uma posição, estamos combatendo argumentos alternativos que existem no interior de nosso meio social. Nossa entrevistada,

mesmo que de modo implícito, argumenta que sua relação com o risco não é uma questão de capacidade de entendimento. Mais uma vez, exemplos em que se observa a lógica da hierarquização dos riscos (SPINK, 2014) nos convidam a questionar as motivações que levam a defesa civil a enfatizar o discurso sobre os desastres naturais em detrimento de outras reflexões sobre riscos em seu contexto de atuação.

Outro ponto observado, durante as entrevistas com os(as) beneficiários(as) e ex-beneficiários(as) do auxílio, refere-se à forma como eles(as) posicionam a defesa civil. Como explicitaremos nas próximas linhas, os posicionamentos encontrados foram os mais variados e também servem de elementos de análise para a forma como os riscos são compreendidos e vivenciados no contexto pesquisado.

A defesa civil é descrita, durante as entrevistas, a partir de uma multiplicidade de discursos, que ora positivam suas práticas, ora as questionam e as rejeitam. Tal variabilidade discursiva foi apresentada entre distintas pessoas, mas em alguns casos, o mesmo(a) entrevistado(a) trouxe pontos positivos e negativos de sua relação com a defesa civil. A multiplicidade de narrativas mostra-se muito importante, principalmente no que diz respeito a suas implicações sociais. Tal variabilidade é favorecida pela imensa gama de relações sociais em que as pessoas se veem imersas e pelas diferentes exigências desses vários contextos relacionais (GERGEN, 2007).

Desse modo, uma das formas como a defesa civil é apresentada discursivamente pelos entrevistados é como apoio diante da exclusão em que se vive:

> **Juliana:**E se eu fosse lhe perguntar assim, o que mudou na sua vida depois do seu primeiro contato com a defesa civil, o que a senhora me diria?
> **U8FS2:** Minha vida mudou muito, porque eu achei assim, um apoio, uma coisa nele, eu achei uma coisa que eu não achei em ninguém, só em Deus e nele, porque assim, até hoje ele tem um apoio porque a qualquer momento se eu sentir assim, assim sozinha, eu corro lá e de vez em quando eu ia lá conversar, eu não estou indo agora, como eu estou dizendo, que eu estou mais empenhada no meu trabalho, mas quando eu não estava, que eu fazia só faxina de vez em quando eu estava lá, a assistente social[39] conversava comigo, então eu achei um apoio deles, um apoio que eu nem tinha antes e agora tenho.

Diante do extremo processo de exclusão em que vivem as pessoas que fazem uso dos serviços de defesa civil, a chegada de profissionais que ofereçam qualquer tipo de assistência representa um ponto de apoio e conforto. A partir do recorte de entrevista apresentado, podemos observar o quanto a relação entre a entrevistada e os profissionais foi além da prevenção ou respostas aos desastres, mesmo não tendo possibilitado uma ação efetiva no

[39] Quando os(as) entrevistados(as) utilizaram o nome próprio para se referir aos profissionais, esses nomes foram substituídos pela profissão da pessoa citada.

tocante à situação habitacional da moradora - como é possível observar no quadro 7 -, os profissionais puderam estabelecer com ela um vínculo antes não identificado em outros representantes do Estado.

Um outro elemento que nos chama atenção nos discursos produzidos durante as entrevistas, e do qual já encontramos indícios na fala de U8FS2, é que a positivação do órgão defesa civil apresenta-se de modo personificado. Ou seja, foi recorrente nas entrevistas produzidas a positividade da defesa civil ser apresentada a partir da ação de um profissional específico e não do órgão como um todo. Os recortes de entrevistas a seguir podem nos ajudar a compreender a proposição:

> **Juliana:** E a defesa civil ainda hoje acompanha a família no sentido de fazer algum tipo de acompanhamento, algum tipo de visita periódica com vocês?
> **U7FS2:** E a assistente social ela disse para mim "Se depender de mim, qualquer coisa ligue, venha aqui se não puder ligar, você vem aqui se não puder vir aqui, você ligue para mim. Olhe, a gente está a sua disposição" e dona assistente social foi quem me socorreu, ele foi no carro do vizinho, a minha menina não precisou de ir para o hospital, graças a Deus.(p.13)

> **Juliana:** E a defesa civil ainda hoje acompanha a família no sentido de fazer algum tipo de acompanhamento, algum tipo de visita periódica com vocês?
> **U10MS2**:Não, não, até que de lá para cá eles não apareceram mais, sempre a dona assistente social que é uma das principais aí da defesa civil da prefeitura, de vez em quando eu vou lá e converso com ela, ela pergunta como é que está e eu esclareço para ela a situação, da família, a minha situação com o INSS, aí ela fala assim "senhor U10MS2 mais calma porque a casa vai sair, não sei quando, mas a casa vai sair"(p.6).

Nos extratos de entrevistas dos usuários destacados, observamos a figura da profissional que acolhe, que escuta e que conforta diante das incertezas frente ao futuro e à falta de moradia, que se coloca à disposição, mesmo que só tenha a oferecer palavras de consolo. Essa aproximação entre profissionais e usuários produz um processo de personificação que ao mesmo tempo que estreita a relação entre esses grupos, distancia a imagem do profissional da imagem do governo.

Tal movimento produz ainda um fenômeno, encontrado no discurso de algumas entrevistas, que posiciona a defesa civil como um órgão que não faz parte do governo. As construções discursivas apresentadas a seguir evidenciam a paradoxal distinção realizada pelos(as) usuários(as) entre a defesa civil e o Estado:

> **Juliana:** Na sua opinião quais os pontos positivos e negativos da Defesa Civil?
> **U10MS2:** Olha, negativo eu escolheria pouca coisa porque eu não sei assim com relação aos que eles fizeram para os outros, agora para a minha família, para mim e para a minha família eles fizeram muito. Me socorreram na hora certa, entendeu? Cuidaram muito bem, a dona assistente social sempre vinha com a outra moça aqui

> que auxiliava, sempre vinha na minha residência, perguntar assim "**U10MS2**, como é que está a família". E eu, naquela tristeza, respondia "tudo bem, tudo legal", "olha trouxemos aqui mais uma cesta básica para o senhor", sempre estava perguntando o que estava faltando para mim e para a minha família, sempre eles mantêm assim, como eu posso dizer, uma assistência positiva. (...) eu acho que o governo deveria fazer muito mais, certo? Primeiramente do que a defesa civil que eu acho que deve ser, não sei, deve ser uma parceria com o governo, eu acho que o governo...
> **Juliana:** O que você acha que o governo poderia fazer?
> **U10MS2:** Poderia fazer? O governo deveria, já deveria ter feito nesses cincos anos, era exatamente comprar um terreno apropriado em lugar que não tivesse risco nenhum de barreiras e já ter construído essas casas para esse povo que perderam as casas, eu acho, é da minha concepção que é isso que o governo deveria fazer de imediato e porque não fizeram ainda?

O discurso de U10MS2 é construído em torno da lógica de uma cisão entre o governo e a defesa civil, para ele a defesa civil fez tudo o que pôde, forneceu assistência dentro de seus limites. Para U10MS2 a defesa civil não é compreendida como uma ação pública, ele chega até a conjecturar a possibilidade de a defesa civil ser " uma parceria com o governo". Contudo, ao construir seu argumento logo observa uma separação entre os dois, e o governo é descrito como ineficiente e negligente em suas ações, não dando conta da problemática apresentada por ele, não lhe garantido uma vida fora do risco. A personificação do servidor público é um debate frequente no campo jurídico e nas ciências políticas (BONEZI, 2008; ESTRADA, 2015). Para Estrada (2015), principalmente no que compete às situações de disputa e conflito, conferir a figuras abstratas, como Estado ou Mercado, atributos pessoais é uma forma de compreender relações que fogem ao plano do concreto. Para o autor:

> Em todo caso, há sempre uma função pré-ordenada da sociedade e de seus membros, suas instituições e seus líderes políticos, projetados em termos de racionalidade, vias sanguíneas, membros, cabeça, sentimentos, etc. É como se seguissem o rumo natural das coisas, como se estas unidades políticas simbolizadas tivessem uma existência independente da linguagem e do modo como a concebemos. Ainda que representadas como um "corpo biológico e psicológico", ganham precedência e primazia sobre quem lhes confere sentido – os próprios indivíduos corporais que lhe dão "vida", à sua própria imagem e semelhança.(ESTRADA, 2015. p. 1)

Esse movimento descrito por Estrada (2015), de personificar uma instância concreta, efetiva-se no contexto pesquisado a partir do momento em que, de fato, a instância ganha um rosto, a profissional da defesa civil. Frases como "Se depender de mim...", trazidas por U10MS2 e atribuídas à profissional da defesa civil, produzem essa ruptura no plano concreto entre aquilo que é de alçada das pessoas, que depende delas, e aquilo que é de competência do governo, representado como aquele que nega, que não cuida, que não faz o que deveria fazer. Esse contexto de personificação da defesa civil e de separação de sua imagem da própria imagem do Estado promove, em alguns casos, um enfraquecimento dos processos de

mobilização dos moradores, como debateremos mais à frente, pois alguns usuários acreditam que uma ação contra a defesa civil poderia prejudicar aqueles que "tanto já fizeram por eles". Nesse contexto, os(as) usuários assumem um posicionamento de proteção com o intuito de evitar danos aos profissionais diante de possíveis retaliações por parte do Estado. Uma irônica relação é estabelecida nesse plano quando questionamos: de fato, quem precisa de proteção no contexto da gestão de riscos e emergências?

Outro elemento observado nos discursos de nossos entrevistados e que se conecta com a problemática anteriormente debatida diz respeito à ideia de abandono após o atendimento emergencial. É importante enfatizarmos, conforme exposto anteriormente, que temos um grupo de cinco entrevistados que recebeu auxílio-aluguel por, aproximadamente, um ano após o acidente, tendo o benefício sido suspenso sem resolutividade da situação habitacional estipulada pela defesa civil. Entretanto, o tema da descontinuidade dos atendimentos está presente também nos discursos de outros(as) entrevistados(as), que mesmo recebendo o auxílio-moradia trazem práticas discursivas que tratam da falta de acompanhamento após o período do sinistro:

> **Juliana:** Mas eles vão lá explicar do risco, falar alguma coisa?
> **U9FS2:** Depois que eu fui para o lado de lá não vi mais nunca.
> **Juliana:** Não apareceu mais?
> **U9FS2:** Não apareceu mais não, depois que tiraram o povo de lá...
> **Juliana:** Na ocasião que lhe tiraram de lá a primeira vez, ou a senhora precisou entrar no auxílio?Como é que foi assim, a defesa civil, foi lá lhe procurar, como é que foi?
> **U9FS2:** Rapaz, a gente tem que procurar porque se não procurar, não vai não.
>
> **Juliana:** E eles continuam atendendo vocês? Acompanhando esse processo depois?
> **U11FS2**: Não, só quando a gente procura eles, mas eles não telefonam para gente não. A gente tem que procurar eles. Para saber de alguma coisa.

Nossas entrevistadas, ilustrando ideias presentes também em outros discursos, explicitam a descontinuidade dos atendimentos realizados pela defesa civil após o período emergencial. Essas famílias foram retiradas de suas moradias, em nome do discurso da proteção e da segurança, porém, foram novamente deixadas à própria sorte, agora sem residência própria e expostas a novos riscos. A falta de respostas, o discurso sobre abandono, apresentam uma problemática séria e colocam em questão o manejo do risco no SINPDEC.

Conforme reafirmam algumas pesquisas e reflexões sobre ações em situações de desastre (BAUMAN, 2008; BERISTAIN, 2015), o período de reconstrução e acompanhamento dos momentos posteriores ao acidente tem sido uma das maiores

dificuldades das ações em defesa civil. Temos vários exemplos de populações que são abandonadas por anos em abrigos provisórios, sem as mínimas condições de habitabilidade, como no exemplo trazido pela profissional P12FS2:

> **P12FS2:** Então, a gente tem a demanda reprimida de quem permanece no risco e de quem saiu do risco pra aquela situação de um parente, um abrigo provisório a gente tá, esse ano a gente precisou acionar um espaço na comunidade e absorver 30 famílias, atualmente, só tem cerca de 15. Porque o sol aparece e eles começaram a se virar, mas as casas não têm condições de retorno e foi uma fenda geológica que há muitos anos, acho que desde o ano 2010 que a gente tem aquela fenda só agravando a cada inverno. E esse ano ficou uma situação insustentável e em algumas casas realmente, foram parcialmente ou totalmente destruídas, então não tinha, olhava pro vizinho o mesmo risco, boa parte das 30 famílias, parentes, "vou recorrer a quem? Que o meu parente mais próximo é..." O que eles afirmam, alegam, está na mesma situação. E aí, tinha um espaço que o município estava desenvolvendo um projeto social, assim, em parceria com o governo do estado(...) e que tinha concluído uma turma, não me lembro agora qual era o curso, mas o espaço estava esperando outras turmas, estava disponível no município e aí, foi o que se pensou num primeiro momento, o pessoal da secretaria do governo, e colocou as famílias lá. E agora precisa se desocupar, precisa retomar o curso, ter uma definição e por não ter o auxílio-moradia, tá esse impasse de ver alguma solução, ou um espaço mais adequado, que a imprensa já veio inúmeras vezes porque o espaço era muito improvisado, 30 famílias, vamos pensar, minimamente 120/150 pessoas. E aí dois banheiros, piso no chão batido porque eram em salas de aulas em horário x ocupado, não tinha uma estrutura pra moradia, que o abrigo se torna moradia temporariamente.

Mesmo que esse seja um espaço dedicado aos posicionamentos realizados pelos(as) usuários(as), optamos por trazer a fala de P12FS2 por ilustrar com riqueza de detalhes a forma como a população vem sendo tratada no contexto pesquisado. Essas famílias, a exemplo dos usuários U9FS2 e U11FS2, foram retiradas de locais classificados como estando em risco e foram expostas a novas situações de risco, dessa vez, sob os próprios cuidados do Estado. Para Ronilk (2015), todo processo de desapropriação possui uma parcela de violência, devendo ser conduzido com o máximo de cautela, de consideração pelo lugar (VIEIRA, 2004) e pelas pessoas que a ele estão vinculadas. O discurso apresentado por P12FS2 denuncia não apenas um desrespeito por essas ideias, como pode ser considerado um ato de abandono e violência. Os dados aqui identificados podem ser aproximados das ideias de Valencio (2014a), quando a autora identifica uma série de violências que são cometidas pelos órgãos de defesa civil e que são de alguma forma encobertas pelo "discurso humanitário".

O discurso da profissional nos remete às reflexões sobre governamentalização trazidas por Foucault (2008a),principalmente quando o autor questiona o que o Estado tem feito com aqueles que não se encaixaram, que demandam atenção por destoar das ocorrências tidas como normais. No contexto do SINPDEC, dentro da lógica de um estado neoliberal, essas pessoas não deram conta de sua própria proteção e segurança, demandaram intervenção

estatal, sendo-lhes garantido o mínimo. Questiona-se até que ponto essas 120, 150 pessoas, que residiram por anos próximas às fendas geológicas, como relata P12FS2, e que posteriormente foram transferidas para galpões sem as mínimas condições para acomodá-las, não estão, dentro da lógica da biopolítica das populações, deixadas à própria sorte, deixados à morte? As ferramentas garantidas pelo estado, abrigos improvisados, profissionais que apontam, mas não solucionam os riscos, são certamente instrumentos que também vulnerabilizam essas famílias.Nesse contexto, a tríade,proteção - risco – prevenção, precisa ser questionada e problematizada.

Quando comparamos as ações em proteção e Defesa Civil no contexto nacional com experiências internacionais, observamos que mesmo os países do Norte, historicamente com mais recursos disponíveis às atividades da área, também são marcados pelas desigualdades de classe quando se trata de resposta aos desastres. Para Bauman (2008), o furacão Katrina que atingiu a cidade de Nova Orleans e arredores consiste em um exemplo de como os desastres ditos naturais atingem de maneira distinta ricos e pobres. Para o autor, nem os sistemas mais modernos de previsão, e os milhares de dólares gastos com informação e pesquisas, foram suficientes para garantir a vida de pessoas negras e pobres, que mesmo após a emissão do alerta de furacão, não tinham dinheiro para pagar passagens aéreas ou hotéis para ficarem fora das áreas de alcance do sinistro. A análise desenvolvida pelo autor chama atenção para o fato de que o combate aos desastres deve passar por uma questão de empoderamento das pessoas pobres, redistribuição de renda, de informações e, por conseguinte, redução das desigualdades sociais, caso contrário, todo o avanço tecnológico designado ao desenvolvimento de estruturas de prevenção será unicamente destinado à pequena porção de pessoas brancas e abastadas das localidades.

Os elementos expostos até aqui se conectam com outra maneira de posicionar a defesa civil. Observamos que em alguns discursos os trabalhadores são descritos como aqueles que desestabilizam a vida dos usuários, retirando-os de suas comunidades, do local onde conseguem sustentar suas famílias, organizar suas rotinas e, em alguns casos, viveram por toda a vida. Os trechos da entrevista a seguir ilustram essa forma de posicionamento:

> **Juliana:** (...) E o que foi que mudou na sua vida depois que a defesa civil veio?
> **U4MS1:**Eles só pensam em livrar, fazer o trabalho deles de tirar a pessoa daquele local porque quando vier a pesquisa, vier a fiscalização dizerem “não, esse pessoal aqui a gente tirou.” Mas não dizem “A gente tirou ele e botou numa localidade pior do que a que morava, uma localidade onde não tem acesso a um carro, onde não tem transporte”, isso não diz, não querem nem saber.

> **Juliana:** (...) certo, me diga uma coisa, se eu perguntasse para vocês o que mudou na vida de vocês depois desse processo?
> **U13FS3:** Mudou tudo, porque ali a gente achava o quê? Que era o nosso lar, a gente não pagava aluguel, a gente tinha a nossa água, luz, tudo direitinho. Hoje em dia tem que estar o quê? Na cacimba puxando um balde de água, com criança, entendeu? E você pode ver a água ali, não é essas coisas todas, as crianças estão tomando banho e tudo, mas, né?
>
> **Juliana:** (...) E o que foi que mudou na sua vida depois que a defesa civil veio?
> **U15FS4:** (rsrsr) A minha casa, que eu não pagava aluguel, hoje eu pago aluguel. A gente luta tanto para ter uma casa, aí o outro vem e tira. Aí eu não entendo até hoje, porque essa mulher tirou as casas daqui, de todo mundo. Não tinha casa de risco nenhum.

As três pessoas acima ilustram uma problemática identificada ao longo de algumas entrevistas: a defesa civil posicionada como aquela que promove desestabilidade, que também produz riscos. U4MS1 chega a questionar a intencionalidade do trabalho dos profissionais, que são colocados discursivamente como aqueles que fazem um trabalho para cumprir ordens, sem se preocupar com as consequências para a vida da população atendida. Ao posicionarem a defesa civil desse modo, os entrevistados também estão se posicionado como aqueles que estão à mercê, não das intempéries climáticas, como se poderia pressupor no contexto pesquisado, mas dos desmandos e da falta de atenção daqueles que realizam os atendimentos. A moradora U15FS4 chega a questionar a existência dos riscos que justificaram a demolição de seu imóvel, afirmando que "não tinha risco nenhum". Aqui novamente os saberes peritos (GIDDENS, 1991) são questionados, a vulnerabilidade trazida junto com os atendimentos realizados pelos(as) especialistas em defesa civil promove uma certa desconfiança frente às análises de risco desenvolvidas por eles(as).

A gestão do território, segundo Foucault (2008a), faz parte dos três tipos centrais de poder identificados pelo autor, o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder, sendo uma estratégia fundamental para incidir sobre a vida daqueles a que se pretende governar. A visão foucaultiana do território faz-nos pensar nos processos subjetivos como uma extensão do corpo social e urbano, distanciando-nos de uma visão de subjetividade como interioridade e de uma visão de *sujeito desde sempre aí.* (FERREIRA NETO, 2004)

A entrada da defesa civil na vida dos(as) nossos(as) entrevistados(as) pode ser caracterizada como um fator que rompe com a noção de cuidado, que interfere nas relações da comunidade com o território, que retira o outro de sua familiaridade, levando-o a terras sem recursos, sem transporte, sem água de qualidade. Uma oferta de proteção que transferiu a população para novas esferas de risco, que segundo o discurso de U4MS1 parece estar à

serviço de terceiros - à pesquisa, à fiscalização - em detrimento de auxiliar aqueles a quem se atribui a vida no risco.

Essa esfera do não cuidar, atribuída à defesa civil, faz com que alguns dos entrevistados a posicionem como aqueles que precisam ser pressionados para concederem os direitos da população. Ou mesmo os descreverem como aqueles que possuem condições para prevenir os riscos, mas não o fazem. Os trechos das entrevistas de U2FS1, U1FS1 e U10MS2 ilustram as afirmativas anteriores:

> **Juliana:** Ela chegou para dar... que tipo de orientação ela deu quando eles chegaram lá?
> **U2FS1:** No caso, eles disseram que era pra eu sair, né?Queriam me colocar num abrigo e eu disse não porque eu tinha uma casa, né?O deslize não foi por conta da minha casa, né?Foi por conta do vizinho, e aí eu disse que não iria sair enquanto eu não tivesse um seguro, né, uma segurança. Aí foi quando eles foram, pegaram meus documentos todinhos e aí disseram que eu ia receber o auxílio-moradia.
>
> **Juliana:**E quando você pensa na atuação, na experiência que você teve com a defesa civil,o que é que você acha que a defesa civil poderia fazer além do que já foi feito, por você ou pela comunidade, toda a situação que vocês viviam lá?
> **U1FS1:** Fazer muro de arrimo lá, porque tem não só a casa da gente como todas as pessoas estavam correndo risco, ainda tão, porque a lona não resolve nada, a água, quando vem a chuva, desce de todo jeito, sai molhando tudo, e fazer escadaria também ali, que tá precisando fazer escadaria, quando chove ali, escorrega tudo e aí as pessoas que sobem, tentam subir, não consegue, e às vezes sobe, e quando chega no lugar... no lugar que quer chegar, chega todo melado, porque levam queda, né? Senhoras, gestantes também quando sobe, e quando desce, eu já vi muita coisa, pessoas caindo, pegava... e lá em casa pegava um balde de água e melava, molhava os pés porque estava melado. Já vi muita coisa ali todo dia. Então eu queria que mudasse aquilo ali, só que... aquele pessoal morando ali, eu acho que eles deveriam sair dali, né? Porque esse negócio de ficar na prefeitura essas coisas, acho que vai demorar muito, e aí vem e acontece um negócio desse que eu tô imaginando de fazer muro de arrimo, de fazer escadaria, vai demorar muito.(P.5)
>
> **U10MS2:** Então é assim, eu acho que a defesa civil deveria fazer mais alguma coisa assim em prol desse povo mais no início do inverno, mas quando começa a desmoronar, as casas que ele vem agir e às vezes não consegue mais chegar a tempo, entendeu?

A entrevistada U2FS1 descreve seu processo de inserção no auxílio-moradia como um momento conflituoso, que não ocorreu por determinação imediata da prefeitura, mas a partir das reivindicativas da própria moradora, que por conhecer previamente as possibilidades de serviços oferecidos pelas políticas de proteção e defesa civil, solicitou o recurso que acreditou ser o mais pertinente para sua família. A relação estabelecida com a defesa civil é discursivamente trazida como uma negociação, "eles queriam me colocar num abrigo", "eu disse não", "não iria sair enquanto eu não tivesse um seguro". Observa-se a construção retórica da barganha, da reivindicação para se alcançar o objetivo considerado satisfatório.A

defesa civil é claramente posicionada nesse recorte de entrevista como aquela que quer oferecer o mínimo possível.

Já a entrevistada U1FS1 coloca a defesa civil como detentora de recursos para mitigar o risco, mas que, por algum motivo, não o faz. Tal elemento foi também debatido no capítulo sobre definições de risco, quando os moradores expressam que o risco pode ser previsto e combatido, desde que as medidas necessárias sejam tomadas. U1FS1 se utiliza do recurso discursivo da descrição vívida (Potter, 1998), apresentando uma série de detalhes contextuais e mesmo incidentes para trazer suas observações diante dos questionamentos levantados. O recurso retórico utilizado pela entrevistada nos aproxima de seu contexto difícil, permeado por incidentes e pela vivência do risco, que poderia ser mitigado, caso medidas cabíveis fossem adotadas.

Em consonância com as práticas discursivas de U2FS1 e U1FS1, U10MS2 é categórico ao afirmar que a defesa civil poderia fazer muito mais pela população. O usuário atribui uma gestão pouco preventiva à defesa civil que, segundo ele, realiza ações imediatistas, em momentos onde as dificuldades já estão de tal forma instaladas que pouco poderia ser realizado. Mais uma vez a reflexão trazida por Bauman (2008) nos parece pertinente, "(...) fechar a porta do estábulo depois que o cavalo fugiu (...) (p.101).

Alguns de nossos entrevistados posicionaram ainda os profissionais da defesa civil como aqueles que não explicam sobre os riscos aos quais essas famílias estão expostas, não informam porque esses riscos justificam a saída das pessoas de seus imóveis e, principalmente, não esclarecem sobre os processos, direitos e garantias que essas famílias terão após a saída dos setores de risco.

Nesse sentido, temos um conjunto de entrevistados(as) que teve o auxílio-moradia cancelado, fato já citado anteriormente, e que trazem inúmeros questionamentos sobre os reais motivos desses cortes. Contudo, mesmo entre os usuários que moram em cidades onde não se registram interrupções nos benefícios, encontramos questionamentos sobre a manutenção do auxílio, pois eles não têm nenhuma garantia material de continuidade do apoio recebido.Tal situação será novamente debatida, ainda neste capítulo, na seção intitulada (*Sobre)viver em auxílio-moradia*. Finalizaremos a presente seçãocom discursos de pessoas que questionam os motivos que levaram suas casas a serem identificadas como estando em risco:

> **Juliana:** Eles geralmente vão fazer o que, quando eles vão nas casas?
> **U14FS4:** Não, ele vai dizendo que a casa você tem que sair, que ia mandar a polícia, mas eu não quero, eu quero ficar na minha casa, porque eu gastei muito também, ele disse: “Não, você tem que sair, porque se você não for sair, a gente vai pra justiça, é ordem da justiça.” Eu não sei quem é essa papelada verdadeira ou falsa, e eles ficam

> prensando, vem até polícia também fazendo medo, você tem que sair, se você sair, dá 15 dias pra você poder sair, se você não sair, aí eles fazem medo, vai tirando. É medo, entendeu? Pra pessoa sair, quem não sair, aí eu fiquei aperreada também, meu pai e minha mãe me ajudou, que é dois aposentados, tá me ajudando, e aí o dinheiro da casa, aí eles interam e me ajudam pra pagar o aluguel, e o dinheiro que o pai dos meninos manda, já é pra sobreviver. E minha vida vai até quando Deus permitir.
>
> **U15FS4:** A gente saiu, assinou o papel sob pressão(...) Eles poderiam deixar a gente construir a casa da gente de novo e morar aqui no mesmo canto. É porque não tem risco nenhum. E é um lugar pobre. A gente vai morar num lugar rico, sem ter dinheiro!

Observamos nos dois recortes de discursos expostos anteriormente fortes rupturas no processo de comunicação entre a defesa civil e as usuárias. Encontramos a figura dos personagens que não compreendem as ações da defesa civil, não entendem os riscos aos quais, supostamente, estariamexpostos, na verdade, não acreditam estar em risco, defendem que não há risco, reivindicam continuar em seus imóveis. Em contraponto, encontramos os analistas de defesa civil que buscam na judicialização uma forma de impor aquilo que acreditam ser mais adequado sem estabelecer um diálogo igualitário. A estrutura judiciária desestabiliza os vetores do dialógico, a indicação técnica apresenta-se agora como imposição.

A partir da análise dos trechos de entrevistas destacados, decidimos observar novamente os documentos/pareceres que fundamentam a análise de risco dos imóveis das usuárias U14FS4 e U15FS4. Os documentos, em nenhum momento, descrevem a forma como as famílias foram abordadas, ou mesmo citam a resistência apresentada por elas em sair das moradias. A documentação técnica apresenta a situação do risco físico; descreve a situação sócioeconômica das pessoas envolvidas; e apresenta os termos de demolição e de interdição, em que se constata o número dos processos judiciais que determinam a saída imediata dos moradores (ver modelo dos termos nos anexos D e E).

Recorremos aos documentos com o intuito de trazer outros contextos aos debates trazidos por U14FS4 e U15FS4, mas encontramos textos extremamente pontuais, que não tratam da conjuntura psicossocial implicada num processo de análise de risco e retirada de pessoas de modo compulsório de suas residências. Temos um registro unilateral dos acontecimentos que em nada representam aquilo que encontramos ao realizar as entrevistas com as moradoras.Como afirma Castro-Goméz (2005), um outro colocado à margem e reinventado por aqueles que detêm o discurso oficial. As estratégias de gestão do biopoder passam pelo estabelecimento de outras racionalidades governamentais que conduzem determinados grupos por meio da intensificação de estratégias opressivas e punitivas (FREITAS E VALE NETO, 2009).

O desgaste na relação entre a população atendida e a defesa civil também foi identificado por Vargas (2006) em seus estudos. Para a autora, a constante quebra dos compromissos que o Estado estabelece com o público em geral promove um clima de desconfiança. No contexto da defesa civil, esse movimento levanta suspeitas frente à análise dos especialistas que são, em alguns casos, vistos como parceiros na retirada de direitos, e a função de gerenciamento dos riscos nesses momentos passa a ser questionada.

Wacquant (2003) pontua que a estigmatizaçãode determinados grupos populacionais é sobreposta ao debate sobre a violência, exclusão e vulnerabilidade aos quais estão expostas essas populações. No nosso caso, as pessoas são classificadas como estando em risco e designadas como incapazes de gerenciar essa questão, poucas tentativas de diálogo pacífico são estabelecidas, posteriormente, a instância jurídica é convocada para fazer valer a posição de uma das partes, e as pessoas que, em alguns casos, nem se consideram como estando em risco, têm suas vidas judicializadas em nome de sua própria proteção. Para Freitas e Vale Neto (2009) "Governar, nesse sentido, passa a ser o esforço do Estado de manter sua própria sobrevivência e se solidificar diante de tudo que poderia ameaçá-lo (p.7)."

8.2 (SOBRE)VIVER COM AUXÍLIO-MORADIA

Segundo a Lei Federal 12.608, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), as ações em defesa civil para redução de desastres envolvem cinco momentos ou fases: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (Art. 3º). Entre as ações propostas pela política, temos a concessão do auxílio-moradia como elemento analítico importante no tocante à compreensão sobre riscos e processo de subjetivação no contexto da referida política.

Com relação ao benefício eventual de auxílio-moradia, a referida política delibera em seu artigo 8º, inciso XVI, que é de competência dos municípios "prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres". Determinando no artigo 3-B, parágrafo 1º, inciso II que os órgãos de defesa civil, ao decidirem remover famílias de suas residências, deverão entregar: "notificação da remoção aos ocupantes acompanhada de cópia do laudo técnico e, quando for o caso, de informações sobre as alternativas oferecidas pelo poder público para assegurar seu direito à moradia."

A lei afirma ainda no parágrafo terceiro do mesmo artigo que § 3º que: "Aqueles que tiverem suas moradias removidas deverão ser abrigados, quando necessário, e cadastrados pelo

Município para garantia de atendimento habitacional em caráter definitivo, de acordo com os critérios dos programas públicos de habitação de interesse social."

Nesse sentido, mesmo existindo uma legislação que fundamente a inserção de pessoas no auxílio-moradia, em observância ao seu direito constitucional de acesso à moradia, verificamos que a efetivação desse direito ainda é muito frágil no contexto pesquisado. Atrelado a isso, temos o recorrente discurso político sobre crise financeira e falta de recurso, tais fatores são frequentemente utilizados como justificativa para falhas na garantia de direitos sociais básicos, e com o auxílio-moradia não é diferente.

Encontramos, durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, um perfil bastante heterogêneo e, por vezes, contraditório, para inclusão de pessoas no auxílio-aluguel. Dos cinco órgãos pesquisados, apenas dois possuem o auxílio-moradia como uma prática da defesa civil, esses dois locais possuem, juntos, aproximadamente, 7.117 famílias recebendo o benefício. Dos outros três órgãos, um não detém as informações sobre o auxílio, pois a defesa civil não demanda esse recurso, apenas encaminha as famílias em vulnerabilidade para a secretaria de assistência social, sendo este último órgão o responsável pela concessão ou não do benefício. Os outros dois serviços não utilizam o auxílio-moradia como recurso em suas ações cotidianas, só o disponibilizando em situações extremas.

Algumas das pessoas que foram entrevistadas em nossa pesquisa, conforme explicitado anteriormente, receberam o auxílio-aluguel temporariamente, tendo este sido cortado sem o aviso prévio. Ao longo da análise de nossos dados de pesquisa, compreendemos que viver com o auxílio-moradia tem sido uma experiência de múltiplas facetas para as pessoas que fazem uso dos serviços de defesa civil.

Um dos primeiros movimentos realizados, por nós, ao longo da pesquisa, foi a busca por entender que critérios definem a inclusão de pessoas no auxílio. Após acessarmos a legislação supracitada, voltamos aos documentos de avaliação de risco e verificamos que os profissionais sugerem a inclusão da família no auxílio-aluguel, mas a decisão final fica a cargo dos gestores de cada órgão.

Observamos, ainda, que determinados grupos populacionais são historicamente excluídos da possibilidade de receber o auxílio-aluguel. Por exemplo, em alguns municípios, populações de planícies alagáveis não possuem prioridade na concessão do benefício. Justifica-se que as desocupações de planícies alagáveis geralmente atingem um número muito grande de famílias e que conceder o benefício seria muito oneroso para os cofres públicos. Essas populações são colocadas em precários abrigos provisórios nos períodos de enchentes -

que ocorrem com regularidade na Região Metropolitana do Recife - e retornam para suas moradias, parcialmente destruídas, até o próximo período chuvoso. Mesmo o presente capítulo não sendo dedicado ao discurso dos(as) trabalhadores(as), trouxemos a seguir o relato de uma das profissionais entrevistadas que problematiza a situação em debate:

> **P3FS1:** Assim, como o auxílio-moradia da defesa civil, eu acho que... tá defasado em relação ao decreto mesmo. Hoje, quantidade de coisas que a gente atende em relação ao auxílio-moradia, já foge totalmente do decreto. Então,por que não colocar plana[40], as demandas da plana também. Porque isso tem que ser uma decisão de gestão e não pode ser uma análise de equipe? Para alguns casos, entendeu?

A entrevistada apresenta uma série de críticas: considera os critérios de inclusão defasados; pontua que as demandas das pessoas que vivem em planícies alagáveis não são contempladas; e questiona ainda o fato de as equipes não terem autonomia para tomar as decisões com relação à inclusão de famílias no auxílio-moradia. O recorte de entrevista nos indica apenas uma pequena parcela de problemáticas que identificamos sobre o processo de inclusão e sobre o próprio viver com o valor do auxílio-aluguel. Os gestores das instituições, que decidem sobre quem sairá ou não das zonas de risco, são discursivamente apresentados como distantes, gerenciam de uma certa distância; o corpo técnico, que atua próximo aos usuários, analisa, intervém, mas não decide. As estratégias de gestão apresentadas e criticadas pela entrevistada, colocam a defesa civil como parte de um dispositivo, na lógica da biopolítica das populações, que não apenas interfere no gerenciamento de si - quando trabalha no doutrinamento do viver para não se colocar no risco - como também se torna instrumento para o exercício do racismo de Estado (FOUCAULT, 2010), pois figura como instância que decidirá quem receberá o auxílio e saíra das zonas de risco e quem continuará gerenciando os próprios riscos.

Ao logo de nossa pesquisa também encontramos pessoas em situações similares de vulnerabilidade socioeconômica que estão em condições distintas com relação ao auxílio-aluguel. Em alguns casos, entrevistamos famílias, como as de U7FS2, que tiveram o benefício suspenso sem definição de situação habitacional, que residiam próximos a pessoas que passaram pelo mesmo sinistroe continuavam recebendo o auxílio-moradia, pois residem nos limites entre municípios e, apesar da proximidade geográfica, pertencem a cidades diferentes.

Esse limite entre estar ou não em risco, receber ou não o auxílio-moradia, que apesar de ser permeado pelo discurso técnico e especializado, apresenta-se ambíguo, indica que figuram vários regimes de verdade (FOUCAULT, 2013a) no contexto pesquisado. Demonstra

[40] O termo plana, utilizado pela participante, refere-se aos moradores das áreas de planícies alagáveis.

que a lógica sobre uma racionalidade do risco não é tão objetiva quanto querem fazer parecer os discursos oficiais sobre defesa civil, legitimados pelos saberes peritos (BECK, 2010, GIDDENS, 1991). Nesse ponto de nossas análises, precisamos perguntar: será que o recebimento do auxílio-moradia garante a vida no atual modelo de sociedade? As produções discursivas de nossos entrevistados(as) têm muito a contribuir sobre a questão.

A própria pauta sobre as incertezas dos critérios para inclusão no auxílio-moradia e todo o processo burocrático que envolve a manutenção do benefício foram temáticas recorrentes das entrevistas. Algumas pessoas chegam a questionar os interesses políticos para manutenção do subsídio:

> **Juliana:** A senhora chegou a receber o auxílio-moradia?
> **U8FS2:** Recebia, recebi a gente tudinho um ano... Eu acho que foi quase dois anos, um ano e pouco, é que eu não me lembro do período, mas eu sei que parou em fevereiro, a última vez que a gente recebeu foi em fevereiro de 2000... 2000... há dois anos atrás.
> **Juliana:** Entendi, 2013?
> **U8FS2:** Foi isso aí mesmo, aí parou minha filha, pronto, quer ver? Eu marquei por isso, quando o prefeito assumiu o cargo aqui, (...) em janeiro, em fevereiro a gente não tirou mais, foi só na gestão de (...).
> **Juliana:** Do prefeito anterior?
> **U8FS2:** Foi.

U8FS2 foi uma das pessoas que teve seu benefício suspenso, sem definição de sua solução habitacional. A usuária reside atualmente em casa alugada, juntamente com duas filhas adolescentes, tem como única fonte de renda um salário mínimo. A passagem da casa própria para o aluguel vulnerabilizou ainda mais a família, que encontra dificuldades para suprir as necessidades diárias básicas, como alimentos e vestimentas. O corte realizado em todos os benefícios do município, no qual U8FS2 reside, ocorreu sem aviso ou justificativa. Os gestores alegam falta do repasse de verbas por parte do governo federal, mas nenhuma informação concreta foi fornecida aos beneficiários. A entrevistada, em suas tentativas para compreender o ocorrido, atribui a mudança de gestão à suspensão do auxílio.

Diante das limitações de nossa pesquisa, não foi possível verificar se, de fato, existem ligações entre as mudanças de gestão e a suspensão do auxílio-moradia, contudo, conforme debateremos no próximo capítulo, as mudanças de gestão e os interesses políticos são apontados pelos profissionais como uma das maiores dificuldades para o trabalho em defesa civil.

A experiência de U8FS2 nos revela a problemática da descontinuidade das políticas sociais como possibilidade de produção de outras vulnerabilidades, além daquelas cotidianamente vivenciadas. Para Beristain (2015), as incertezas, as promessas não

cumpridas, a restrição da capacidade dos(as) vitimados(as) de tomar suas próprias decisões, a espécie de ínterim permanente que ocorre após o acidente, tendem a ampliar os impactos da catástrofe.

Nesse sentido, mesmo em municípios que utilizam o auxílio-moradia como um benefício regular e sistemático, os entrevistados referem que não receberam garantias sobre a sua continuidade. Essa preocupação mostrou-se recorrente entre os participantes. Os recortes de entrevistas a seguir, trazem alguns fragmentos dessa problemática:

> **Juliana:** Quando você entrou no auxílio eles disseram qual seria a situação?
> **U2FS1:** Não. Eu sempre vou saber, mas não tenho resposta. Não tenho essa resposta. Até me orientaram a perguntar qual seria a minha situação, mas eles não me dão a resposta de nada.
>
> **U13FS3:** E quando a barreira caiu na outra vez, aí um vereador pagou um aluguel para a gente, a gente foi para lá, mas só que o homem ficava botando a gente também para fora direto porque nem todo mundo trabalhava e não tinha condição. Aí a gente teve que voltar para lá de novo, com um ano depois.
> **Juliana:** Porque pagou uma época, mas não continuou?
> **U13FS3**:Não continuou, então a gente foi... (...)
> **U13FS3:**Que a gente estava ali naquele galpão da p. e com R$200,00 onde a gente ia arrumar uma casa, minha mãe não é aposentada, é doente e não pode morar só, tínhamos que morar tudo perto né?Aí o que a gente arrumou foi esse lugar aqui. Agradeço muito a ela (a locadora do imóvel) por ela ter abrido as portas para a gente, a gente não está falando mal da casa dela, a gente está falando assim, porque a gente tinha o nosso lar e ninguém até agora não fez nada pela gente, só estão dando esse auxílio-moradia até quando ninguém sabe.

U2FS1 e U13FS3 residem em cidades diferentes, com órgãos de defesa civil bastante distintos entre si, porém, as duas passam pelas mesmas dúvidas e questionamentos. Até quando receberão o auxílio-aluguel? De fato, não possuem nenhum documento que lhes garanta uma nova moradia, possuem,entretanto, uma relação de dependência por parte do Estado, o benefício lhes garante um teto. Vidas marcadas por uma sequência de rupturas, primeiro as áreas de risco como únicas alternativas de moradia, depois o sinistro seguido pela entrada no auxílio e a espera. U13FS3 acrescenta ainda em seu discurso que não foi a primeira vez que passou por sinistro, começou a receber o auxílio-aluguel, teve o benefício suspenso, voltou à área de risco e passou por novo sinistro; neste último evento, perdeu o pai.

Nesse sentido, observamos que os usuários passam a atrelar sua "nova" condição habitacional ao auxílio-moradia, tornando-se agora estreitamente dependentes do Estado. Tais comunidades estão ligadas ao Estado, mas ao mesmo tempo são postas à margem por ele mesmo, que não garante que suas vozes possam ser ouvidas (CARVALHO, 2001) no complexo jogo de demandas e interesses das políticas públicas brasileiras. Essas condições de

proximidade e distanciamento, apresentam-se no discurso dos(as) entrevistados(as) como relações instáveis que geram incertezas e produzem mais sofrimento.

Um outro ponto, que surgiu no palco discursivo sobre auxílio-moradia, refere-seà impossibilidade de se custear o aluguel de um imóvel na Região Metropolitana do Recife com benefícios que variam entre R$150,00 e R$ 200,00. Essa questão esteve bastante presente nos discursos produzidos, chegando mesmo a ser citada como problema também pelos profissionais. A seguir, apresentamos alguns relatos de entrevistas que debatem o tema:

> **U6FS1:** É assim, eu acho assim, o valor do auxílio-moradia é muito pequeno, pouco para pagar um aluguel, porque hoje em dia você não encontra casa em canto nenhum nesse valor de R$200,00, se for procurar, não encontra, é de R$ 300,00 R$400,00, aí eu acho muito pouco esse auxílio-moradia, apesar que são muitos, mas o estado, o governo, tem condições de pagar um auxílio-moradia digno, para a pessoa morar com dignidade, porque R$200,00 ninguém mora com dignidade em canto nenhum não, vai morar aqui, na beira da maré, em um barraco, mas se tiver para alugar é muito difícil.
>
> **U9FS2:** ...saímos da casa que perdemos, fomos para a casa de aluguel, passamos uns dois a três meses, quatro meses, mas depois ficou faltando de pagar, sem garantia. Aí, como o meu marido desempregou, não tive condição, corri para a casa da minha mãe, na P. de novo, passei uns três anos lá, morando na casa do meu irmão. Depois de lá a gente viu que não dava, que ali onde eu morava é gente mais baixa que a pessoa, muito bagunceiro, o pessoal das cachorradas, de bebida demais, tudo palavrão feio, nem todo mundo é igual, a gente tem que ser pobre, mas vamos ser pobre melhorzinho de vida, ser uma pessoa melhorzinha. Mas só que aquelas cachorradas estava demais, eu peguei saí de lá, nós saiu de lá e descemos para cá, para casa do sobrinho dele, o mesmo tempo que eu perdi, o de lá também perdeu e também é risco também, de barreira. Aí, depois disso ele veio parar aí, ficou, aí já tem uns três anos que vai fazer ainda.

As entrevistadas U6FS1 e U9FS2 apresentam várias problemáticas que nos chamam atenção. O valor fornecido às famílias após perderem seus imóveis não garante a vida fora das áreas de risco. Como salienta U6FS1, com o valor do auxílio-moradia só lhes resta morar "na beira da maré, em um barraco", lugares estruturados pelo risco e pela instabilidade, habitados agora com o aval do Estado. A precariedade da assistência fornecida pela defesa civil produz ainda uma vida "nômade", como a da usuária U9FS2 que traz, em suas entrevistas, as intempéries de precisar se mudar constantemente em busca de lugares que sejam menos arriscados, mas que também possam ser custeados por sua família. A problemática apontada reflete uma questão ainda maior,presente nos centros urbanos brasileiros, a mercantilização dos processos habitacionais que gera a precarização das questões de moradia (RONILK, 2015; CARLOS et al., 2015).

Para Carlos et al. (2015), o modelo de estruturação das cidades na atualidade tem colocado a questão urbana como negócio, tendo esses locais assumido o sentido de

reprodutores diretos do capital "por meio da produção do espaço urbano" (p.8). Ao tratarmos do tema do risco atrelado à redução de desastres, precisamos considerar as relações das práticas político-institucionais, da circulação dos discursos e dos jogos de linguagem. Nas imbricações desses fenômenos, formam-se estratégias que em muitos casos inviabilizam a construção de um território seguro para as pessoas pobres, assim como desqualificam esses grupos para lidar com sua própria condição de vulnerabilidade (VALENCIO, 2010).

As entrevistas de U13FS3, U6FS1 e U9FS2 ressaltam que a identificação dos setores de risco, sem a efetivação de soluções habitacionais definitivas, como verificamos em grande parte dos órgãos pesquisados, provoca apenas o deslocamento dos(as) moradores(as) para novas zonas de risco. As estatísticas das ações podem até afirmar que diversas famílias foram retiradas de áreas de risco pela defesa civil, mas se não garantirmos moradias dignas para essas pessoas, não saberemos se houve apenas um reendereçamento delas para novos contextos de risco.

Além da falta de garantias quanto à continuidade do recebimento do benefício, esteve presente de modo unânime entre os entrevistados o discurso da falta de garantias quanto à efetivação da solução habitacional prometida - a entrega da casa própria fora das zonas de risco de desastres. Os recortes de entrevistas apresentados a seguir, ilustram alguns dos receios e temores enfrentados pelos(as) beneficiários(as) do auxílio-aluguel.

> **Juliana:**Existe alguma diferença na sua vida após o primeiro contato com a Defesa Civil?
> **U2FS1:** (...) minha situação lá agora, né? Eu pago aluguel e o aluguel não é exatamente o valor do auxílio, né, a gente paga muito mais, ainda vem luz, energia, tem filho, né? A despesa aumentou, né? E eu não sei a minha situação lá, se vão fazer a barreira, se vão dá a casa, eu tô nessa situação.(3)
>
> **U3FS1:** A prefeitura não fez nada! Pra você ter ideia, até um grito do povo da defesa civil eu levei quando eu chegava lá pra saber do andamento do serviço. Aquilo me angustiava muito, sabe, porque ficou parecendo um cenário de guerra. Essa escada aqui (engasgo emocional, choro) era de alvenaria, então levou escada, levou...
>
> **U4MS1:***"Ah! Eu vou ter direito a uma casa? Como eu vou ficar coberto o resto da vida até morrer?"* tá entendendo? Esse aí foi o ponto negativo e eu tô com essa dúvida até hoje porque eu tenho uma outra sobrinha minha que tá nesse projeto(Auxílio) há doze anos e nada.(...) É outra coisa também, é isso que deixa a gente inseguro. Quando eles fazem a reunião com a gente, tem os documentos lá que eles mesmos fazem só que a gente não assina documentação nenhuma. Na reunião eles falam "vocês estão acobertados com isso, isso e isso, a gente vai dar apoio nisso, nisso e nisso. Deem sua documentação que a gente vai fazer o cadastro e levar pra prefeitura e quando chegar lá a prefeitura vai se responsabilizar de encaixar vocês num auxílio-moradia e daqui trinta anos ou daqui três anos, depende da sorte, vai sair uma casa pra vocês em tal canto, o projeto minha casa, minha vida, estão fazendo em tal canto, e em outro uns conjuntos..."

Os três entrevistados constroem seus discursos reforçando as inseguranças do momento que vivenciam, U3FS1 registra ainda a hostilidade recebida quando busca respostas mais precisas daqueles que deveriam acolher e auxiliar em momentos de extrema vulnerabilidade - a hora da emergência. U4MS1 utiliza-se do *discurso direto* (POTTER, 1998) para trazer ao debate as construções discursivas dos agentes de defesa civil que, segundo ele, verbalmente prometem a efetivação da solução habitacional, mas não entregam nenhuma prova material dessa promessa. Os temores do entrevistado ficam ainda mais evidentes quando traz a experiência de pessoas que estão próximas, como a sobrinha, que há 12 anos aguarda pela efetivação de sua solução habitacional.

Para Rizek et al. (2015), as formas de exclusão geradas pela capitalização do território incidem sobre o universo de direitos da população, estando as pessoas pobres assujeitadas entre processos de conquista e negócio, entre politização e tecnologias de acomodação e gestão da vida. Tais mecanismos podem ser observados nas várias estruturas de gerenciamento promovidas pelo Estado, não estando os modelos de gerenciamento do risco promovidos pela defesa civil distantes desse processo.

É possível observar que o discurso sobre as incertezas do futuro, daqueles que viveram e ainda vivem a experiência do auxílio-moradia apresenta-se na forma de posicionar os profissionais de defesa civil, que além de serem apresentados sob o discurso da hostilidade - entrevista de U3FS1-, são também apresentados como possuidores de um discurso extremamente evasivo, impreciso e, por vezes, confuso:

> **Juliana:** A prefeitura, quando vocês entraram no auxilio, quais foram as orientações? Ela prometeu alguma coisa? Deu alguma orientação nesse sentido?
> **U8FS2:** Disse que a gente ia receber uma casa própria, não disse o prazo, eu não vou mentir, mas disseram que ia receber, depois veio um papel para a gente fazer um papel "Minha casa, minha vida", eu tenho esse papel em casa, tudinho, eu tenho como as pessoas têm, mas não resolveram nada ainda, está entendendo? A gente liga para lá, eles sempre têm uma informação de dizer assim, eles estão reagindo, está vendo, vai comprar um terreno, mas é aquilo...
>
> **Juliana:** Todos os anos eles estão chamando vocês?
> **U9FS2:** Não me chamou, só foi porque, chamou depois que a gente perdeu as casas, aí foi que eles chamaram, aí fiz outro cadastramento, que eles pediu para a gente fazer outro cadastramento com os documentos da gente. Retornou de novo, aqueles povo que perdeu, a gente foi tudo mundo de novo, aí fez o cadastramento e deu esse pedacinho de papel, até hoje eu estou guardando.Aí como aconteceu esse problema das casas de novo, aí o povo disse que estava fazendo outro cadastramento(...). Eu queria tanto que essa casa saísse, que eu já pegava o trem para ir embora, porque uma vida dessa não tem não.

Falta de prazos, burocratização, informações imprecisas, sucessivos cadastramento sem objetivos explícitos, são algumas das dificuldades enfrentadas pelos(as) usuários(as) do SINPDEC, os casos atendidos parecem estar reduzidos à papelada. Neste momento, é

importante questionarmos: a quem servem os executores dessas políticas e qual seu compromisso ético-político com as pessoas atendidas? Valencio (2014a), ao estudar a ação técnica de profissionais da defesa civil ao longo do país, registra que os períodos que sucedem os sinistros não são unicamente caracterizados por expressões de ajuda, mas também são marcados por ações violentas, caracterizadas por violação dos direitos humanos que tendem "a esgarçar os direitos de grupos sociais debilitados." (p. 628).

Para Beristain (2015), a confusão - considerada tecnicamente como algo que faz parte das reações emocionais esperadas em pessoas que passam por situações de grande estresse, como os sinistros, devendo, desse modo, ser acolhida e cuidada pelos profissionais da defesa civil - pode ser também utilizada como estratégia política de repressão por parte do Estado. Em nossas pesquisas, encontramos um sistema excessivamente burocrático e pouco continente para com as demandas, angústias e receios da população a que se propõe atender.

Quando observamos a forma como nossos(as) entrevistados(as) descreveram o viver com o auxílio-moradia, ou mesmo sem ele, deparamo-nos com as dificuldades encontradas pela defesa civil para restabelecer aquilo que chama de "normalidade". Considerando as questões debatidas até aqui e ainda o perfil de nosso(as) entrevistados (as), que em sua maioria vivem em um contexto de enorme exclusão e pobreza, poderíamos questionar que normalidade seria essa e se, de fato, seria um objetivo coerente tentar restabelecê-la.

8.3 TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS

Ao longo dos capítulos sete e oito, observamos que os(as) usuários(as) do SINPDEC apresentaram discursos críticos sobre o Estado, a defesa civil e também sobre os profissionais que a eles representam. Argumentamos também que os discursos visibilizam regimes de verdade, que fazem parte das relações de saber/poder presentes em nosso campo de investigações. Para finalizar o capítulo em tela, na presente seção, buscamos identificar discursos que sinalizam pontos de resistências e astúcias nas estratégias para o governo de si (FOUCAULT, 2004)utilizadas por nossos(as) participantes.

Ao longo de nossa pesquisa, trabalhamos com uma ideia de poder flexível, em que os jogos de verdade permitem o exercício de resistência e, por conseguinte, possibilitam aos sujeitos moverem-se, ocupando posições de mais ou menos poder. Foucault (2004) pontua que nem todas as relações permitem a resistência, sendo apenas possível utilizar-se de astúcia em territórios permeados pela dominação. O autor afirma ainda que as resistências, em

contraposição às astúcias, permitem uma mobilização nos vetores de força nas relações de poder.

Não buscaremos identificar ao longo do texto quais movimentos seriam considerados astúcias e quais seriam resistências, mas identificar as possibilidades de mobilização no contexto pesquisado,as ações que de algum modo produzem tensionamentos e tentativas de rupturas daquilo que está posto. Os dados produzidos revelam que os participantes encontraram nas áreas de risco a única alternativa de moradia diante das dificuldades habitacionais da RMR. Observamos discursos sobre perda e abandono, mas também demonstrações de compreensão sobre os riscos, que esbarram em poucas possibilidades concretas para sanar o problema. Mapearemos no presente tópico algumas estratégias utilizadas pelos moradores para reivindicar direitos e buscar modificações para o contexto de vulnerabilidade no qual vivem.

Identificar tipos de risco e solicitar ações por parte da defesa civil antes da ocorrência do sinistro foi uma dessas estratégias, apresentada em alguns discursos trazido pelos(as) usuários(as). Os recortes de entrevista abaixo que, em contraposição ao discurso institucional vigente, sinalizam uma compreensão sobre os riscos, chamam também atenção para os poucos recursos de gerenciamento dos riscos disponibilizados:

> **Juliana:** É... me diz uma coisa, e como foi esse primeiro contato com a Defesa Civil?
> **U2FS1:** Eu fui procurar parceria, procurei parceria e eles disseram que não tinha previsão de barreira, de fazer barreira na época que eu estava com dinheiro, eu tava juntando um dinheiro, tinha o apoio também lá do pai da minha filha, da mais nova, e aí a gente ia entrar com a mão de obra, né, e não tive êxito nenhum.
>
> **Juliana:** Orçamento Participativo?
> **U4MS1:** Isso. Ele foi lá, e a gente assinou, fez um abaixo assinado dando prioridade às barreiras, eles fizeram pista, acabaram com o campo de futebol e fizeram uma quadra, fizeram posto de saúde, fizeram uma melhoria, mas as barreiras continuam do mesmo jeito. Uma ou duas que eles fizeram. E a prioridade da gente era as barreiras porque a gente precisava. É isso que atrapalha, o ruim é isso.
>
> **U15FS4:** Aí fez (uma empresa privada) galpão, não deixaram entrada aqui para gente, não deixaram saída. A única saída e entrada é essa barreira, que a gente se reuniu aqui, aí pagou uma máquina para ver essa barreira e a gente passar por aqui, se não, não tinha por onde passar.
> **Juliana:** Quer dizer que foi essa firma que fez esse corte, essa parte aberta aqui? É uma empresa de que, a senhora sabe?
> **U15FS4:** É uma firma de transporte, parece, essas coisas de transporte de cargas, essas coisas. Lá na frente é o Fórum, atrás eles tampou e cavou a barreira. Aí deixou as casas, quase na beirinha da barreira.

A construção de muros de contenção é uma das ações para mitigações dos riscos mais almejada pelas pessoas que residem nas proximidades de barreiras com alto risco de deslizamento, diferentemente das lonas plásticas que são provisórias e degradam-se facilmente, as primeiras oferecem uma solução duradoura para a questão dos deslizamentos.

Alguns dos municípios pesquisados oferecem programas para a realização de muros de contenção em taludes em duas modalidades: obras de pequeno porte, que são realizadas quando o proprietário do imóvel fornece a mão de obra e a prefeitura disponibiliza acompanhamento especializado e material de construção; e as de grande porte, quando a prefeitura é responsável por toda a realização da obra. O acesso a esses serviços é disputado, e poucas pessoas são contempladas com eles.

Como podemos observar nas entrevistas de U2FS1, U4MS1 e U15FS4, o acesso a esse tipo de recurso não é fácil, descreve-se uma gestão do risco pouco atenta às queixas trazidas pelos moradores, sendo as obras realizadas a partir de prioridades estabelecidas pelos gestores, e os apelos da população, colocados em segundo plano.

Ao não conseguir que suas soluções sejam efetivadas, algumas pessoas chegam a assumir os riscos e buscar soluções por conta própria. U15FS4 descreve uma situação em que moradores se reúnem e decidem fazer o acesso da comunidade em que residiam que, após a instalação de uma empresa na região, foi totalmente destruído. Encontramos também, ao longo das entrevistas, depoimentos de pessoas que chegaram a construir muros de contenção por conta própria, fator que pode ser tecnicamente muito arriscado, pois tais obras exigem planejamentos específicos e analises estruturais, visto que podem vir a potencializar os riscos de escorregamento de terra, caso não sejam adequadamente construídas. Encontramos ao longo de nossa inserção no campo de pesquisa vários relatos de acidentes provocados por muros de contenção construídos de forma inadequada. Em muitos casos, essas obras foram realizadas por pessoas que buscaram soluções junto à defesa civil sem sucesso e decidiram fazer a obra por conta própria.

A governamentalidade, no contexto pesquisado, apresenta-se não apenas pelo governar, mas também por um desgoverno ao qual são expostos os cidadãos. Esse desgoverno leva à busca de estratégias e ações autorais por parte dos moradores. Para Freitas e Veiga Neto (2009), "A lógica governamental do Estado se constitui a partir de uma autopreservação que pode ou não se pautar a partir da perspectiva da dignidade humana (p.13)".

Observamos ainda que a reivindicação por assistência não se deu apenas nos momentos de prevenção, o pós-acidente também se configurou, para alguns entrevistados, como um período de lutas e barganhas. Em alguns casos encontramos pessoas que recusaram

as ofertas iniciais realizadas pela prefeitura, por acreditarem não serem essas as melhores alternativas para suas famílias:

> **U6FS1:** Exatamente, até porque como eu acabei de dizer, ele pode ter feito qualquer coisa, independente disso, ele tem o direito de receber o auxílio dele assim, quando ele sair, ele continuar recebendo e se sair a moradia ele tem direito porque ele não invadiu, até porque ele foi cadastrado, ele foi cadastrado...
>
> **U2FS1:** No caso, eles disseram que era pra eu sair, né?Queriam me colocar num abrigo e eu disse não, porque eu tinha uma casa, né?O deslize não foi por conta da minha casa, né?Foi por conta do vizinho, e aí eu disse que não iria sair enquanto eu não tivesse um seguro, né?Uma segurança. Aí foi quando eles foram, pegaram meus documentos todinhos e aí disseram que eu ia receber o auxílio-moradia
>
> **U1FS1:** Assim, quando a gente saiu de lá, procurar um lugar, uma família, um parente mais próximo, ou então ir pra esse abrigo, mas a gente não quis, e aí minha mãe falou com minha avó, a mãe dela, e ela conseguiu uma casa por lá, e minha mãe tá lá, com meu pai e meu filho, e aí eu tô aqui.
> **Juliana:**Vocês quando estavam lá na V. , antes vocês já pensaram em sair de lá, era?
> **U1FS1:** Eu já pensava, eu não gostava daquele lugar, eu tava lá porque meu pai tava lá, minha mãe tava lá, minha mãe também pensava em sair, meu pai não queria sair, não queria perder, porque era de herdeiro,de família. E aí ele: "Não, eu também tenho direito, não sei o quê." E aí eu: "Não, mas eu quero sair, eu não gosto daqui, e tal." Mas foi o tempo, o tempo tirou a gente de lá, graças a Deus.

Nossas entrevistadas descrevem a dificuldade dos momentos posteriores ao desastre, em que é necessário barganhar por benefícios e exigir o cumprimento do encaminhamento que consideram mais adequado. Os discursos dessas mulheres nos fazem visualizar uma batalha em que uma das partes quer oferecer sempre o mínimo e a outra precisa lutar por seus direitos. O discurso de U6FS1 é completamente marcado pela reivindicativa, pela reafirmação dos direitos, no caso, os direitos do filho, que após tersido preso teve o auxílio-moradia cortado. Esse caso demonstra a fragilidade das políticas intersetoriais, dos serviços que, ao não se comunicarem, deixam aos próprios atendidos a tarefa de criar pontes entre as políticas, na busca por seus direitos. U2FS1, descreve uma situação de barganha com os analistas de defesa civil, que orientam a moradora a ir para casa de parentes; após a negativa, oferecem um abrigo, local visto como precário pela maioria dos entrevistados; e apenas após a exigência da usuária, disponibilizam o auxílio-aluguel.

A entrevista de U1FS1 nos mostra um outro olhar frente à situação de desastre, encara o sinistro como possibilidade de saída do risco e melhoria de vida para a família. Aquilo que a princípio foi identificado como trauma, como perda, como desestrutura, foi visualizado também como um processo de ruptura; convencer o pai dos perigos do imóvel, a deixar a situação de risco. Uma alternativa, mesmo que radical, para as reivindicações feitas pela comunidade para mitigação dos riscos.

Nesse ponto, observamos que as estratégias para se alcançar o objetivo pretendido são as mais diversas em um contexto onde não se tem voz (Spivak, 2010). O discurso de U1FS1 provoca uma ruptura na forma de perceber os usuários e usuárias da defesa civil. Nossa entrevistada positiva um acontecimento e uma relação até então negativizada por todas as pessoas acessadas. Furlan (2013), debatendo as ideias de Butler, afirma que a visão de um sujeito flexível, que consegue interagir e produzir diante do contexto no qual está inserido, permite um processo de interação com as estruturas sociais que "tanto podem limitar como possibilitar estratégias de ação subversivas ou ressignificadoras" (FURLAN, 2013, p. 400).

Outra ação promotora de descontinuidades e rupturas no contexto pesquisado foi observada durante a entrevista de U3FS1. O desejo de retornar à sua moradia, recorrente entre os pesquisados, fez com que a participante, mesmo recebendo o benefício de auxílio- aluguel, não deixasse o endereço de risco e decidisse reconstruir por conta própria o imóvel perdido. Apesar de não ter recebido o suporte técnico necessário,U3FS1 decidiu não esperar um posicionamento por parte da prefeitura:

> **U3FS1:** E o resto tudo foi eu. Meu irmão veio aqui dar uma força na barreira, o rapaz aí debaixo é mestre de obra e tomou a frente da obra.(...) quando tava pronto eles vieram avaliar, sabe, mas até o negócio que eu falei para você dos duzentos reais que eu vou dar baixa, mas se eu disser que não, eu tô mentindo, agora por quê? Já deu pra você entender mais ou menos a minha situação(...). Pronto, então eu vou ser sincera com você, quando você ligou pra mim, eu fiquei pensando mais nessa questão assim. Eu pensei que alguém tivesse agindo assim por trás...

O recorte de entrevista destacado de U3FS1 descreve justamente o momento de reconstrução, em que a moradora solicita uma avaliação por parte da defesa civil para verificar a obra e, posteriormente, suspender o auxílio-moradia. Em muitos trechos de sua entrevista, ela alterna entre discursos de culpa e de determinação, pois sua decisão foi tomada sem autorização da prefeitura. Nos primeiros contatos telefônicos, quando a convidamos para participar da pesquisa, U3FS1 chegou a pensar que fôssemos algum tipo de fiscalização que objetivava cancelar seu benefício.

Nossos(as) entrevistados(as) também apresentam uma visão crítica para com o Estado e suas ações para melhoria do contexto social:

> **U6FS1:** Tem tantos prédios aí inacabáveis, esperando terminar para entregar e se você for lá na J. B., tem um conjunto habitacional inacabável ali, e poderia estar terminado, já poderia estar entregado às pessoas dos C., do C., de qualquer comunidade que está aguardando e eles dão R$200,00, porque não termina?
>
> **U2FS1:** Eu acredito que tá sendo um desperdício, né, porque eu to há três anos, eu poderia estar na minha casa, né, sairia mais barato pra eles se eles, pelo menos, arrumasse um terreno pra eu construir. Eu acho que é um gasto desnecessário que eles poderiam entregar a casa, enquanto tem muitas casas por aí pra serem entregues,

> né?E ninguém nem vê resultado, porque eu já fui em vários bairro e já vi essas casas em construção paradas e, muitos dizem, eu já fui na prefeitura e eles disseram que ali é da habitacional, era pra pessoas que pagavam a Caixa e o que sobrasse era pras pessoas de auxílio-moradia, né. E a gente fica como? A gente não tem nenhuma facilidade.
>
> **U10MS2:** O que é 150 casas para o governo, são casas simples para entregar o povo durante cinco anos, enquanto o estádio de futebol em menos disso foi gasto milhões, você sabe, aqui em S. L. e está lá hoje, de vez em quando, às vezes perdido, tem um joguinho lá, realizado o jogo lá e está o quê? Os morcegos tomando conta da Arena, e aí? Não apareceram milhões para fazer aquilo lá? Não sei se eu estou falando demais, mas...

Os entrevistados U6FS1, U2FS1 e U10MS2 nos fornecem um pouco da visão crítica de nossos participantes, de sua forma de posicionar o Estado como aquele que nega direitos básicos e redireciona os recursos públicos para obras que não são prioridade diante das demandas sociais da população. U6FS1 chega mesmo a questionar porque a prefeitura prefere passar anos pagando um benefício que não garante uma moradia definitiva, enquanto muitos dos programas sociais oferecidos pelo governo como o "Minha Casa Minha Vida", por exemplo, não são acessíveis a toda a população. A questão levantada pela entrevistada nos remete a algumas pesquisas (BRAGA, 2016; RUFINO, 2016; CARLOS, et al. 2015; ROLNIK, 2015; RODRIGUES, 2014) que têm questionado a efetividade de determinados programas sociais que, até o momento, têm se mostrado mais lucrativos para as grandes construtoras do que proporcionado, de fato, a redução do déficit habitacional das parcelas mais pobres da população.

Além das iniciativas individuais para mobilização citadas anteriormente e da iniciativa coletiva de U15FS4 e seus vizinhos, foram poucas as ações coletivas de reivindicação registradas durante as entrevistas. Trouxemos alguns exemplos nos trechos de discurso a seguir

> **U7FS2**: Então, as meninas já teve vez de falar para mim assim "vamos chamar a imprensa e falar porque C. está esquecido, os outros já ganharam casa, as pessoas com auxílio-moradia e a gente nada", eu disse "mas, não vai adiantar nada".É só a gente confiar em Deus, confia naquele lá de cima. O Senhor sabe... ele esperou cinco anos com as ferragens nos pés e tirou tudo, que foi um processo para tirar isso e nós nem tem as casas. Eu tenho esperança ainda de receber a minha casa. (...) Mas muita gente assim, "bota não sei o que, coloca na justiça...", Mas, a justiça da gente é Deus, se botasse na justiça estaria prejudicando mais a gente, mas tem que ter consciência da gente, chegar aqui e falar "toma uma cesta básica", já ajudava a gente. Pronto, se desse essa cesta básica ajudava no aluguel, já ajudava no aluguel, é verdade, é isso, até a casinha da gente sair, Deus mandava, isso aqui, Deus está perto de voltar
>
> **Juliana:** Mas chegaram a conversar com a promotora?
> **U8FS2:** Conversou ainda com a promotora.
> **Juliana:** E ela disse o quê?

> Ela disse que vocês têm que ir ao longo, tem que vim aqui, marcar não sei para onde, para quem, "para a gente vê o que pode fazer", aí ficou da gente fazer uma visita a ela, mas não foi mais, a gente também não pode estar perdendo trabalho e a passagem já paga caro né, aí pronto. Nessa crise a gente não pode nem estar abusando muito.

As tentativas de mobilização coletiva, conforme os relatos de entrevistas de U7FS2 e U8FS2, são permeadas pela insegurança, pela desmobilização e pelo medo de algum prejuízo. Nossas entrevistadas relatam que o processo de reivindicação pode trazer mais prejuízos do que benefícios,como a perda de algum direito, no caso de U7FS2, ou prejudicar-se quando precisar faltar ao trabalho, no caso de U8FS2. Nesse sentido, mais uma vez, observamos o recurso ao divino, como tentativa de apelo diante da falta de assistência e descaso por parte daqueles que deveriam promover o cuidado. Para Vargas (2006), a busca pelas divindades, longe de ser interpretada como passividade, deve ser lida como um processo de "trocas simbólicas" (p.67) com elas. Esse movimento é interpretado pela autora como estratégias de resistência que justificam a permanência das pessoas nos locais de risco.

As tentativas de mobilização, principalmente as coletivas, são amplamente enfraquecidas antes mesmo de apresentar qualquer tipo de resposta no contexto pesquisado. O discurso de U8FS2e seus dilemas diante de ir em busca de seus direitos e perder dias de trabalho nos remete a uma pesquisa realizada por Pereira (2016) com famílias de mulheres que estão em presídios e sua luta pelo acesso às políticas públicas, para essas famílias, a busca de direitos, longe de ser encarada como algo positivo é vista como mais um trabalho frente a uma rotina já extremamente cansativa. A autora afirma também que as dificuldades de acesso às políticas públicas geram naqueles, cujas reivindicações são negadas, sentimentos de cansaço e enfraquecimento das estratégias mobilizatórias para ação. Essa observação é totalmente plausível com os dados encontrados em nossa pesquisa, em que os(as) entrevistados(as) veem na reivindicação judicial um processo moroso e que pode gerar represálias para aqueles que a utilizam.

A fragilidade das redes de apoio social (SLUZKI, 1997), assim como um desconhecimento dos serviços públicos que poderiam/deveriam estar presentes no cotidiano das comunidades também foi observado em nosso estudo. Ao longo de todo o texto, buscamos compreender quem eram os atores contatados pelos(as) usuários(as) nos momentos de dificuldades e mesmo quais eram os outros serviços públicos por eles(as) utilizados. A partir do levantamento dessa temática, elaboramos o quadro a seguir:

Quatro 9: Serviços e Rede Social de Apoio citados pelos(as) usuários(as).

Serviços/Rede Social de Apoio	Número de citações
Saúde (Posto de saúde, UPA, Getúlio Vargas, hospital, SAMU, CEMEC)	18
Escola	8
Defesa Civil	6
Imprensa	4
Justiça	4
Vizinhos	4
Bombeiros	3
Família	2
Religião (Deus, Igreja)	2
Ministério do Trabalho (CINE, INSS)	2
Assistência Social (Bolsa Família)	1
Não utiliza	1

No quadro 9, incluímos referências a atores que não constituem serviços públicos, objetivando com isso visibilizar quais possibilidade de ajuda são vislumbradas pelos participantes no contexto pesquisado. Os componentes com maior número de citações são as unidades de saúde, dentre elas, os postos de saúde foram os mais lembrados durante as entrevistas - fator que pode ser associado à proposta de proximidade física entre esses espaços e a população. Destacamos, ainda, as escolas, com oito citações; seguidas pela defesa civil, citada seis vezes. Observa-se que o número de serviços utilizado é restrito. Tal análise demonstra que as políticas de defesa civil se apresentam muito isoladas dos demais serviços públicos disponibilizados pelos municípios e acessá-las não garante o conhecimento dos demais serviços ofertados. Para Marques (2016), é significativa a ausência de integração governamental no Brasil, principalmente nas áreas metropolitanas mais conturbadas.

A imprensa e a justiça aparecem no discurso de nossos entrevistados como órgãos associados à reivindicação, acionados quando o poder público não cumpre seu papel de modo satisfatório, como se observa no discurso de U7FS2: "Então, as meninas já teve vez de falar para mim assim ‘vamos chamar a imprensa e falar porque C. está esquecido’(...)".

As redes de apoio social - vizinhos, amigos e familiares - apresentam-se discursivamente como fragilizadas e pouco continentes, pois a maioria dos parentes também residem nas proximidades de áreas classificadas pela defesa civil como estando em risco. Somam-se a esses fatores condições socioeconômicas muito precárias para acolher e promover cuidados a terceiros. Para Mira et al. (2013), em muitas situações de catástrofes,

observam-se tentativas propositais por parte dos governantes de reduzir as redes de apoio social emergentes e fragmentar o protesto social na tentativa de minimizar o impacto político que tais situações poderiam produzir.

Identificamos ainda que os serviços públicos mais acessados pelos usuários são aqueles associados às necessidades sociais mais básicas, contudo, serviços considerados essenciais, como a assistência social, praticamente não foram citados. Para Nascimento (2010), a articulação entre as diversas políticas que compreendem a esfera pública demanda um projeto amplo, que objetive realizar mudanças de práticas, padrões e valores, no tocante aos processos organizacionais das instituições públicas. Valencio e Valencio (2010), em suas análises sobre as ações de defesa civil ao longo do país, acrescentam que o elevado número de desastres socioambientais que afetam estados e municípios reflete, entre outras questões, a incapacidade que a instituição apresenta de desenvolver ações transversais e propositivas no âmbito das políticas setoriais.

Além disso, conforme observamos em tópicos anteriores, o próprio processo de personificar as ações em defesa civil, ou seja, de visualizar o órgão não como o Estado, mas como pessoas que ajudam, promove um enfraquecimento das estratégias de mobilização. Concordamos com Nascimento (2010), quando ele afirma que uma das maiores problemáticas enfrentadas pela intersetorialidade das políticas públicas é a visão clientelista e localista que vigora na administração pública brasileira.

Para Vargas (2006), diante de situações como as vividas por nossas entrevistadas, recursos como a "saída" e a "voz" são alternativas que não estão disponíveis para todos as pessoas, sendo descartadas a maior parte do tempo pelas camadas menos favorecidas da população, por considerarem os altos custos para viabilizar a saída dos locais de risco, ou mesmo as dificuldades de acesso aos processos judiciais.

> Os custos associados à “voz” mostram-se também elevados, uma vez que o Estado se faz pouco permeável às demandas populares, adotando de modo mais conveniente e imediatista as tradicionais práticas clientelistas, que são pontuais e nunca significativas a ponto de promover mudanças substanciais na qualidade de vida da população.(VARGAS, 2006, p. 73-74).

Ressaltamos, contudo, que o déficit habitacional e a falta de políticas para promoção de moradias seguras são situações que não passam despercebidas aos olhos de nossos(as) entrevistados(as), o território em que vivem é descrito como permeado por fraturas, por injustiças e por possibilidades de melhoria. Observamos, entretanto, que as visões de mundo e crítica social apresentadas por essas pessoas têm pouca ou nenhuma visibilidade no contexto

pesquisado. Não identificamos nos discursos dos(as) usuários(as) registros de mobilizações coletivas mais estruturadas, como associações de bairro, participação em grupos políticos ou qualquer outra iniciativa do tipo. O enfraquecimento dos processos de mobilização popular também foi encontrado nos estudos realizados por Souza et al. (2015) com pessoas de algumas comunidades marcadas pela precarização na Região Metropolitana do Recife (RMR). Movimentos no sentido oposto, em que se destacam as ações populares coletivas também foram identificados ao logo da RMR, conforme discutido no capítulo três.

Para Figueiredo (2010), os sujeitos subalternos não poderão falar em uma sociedade que não lhes garante o direito à voz, que os coloca em uma condição marginal. Para o autor, "reconceituar a relação entre Nação, Estado e povo"(p.97) pode ser um dos caminhos para enfrentar essa problemática. No decorrer de nossa pesquisa, observamos a importância de chamar atenção para o posicionamento das pessoas que vivem às margens dos direitos sociais e cujas vozes têm sido historicamente silenciadas.

Concordamos com Alvin (2012), quando este afirma que as resistências atuam como pontos e nós irregulares, que possuem distintas densidades e que podem ser observadas não apenas em grandes lutas, mas também se apresentar de modo mais transitório, fluido e precário. A partir das leituras de Foucault, o autor coloca que assim como o poder circula ao longo das relações, as resistências podem se apresentar de forma maciça ou pulverizada no cotidiano das lutas.

Não poderíamos deixar de, mais uma vez, reafirmar que os processos de subjetivação localizam-se em uma posição intermediária entre subjetivo e objetivo e também entre individual e institucional. Possibilitam compreender como o sujeito da prática pode ser delimitado, até mesmo em ação. A subjetivação e a política estão estreitamente relacionadas, tendo em vista que o foco dos processos subjetivos está voltado para os modos como cada pessoa encontra a si mesma, se conduz e se governa (BERT, 2013). Nossas análises de como ocorre essa relação entre a Defesa Civil e seus/suas usuários(as) têm possibilitado identificar os contextos de produção dessas subjetividades, marcadas por discursos ambíguos sobre risco e por políticas públicas que promovem novas vulnerabilidades sociais em um cenário marcado pela precariedade e exclusão de direitos.

9 OS EFEITOS DOS DISCURSOS SOBRE RISCOS PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA DEFESA CIVIL

No presente capítulo, pretendemos discutir alguns dos efeitos que os discursos sobre o risco apresentados até aqui exercem sobre os profissionais da defesa civil. Essas análises foram comparadas aos dados encontrados e discutidos ao longo dos demais capítulos da tese.

Ressalta-se que, apesar de termos um capítulo exclusivamente dedicado aos efeitos, esse tema perpassa, de algum modo, todos os outros momentos da tese. Quando discutimos as nomeações atribuidas ao risco ou descrevemos o perfil desses profissionais, já estamos observando a circulação desses discursos e suas implicações para os(as) trabalhadores(as) da defesa civil. No capítulo sete, por exemplo, observamos que, discursivamente, o risco, mesmo visto sobre um prisma negativo, não aparece como ameaça a esses(as) trabalhadores(as). Para eles(as), atuar com análise e gestão de riscos, não implica necessariamente estar em risco.

Não buscaremos aqui aprofundar debates sobre as relações de trabalho no contexto da defesa civil, pois esse tema, por si só, levaria à construção de outra tese. Pretendemos compreender como essas relações de trabalho são tocadas pelos discursos sobre risco previamente discutidos. Um dos caminhos escolhidos para isso foi compreender como os(as) trabalhadores(as) posicionam (SPINK, 2004; LANGENHOVE e HARRÉ,1999) os usuários, a si mesmos e o Estado na gestão dos riscos no contexto das emergências e desastres.

9.1 POSICIONANDO OS(AS) BENEFICIÁRIOS(AS) DO AUXÍLIO-MORADIA

Ao final do capítulo sete, discutimos alguns dos modos como os(as) profissionais da defesa civil posicionam os(as) usuários(as). Três formas específicas de posicionamento chamaram nossa atenção:daquelas pessoas que não compreendem o risco, por isso se expõe ao mesmo; daquelas que vivem no risco por não terem alternativas habitacionais em locais seguros; e daquelas que buscam as áreas de risco como forma de obter ganhos econômicos. Optamos por trazer esses posicionamentos no segundo capítulo analítico, pois acreditamos que esse debate não poderia estar dissociado da própria nomeação de risco partilhada por esses(as) trabalhadores(as).

Nesse sentido, no presente tópico debateremos como os profissionais posicionam um seguimento específico das pessoas que vivem em risco, aquelas que são usuárias do auxílio-moradia. A pergunta utilizada para trazer o tema às entrevistas foi a seguinte:qual o perfil das pessoas que vocês encaminham para o auxílio-moradia?; nos serviços que atualmente não dispõem do recurso, a questão foi contemplada do seguinte modo: nos atendimentos realizados, vocês identificam casos que gostariam de encaminhar para o auxílio-moradia? A temática do auxílio esteve presente em diversos outros momentos dos encontros e contribuíram para análises aqui apresentadas.

Parece unanimidade entre os profissionais, a associação entre o risco 4[41] e a pobreza como critério para estar em auxílio-moradia. Essa assertiva, que aparece explicitamente no discurso dos profissionais, conforme observamos no capítulo anterior, não está tão clara para os(as) usuários(as). Ou seja, para os primeiros não é qualquer pessoa pobre que têm direito ao auxílio, nem mesmo qualquer pessoa em risco, o risco 4 precisa ser identificado e a ele somado o fator pobreza. Vejamos abaixo alguns trechos de entrevista que ilustram a situação:

> **Juliana:** Hoje na tua experiência, como é que observas, existe um perfil, poderias traçar um perfil de quem está no auxílio-moradia?
> **P1FS1 - Assistente Social:** Dá pra traçar, acho que se a gente... é mensurar direitinho e ver, dá pra traçar o perfil, pra mim geralmente são famílias em...grande vulnerabilidade social, além da questão ambiental e estrutural física da moradia,porque não basta só tá em vulnerabilidade social, porque aí a gente tem uma ZEIS enorme que também está em vulnerabilidade social, mas aí junta a questão da vulnerabilidade social da família, com o risco ambiental e físico da moradia. Então, eu acho que seguindo esses três parâmetros dá pra gente fazer avaliação boa dessas famílias de margem de auxílio.(...) sem dúvida nenhuma são pessoas negras e pardas, a maioria são mulheres, porque elas são as chefes da família, a maioria são chefes de família, e não que o homem não seja, mas como a gente vê a construção da sociedade hoje, das famílias, a maioria das famílias a mulher é a chefe da família, a mulher é o suporte, e com filhos. E temos também idosos, mas num número menor, e maioria são mulheres, e...pelo menos aqui na nossa área são mulheres e com filhos.
>
> **Juliana:** A partir da sua prática na defesa civil, se a gente fosse definir um perfil, pra quem hoje está em auxilio-moradia, como é que você definiria?
> **P9MS1- Engenheiro Civil:** Eu definiria aquela pessoa que não tem nenhuma renda, nenhuma forma nem de adquirir uma casa popular, e nem tivesse uma, nenhuma alternativa de ir pra casa de família, parente, amigo, nenhum auxílio, e caso ela realmente alugasse casa, precisasse, não tivesse outro meio, não tivesse uma fonte de renda, aí entraria pro auxílio, mas não é a melhor forma, eu acho que auxílio pode haver temporariamente, não de forma definitiva, ser algo temporário, temporário mesmo. Mas estamos falando aqui de problemas grandes, viu?
> **Juliana:**Nem sempre acontece esse auxílio como um processo?
> **P9MS1- Engenheiro Civil:** É, fica ali, como chama pendurada, dependente, essa palavra, não pode ter uma dependência completa, as pessoas, elas precisam ser independentes, possuir sua fonte de renda, sair até dessa inércia que acaba causando, "Vou ficar dependente do auxílio, vou ficar recebendo, vou ficar esperando a minha

[41] A explicação sobre a classificação de risco utilizada pela defesa civil está presente no capítulo método.

> casa". Talvez a pessoa até morra e não receba, esperando que alguma coisa aconteça ao invés de fazer, então eu acho que não é por aí não.
>
> **P13MS3 - Bombeiro Civil:** (Perfil das pessoas em auxílio-moradia) Pessoas desempregadas, o mercado de trabalho hoje está muito precário no modo de estar exigindo muito a escolaridade, pessoas que não completaram o ensino fundamental e nem o médio, pessoas que vivem do corte de cana, de cerâmica de tijolos, que não têm condições de pagar um aluguel.

P1FS1, mesmo tendo defendido ao longo de sua entrevista, conforme explicitado no capítulo sete, que o risco social também precisa ser considerado durante as avaliações realizadas pela defesa civil, pontua que este não pode, sozinho, ser considerado um critério para a inclusão de famílias no auxílio-moradia. Pois, segundo ela, o órgão atua nas áreas de ZEIS, que por si só já indicam vulnerabilidade social. Ou seja, a defesa civil chegaria para identificar quem, dentro da esfera da pobreza, estaria também afetado pelo que ela chama de "risco físico e ambiental". O discurso da profissional demarca que as vontades de verdade (FOUCAULT, 2013a) são discursivamente muito voltadas para o risco físico, para aquele que pode ser mensurado pelas ditas ciências exatas e aquilo que ela chama de risco ambiental. Essa marca, por mais que seja questionada por alguns profissionais, inclusive pela própria assistente social em outros trechos de sua entrevista, termina por ser reproduzida por ela.

P9MS1 considera o fator pobreza em suas análises, mas afirma que aqueles que têm qualquer possibilidade de arcar com uma moradia, mesmo que seja temporária ou em casa de parentes, não devem receber o benefício. Defende ainda que o auxílio pode funcionar como um mecanismo que desestimula as pessoas a serem independentes. Ou seja, para o engenheiro, o valor de R$150,00 ou R$200,00 pode fazer com que as pessoas se sintamdesestimuladas a buscar de modo autônomo uma solução habitacional definitiva. Valencio (2014b) pontua que é comum se observar entre os profissionais que realizaram leituras dos desastres a partir das ciências duras, isso é, sem se voltar para questões mais complexas das conjunturas sociais;o desenvolvimento de conotações morais depreciativas daqueles sujeitos em riscoapresentados como possuidores de comportamentos perigosos. Tais movimentos levam a processos de responsabilização dessas pessoas pelas perdas e danos que sofreram.

O discurso de P9MS1 contrasta com o daqueles que posicionam o auxílio-moradia como um benefício insuficiente para custear o aluguel, que pode gerar outras precariedades para a vida das pessoas e, inclusive, não as retirar de fato, das áreas de risco:

> **P2FS1 - Assistente Social:** (...) outra grande dificuldade é o valor do benefício, pra gente sensibilizar uma família que ela precisa sair da sua residência, de que ela tem que procurar um local seguro e oferecer em contrapartida um benefício no valor em

> que ela é, é bem complicado, no geral se ela for usar só o benefício, ela não consegue alugar um local seguro, né? Ela vai precisar complementar, ela tem outras despesas, é muito complicado esse processo de sensibilização. Porque o que se tem a oferecer pras famílias, claro, né? Que aí a gente trabalha com a questão de salvaguardar vidas, de, né? Mas a contrapartida, que a prefeitura oferece é bem, é mínima, na verdade, pra essas famílias, é uma ajuda. Não possibilita que ela vá morar num local seguro.
>
> **P13MS3- Bombeiro Militar:** Que eu acho que o auxílio-moradia daqui do município é muito pouco, apenas R$200,00. Imagina você, eu cheguei a ver famílias com seis pessoas dentro de casa. Hoje R$200,00 você aluga uma casinha pequena, uma casinha pequena com no máximo dois quartos, vai dar para seis pessoas conviver? Não dá. Geralmente a gente visita as casas que foi evacuada, e a gente encontra novamente pessoas que voltaram por conta que não quer o auxílio-moradia, acha pouco o auxílio-moradia de R$200,00,ou tem amor a sua residência e não quer deixar sozinha a casa, porque vândalos podem vim invadir ou fazer depredações, retirar moveis que ainda restaram na casa entendeu?
>
> **Juliana:** E aí, se não estiver (morando em local seguro) vai acontecer igual o que aconteceu da outra vez (cancelamento do benefício)?
> **P21FS4 - Socióloga:** Aí a gente interdita aquela casa e tem que ir para outra, porque a gente está pagando o auxílio para eles estarem numa casa segura, não em outro local que está oferecendo risco.
> **Juliana:** E acontece muito?
> **P21FS4- Socióloga:**De vez em quando acontece, vai à casa atual e a casa atual está oferecendo risco.

Os discursos dos profissionais supracitados são corroborados pelos próprios posicionamentos dos(as) usuários(as) com relação ao auxílio-moradia. Esse grupo de pessoas concorda que é impossível alugar uma moradia digna, fora do risco, com o valor recebido. Profissionais como P2FS1 ressaltam que o trabalho de identificar o risco, retirar as pessoas do local e conceder o benefício eventual de auxílio-moradia não garante a redução dos riscos, em muitos casos só transfere o endereço da problemática.

Destaca-se ainda o olhar de P13MS3 com relação às necessidades dos(as) moradores(as), os vínculos e afetos criados com o lugar (VIEIRA, 2004). A sensibilidade apresentada pela profissional frente àquilo que leva as pessoas ao auxílio-aluguel, ou mesmo os motivos que as fazem, apesar dos apelos da defesa civil e do valor a ser recebido, resistirem a deixar suas casas, contrasta com as visões mais duras e limitadas sobre a questão. Vargas (2006), por exemplo, identifica uma oposição ente a noção de território como lugar de afetos e conquistas, prevalente entre os(as) moradores(as), e a visão partilhada pela maioria dos especialistas que consideram as áreas de risco como espaços de produção de ameaças.

O discurso de P13MS3 destoa das ideias apresentadas, por exemplo, pela socióloga P21FS4, que mesmo reconhecendo a existência de usuários(as) do auxílio-moradia que alugam casas em local de risco, problematiza a questão a partir da culpabilização do(a) morador(a). Para ela, nessas situações a defesa civil seria apenas uma instância fiscalizadora.

No caso descrito pela socióloga, a pessoa que reocupa áreas de risco, mais do que ser orientada ou levada a um debate mais amplo sobre sua questão conjuntural, deve ter seu novo lar interditado e, em casos extremos, seu benefício cancelado. Para Porto (2011) os desastres podem ser analisados a partir de suas características mais complexas, abordando-se questões culturais e organizacionais. Contudo, as racionalidades mais simplificadoras têm sido propagadas de forma preocupante, legitimando no imaginário social que apenas algumas instâncias da sociedade devem construir análises sobre a questão. Essas leituras, muitas vezes unilaterais, tendem a privilegiar posturas excludentes.

O acompanhamento pós-acidente aparece no discurso da socióloga como uma instância fiscalizadora/punitiva; em outros casos esse acompanhamento não chega nem a existir, conforme se pode observar no trecho de entrevista a seguir:

> **Juliana:** E depois que essas famílias são encaminhadas, vocês continuam acompanhando?
> **P4FS1- Assistente Social:** Não, de forma sistemática. O acompanhamento que a gente faz quando a família está no auxílio-moradia... A gente encaminha, porque são as etapas, né? A gente faz o relatório, encaminha pra... pra coordenação geral que dá o deferimento através da prefeitura. Sendo deferido, a gente tem um acompanhamento mais sistemático, e a família fica mais ansiosa pra saber quando é que vai sair, então, até a saída do benefício, a gente tem um acompanhamento quase que mensal, quinzenal com a família, a gente vê onde eles estão, até porque a gente continua fornecendo suprimento até que o benefício seja concedido, então a gente tem um acompanhamento mais próximo. Quando o benefício sai, de fato, a gente já não tem o contato tão mais próximo com o morador. Pega o endereço pra onde ele foi, registra aqui, nos nossos arquivos e o acompanhamento é pouco ou quase nada, a não ser quando há ou uma reclamação de invasão daquele terreno e eles nos acionam. É muito mais do morador pra gente do que da gente pro morador. Ele traz que o imóvel foi invadido, o terreno, onde havia a casa, ou aquele vestígio de casa foi invadido, ou que ele não quer o auxílio mais, ele quer imóvel, que a prefeitura tá demorando e dá uma solução habitacional ou pra mudança de endereço, porque eles passam a alugar outro imóvel, na grande maioria, e aí, com aluguel desse imóvel, às vezes, de ano em ano, eles têm que mudar de endereço e eles trazem, a grande maioria traz já o novo endereço, então, o contato é muito mais do morador em busca da defesa civil, novamente, do que a gente fazer esse acompanhamento depois que eles são inseridos no benefício.

O discurso de P4FS1 mostra uma defesa civil pouco comprometida com os períodos de reconstrução, ou pós-acidente, esse posicionamento é corroborado pelos discursos dos(as) próprios(as) usuários(as), apresentados no capítulo anterior, que expressam inúmeras queixas referentes ao abandono dos órgãos de defesa civil após o momento emergencial. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), apesar do discurso da prevenção, tem centrado seus atendimentos nos momentos de crise, passado o sinistro propriamente dito, quando o viver e a rotina encontram-se totalmente comprometidos pela quebra dos vínculos, perdas simbólicas e materiais, essas pessoas são deixadas à própria sorte. Valencio (2014), ao

discutir as pesquisas sobre o SINPDEC realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), chama atenção para as inúmeras violências concretas e simbólicas aos quais são expostas as pessoas afetadas por desastres pelo corpo técnico da defesa civil. Muitas dessas ações ocorrem justamente nos períodos de resposta e reabilitação, como a precariedade dos abrigos nos quais as pessoas são colocadas ou mesmo a interrupção de serviços sem prévia comunicação. Tais ações deterioram os direitos da pessoa humana, comprometem a dignidade e fragilizam seus mecanismos de reestruturação.

Para Mattedi e Butzke (2001), é impossível compreender de modo adequado uma enchente, um terremoto, ou mesmo a seca, etc., pressupondo que os desastres são meros eventos concentrados no tempo e no espaço. A capacidade de resposta de uma dada comunidade para enfrentar os desastres dependerá de sua experiência acumulada de convívio com o problema e reflexão sobre ele. Dessa forma, observa-se que o aumento do número de desastres em detrimento de uma certa estabilidade das condições geofísicas do planeta indica a relação entre vulnerabilidades sociais e desastres.

Outro problema, também relacionado aos supracitados, compete à questão da solução habitacional (SH); para os(as) profissionais entrevistados, o auxílio-moradia que é legalmente considerado um benefício eventual e de caráter transitório (lei 12.608/2012), em alguns casos, torna-se extraoficialmente definitivo, pois as pessoas passam anos para receber a casa própria prometida na ocasião da desocupação. P4FS1, no final de sua entrevista, já pontua ser essa uma problemática enfrentada pelos beneficiários, que chegam a cogitar sair do auxílio e retornar para os endereços de risco. Outros discursos sobre a referida problemática podem ser observados no recorte de entrevista a seguir:

> **P2FS1 - Assistente Social:** No geral a gente acompanha, é, no auxílio-moradia, até que esse pagamento seja realizado, primeiro pagamento seja realizado, o acompanhamento é mais sistemático, né? Depois disso no geral é essa, depois que ela recebe o primeiro pagamento, e aí ela já tá inteirada no trâmite, essa família é quem no geral nos aciona, né? Ou pra saber de situação de pagamento, ou pra informar alguma dificuldade. Depois o acompanhamento ele é, precisa ser melhorado até, né? A gente vem discutindo sobre isso, sobre como essas famílias que estão inseridas na nossa moradia de alguma forma ficam soltas, né? A gente tem família que tá quase que 11 anos no auxílio-moradia, e apesar de não ser da competência da Defesa Civil a entrega do habitacional, da solução habitacional pra essa família, mas a referência é a Defesa Civil, e essas famílias ficam sem ter, meio que, elas não têm nenhuma previsão de quando vão receber esse imóvel.

Nossa entrevistada explicita que existem pessoas que estão há quase 11 anos em auxílio-moradia - segundo depoimento de alguns usuários(as), esse número chegaria a 12 anos. Esses discursos indicam que a situação de exclusão e vulnerabilidade na qual viviam

essas pessoas pouco ou nada é modificada após a intervenção do Estado. Observa-se ainda que a assistente social constrói seu discurso posicionando-se como alguém preocupada, chama atenção para o fato de que algo precisa ser feito, mas ao mesmo tempo vacina-se (POTTER, 1998) discursivamente, ao atribuir a responsabilidade da questão a outros órgãos "não é da competência da defesa civil". Ou seja, sua preocupação, mesmo que relevante e legítima, extrapola as competências da defesa civil enquanto instituição.

Novamente, observam-se as lacunas do processo de acompanhamento realizado pela defesa civil no período pós-acidente, nota-se certa sistematicidade até a concessão de auxílio-aluguel, pois existem alguns trâmites burocráticos para se chegar a ela. O benefício é apresentado, até agora, como única estratégia de reabilitação para as pessoas afetadas por desastres. Beristain (2015) afirma que no contexto da gestão de emergências e desastres, algumas das ditas soluções provisórias, infelizmente, tendem a se tornar definitivas. Muitas das respostas emergenciais acabam consolidando-se na precariedade quando os holofotes da mídia param de noticiar a tragédia e as comunidades são deixadas sozinhas e enfraquecidas para realizar as pressões políticas necessárias.

Para Freitas e Vale Neto (2009), a ação governamental (FOUCAULT, 2008) propõe, para o exercício político do poder, que a população seja constitutivamente segmentada. Esse modo de regulamentação objetiva apagar as diferenças sociais, através do controle de suas aparições, instrumentalizando-se de discursos e práticas classificatórias que se invisibilizam e promovem uma espécie de "segregação inclusiva" (P.8). Nesse sentido, ao observar os posicionamentos dos(as) profissionais para com os beneficiários do auxílio-moradia observamos esse movimento de estar incluído em um processo excludente, ter seu risco identificado, mas ao mesmo tempo continuar vivendo em risco, estando em sua exclusão no *hall* dos assistidos pelo Estado.

Ao observarmos os posicionamento construídos pelos(as) profissionais a respeito dos beneficiários do auxílio-moradia, observa-se que *os pontos de acesso* (GIDDENS, 1991) ou espaços de troca entre esses e os usuários não estão presentes. Essas pessoas são descritas, analisadas e assistidas a uma certa distância,não opinam, não são considerados como atores com potencialidades e aliados no trabalho desenvolvido pela defesa civil. Esses grupos, chamados populações em risco, marcados por aquilo que os entrevistados chamam de vulnerabilidade, mesmo pertencendo às estatísticas dos assistidos pelo Estado estão sempre às margens dele.

9.2 POSICIONANDO O ESTADO

Os profissionais da defesa civil posicionaram-se na maior parte dos momentos como instâncias dissociadas do Estado. No capítulo 8, observamos que os(as) usuários(as) posicionam de modo distinto os(as) profissionais da defesa civil e o Estado. Ao observarmos as entrevistas realizadas com os(as) trabalhadores(as), verificamos que estes também se colocam como uma instância à parte do poder público;este último é discursivamente descrito como um dos responsáveis pela má gestão dos riscos.

Conforme já observado em capítulos anteriores, mesmo que coexistam dentro do SINPDEC múltiplas formas de pensar a gestão das emergências e desastres, o risco não é observado como algo imprevisível, ele foi discursivamente construído por grande parte de nossos(as) entrevistados(as), profissionais e usuários(as), como algo que pode ser gerido. Contudo, determinadas características do Estado apresentam-se como elementos que dificultam o processo de gestão dos riscos.

> **P5MS5 - Bombeiro Militar:** E eu acho que o ponto fraco hoje da Defesa Civil, é que ela não seja vista como um órgão de gestão dos municípios pra esses programas relacionados com crises, então se vê a Defesa Civil como um órgão muito de assistência, assistencial, não, o que a Defesa Civil vai fazer? Não, vai entregar cesta básica, não, vai entregar colchão? E não é basicamente isso, isso é uma das fases da Defesa Civil, mas ela tem que trabalhar muito antes na prevenção, na análise, cobrando que as secretarias fiscalizem, cobrando que as secretarias façam seu papel, fazendo a identificação dos pontos de risco e cobrando ações, tanto do município, tanto do governo federal, do governo estadual, cada um dentro sua competência.

> **P12FS2 - Assistente Social:**(...) A gente dessa gestão, eu digo gestão, porque até alguns anos atrás que a gente funcionava dessa forma e a gente não conseguiu manter a parceria(...) Não, quando eu digo que não é prioridade até esse momento, que a gente já está finalizando essa gestão, a gente não sabe o futuro, mas não foi prioridade, nenhuma prioridade ainda que seja solicitado que todo início de ano é a atualização o plano de contingência, porque a gente tem o plano pronto, mas muda de gestor, de secretaria e serviços e quando a gente faz a contingência geralmente mapeia o que cada secretaria pode contribuir e quem são essas pessoas de referência, então a gente convida os secretários e na reunião dizendo das necessidades de somar esforços, e dizendo: "Administrativo, a secretaria poderia ceder? Técnicos para campos na área social, poderia ser da assistência?" (...) por dois anos que a gente tentou fazer essa reunião foi esvaziada, não teve esse comparecimento entre os próprios colegas secretários, e essa fragilidade meio que desmotiva não é. Não dá para a gente insistir nesse calendário duas três vezes, porque no meu entendimento é: o secretário não conseguiu realizar e deixou o prefeito ciente. Se fosse prioridade e tivesse esse olhar: "O que aconteceu?". Chamaria o secretario e diria: "o que aconteceu? Fulano está precisando, não dá conta sozinho, nenhum governo vai dar".

Os profissionais supracitados descrevem a defesa civil como um serviço extremamente dependente do interesse das gestões, ou seja, gestões menos comprometidas investem menos nas ações da área. Para o bombeiro militar, alguns municípios encaram a defesa civil como

um serviço pontual, que ele chama de "assistencialista", que atua exclusivamente com pequenas ações para sanar problemáticas específicas em momentos de crise.

Já P12FS2, assistente social, apresenta uma visão mais macro do problema, utiliza-se de recursos como a descrição vívida(POTTER, 1998), quando detalha as experiências pelas quais passou para construir seu argumento. Diferencia as ações realizadas por antigas gestões das que têm sido adotadas na atualidade. Defende com isso que os atuais governantes não investem como deveriam na defesa civil. A trabalhadora enfatiza, com seus exemplos, que a gestão de riscos no contexto das emergências e desastres não tem sido priorizada em seu município.

O posicionamento trazido pela profissional é também compartilhado por alguns usuários(as), como se observa no relato de entrevista abaixo:

> **Juliana:** Quando a senhora pensa no trabalho da defesa civil, a senhora acha que a defesa civil podia fazer alguma coisa pela comunidade, que não está fazendo nesse momento, como é que a senhora pensa nisso?
> **U8FS2:** Podia. Eu acho assim, que elas poderiam mais, antes de procurar mais a gente, está entendendo? Procurar saber como que a gente está, se a gente está precisando de alguma coisa, é como eu estou dizendo, na gestão do outro prefeito a gente era mais atendido pela defesa civil, porque elas sempre estavam procurando a gente, sempre estavam (...)

A usuária, corroborando o discurso da assistente social, também posiciona a defesa civil como um órgão bastante dependente dos interesses políticos, fator que faz com que as propostas de ação e intervenção mudem bastante a cada gestão. Esse tema também foi trazido durante a entrevista de P15MS5 - Bombeiro Militar - que foi apresentada no capítulo 2, quando discutimos a fragilidade do SINPDEC diante das questões político-partidárias, principalmente nas cidades do interior do estado de Pernambuco.

Em consonância com os discursos de P12FS2 e P5MS5, outros profissionais posicionam o Estado como aquele que não investe em medidas preventivas efetivas, ou seja, por mais que exista um discurso público que trate da prevenção por parte do SINPDEC, as medidas adotadas pelo sistema não são consideradas efetivas para a mitigação dos riscos:

> **Juliana:** O que está faltando para realmente se investir mais em prevenção?
> **P16MS5 - Bombeiro Militar: (...)** Hoje mesmo nós recebemos o pessoal da GICA que é uma empresa, uma organização não governamental no Japão que trabalha a questão da gestão do risco do mundo todo e eles são vanguarda, essa questão da defesa civil. Justamente por causa da questão da prevenção, ela tem um simulado nacional, ou seja, um país para participar de um simulado (...) (...) lógico que eles têm a capacidade de estruturar muito grande, mas eles não deixam a questão da informação à população de mão, eu acho que essa questão da informação, para mim, eu acho que ela é prioritária e deveria ser uma coisa assim que se deveria investir grandemente e que a importância que a gente dá ao desastre propriamente dito, a gente deveria darà prevenção e à informação às pessoas,(...)

> **P19MS2 - Técnico em Edificações:** O ponto baixo é realmente a gente não ter muita, vislumbrar uma mudança, né? A gente, "olha eu tô fazendo esse trabalho, mas eu sei que daqui um tempo isso tudo vai mudar, e essas pessoas não vão estar mais em situação de risco, e não vais ser mais assim". uma certa frustração em saber que a gente tá meio que ali, é um trabalho que não pode parar, é um trabalho que a gente tá salvando vidas, mas que a gente sabe que aquela população tá comprometida há um bom tempo naquela situação, isso deixa a gente um pouco triste nessa situação, de não conseguir ser eficaz nesse aspecto.
>
> **Juliana:**Mas se eu te perguntasse porque essas pessoas hoje vivem no risco, você acha que é muito disso, de não ter...
> **P9MS1 - Engenheiro Civil:** Muito, não existem os, a sociedade brasileira, não vou colocar a culpa só no governante todos, todo brasileiro, ela não tem uma cultura de resolver, é só de, talvez de marketing, de tentar é, tentar só maquiar o pequeno problema, não resolveu completamente, isso que acontece com o Brasil, só você ver a quantidade, a estatística que há de pessoas morando em áreas de risco, morro, quer dizer, não houve uma política séria e deixou ao mesmo tempo, não falo a sociedade brasileira.

Discursivamente as gestões são apresentadas por nossos entrevistados como aquelas que não investem em medidas preventivas. P16MS5, mesmo afirmando que não pode comparar o caso brasileiro ao Japão, país conhecido por investir bastante em prevenção, expressa que muito mais poderia ser feito no contexto brasileiro, principalmente no que compete ao investimento em medidas que objetivem evitar as situações de crise.

P19MS2 utiliza-se do discurso direto para expressar sua insatisfação com a falta de ações que promovam mudanças efetivas no contexto da gestão de riscos e desastres. Para o técnico em edificações, as medidas realizadas pela defesa civil salvam vidas, mas não conseguem mudar o cenário da produção de riscos para o grupo populacional que se propõem a atender. Para P9MS1, a pouco resolutividade da instituição faz parte de um processo cultural que está muito mais preocupado com "marketing" ou "maquiar" os problemas. O discurso desse último profissional remete a fala do usuário P4MS1 debatida no capítulo 7, quando esse último pontua que a defesa civil tem priorizado o números de casos atendidos em detrimento da qualidade das propostas oferecidas aos seus usuários(as).

Ao discutir os conflitos políticos que envolvem as ações humanitárias no contexto da gestão de emergências e desastres, Beristain (2015) pontua que dentro da tomada de responsabilidades, que se configura pela troca de acusações entre os gestores e poucas admissões de responsabilidade, os desastres não devem ser compreendidos como fenômenos confusos, e sim como questões complexas, que devem ser analisados a partir de suas vastas conjunturas. Para o autor, cada vez mais se tem desenvolvido a compreensão de que as ações em defesa civil devem focar elementos preventivos, não devendo estar restrita unicamente aos

eventos traumáticos, principalmente nas comunidades em que as condições de vulnerabilidade se repetem e os eventos adversos podem ser considerados como cíclicos.

Os discursos referentes à insatisfação com relação às medidas do poder público continuam quando observamos trechos da entrevista de P6MS1 - Engenheiro civil- e identificamos a afirmativa de que o poder público está totalmente ausente em determinados territórios:

> **P6MS1 - Engenheiro Civil:** Então, é... a ausência de prestação de serviço público, e, principalmente, tomo como, exemplo, A. R.[42] que é uma invasão e C. P..A ausência total do poder público neste local, mas tem umas cinco mil famílias, todas em imóveis precários demais e crescendo mais, e todo dia, você passa e aí tá aumentando, aumentando. E é responsabilidade da defesa civil. E quando tem um sinistro, que tem um óbito, a mídia vem dizer que foi irresponsabilidade do técnico, do analista, da defesa civil, em si, e não vê o contexto que é a ausência, realmente, de controle urbano, é a ausência de estrutura urbana, é ausência da área social, não da defesa civil, mas da área social como um todo pra ver assistencialismo. Por que esse povo tá morado lá? O problema do planejamento urbano, que talvez, quem tá sentando lá no planejamento, que eu já fui de lá, é... não conseguiu enxergar que existe C. P., que existe é.... A. R.. Que é lá pros lados da G.a que é uma invasão, que é dentro de uma invasão. Se a gente for lá, todos os dias, todos os dias, você vai ver alguém construindo uma casa ali, numa rua de risco. Então, esse casamento, essa falta de integração, de visão, integrada, serviço público com a... a... a defesa civil, que na verdade, a defesa civil, não é pra fazer serviço público, a defesa civil, tem um outro papel, mas é... é... essa falta de integração, de... isso, que talvez faça com que o I. cresce, faça com que os... os problemas, eles crescem de uma forma... bem.
>
> **P12FS2 - Assistente Social:** Pra gente fica uma lacuna muito grande o fato de, hoje, o município não ter nenhuma secretaria que efetivamente responda pela política habitacional. Porque tendo uma secretaria, ainda que fosse executiva, uma coordenadoria como a gente aqui da mulher, tributos, funciona como uma coordenadoria, um organismo menor, ainda que fosse nesse formato, mas seria a referência para a captação de recursos e aí, até pra...(...).

A ausência do Estado pode ser observada na entrevista anterior como a sua ausência física nas ditas comunidades em risco, mas também como uma presença que de fato não mitiga o risco. A defesa civil está presente, mas não realiza o trabalho que deveria fazer, existe uma ausência dos órgãos de assistência social, que também não cumprem seu papel. O engenheiro constrói seu argumento com bastante riqueza de detalhes, para fortalecer seu discurso utiliza-se do recurso ao *direito categorial* (POTTER,1998), quando afirma que já trabalhou com planejamento urbano, está se colocando como pertencente a uma categoria específica, que detém um conhecimento diferenciado sobre o tema em debate. Desse modo, o profissional se apropria do direito de afirmar que não existem ações pensadas para o planejamento habitacional de quem vive nas áreas de morros, em especial para as localidades

[42] Os bairros citados ao longo das entrevistas foram indicados apenas por suas iniciais com intuito de preservar a identidade das pessoas envolvidas.

por ele citadas. Tal problemática, associada à pouca efetividade dos demais órgãos que deveriam atuar nas comunidades afetadas promove uma sobrecarga de trabalho para a defesa civil, que também não consegue realizar adequadamente suas atribuições.

Nesse contexto, dos elementos que dificultam as ações em defesa civil, a problemática de falta de articulação entre as diversas políticas públicas foi uma temática abordada no capítulo anterior e que novamente aparece no texto, agora trazida pelos profissionais, como forma de posicionar a ausência/presença do Estado nos setores de risco. Esses discursos descrevem a defesa civil como um órgão que vem atuando sozinho ou pouco acompanhado de outras políticas públicas nas comunidades. É uma unanimidade entre os(as) entrevistados(as) que um dos principais desafios da defesa civil é estar mais próximo das políticas habitacionais. Em alguns municípios, como o de P12FS2, não existe ao menos uma secretaria específica para as questões relativas à temática. Beristain (2015) destaca a importância do sistema de redes para as ações na gestão de emergências e desastres. Para o autor, mesmo que as redes informais sejam fundamentais para o processo de recuperação de comunidades afetadas por sinistros, elas não podem ser, de forma alguma, os únicos recursos para as pessoas vitimadas. As redes de assistência formais, com profissionais preparados para atuar nessas situações, são fundamentais para o trabalho no contexto em tela.

9.3 OS(AS) PROFISSIONAIS DA DEFESA CIVIL E OS POSICIONAMENTOS REFLEXIVOS

Para finalizarmos o presente capítulo, discutiremos alguns posicionamentos reflexivos **(**BRONWYN DAVIESE ROM HARRÉ, 2001) realizados pelos(as) profissionais participantes. Tais discursos foram trazidos ao debate a partir das seguintes questões: "Com quais profissionais você trabalha diariamente e como são tomadas as decisões? ”;“Você sente falta de alguma especialidade profissional que poderia ajudar no trabalho que você vem desenvolvendo?". Apesar de utilizarmos esses disparadores temáticos, observamos que esses posicionamentos estiveram presentes ao longo de todas as entrevistas realizadas, principalmente quando os(as) trabalhadoras descreveram o processo de análise de risco feito por suas instituições.

Os primeiros debates sobre o modo como os(as) profissionais da defesa civil posicionam a eles(as) mesmos(as) no contexto estudado já foram trazidos no capítulo 6, ao apresentarmos alguns traços dos perfis de nossos(as) participantes. Por exemplo, quando

discutimos sobre a precariedade das condições de trabalho na defesa civil, debatemos que, discursivamente, os profissionais estão todo o tempo posicionando-se como aqueles que dão o melhor de si apesar das dificuldades, ou exaltando que o ponto mais positivo da defesa civil é a vontade de trabalhar de suas equipes.

Um das consequências da problemática acima levantada aparece na entrevista de P2FS1- Assistente Social, que posiciona os(as) trabalhadores(as) da defesa civil como assoberbados por pequenas tarefas de uma exaustiva rotina de trabalho e, por isso, não conseguem desenvolver análises mais amplas sobre as problemáticas de seu campo de atuação:

> **Juliana:** Se a gente fosse pensar assim, dentro disso que você está falando de uma forma mais ampla, nos pontos fracos e fortes da Defesa Civil, o que é que você traria?
> **P2FS1 - Assistente Social:** Acho que ter uma equipe concursada é um ponto forte, né? A gente, de alguma forma, eu acho que o compromisso e o comprometimento em representar de alguma forma as pessoas pra quem a gente trabalha, porque a gente trabalha pra comunidade, pros cidadãos pra que a gente atende, eu acho que ele é possível a gente fazer isso de uma forma sem medo de perder o emprego, vamos dizer assim. E acho que é um ponto forte ter uma equipe concursada, pra mim o ponto fraco, essa terceirização é ponto fraco, pra mim, ponto fraco, acho que a gente não ter uma dotação orçamentária que seja específica para Defesa Civil, isso é um ponto muuuuito fraco mesmo, acho que a gente precisaria em ter um orçamento próprio, ter uma equipe escrevendo, fazendo projeto, e a gente tem profissionais que têm experiência nisso, né? Em elaborar projetos, buscar alternativas de recurso e acho que a gente se fecha um pouco no, nessa dinâmica do dia a dia, né? Nesse miudinho que é necessário, a gente precisava, enquanto Defesa Civil, ter uma visão mais ampla, sabe?De que o trabalho da gente, ele, apesar de ser muito importante esse miudinho, mas ele depende de políticas estruturais. Então, por mais que eu vá e indique que é necessário a lona, é necessário o morador sair, daqui a pouco toda a comunidade vai precisar sair se não for feita uma obra estrutural, se não for feito investimento, não é sério, né? Então eu acho que a gente talvez peque nisso, sabe? Se perca no miúdo e não tem essa visão mais macro de ter uma equipe pra pensar nessas proposições de uma forma, claro que eu sei que isso depende, né? Depende de vontade política, depende de uma série de outras coisas, mas eu acho que ter uma equipe para propor, isso é muito é interessante.

A partir do recorte de entrevista em destaque, observamos que a profissional enumera uma série de problemáticas de seu campo de trabalho; faltam concursados, os terceirizados enfraquecem a categoria ao passo que são oprimidos e ameaçados de perder seus empregos e inexistem recursos financeiros para realização das atividades. Esses elementos são trazidos aqui para sinalizar e justificar a ausência de leituras mais amplas sobre as problemáticas enfrentadas pela defesa civil, iniciativas que proponham mudanças no campo de trabalho. Finaliza o argumento pontuando que tal prerrogativa dependede vontade política, ou seja, à medida que reconhece as limitações existentes em seu processo de trabalho, posiciona-se de

modo passivo ao afirmar que as mudanças necessárias não dependem dos(as) profissionais, mas de vontade política. A possibilidade de mudança está no outro.

Conforme também discutido nos capítulos anteriores, a defesa civil é um campo multiprofissional de atuação, estruturalmente desenvolvido em torno da retórica dos saberes peritos (GIDDENS, 1991) e no qual se observam vários tensionamentos sobre as vontades de verdade ali apresentadas. Entender como as múltiplas especialidades interagem no campo, assim como a forma como suas presenças e ausências são percebidas dentro das equipes, foi um dos caminhos por nós escolhidos para problematizar os efeitos que os discursos sobre risco exercem sobre os profissionais que atuam junto ao SINPDEC.

Entre as profissões citadas pelos(as) entrevistados(as) como importantes para compor as equipes de trabalho, temos Psicologia, Geologia, Pedagogia, especialistas em Meio Ambiente, Advocacia e Engenharia Elétrica. Advogados e técnicos em meio ambiente não foram encontrados em nenhum dos serviços pesquisados; psicólogos(as) e geólogos(as) foram identificados em apenas um desses serviços. Estes últimos foram os especialistas considerados pelo maior número de entrevistados como necessários para o trabalho com defesa civil.

O psicólogo foi o mais citado pelos(as) profissionais, contudo, conforme discutido no capítulo 6, são discursivamente descritos como aqueles que devem estar presente nos momentos da crise, para convencer o outro: "psicólogo, até para a questão assim do convencimento a sair da área de risco(...)(P14FS5 - Assistente Social); ou mesmo para dar suporte nos momentos de tristeza, “ó, chama a psicóloga ai ou alguma pessoa porque ela está muito nervosa”(P11FS1 - Assistente Social).

As demais especialidades também são convocadas para dar conta de questões especificas, sendo citadas uma única vez cada, por entrevistados(as) diferentes ao longo do estudo. Como por exemplo, o advogado seria importante para auxiliar na fundamentação jurídica de relatórios considerados mais complicados; pedagogosauxiliariam nas ações de cunho informativo. Pontua-se ainda que um único pedagogo foi encontrado entre os serviços pesquisados, e este exerce a função de técnico social, realizando trabalhos similares ao de assistentes sociais consultados(as) para pesquisa.

Algumas das pessoas entrevistadas chegam a afirmar que não sentem falta de nenhuma outra especialidade além daquelas que já fazem parte das equipes nas quais trabalham. Acreditamos que esse tipo de posicionamento pode estar associado a alguns tipos de definições de risco encontradas no contexto pesquisado, principalmente aquelas que o definem sob o prisma das ciências exatas.

Ao passo que se observa que no campo pesquisado os saberes sobre o risco, conforme discutido no capítulo 7, são ora disputados pelos(as) representantes das ditas ciências exatas e ora por aqueles(as) que fazem leituras mais socioculturais do fenômeno, alguns/algumas profissionais também se colocam como os(as) mais necessários(as), ou mesmo os(as) únicos(as) que podem fazer leituras sobre o tema:

> **Entrevistadora:** E se eu fosse perguntar assim, tem relação até com isso que você disse, mas os pontos fortes e fracos de ser uma assistente social na defesa civil?
> **P1FS1 - Assistente Social:** Ah meu Deus! Há, há, há. (risos) pontos fortes primeiro. A gente tem um campo muito vasto de trabalho pro serviço social aqui dentro! Porque a gente trabalha com todas as políticas aqui dentro, a gente tem o sistema, como eu já te disse, então a gente tem um campo muito vasto porque a gente atende a questão habitacional, a gente atende as atribuições do assistente social dentro da defesa civil, a gente tem que trabalhar com a saúde, então a gente tem que trabalhar com assistência social, a gente trabalha com educação, então pra um assistente social aqui, é um campo muito vasto, e eu acho que a gente ainda tá construindo a prática do serviço social aqui dentro, porque quando a gente entrou, tanto o serviço quanto a psicologia, quando a gente entrou, a gente meio que foi acompanhando a engenharia, porque a gente ia pra vistoria, fazia vistoria, mas sempre o olhar do engenheiro se sobressaía, sempre era o engenheiro que dizia: "Não, é bem assim." Então a gente foi construindo as coisas aqui dentro, tanto é que a gente conseguiu construir um protocolo das ações do serviço social aqui dentro da defesa civil, o que é que a gente pode ajudar, e o que é que a gente pode se colocar, e a gente viu que o assistente social trabalha em todas as funções da defesa civil, a gente trabalha no monitoramento, a gente trabalha na vistoria, a gente faz a visita domiciliar, a gente faz a ação porta a porta, que é a ação de comunicação de risco de desastre, e a gente ainda faz os trabalhos de, de, de...divulgação, não é divulgação a palavra, a gente faz uns trabalhos de comunicação com os outros órgãos também, a gente, porque a gente trabalha, tem que trabalhar o equipamento social que a gente tem nas mãos. E aí esse trabalho também é voltado pro serviço social. Então, eu sinto que a parte da prevenção é muito serviço social, é muito trabalho de serviço social. Que pra mim é a principal parte aqui dentro, a prevenção e minimização de desastre. Então serviço social tem um campo muito vasto aqui dentro. É muito grande.
>
> **P7FS1- Engenheira Civil:** mas eu acho que eu sinto falta dessa parte, falando como engenheira que é quem mais avalia o risco, né?Porque o risco tá mais na engenharia mesmo, né?Da construção da edificação, propriamente dita, a não ser quando é, como eu falei , quando tem a questão geológica, algumas vezes não depende só da própria construção, mas do próprio tipo de solo e tudo e também por outros fatores do meio ambiente também. Mas eu acho que é isso que eu sinto falta na Defesa Civil.
>
> **Entrevistadora:** E se você for pensar nos pontos fortes e fracos de ser assistente social de Defesa Civil?
> **P2FS1 - Assistente Social:** (...)então, eles pagam muito mal, acho que ainda na Defesa Civil agente vive ondas na Defesa Civil, e agente tá vivendo um momento onde a gente precisa chegar mais junto da equipe de engenharia, dizer pra eles que nós também somos profissionais que...importante na Defesa Civil, eu acho até que eles sabem, mas talvez eles tenham esquecido um pouco, mas precisa rememorar, né?

Os três recortes de entrevistas apresentam a defesa civil como um território de disputas. À proporção que explicam seu fazer, suas práticas e sua inserção na profissão, os(as) especialistas revelam o cenário de suas divergências. P7FS1 afirma diretamente que a análise

do risco deve ser feita por engenheiros(as), estes(as) podem ser assessorados(as) por geólogos(as) - outra profissão também das ditas ciências exatas -, sendo que em casos bem específicos como na análise de solos. No discurso da profissional, as outras esferas de saberes não são nem mesmo mencionadas na composição dos analistas dos riscos.

As assistentes sociais, por sua vez, deixam mais explícitos os conflitos existentes entre os especialistas, descrevem sua história na defesa civil como permeada pela necessidade de se firmarem como necessárias, como importantes. P1FS1 descreve seu trabalho com riqueza de detalhes, dá exemplos, constrói seu discurso sobre as inúmeras atribuições do(as) assistentes sociais no âmbito da defesa civil. Pontua ainda que sua especialidade é a responsável pelo trabalho mais importante dentro da instituição, a prevenção.

Observamos que os tensionamentos entre os especialistas ficaram mais evidentes no serviço 1, como foi observado a partir dos recortes de entrevistas selecionados. Não podemos, no entanto, afirmar que tais posicionamentos não existem em outras instituições, talvez sejam, por exemplo, diluídos dentro da própria estrutura organizacional das unidades. Conforme explicitamos anteriormente, chegamos a encontrar serviços que não contavam com profissionais das ciências humanas e sociais, ou o tinham em número reduzido, quando comparado aos das ciências exatas.

Valencio (2014b) afirma que modificações nos paradigmas que instituem as atuais práticas em defesa civil, exigem, para além de apontar suas insuficiências, propor novas bases conceituais e teóricas para pautar sua lógica de trabalho, as políticas e os programas institucionais. Tais transformações não seriam possíveis sem significativas mudanças nos atores que dominam os campos científicos sobre o tema. As dificuldades e limitações, apontadas até aqui, indicam alguns caminhos. Porém, é preciso avançar ainda mais, propor novos percursos, questionar não apenas a credibilidade das teorias existentes e das práticas que as legitimam, mas dar visibilidade aos jogos de poder que emergem desse contexto.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como proposta centralcompreender a circulação dos múltipos discursos sobre o risco presentes no contexto do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e seus efeitos para os(as) usuários(as) e profissionais do referido sistema.

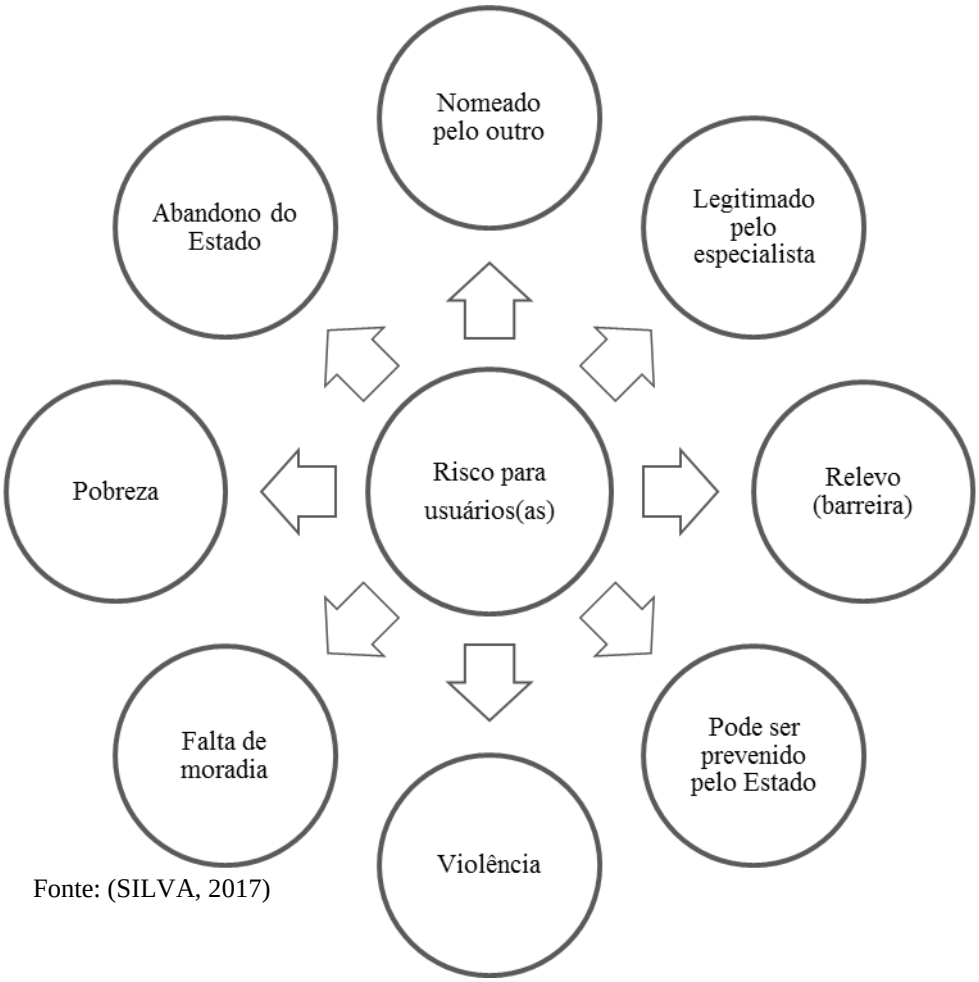
Para isso alguns caminhos foram trilhados, o primeiro passo foi caracterizar as pessoas que circulam nos territórios classificados como estando em risco pela defesa civil. Com relação aos usuários(as), observamos que em sua maioria são do sexo feminino, pobres e com histórias de vida marcadas pela luta por sobrevivência e busca por moradia. Essas pessoas estão abaixo dos índices de desenvolvimento humano do estado de Pernambuco; apresentam uma renda abaixo da média; frequentaram a escola por menos tempo que a média; raramente trabalham com carteira assinada;e obtêm seu sustento através do trabalho informal e subsídios de programas sociais. As informações encontradas são corroboradas pelo índice Gini pernambucano -0,553 - e, em particular, do Recife - 0,68 -,considerada pela 25ª vez como a capital mais desigual do Brasil[43]. Nossos dados demonstram que a grande parcela das pessoas atendidas pela defesa civil estáàs margens dos direitos sociais mais básicos. Desse modo, por mais que as políticas públicas do SINPDEC sejam feitas para todos, não podemos negar sua função de governamentalização da vida das pessoas pobres. Estas, devido ao processo de capitalização dos espaços urbanos, tendem a ocupar os territórios indesejáveis, sem uma infraestrutura que garanta condições mínimas de segurança e habitabilidade.

O segundo grupo de atores identificados nos territórios em risco são os profissionais que trabalham na defesa civil, nesse grupo observamos uma grande multiplicidade de especialidades nos distintos serviços pesquisados, com uma peculiar característica: em todas as instituições foi identificada a presença de militares e em apenas uma das instituições encontramos profissionais de Psicologia. Observamos ainda que os especialistas em defesa civil caracterizam as atividades na instituição como pertencentes à esfera do sacrifício; atua-se em locais precários, sem o instrumental julgado como necessário, com remunerações abaixo das expectativas. Segundo os participantes, o ponto forte da instituição seria "a vontade dos analistas de poder trabalhar" (P10MS1 - Geólogo) diante das precárias condições em que as ações são realizadas.

[43] A comparação entre os índices Gini das capitais foi realizada pela equipe do Jornal Diário de Pernambuco e está disponível em: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/ Acesso em 19 out. 2016.

Após caracterizar profissionais e usuários(as), identificamos os principais discursos sobre risco que circulam no contexto do SINPDEC. Inicialmente trabalhamos com as nomeações trazidos pelos usuários, que estão sinteticamente apresentados na figura abaixo:

Figura 8: Diagrama com principais nomeações de risco para os(as) usuários(as)



Fonte: (SILVA, 2017)

Como é possível observar na figura 8, os usuários não possuem uma compreensão unilateral dos riscos. Por mais que o discurso institucional - largamente divulgado pela defesa civil, de que o risco advém de elementos da natureza, como relevo e clima - esteja presente, essas visões concorrem com posicionamentos mais críticos que denunciam a violência, o abandono, a pobreza e a falta de moradia como questões também produtoras de riscos.

Entre as diversas experiências relatadas por nossos(as) entrevistados(as), destacamos, ainda, o risco como uma experiência que é nomeada pelo outro. O convívio com as barreiras, alagamentos, edificações precárias sempre esteve presente, como relatou U4MS1, porém,

esses elementos só foram denominados como risco a partir do contato com os discursos da defesa civil.

A figura 9 foi elaborada com objetivo de sintetizar os discursos sobre risco produzidos pelos(as) profissionais. Observamos que embora essas pessoas representem o Estado, nem sempre reproduzem o discurso oficial.

Figura 9 - Diagrama com principais nomeações de risco para os(as) profissionais

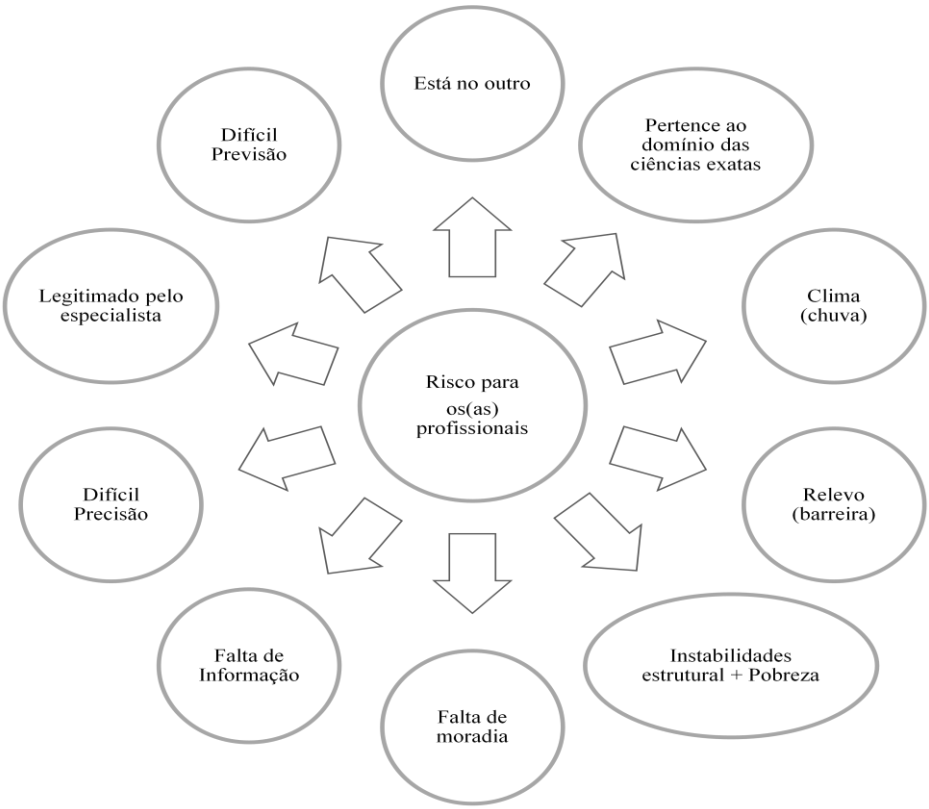


Figura 9

Fonte: (SILVA, 2017)

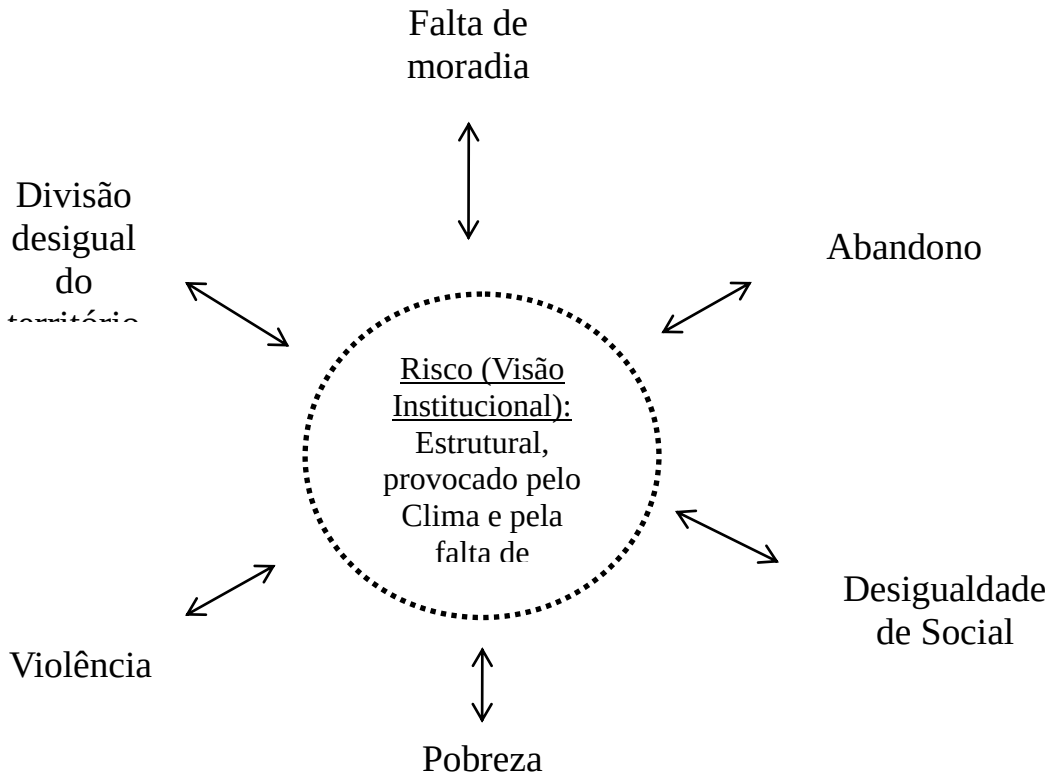
O discurso oficial da instituição - associar o risco aos fenômenos da natureza - é forte entre os(as) especialistas, concorre, contudo, com visões mais críticas por parte dos profissionais que apontam para questões sociais. Alertamos, entretanto, que o mero reconhecimento da situação de pobreza e exclusão, na qual vivem os usuários da defesa civil, tem servido também para compor a danosa associação entre pobreza e falta de informação. Exemplos dessa situação podem ser identificados quando o viver nas áreas de risco é relacionado à falta de conhecimento, ou se denomina que as principais ações preventivas a serem realizadas são as ações informativas. A força do macrodiscurso institucional é tão

intensa que se observa sua reprodução nos microdiscursos, até mesmo, de pessoas mais críticas, como P1FS1 - assistente social, quando, por exemplo, a especialista legitima em seus discurso que a pobreza só interessa à defesa civil quando está associada ao risco estrutural.

Ressaltamos ainda que os(as) participantes não negam a possibilidade de redução dos riscos enfrentados pela defesa civil, apontando para a possibilidade de previsão e controle dos mesmos. Como responsáveis por esse processo, os profissionais apontam o Estado e os(a) moradores(as) das ditas áreas de risco.

Nesse sentido, observamos que o discurso oficial sobre o risco no SINPDEC, que o associa aos fenômenos da natureza e a falta de informação dos(as) usuários(as), coabita com diversas outras concepções no contexto das emergências e desastres. Estas últimas tensionam o primeiro, que mostra sua fragilidade ao passo que as ações propostas pelo sistema se apresentam ineficazes ao longo dos territórios marcados pela desigualdade. Tentamos reproduzir essa ideia a partir da figura 10:

Figura 10: Diagrama dos tensionamentos entre as diversas nomeações para risco



Fonte: (SILVA, 2017)

As setas da figura 10, direcionadas ao discurso oficial de risco utilizado pelo SINPDEC, representam o tensionamento dessa ideia por diversas outras, identificados ao longo do presente estudo, mostram que o discurso institucional não se sustenta, está fragmentado, não corresponde aos riscos efetivos vividos nas periferias das grandes cidades. Essas setas indicam ainda que esse discurso central influencia as problemáticas apontadas, busca invizibilizá-las, redimensionar sua importância. Na guerra dos lugares (Rolnik, 2015), as ameaças multiplicam-se em alta velocidade, na lógica de uma cidade que reproduz o capital (CARLOS et al., 2015), as áreas de morros, encostas e planícies alagáveis denunciam índices de desigualdades alarmantes, demonstrando as fragilidades do Estado para gerir a vida, ou mesmo sua eficácia em deixar a morte acontecer (FOUCAULT, 2010).

Os processos de governamentalização (FOUCAULT, 2008) identificados no SINPDEC, confirmam nossas ideias iniciais de que a instituição funciona como parte de um dispositivo de segurança que promove a lógica do Racismo de Estado (FOUCAULT, 2010), selecionando quais vidas merecem ser vividas e quais devem ser relegadas à morte, não apenas à morte simbólica, enquanto cidadãos e cidadãs de direito, mas no caso das emergências e desastres, também à morte física.

A ineficácia das ações propostas é, a todo momento, relatada pelos profissionais, como nos discursos de P19MS2 - técnico em edificações e de P7FS1- Engenheira Civil, que descrevem detalhadamente uma problemática que não é efetivamente enfrentada pelo Estado. Nas áreas de morros da Região Metropolitana do Recife (RMR), os riscos se multiplicam sob o olhar daqueles que deveriam mitigá-los.

Nesse sentido, nossa pesquisa identificou processos de rupturas quando profissionais e usuários, de algum modo, negam o discurso oficial, apontam sua ineficácia, sua incapacidade para lidar com questões muito mais amplas e complexas. Os discursos dessas pessoas promovem uma torção no discurso oficial, denunciam a ausência do Estado na assistência às pessoas pobres, como exemplificam U4MS1 e P6MS1 - Engenheiro civil, apontando para uma presença que não se efetiva em mudança.

Observa-se, no contexto analisado, que as narrativas sobre risco são mantidas por negociações, pelosmicrodiscursos que são construídos e interagem com os macrodiscursos instituídos, que performam um cenário polissêmico de disputas sobre quem detém os saberes e as verdades sobre o risco.

A visão reducionista incutida no discurso oficial de risco, apresentado pelo SINPDEC, promove uma série de efeitos sobre as pessoas que fazem uso desse sistema. Os discursos dos(as) beneficiários(as) apontam que acessar o sistema não assegura a mudança efetiva de

sua condição habitacional, essa situação gera uma falta de credibilidade por parte das ações promovidas pelo Estado. Ser usuário(a) das políticas públicas de proteção e defesa civil, garante uma inclusão que também é excludente. Pois os riscos são nomeados, mas, na maioria dos casos, o gerenciamento dessas questões é delegado aos próprios moradores. A defesa civil acessa essas pessoas, identifica algumas das ameaças que as cercam, mas efetivamente não promove ações de inclusão. Esse movimento caracteriza um processo de estar ligado ao Estado e, ao mesmo tempo, ser posto à margem por ele (CARVALHO ,2001). Os(as) beneficiários(as), em muitos casos, são culpabilizados pela produção dos riscos: quando não capinam a vegetação, não podam as árvores, constroem próximo a rios e encostas, ou não se mudam para casa de parentes nos períodos chuvosos.

Estar incluído em um processo que também é de exclusão foi o cenário que encontramos em nossa pesquisa. Observa-se isso, também, quando a assistência fornecida pelo SINPDEC não garante o acesso às demais políticas existentes no município. Dito de outra forma, quando o risco não é trabalhado em suas múltiplas dimensões, os demais atores que poderiam auxiliar em sua mitigação não são devidamente acionados.

A visão limitada dos riscos promove, ainda, uma espécie de fragmentação da figura do Estado, que ocorre quando profissionais específicos são compreendidos como referências de apoio, como ilustra U8FS2, mas o Estado em si não representa essa ideia. As pessoas que ajudam, que prometem que farão "tudo o que delas depender" (U7FS2) acabam não tendo sua visão associada à imagem do Estado, que por sua vez, é discursivamente apresentado como aquele que não promove ações efetivas para mitigar o risco. Conjecturamos que esse fator influencie oenfraquecimento dos processos mobilizatórios identificados durante as entrevistas, pois uma ação contra o Estado poderia, de algum modo, afetar os profissionais que promoveram suporte diante de uma situação de total abandono.

Outro efeito que chama nossa atenção, diz respeito ao fato de que as vozes dos(as) usuários(as) não aparecem nos processos institucionais de gestão dos riscos. Nenhum dos documentos identificados ou profissionais entrevistados(as) refere considerar a opinião das pessoas atendidas. Mesmo em instâncias que têm como proposta oficial a participação popular, essas pessoas são silenciadas, como pode ser observado no exemplo trazido por U4MS1 no capítulo oito, quando o usuário descreve sua experiência com um programa municipal em que a população escolhe coletivamente onde investir recursos públicos e no qual, segundo ele, apenas obras de interesse da prefeitura são aprovadas.

Ressaltamos que mesmo que essas pessoas não sejam consideradas nos processos oficiais de gerenciamento dos riscos, são elas que vêm administrando essas questões durante

anos e, em muitos casos, mesmo após a oficialização do risco por parte da defesa civil, continuam a fazê-lo. Nesse sentido, tais processos de silenciamento não podem deixar de ser considerados atos de violência, de negação do outro.

O auxílio-moradia, uma das poucas medidas para redução dos riscos e reconstrução pós-acidente utilizadas pela defesa civil em alguns dos serviços acessados, mostrou inúmeras fragilidades. Na maioria dos casos, o benefício demonstrou ser apenas uma medida para reendereçamento dos riscos, pois os valores fornecidos, dada a realidade socioeconômica das famílias pesquisadas e o elevado custo dos aluguéis na RMR, não garantem a saída dessas pessoas das áreas de risco. O subsídio foi discursivamente apresentado por nossos(as) entrevistados(as) como um símbolo da espera sem previsão pela casa própria.

Nesse sentido, reivindicar e criar estratégias próprias para o gerenciamento dos riscos apresentaram-se como as resistências possíveis diante do desgoverno no qual vivem os moradores das áreas de morros e planícies alagáveis da RMR. Resistir significa não aceitar de imediato o mínimo que lhe foi ofertado, como no caso de U2FS1; ou subverter a lógica do auxílio e utilizá-lo para reconstruir o imóvel destruído durante um sinistro, como o fez U3FS1. Resistir também se apresentou como ato coletivo, como U15FS2 e seus vizinhos que, a despeito das pressões governamentais para que deixassem a comunidade cujo terreno passou a interessar a uma empresa, não desistiram, alugaram novamente imóveis na mesma rua da desapropriação e construíram, por conta própria, o acesso que foi destruído por empresários. Durante a entrevista realizada com essa última beneficiária, que aconteceu no terraço de sua casa, várias pessoas da comunidade foram se aproximando, estimulando-a a contar sua história, estavam indignados(as) com a situação que vivenciaram; o encontro ganhou contornos de denúncia. Narrar, apresentou-se também como um ato de resistência.

Ressaltamos, ainda, que quando os(as) usuários(as) apontam para a responsabilidade que o governo tem sobre a mitigação do risco eles(as) estão resistindo à naturalização desse discurso. Desse modo, temos observado as resistências no contexto pesquisado, em consonância com Alvin (2012), como pontos e nós irregulares, que possuem distintas densidades e que podem ser observadas não apenas em grandes lutas, mas também se apresentar de modo mais transitório, fluido e precário. Circulam, assim como as relações de poder, também de forma pulverizada.

Observamos, ao longo da presente pesquisa, que os profissionais recorrentemente posicionam os(as) moradores(as) das áreas classificadas como estando em risco pela defesa civil como produtores de muitos dos riscos desses espaços;atribuem a essas pessoas a criação dos riscos por falta de informação, de condições materiais e da possibilidade de obtençãode

vantagens financeiras. Os riscos existentes nos bairros ricos das cidades não são citados pelos(as) trabalhadores(as) da defesa civil. Essa compreensão, longe de promover um olhar frente às inúmeras desigualdades sociais presentes nos territórios urbanos, parece estabelecer uma relação entre perigo e pobreza. Tal associação, conforme anteriormente discutido, tem sido promotora de ações verticais, autoritárias e de cunho higienista. Esses elementos nos subsidiam a afirmar que a gramática do risco é uma gramática política, que não é utilizada para qualquer situação ou para qualquer pessoa.

Um dos efeitos que mais nos chama atenção são os tensionamentos entre poder, saber e verdade, no contexto pesquisado. Dominar as verdades sobre o risco implica garantir que as suas perspectivas de gerenciamento prevaleçam. Nesse sentido, observa-se que oficialmente esse risco está contido no domínio das ditas ciências exatas, os discursos oficiais, os manuais, a própria legislação privilegia essa esfera do saber. Contudo, como delineamos ao longo da presente tese, esses discursos não se sustentam, sua fragilidade é demonstrada através da ineficácia das propostas de gerenciamento desenvolvidas pelo SINPDEC. Os próprios reprodutores dessa esfera do conhecimento, engenheiros e demais profissionais da área percebem a contradição da questão e chegam a criticar a ineficiência de políticas que se voltam unicamente para isso.

Alguns dos(as) representantes das ciências humanas e sociais, por sua vez, promovem tensionamentos nos vetores das relações de poder, reivindicam um espaço no palco dos gestores do risco e expõem as dificuldades de atuar num cenário dominado pelas ciências exatas. O risco é um terreno de disputas entre distintos saberes, nos locais em que se observa uma maior variabilidade de especialidades profissionais, também se identifica mais conflitos, mais questionamentos, mais tensionamentos. Duas coisas precisam ser destacadas nesse momento:ser um(a) profissional das ditas ciências humanas e sociais não garante, por si só, um posicionamento crítico, pois muitos desses especialistas também legitimaram, no contexto pesquisado, o discurso institucional;muitos dos profissionais das ciências exatas apresentaram visões críticas sobre o gerenciamento de riscos apresentado pelo SINPDEC.

Contudo, claramente interessa ao Estado que não exista variabilidade discursiva no gerenciamento dos riscos, pois essa situação facilita a visibilização das negligências dele para com os direitos básicos da população. Como forma de conduzir os jogos de poder a seu favor, o Estado restringe o acesso das ciências humanas e sociais às estruturas de gerenciamento dos riscos. Em algumas instituições, essas áreas de conhecimento, simplesmente, não fazem parte do corpo de profissionais. Psicólogos(as), por exemplo, só foram encontrados(as) em um dos serviços pesquisados.

Nesse sentido, acreditamos que a presente tese tem muito a contribuir para nosso campo de conhecimento, trazendo subsídios para a desnaturalização e complexificação dosdiscursos sobre risco no contexto do gerenciamento de emergências e desastres, assim como, convidando a Psicologia a deslocar suas leituras para além do olhar sobre os vitimados. Faz-se urgente, em nossa disciplina, refletir sobre os processos de subjetivação advindos da relação entre as pessoas e os contextos urbanos e, em particular, como essas questões são tocadas pela extrema pobreza e desigualdade social. A relação entre o SINPDEC e seus/suas usuários(as) tem possibilitado identificar os contextos da produção de subjetividades, marcados por discursos ambíguos sobre risco e por políticas públicas que promovem novas vulnerabilidades sociais em um cenário permeado pela precariedade e exclusão de direitos.

Durante nossa pesquisa identificamos um Sistema de Proteção e Defesa Civil que se apresenta como parte de um dispositivo de segurança dentro das estratégias de governamentalidade do Estado. Evidenciou-se uma lógica sofisticada e perversa que define o que é risco e, em nome da segurança, culpabiliza e exclui. Nesse sentido, nos questionamos se, de fato, as ações de Proteção e Defesa Civil buscam combater os "desastres naturais", ou se o gerenciamento do risco não poderia ser, na grande maioria dos casos, substituído pelo termo gerenciamento da ausência de políticas sociais? A defesa civil gerencia o risco em locais onde não há rede de esgotos, coleta de lixo, água encanada, onde a maioria das casas não é de tijolos, onde não há empregos, áreas de lazer. O gerenciamento do risco de desastres naturais no contexto pesquisado traduz-se no gerenciamento da pobreza.

Ao mesmo tempo que as políticas econômicas excluem as populações para as periferias pobres, o governo sinaliza os referidos espaços como espaços de risco, que precisam de cuidados e de profissionais especializados. Cria-se um olhar e uma linguagem referentes às vulnerabilidades, às quais estão expostos tais grupos de “risco”. Quando uma política de governo permite, ou mesmo favorece, a produção de bolsões de pobreza, quando o que diferencia uma área de risco de um local seguro é apenas uma obra pública, o Estado está definindo quem fará viver e quem deixará morrer.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo?**Outra Travessia**, Florianópolis, n.5, p.9-16, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743. Acesso: 25 jun. 2016.

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015. 428 p.

ALMEIDA, S. S.; PEREIRA, M. C. B. Do direito à moradia ao direito à cidade: o desafio da dignidade humana diante da urbanização corporativa. In: GEHLEN, V. R. F.; CHAVES, H. L. A.; BARBOSA, M. P. **Territórios em Risco.** Recife: UFPE, 2015. p. 357-376.

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. ALVAREZ, I. P. (org) **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015. p.65- 79.

ALVES, R. B., LACERDA, M. A. C., LEGAL, E. J. A Atuação do Psicólogo diante dos desastres naturais : uma revisão. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 17, n. 2, p. 307-315, 2012.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciênciasnaturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2002. 203 p.

ALVIM, D. M. Foucault e o primado das resistências. **Cadernos de Ética e Filosofia Política,** São Paulo, n.20, p.22-30, 2012.

ARRETCHE, M. A metade cheia ou a metade vazia do copo? In: OXFAN BRASIL. **Cada vez mais desiguais?** Centro de estudos da metrópole: Lemonde Diplomatique Brasil, 2016. p.4-5.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **RM - Recife**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/recife. Acesso em 03 jun. 2015.

AUSTIN, J. L. **Cómo Hacer Cosas con Palabras.** Edición electrónica. Disponível em: http://revistaliterariakatharsis.org/Como_hacer_cosas_con_palabras.pdf; Acesso em: 25 jan. 2009.

AZEVEDO NETO, J. A noção de autor em Barthes, Foucault e Agamben. **Floema** , Vitória da Conquista, n. 10, p. 153-164, 2014.

BACHARELANDA, M. S. **Danos imateriais relacionados às chuvas: culpabilizando a vítima.** maio. 2005. Disponível em: http://gvces.com.br/danos-imateriais-relacionados-as-chuvas-culpabilizando-a-vitima?locale=pt-br. Acesso 02 jun. 2015.

BARTHES, R . **Elementos de Semiologia.** São Paulo: Cultrix, 1964.

_____. **A aventura semiológica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BATISTA, V. M. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Epos,** Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?scrip =sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100006. Acesso 10 out. 2016.

BAUMAN, Z. **Medo Líquido.** (C. A. MEDEIROS, trad.). Rio de Janeito: ZAHAR, 2008. 239p.

BAYTIYEH, H. Developing effective earthquake risk reduction strategies: The potential role of academic institutions in Lebanon. **Prospects**, UNESCO IBE, V.45, P.245–258, 2015.

BECK, U .**Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade.** (2ª ed. S. Nascimento) São Paulo: Ed. 34, 2011. 384p.

_____.A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A. et al (org.) **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** (2ª ed. M. LOPES, trad.) São Paulo: Unesp, 2012.p.11-87.

BERISTAIN, C. M. Intervención Psicosocial en Situaciones críticas y de catástrofes. In: GONDIM, S. M. G. BICHARA, I. (org.). **A psicologia e os desafios do mundo contemporâneo: livro de conferência.** Salvador: EDUFBA, 2015. p. 239-265.

BERNARDES, A. G.; TABORDA, J. C. EscritaCom: Heterotopias**. Polis e Psiquê,** Porto Alegre, 2016; v.6, n. 1, p. 113 - 123.

BERNSTEIN, P. L. **Desafio aos Deuses: A Fascinante História do risco.** (15 ed. I. KORYLOWSKI). Rio Janeiro, Elsevier. 1997. 398p.

BERT, J-F. **Pensar com Michel Foucault.** (M. MARCIONILO, trad.) São Paulo: Parábola, 2013. 215p.

BILLIG. M.. **Ideology and opinions: Studies in Rhetorical Psychology**. London: Sage Publications,1991. 224p.

_____.**Argumentando e Pensando: Uma abordagem retórica a psicologia social.** (V. L. M. JOSCELUNE, trad.)Petrópolis: Vozes, 2008. 409p.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura.** Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 370 p.

BONEZI, Carlos Alberto; PEDRAÇA, Luci Leia de Oliveira. **A Nova Administração Pública:** reflexão sobre o papel do Servidor Público do Estado do Paraná. 2008. 42 f. Monografia (Pós-Graduação em Formulação e Gestão de Políticas Públicas) – U. E. L. – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2008.

BRAGA, R. Indicadores de sustentabilidade para avaliação de zonas especiais de interesse social (ZEIS) para implantação de habitação social na cidade de Piracicaba-S. **Caderno de Geografia,** Belo Horizonte, v.26, n.46,P. 464-485, 2016.

BRANDÃO, J. M., MAHFOUND, M., GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. A construção do conceito de resiliência em psicologia. **Paidéia,** Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 263-271, 2011.

BRASIL. Lei federal n. 3.742, de 4 de abril de 1960. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 1960. Disponível em:http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3742-4-abril-1960-354300-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso 16 jun. 2015.

_____. Decreto n. 97.274, de 16 de dezembro de 1988**.Diário Oficial da União.** Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d97274.htm Acesso 16 jun. 2015.

_____. A Lei federal n. 8.490, de 19 de novembro de 1992. **Diário Oficial da União.** Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm. Acesso 16 jun. 2015.

_____.Medida provisória nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999. **Diário Oficial da União.**Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1911-8.htm. Acesso 16 jun. 2015.

_____. Lei federal n·10.683, de 28 de maio de 2003. **Diário Oficial da União.** Disponível em**:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2007/Lei/L11497.htm#art1. Acesso 16 jun. 2015.

_____. Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**, seção 1. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7257-4-agosto-2010-607732-norma-pe.html. Acesso 16 jun. 2015.

_____. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.**Poder Executivo.Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>Acesso em 03 fev. 2015.

_____. (Ministério do Planejamento). **Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/ relatorio /d0d2a5b6f24df2fea75e7f5401c70e0d.pdf>. Acesso 04 jul. 2014.

CALIMAM, L. V.; TAVARES, G.M. O biopoder e a gestão dos riscos nas Sociedades Contemporâneas. **Psicologia: Ciência e Profissão,** Brasília, v.33, n. 4, 2013.

CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos,** São Leopoldo, v. 11, n.1, p. 33-43, 2010.

CASSIANO, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: O trabalho e a atenção em saúde mental. **Psicologia Ciência e Profissão,** Brasília, v. 26, n.4, p. 570-581, 2006.

CASTEL, R. **A Gestão dos Riscos:** Da antipsiquiatria à pós-psicanálise. (C. LUZ, trad.) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. 198p.

_____. From Dangerousness to Risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault Effect: Studies in Governamentality.** Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 281-298.

CASTRO, E. **El Vocalulário de Michel Foucault:** un rocorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: CLACSO. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9 _CastroGomez.pdf. Acesso 12 de mar. 2016.

CARDONA A., O. D. Evaluacíon de la amenaza, la vulnerabilidad y el riesgo. **Los Desastres no son Naturales.** Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, p. 45-65, 1993.

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. ALVAREZ, I. P. (org) **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015. p.165-208. 272p.

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. ALVAREZ, I. P. (org) **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015. p.165-208. p. 43-63.

CARVALHO, C. S.; GALVÃO, T. (org.) **Prevenção de riscos de deslizamentos em encostas:** Guia para elaboração de políticas municipais. Brasília: Ministério das Cidades;Cities Alliance, 2006 111 p.

CARVALHO, J. J. O Olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológico,** Porto Alegre, n,7, p. 107-147, 2001.

CAVALCATI, H. & AVELINO,E. Dimensão teórica da exclusão/inclusão e diferentes padrões de medidas intra-urbanas. Recife seus recortes naturais e inventados. In: CAVALCANTI, H.; LYRA, M. R. B.; AVELINO, E. (Org.). **Mosaico urbano do Recife: exclusão/inclusão socioambiental.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, p.16-53,2008.

CEPED. Centro de estudos e pesquisas em emergências e desastres em saúde.**Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991-2010:** Volume Pernambuco. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2011. 67p

CEPEDES/FIOCRUZ**.Centro de estudos e pesquisas em emergências e desastres em saúde.** O mundo hoje e os desastres. Disponível **em:**http://andromeda.ensp.fiocruz.br/ desastres/content/o-mundo-hoje-e-os-desastres . Acesso em 25 de março de 2013.

CEPED-UFSC. **Gestão de Riscos e de Desastres:Contribuições da Psicologia. Curso a distância** / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED. 2010. 156p.

CEPED/UFSC. **Capacitação Básica em Proteção e Defesa Civil.**5. ed. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2014. 157p.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº466 de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso 07 dez. 2014.

CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, A.P., CORREIA, B. S. C. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v.18.n.3, p.645-655, 2013.

COSTA, A.; MARGUTI, B. O. (Ed.) **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília : IPEA, 2015. 77 p.

CRESCÊNCIO, C. L. Revolta da Vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos. **Biblos,** Rio Grande, n. 22, v. 2, p.57-73, 2008.

DANTAS, C. M. B., OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e pobreza no Brasil: Produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade,** Belo Horizonte, v.22, n. 1, p. 104-111, 2010.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. "Positioning: the discursive production of selves". In: WETHERELL, TAYLOR AND YATES (org). **Jornal for the theory of social behavior.** London: sage, 2001. Disponível em: http://books.google.com.br. Acesso jun. 2009.

DELEUZE, G. **Foucault.** (C. S. A. MARTINS, trad.) São Paulo: Brasiliense, 2005. 143p.

DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens.** 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432p.

DIÓGENES, F. B. P. Racismo de Estado e Tanatopolítica: sobre o paradoxo do Nazismo em Michel Foucault e Giorgio Agamben. **Revista de filosofia moderna e contemporânea**, Brasília,n. 2, ano 1, p. 155-193, 2013.

DOUGLAS, M. **Risk and Blame:** Essays in Cultural Theory. London: Routledge, 1992. 323p.

_____. **La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales.** (V. A. Martínez. trad.) Barcelona: Paidós, 1996.173p.

DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault:** Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. (2. ed. V. PORTOCARRERO; G. G. CARNEIRO. trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 348p.

ECO, U. **Tratado Geral de Semiótica.**3. ed.São Paulo: Perspectiva, 1997.

ERICSON, R.; HAGGERTY, K. **Policing the Risk Society**. New York: Oxford University Press, 1997. 471p.

ESTRADA, R. D. **O deus entre nós:** reflexões sobre a personificação do Estado.Núcleo de estudos e análises internacionais. Instituto de políticas públicas e relações internacionais - IPPRI/UNESP. 2015. Disponível em: http://neai-unesp.org/o-deus-entre-nos-reflexoes-sobre-a-personificacao-do-estado/ Acesso ago. 2016.

FERNANDES, E.; ZUBEN, M., C., V. Os dispositivos de segurança como indicadores para a governamentalidade. In: Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: Governamentalidade e Segurança, 1, 2014. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, UFPB,2014. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ocs-2.3.6/index.php/estudosfoucaultianos/estudosfoucaultianos/schedConf/presentations. Acesso 20 jun 2016.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa. (**4. ed.). Rio de Janeiro: Positivo, 2010. 2272p.

FERREIRA NETO. J. L. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia,** UFF, v. 16, n. 1, p. 111-120, 2004.

FIGUEIREGO, C.V.S. Estudos Subalternos: Uma introdução. **Raído,** Dourados-MS,v.4, n.7, p.83-92, 2010.

FISHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, M.**A Ética do cuidado de si como prática de Liberdade.**Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2004.392p.

_____. **Microfísica do poder. (**21. ed. R. MACHADO, trad.). Rio de Janeiro: Graal, 2005. 295 p.

_____. **Estratégia, poder-saber.**Ditos e Escritos IV. **(**2.ed. M. B. MOTTA, trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 396 p.

_____. **Segurança, Território, População**. (E. BRANDÂO, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 572p.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** (E. BRANDÂO, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. 474p.

_____. **Em defesa da Sociedade**. (2. ed., M. E. GALVÂO, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269p.

FOUCAULT, M. O que é um autor?. In: _____. **Estética:** Literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III: Tradução de Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011.p. 264-298.

_____. **A ordem do discurso.** (23ª ed., L. F. A. SAMPAIO, trad.). São Paulo: Edições Loyola, 2013a. 74p.

_____. **História da sexualidade 1.** A vontade de saber. (23ª ed., M. T. C. ALBUQUERQUE e J. A. G. ALBUQUERQUE, trad.). Rio de Janeiro: Graal, 2013b. 176p.

_____. O sujeito e o Poder. in: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault:** Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. (2ª ed.V. PORTOCARRERO; G. G. CARNEIRO. trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013c. p.273-295.

_____. **A arqueologia do Saber** (8ª ed. L. F. B. NEVES, trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 254p.

FRAGOSO, M. L. C.; SILVA, V. R. F. G.; SILVA, T. A. A. A condição das mulheres diante de situações de desastres naturais. **Revista Brasileira de Geografia Física.** Recife, v.5, n.3, p. 473-787. 2012.

FRANCO, M. H. P. Atendimento psicológicos para emergências em avião: a teoria revista na prática. **Estudos de Psicologia,** Natal, v.10, n.2,p. 177 -180, 2005.

FREITAS, A. S. VALE NETO, J. P. Governamentalização e criminalização da pobreza: constituição do discurso jornalístico sobre um bairro do Recife em três décadas (*Diário de Pernambuco*, 1970-2000).In: Encontro Nacional de História da Mídia - mídia alternativa e alternativas midiáticas.2004. **Anais...** Fortaleza, 2004. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Governamentalizacao%20e%20criminalizacao%20da%20pobreza.pdf. Acesso jun. 2016.

FREITAS, C. M., CARVALHO, M. L., XIMENES, E. F., ARRAES, E. F., GOMES, J. O. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência& Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 17, n.6, p.1577-1586.jun. 2012

FREITAS, R. C. M.; MARQUES, C. C. "Serviço Social: fios condutores para a prevenção e atendimento de ocorrência de eventos extremos". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12, 2010, Brasilia. ***Anais*...** Brasília, 2010. p. 1-14.

FREITAS, R. C. M. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, p. 889-899, 2010

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil.** Centro de Estatísticas e Informações: Belo Horizonte, 2013. 78p.

FURLAN, N. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social.**Sociedade e Cultura,** Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, 2013.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology.** Cambridge England: polity Press, 1987.

GERGEN, K. J. The social construccionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, vol. 4 nº3, p.266-275, 1985.

_____. **An invitation to social construction.**Londres: Sage,1999.

_____. **Construccionismo Social:** Aportes para El debate y La práctica. Bogotá: Uniandes – Ceso, 2007.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** (R. FIKER, trad.). São Paulo, UNESP. 1991. 156p.

GILL, R. Análise do Discurso.In GASKELL, George (Eds.) .**Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** (P. A. GUARESCHI, trad.).Petrópolis: Vozes, 2002.p. 244-270.

GRACIA, T. I., O "giro Lingüístico". In: IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais.** (2ªed. V. L. JOSCELYNE, trad.). Petrópolis: Vozes, 2005. p. 19-49.

GRIZENDI, L. T. **Condições de Moradia e Risco: Representações Sociais de Técnicos e Moradores da Periferia de Juiz de Fora.** 2003.114f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

GONÇALVES, J. C.; MARCHEZINI, V.; VALENCIO, N. Colapso de barragens: aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p.160-175.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas:** banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. 274 p.

HACKING, I. **The Taming of Chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 257p.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** Campinas-SP. Unicamp. , *n.*5, p.7-41.1995. Disponível em: http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/ article/view/1773. Acesso 10 ago 2015.

HÜNING, S. M. Foucault e o enfrentamento de assimetrias na pesquisa em psicologia. In: GUARESCHI, N. M. F.; HÜNING, S. M.; AZAMBUJA, M. A. (ORG.) **Foucault e a Psicologia: na produção de conhecimento.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014, p.125-146.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Tecnologias De Governo: constituindo a situação de risco social de crianças e adolescentes. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.2, p.41-56, 2002.

JORGENSEN, M. ; PHILLPS, L. J. **Discourse Analysis as Theory and Method. Thousand Oaks**: Sage, 2002. 229p.

JOSHUA, M. K. et al. Climate change in semi-arid Malawi: Perceptions, adaptation strategies and water governance. **Jàmbá - Journal of Disaster Risk Studies,** Malawi, v. 8, n.3, p.1-10. abr.2016. Disponível em: http://dx.doi. org/10.4102/jamba.v8i3.255. Acessado 10 set. 2016.

KOGA, D. R. C. O impacto dos fenômenos climáticos sobre a organização e dinâmica sócio-produtiva num assentamento rural: estudo de caso do efeito das chuvas no assentamento "Bela Vista do Chibarro", em Araraquara/SP. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 119-130

KOWARICK, L. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Tempo Social,** São Paulo, v. 25, n. 2, pp. 49-77, 2013.

LANGENHOVE, L. V.; HARRÉ, R. Introducing Positioning Theory. In: HARRÉ, R. LANGENHOVE, L (E.E.) **Positioning Theory: Moral Contexts of Intentional Action.** Oxford, Blackwell Publishing, p.14-31.

LAROUSSE. **Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Moderna, 1992. 1176p.

LEITE, R. Recife dos morros e córregos: a fragorosa derrota do exterminador de mocambos e sua liga social em Casa Amarela. In: X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos:História e Política, 2010, Recife. **Anais...** Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2010. v. 1. Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais//1270423029_ARQUIVO_RECIFEDOSMORROSECORREGOS.05012010.pdf. Acesso 25 fev 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011. 143p.

LEWIS, H. W. **Technological risk.**New York: W. W. Norton & Company, 1990.

MACEDO, E., S., CANIL, K., GRAMANI, M., F. Instrumentos para a gestão de áreas de risco em assentamentos urbanos precários. In: MALAQUIAS, M., A., V. (org). **Temas de direito urbanístico 6 – áreas de risco.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de São Paulo; 2011. p. 121-137.

MACHADO. R. **Foucault, a ciência e o saber.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 202 p.

MAIA, K. Vamos falar sobre desigualdade? In: OXFAN BRASIL. **Cada vez mais desiguais?** Centro de estudos da metrópole: Lemonde Diplomatique Brasil, 2016. p.2-3.

MARQUES, E. Desigualdades Urbanas. In: OXFAN BRASIL. **Cada vez mais desiguais?** Centro de estudos da metrópole: Lemonde Diplomatique Brasil, 2016. p.6-7.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. 228p.

MATTEDI, M. A. A Abordagem Psicológica da Problemática dos Desastres:Um Desafio Cognitivo e Profissional para a Psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão,** Brasília, v.28, n.1, p. 162-173, 2008.

MATTEDI, M.A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de *hazards* e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo,2001, v. 4, n.9, p.93-114.

MATTOS, R. C. **Pelo Pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na primeira república.** 2008. 275f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2008.

MEDEIROS, M. C. S, BARBOSA, M. P. Vulnerabilidade social, percepções de riscos e desastres: conceitos e abordagens no/do urbano. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 09, n. 01, p. 144-162, 2016.

MENEZES, J. A. Cuidado de si e gestão da vida: Da ética grega ao biopoder (Cuidado de si e gestão da vida). **Revista do Departamento de Psicologia,** UFF, v. 14, n. 2, p. 95-109, 2002.

MENONI, A. C. Pobres Peligrosos. Análisis del Proceso de Criminalización de la Pobreza y la Juventud en Uruguay y de Los Desafíos que Representa para la Psicología Comunitaria. **Athenea Digital**, Barcelona, v.14, n.1, p. 91-109, 2014.

MELO, R. A.; AMORIM, A.; CASTILHO, A. (coord.). **O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco na linha de montagem da defesa social sob focos de lentes:** relatório. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2014. 416 p.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.**Anuário brasileiro de desastres naturais : 2013.** Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. – Brasília: CENAD, 2014. 106p.

MIRA. R. G.; STEA, D.; REAL, J. E.; CORENO, V.; ELGUEA, S. Psicología, participación y adopción de decisiones ambientales. In: MIRA, R. G. (E.E.) **Lecturas sobre el desastre del prestige.** - Contribuições desde las ciencias sociales. Coruña: Instituto de Estudios e Investigación Psicosocial "Xoán Vicente Viqueira", 2013, p. 113 - 149.

MIRANDA,L. L.; MOURÃO. L. C. C. B. Escrever COM: o que isso (re)significa?**Polis e Psique,** Porto Alegre, 2016; v.6, n. 1, p. 162 - 175.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 101, p. 95-120, . 2010.

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. In: ALMEIDA, L. ; FERNANDES, E. (Org.). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação.** Braga: CEEP, 2001.

OLIVEIRA, M. L. **A gestão dos riscos nas políticas de Juventude:** Um estudo a partir dos egressos do ProJovem.Recife: Universitária, 2011.

OLIVEIRA, M. V. Perspectivas de investigação em Psicologia das emergências e dos desastres na América Latina. In: I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Finatec/UNB, 2006. p. 109 -113.

OLIVER-SMITH, A. **Disasters and Forced Migration in the 21st Century.** jun. 2006. Disponível em: http://understandingkatrina.ssrc.org/Oliver-Smith/ Acesso: jun. 2016.

OXFAM. U**ma economia para o 1%.** Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido. Resumo 2016. Disponível: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf. Acesso 14 maio 2016.

OXFAM. **Privilégios que negam direito:** Desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe. São Paulo, OXFAM, 2016b. 209p.

PAESE, J. Tecnologia, Ciência e Incerteza na Sociedade do Risco. **Política & Trabalho,** João Pessoa, n.37, p.263-279. out. 2012. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/13716/8462>. Acesso em: 09 de set. de 2016.

PARKER, I. Discursive social psychology now.**British Journal of Social Psychology**, London ,V. 51, 471–477, 2012.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016.

PAULINO, J. A.; LOPES, R. F. F. Relação entre Percepção e Comportamento de Risco e Níveis de Habilidades Cognitivas em um Grupo de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social.**Psicologia ciência e Profissional,** Brasília, v.30, n.4, p.752-765. 2010.

PEREIRA, E. L. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às Políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v.21, n. 7, p.2123-2134, 2016.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: um prática discursiva. In: SPINK, M. J. (0rg.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano:** Aproximações teóricas e Metodológicas.São Paulo: Cortez, 2004. p. 183-214.

PNUD, IPEA, FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.** – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2014.120 p.

PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Crítica de Ciências Sociais** *v.*93, p. 31-58, 2011.

POTTER, J.. **Representing reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction.** London:Sage, 1998. 253p

_____. Discursive Analysis: between method and paradigm. **Discourse & Society**, London: Sage,v. 14, n. 6, p. 783-794. 2003.

POTTER, J. EDWARDS. D. Discursive Social Psychology. In: ROBINSON, W.P.; GILES, H. **The New Handbook of Language and Social Psychology.** Chichester, John Wiley & Sons, 2001.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour.** London: Sage, 1987.

POTTER, J. E WETHERELL, M. How to analyse discurse. In: **Discurse and Social psychology:** Beyond attitudes and behavior. London: Sage, 1987. p. 158-76.

RAIMUNDO, V. J. Segregação socioespacial e a questão racial brasileira. GEHLEN, V. R. F.; CHAVES, H. L. A.; BARBOSA, M. P. **Territórios em Risco.** Recife: UFPE, 2015. p. 428- 441.

RANCI, C. Relações Difíceis: A interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELUCCI, A.(org) **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

RASERA, E. F.; JAPUR, M. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. **Cadernos de Psicologia e Educação,** São Paulo, v.15, n. 30, p. 1-9, 2005.

RECIFE.Decreto Municipal no 22.693, de 09 de marco de 2007.**Diário Oficial do Recife**.Disponível em: http://www.radaroficial.com.br/d/2186717. Acesso 16 jun 2015.

RECIFE. Decreto nº 20.572, de 4 de agosto de 2004. Diário Oficial do Recife. Disponível: ttps://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2004/2058/20572/decreto-n-20572-2004-reestrutura-o-modelo-de-defesa-civil-do-municipio-do-recife-tendo-como-base-os-principios-da-continuidade-descentralizacao-proximidade-e-integracao-bem-como-a-participacao-no-sistema-nacional-de-defesa-civil. Acesso 16 jun 2015.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S. CAMARGO, C. M. Política Habitacional e Política Sociais.In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. ALVAREZ, I. P. (org). **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015.p. 165-183.

RHODES, T. Theorizing and researching 'risk': notes on the social relations of risk in heroin users' lifestyle. In: AGGLETON, P.; DAVIES, P.; HART, G.; (ed.). **AIDS:** safety,sexuality and risk.London: Taylor & Francis, 1995. p. 125-143.

RODRIGUES, R. Moradia Popular: A cidade em disputa. Ed. 208, **Caros Amigos**, São Paulo, p. 5-8, 2014.

RONILK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015, 424 p.

RUFINO, M. B. C. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 217-236, 2016.

RUMIN, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: O trabalho e a atenção em saúde mental. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v.26, n. 4, p. 570-581, 2006.

SÁ, W. L. F. **Autoconstrução na cidade informal: Relações com a política habitacional e formas de financiamento.** 2009. 169f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2009.

SANTOS, R. E. V. **Genealogia da Governamentalidade em Michel Foucault.** 2010. 242f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SCALON, C;. SALATA, A.Desigualdades, estratificação e justiça social Inequalities, stratification and social justice .**Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 179-188, . 2016

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-218.

SILVA, J. C. B. MENEZES, J. A. Reflexões Sobre a Inserção do Profissional de Psicologia nas Equipes Multiprofissionais de Defesa Civil. In: BARRETO, C. L. B. T. et. al. (org). **Prática Psicológica em Instituição:** diversas perspectivas. Curitiba: CRV, 2016. 2010p.

SILVA, M. V. O. Apontamentos para Reflexão sobre o Contexto da Presença da Psicologia no Tema da Defesa Civil.In: II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: CFP, 2011. http://emergenciasedesastres.cfp.org.br/?p=309. Acesso 25 fev. 2014.

SILVEIRA JÚNIOR, R. S. **A regulação urbanística no ordenamento do espaço urbano: Os impactos da lei 16.176/96 no bairro de Boa Viagem- Recife-PE.** 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2016.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica:** alternativas terapêuticas.São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, 147p.

SOUZA, R. L. LIMA, R. M. C.; SOUTO, A. S. Territórios da Pobreza: notas sobre os municípios do Recife, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e Olinda. In: GEHLEN, V. R. F.; CHAVES, H. L. A.; BARBOSA, M. P. **Territórios em Risco.** Recife: UFPE, 2015. p. 343-356.

SOUZA, S. J.; CARVALHO, C. S. Ética e psquisa: o compromisso com o discurso do outro. **Polis e Psique,** Porto Alegre, 2016; v.6, n. 1, p. 98 - 112.

SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano:Aproximações teóricas e Metodológicas**.São Paulo: Cortez, 2004. 296p.

_____. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano.**Ciência& Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 19, n.09, p.3743-3754. 2014.

SPINK, P. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pósconstrucionista.**Psicologia e Sociedade**. São Paulo: ABRAPSO, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M.; Práticas Discursivas e produção de Sentidos: a perpectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano:Aproximações teóricas e Metodológicas**.São Paulo: Cortez, 2004.p.1-21.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e Visibilidade. In: SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano:Aproximações teóricas e Metodológicas**.São Paulo: Cortez, 2004.p.71-99.

SPINK, M. J.; PEREIRA, A. B.; BURIM, L. B.; SILVA, M. A.; DIODATO, P. R. Usos do Glossário do Risco em Revistas: Contrastando "Tempo" e "Públicos". **Psicologia: Reflexão e Crítica**,Porto Alegre, *v.*21, n.1, p.1-10. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a01v21n1.pdf. Acesso 10 maio 2015.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** (ALMEIDA, S. R. G.; FEITOSA, M. P.; FEITOSA, A. P., trad.). Belo Horizonte: UFMG, 2010. 133p.

TAVANTI, R. M. **Risco, desastre e prevenção*:* um estudo sobre estratégias coletivas na ótica de adolescentes moradores do bairro do Jaçanã – São Paulo/SP.** 2013.143f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo,2013.

UNISDR.The United Nations Office for Disaster Risk Reduction. **Poverty & Death:** Disaster Mortality 1996-2015. Geneva, 2016.

VALENCIO, N. Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro.**Saúde Sociedade,** São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010.

_____. Entre a poeira e a lama: repercussões dos desastres na vida cotidiana de grupos vulnerabilizados. In: III Congresso Internacional I Simpósio Ibero-Americano VIII Encontro Nacional de Riscos. 2014a, Guimarães. **Anais eletrônicos Multidimensão e Territórios De Risco**. Guimarães, Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: URI:http://hdl.handle.net/10316.2/34909. Acessado 21 out. 2016.

_____. Desastres, Tecnicismo e Sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janiero,V.19, n.9, p.3631-3644, 2014b.

VALENCIO, N., SIENA, M., MARCHEZINE, V., GONÇALVES, J.C. (org.). **Sociologia dos Desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima, 2009. 268p.

VALENCIO, N. F. L. S.; SIENA, M. PAVAN, B. J. C.; ZAGO, J. R. BARBOSA, A. R. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante Das chuvas reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva,**São Paulo, v. 20, n. 1, p. 96-108, 2006.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. Os desastres como indícios da vulnerabilidade do sistema nacional de defesa civil: O caso brasileiro. **Territorium**, v.18, p. 147-156, 2011.

VARGAS, D. "Eu fui embora de lá, mas não fui" – a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINE, V.; GONÇALVES, J.C. (org.). **Sociologia dos Desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima, 2009. P.80-95.

VARGAS, M. A. R. Construção Social da Moradia de Risco - A experiência de Juiz de Fora (MG).**Estudos Urbanos e Regionais,** v.8, n.1, 2006.

VEIGA-NETO, A. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades.**Cadernos de Educação**, Pelotas,v.34,p. 83 - 94, 2009.

VEIGA- NETO, A. J. **Foucault & a educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 159 p.

VIEIRA, R. **Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco de deslizamento.** 2004. 197f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2004.

VILLAR, P. C. RIBEIRO, W. C. Sociedade e gestão do risco: o aquífero Guarani em Ribeirão Preto-SP, Brasil. **Revista de Geografia Norte Grande,** Santiago, v.43, p.51-64, 2009.

WACQUANT, L. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. (E. AGUIAR, trad.). Rio de Janeiro, Revan, 2003. 167p.

WEATHERALL, A.Discursive psychology and feminism.**British Journal of Social Psychology**, London,v. 51, p.463–470, 2012.

WETHERELL. M.; POTTER, J. **Mapping the language pf racism:** Discourse and the legitimation of exploitation.Hemel Hempstead: Harvester Wheatshealf. 1992. 241p.

ZALUAR, A. Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais.**MANA,** Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 557-584, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO ONDE OS DADOS SERÃO COLETADOS
CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) **Juliana Catarine Barbosa da Silva**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **Risco de desastres no contexto da proteção e defesa civil - debatendo questões discursivas**, que está sob a coordenação/orientação do(a) Prof. (a) **Jaileila de Araújo Menezes** cujo objetivo é Analisar e compreender os efeitos produzidos pelos discursos sobre risco que circulam no contexto do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) sobre usuários(as) e profissionais do referido sistema, nesta instituição, bem como, cederemos **o acesso aos dados de relatórios que fundamentam a concessão do beneficiário de auxílio-moradia** para serem utilizados na referida pesquisa.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, em _____/ _____/ _____.

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável pela Instituição ou pessoa por ele delegada

APÊNDICE B

D28S1 - Documentos que orientam ações

Avaliação Qualitativa do Risco

Risco Deslizamento

R1 Baixo a inexistente:
Neste caso não se observa evidências de instabilidade.
Não há indícios de desenvolvimentos de processos de instabilização de encostas. Mantidas as condições existentes não se espera ocorrências de eventos destrutivos no período de um ano.
R2 Médio:
Observa-se evidências de instabilidade.
Processos de instabilização em estágio inicial de desenvolvimento. Mantidas as condições existentes é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos no período de chuvas intensas e prolongadas.
R3 Alto:
Observa a presença significativa de evidências de instabilidade, tipo: trincas no solo, degraus de abatimento de talude, etc.
Processo de instabilização em pleno desenvolvimento, com possível evolução. Mantidas as condições existentes é perfeitamente possível a ocorrências de eventos destrutivos durante períodos de chuvas intensas e prolongadas no período de um ano.
R4 Muito Alto:
As evidências de instabilidade como feições erosivas, proximidade da moradia das cristas do talude, trincas no solo, etc., são expressivas.
Processos de instabilização em avançado estágio de desenvolvimento. É a condição mais crítica, sendo impossível monitorar a evolução do processo, dados seu elevado estágio de desenvolvimento. Mantidas as condições existentes é muito provável a ocorrência de eventos durante o período de chuvas.

Risco de Alagamento
R1 Baixo a inexistente:
O setor apresenta condições potências para o desenvolvimento de processo de inundação,embora os eventos de inundação sejam pouco frequentes,não tendo sido verificado ocorrencias de eventos significativos,nos últimos 05 anos .
R2 Médio:
O setor apresenta eventos freqüentes de inundação, com registro ou relatos de moradores indicando a ocorrencia de pelo menos 01 evento significativo nos últimos 05 anos .
R3 Alto:
O setor apresenta freqüência elevada de ocorrências de inundação, com registro ou relatos de moradores indicando ocorrência de 02 eventos significativos nos últimos 05 anos
R4 Muito Alto:
O setor apresenta freqüência extremamente elevada de ocorrências de inundações ,com registros ou relatos de moradores indicando ocorrência de 03 eventos no período de 05 anos
Risco Estrutural
R1 Baixo
Quando as patologias apresentadas não aprersentam risco para estabilidade da estrutura e não tem urgência na recuperação .
R2 Médio:
Quando as patologias apresentadas devem ser recuperadas em curto espaço de tempo para evitar evolução para um quadro de risco maior.
R3 Alto
Quando as patologias apresentadas representam risco para estabilidade da estrutura devendo, estas serem recuperadas de forma imediata
R4 – Muito Alto
Quando as patologias apresentadas representam risco iminente para estabilidade da estrutura, e não há mais condição de monitoramento. Devendo a edificação ser interditada para recuperaçãoimediata.

APÊNDICE C

Quadro 1: Critérios para definição do grau de probabilidade de ocorrência de processos destrutivos do tipo deslizamentos (escorregamentos) em encostas ocupadas e desbarrancamento (solapamento) demargens de córregos.

GRAU DE PROBABILIDADE	**DESCRIÇÃO**
R1 Baixo a Inexistente	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.Não há indícios de desenvolvimento de processos destrutivos em encostas e em margens de drenagens. É a condição menos crítica.Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos no período de um ciclo chuvoso.
R2Médio	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de baixa potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.Observa-se a presença de alguma(s) evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s).Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.
R3Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.Observa-se a presença de significativa(s) evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.).Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.
R4Muito Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.As evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação ao córrego, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número e/ou magnitude. É a condição mais crítica. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.

Fonte: (CARVALHO e GALVÃO, 2006)

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **Riscos de Desastres no Contexto da Proteção e Defesa Civil - Debatendo construções discursivas**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Juliana Catarine Barbosa da Silva, residente na AV. Mario Alvares Pereira de Lira, 905, apt 306, bloco 3, cep: 50670-130; fone: (81) 9944-3754, e-mail: jucatarine@gmail.com; estando sob orientação da Prof.ª Dr.ª Jaileila de Araújo Menezes, e-mail: jaileila.araujo@gmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

 Descrição da pesquisa: O presente projeto objetiva compreender as produções discursivas sobre riscos e desastres que circulam no contexto do Sistema de Proteção e Defesa Civil, a partir das perspectivas dos profissionais que atuam no sistema e de seus usuários.Para realização da presente pesquisa serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais da defesa civil e pessoas que são usuárias das políticas de Proteção e Defesa Civil; as entrevistas visam compreender a experiência de cada seguimento com a Defesa Civil, assim como, compreender questões relativas a compreensão sobre riscos de desastres no contexto em tela. Todas as entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, sendo todos os dados armazenados de modo sigiloso no computador da pesquisadora e de sua orientadora por um período de 5 anos.

 A participação na pesquisa consistirá de uma única entrevista semi-estruturada realizada em dia e horário previamente acordados e que garanta o maior conforto e comodidade possíveis aos participantes.

 Riscos: Durante o processo de realização da entrevista pode ocorrer risco de constrangimento ou desconforto diante de algum questionamento realizado pelo pesquisador. Ao sinal de qualquer incômodo buscaremos modificar a estratégia de entrevista ou mesmo garantir ao entrevistado(a) a possibilidade de desistir da entrevista sem qualquer ônus. Para propiciar o maior conforto possível às pessoas participantes da pesquisa, as entrevistas serão realizadas em local previamente acordado e dentro das possibilidades de data e horário disponibilizados pelo(a)s participantes.

 Benefícios: Com relação aos benefícios da pesquisa espera-se fornecer elementos teóricos que propiciem melhorias nos processos de comunicação em Defesa Civil, seja entre a equipe técnica, ou mesmo entre os profissionais e os usuários do sistema, tendo em vista que buscaremos discutir e problematizar as compreensões sobre risco de desastre que circulam no contexto estudado. Buscaremos ainda promover o debate sobre riscos de desastres em defesa civil, propiciando uma melhor compreensão sobre o tema entre profissionais de defesa civil e também no contexto acadêmico.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa: Entrevistas, gravações e relatórios técnicos para inclusão de pessoas no benefício do auxílio-moradia, ficarão armazenados em no computador pessoal sob a responsabilidade da pesquisadora e de sua orientadora, no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

_____

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Riscos de Desastres no Contexto da Proteção e Defesa Civil - Debatendo construções discursivas**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do(a) voluntário(a) em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:_____
Assinatura:_____
Nome:_____
Assinatura:_____

APÊNDICE E

Roteiro de Entrevistas - Profissionais

Data:
Profissão:
Sexo: **Idade:**
Escolaridade: Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) . Qual área? ___
Tempo de atuação na profissão:
Tempo de atuação na Defesa Civil:

1) Quando você começou a trabalhar na Defesa Civil?
2) Explique um pouco a estrutura hierárquica da defesa civil?
3) Com quais profissionais você trabalha diariamente e como são tomadas as decisões? Você sente falta de alguma especialidade profissional que poderia ajudar no trabalho que você vem desenvolvendo?
4) Como é seu trabalho na Defesa Civil?
5) Como você classifica quais famílias estão em risco?
6) Quais os encaminhamentos são dados as situações classificadas como casos de risco?
7) Com qual frequência você encontra as famílias/moradias que são classificadas como estando em risco?
8) Quando famílias precisam ser removidas de sua residências, quais os encaminhamentos são geralmente realizados para esses casos?
9) Qual o perfil dos usuários que recebem o benefício de auxilio moradia?
10) Além das soluções/encaminhamentos que são habitualmente dados às famílias em risco, você teria alguma sugestão de encaminhamento que hoje não é realizado, mas que poderia ser realizado no futuro?
11) Por que você acha que as famílias/pessoas continuam residindo em áreas de risco?
12) Além da defesa civil, quais serviços/pessoas os moradores de áreas de risco costumam acionar em situações de emergência?
13) Na sua opinião quais são os pontos fortes e fracos da defesa civil atualmente?
14) Na sua opinião quais os pontos positivos e negativos de seu trabalho?
15) Existe algum documento ou teoria que você considera fundamental para sua prática profissional?

APÊNDICE F

Roteiro de Entrevistas - usuários

Data:
Profissão:
Sexo: **Idade:**
Escolaridade:

1) Há quanto tempo você mora nessa localidade?
2) Antes de morar aqui, onde você morava?
3) Como você descreve a vida em _____ (localidade)?
4) Para você, o que é risco?
5) Para você, o que é estar/viver em risco?
6) Em uma situação de emergência, quem seria a primeira pessoa que você acionaria?
7) Há quanto tempo você tem contato com a Defesa Civil?
8) Como foi seu primeiro contato com a Defesa Civil?
9) Quais profissionais da Defesa Civil você costuma ter contato?
10) Existe alguma diferença na sua vida após o primeiro contato com a Defesa Civil? Se sim, qual?
11) A quanto tempo você está em auxílio-moradia?
12) Como foi sua entrada no auxílio-moradia?
13) O que você acha que a Defesa Civil poderia fazer por você e pela comunidade?
14) Para você quais os aspectos positivos e negativos da Defesa Civil?
15) Além da defesa civil quais órgão/serviços públicos geralmente você utiliza?

APÊNDICE G

Quadro 6: Lista completa de todos os documento para Inclusão de família no auxílio-aluguel e dos perfis de usuários(as) acessados a partir deles.

Usuária(o)	Sexo	Idade	Escolaridade	Renda Mensal	Profissão	Situação Habitacional	Comp. Familiar
D1S1(U1FS1)	F	20	Fund. Incompleto	R$00.00	Garçonete e diarista	Recebe am desde julho de 2015 e alugou imóvel	3a 1c
D2S1	F	46	----------	R$142,00	Não trabalha	Continua no endereço de risco	1 a 1ad 2c
D3S1	F	34	----------	R$00,00	Não trabalha	Sairam do end. De risco e estão em casa de parentes.	2a 8(outros)
D4S1	F	24		R$200,00	Vendedora ambulante	Continuam no endereço de risco	2a 2c
D5S1(U6FS1)	F	54	Fund. Completo	R$740,00	Costureira	Auxílio cortado, pois estava no nome do filho que está preso.	1a
D6S1	F	39	Médio completo	R$724,00	Empregada doméstica	Continuam no endereço de risco	2a 1 ad
D7S1(U5MS1)	M	45	Fund. Incompleto	R$600,00	Auxiliar de higienização	Recebe am desde agosto de 2014 e reside em imóvel cedido por familiares	2a 1 ad 1c
D8S1 (U4MS1)	M	45	Fund. Incompleto	---	Auxilar de serviços gerais (desempregado)	Recebe am desde janeiro de 2015 e alugou imóvel	3a
D9S1	F	47	----------	R$ 150,00	Diarista	No ano de 2013 passou 6 meses em abrigo temporário, 1 ano em auxílio-aluguel social e está sendo encaminhada para am.	5a 3c
D10S1	F	26	Ens. Médio completo	R$850,00	Não trabalha	Continua residindo em local de risco	2a 1c
D11S1	F	41	Fund. Completo	R$200,00	Dona de casa	Família se alojou em casa de parentes e posteriormente foi encaminhada ao am.	3A 1ad
D12S1	F	56	------	R$1480,00	Desempregada	Em am desde 2011.	3a 1 idosa
D13S1(U3FS1)	F	51	Ens. Médio completo	R$ 1480,00	Cuidadora (auxiliar de enfermagem)	Em am desde setembro de 2011, nunca deixou o endereço der risco	1a 2ad
D14S1 (U2FS1)	F	37	Ens. Médio incompleto	R$874,00	Atendende	Em am desde setembro de 2012, alugou imóvel.	1a, 1ad, 3c
D15S1	M	55	Fund. Incompleto	R$00,00	Desempregado	Em am desde 2011	1a
D16S1	F	46	----------	Baixa renda	Cobradora de ônibus	Em auxílio desde 2014.	2a, 1ad, 1c
D17S1	F	23	----------	R$722,00	Dona de casa	Em auxílio desde 2014.	2a, 1c
D18S1	F	46	----------	R$1.400,00	Dona de casa	Em auxílo desde maio de 2015.	2a, 1ad, 1c
S19S1	F	50	----------	R$924,00	Empregada doméstica	Em auxílio desde dezembro de 2014	2a
D20S1	F	76	----------	R$740,00	Aposentada	Em auxílo desde maio de 2015.	1idosa
D21S1	F	39	Não alfabetizada	R$722,00	Pescadora	Em auxílio desde 2012	1a, 3ad
D22S1	F	--	--	Baixa renda	---	Em auxílio desde 2003	---
D23S1	F	--	--	Baixa renda	---	Em auxílio desde 2003	--
D24S1	F	--	--	Baixa renda	--	Em auxílio desde 2003	--
D1S2	F	38	----	R$200,00	-------	Recorreu a parentes e amigos	3a 1c
D2S2	M	40	----	R$840,00	---------	Recorreu a parentes e amigos	2a 1c
D3S2	F	49	----	R$740,00	----------	Recorreu a parentes e amigos	4c 1a
D4S2	F	30	----	R$1.480,00	----------	Recorreu a parentes e amigos	4a 2c
D5S2	F	37	----	R$ 2.000,00	----------	Recorreu a parentes e amigos	2a 2c
D6S2	F	81	----	R$740,00	Aposentada	Recorreu a parentes e amigos	1a
D7S2	F	37	----	R$370,00	Realiza biscates	----------	2a 2c
D8S2	F	32	---	R$852,00	----------	----------	1a 2c 1ad
D9S2	F	45	---	R$152,00	Realiza biscates + bolsa família	Recorreu a parentes e amigos	5a 1c
D10S2	F	22	---	R$740,00	-----	Alugou uma casa por r$250,00 (não recebe am)	2a 1c
D11S2(U7FS2)	F	57	Ens. Médico incompleto.	R$740,00	Faxineira(desempregada)	Recebeu am por aprox 1 ano e hoje reside em casa alugada (r$350,00)	3a
D12S2(U8FS2)	F	42	Fund. Incompleto	R$740,00	Auxiliar de serviços gerais	Recebeu am por aprox 1 ano e hoje reside em casa alugada.	1a 2ad
D13S2(U9FS2)	F	45	Fund. Incompleto	---	Faxineira (desempregada)	Recebeu am por aprox 1 ano e hoje reside em casa cedida por parentes.	1a 1ad
D14S2(U10MS2)	M	58	Fund. Completo	R$1.480,00	Fical de lojas (desempregado)	Recebeu am por aprox 1 ano e hoje reside em casa alugada (r$400,00)	4a 3ad

D15S2(U11FS2)	F	51	Ens. Médio completo	---	Dona de casa	Recebeu am por aprox 1 ano e hoje reside em casa alugada.	1a 1idosa
D01S3(U12FS3)	F	35	Fund. Incompleto	---	Dona de casa	Recebe am desde julho de 2015 e alugou imóvel	2a 2c
D2S3(U13FS3)	F	38	Fund. Incompleto	---	Dona de casa	Recebe am desde julho de 2015 e alugou imóvel.	2a 2c
D03S3	M	---	----	---	------	Alojado na casa de parentes	-------
D4S3	F	---	--------	---	----------	Continua no endereço de risco (r3)	-------
D1S4	F	50	Fund. Incompleto	R$841,00	Trabalhadora informal	Moradora de conjunto habitacional(ainda em risco)	2a
D2S4	F	47	Não alfabetizada	R$150,00	Trabalhadora informal	Moradora de conjunto habitacional(ainda em risco)	2a
D3S4	F	59	Fund. Incompleto	R$600,00	Não trabalha	Moradora de conjunto habitacional(ainda em risco)	2a
D4S4	F	55	Fund. Incompleto	R$00,00	Não trabalha	Continua no endereço de risco	3a
S5S4	M	---	-----	---	------	Continua no endereço de risco	-----
D6S4(U15FS4)	F	31	Fund. Incompleto	R$788,00	Empregada domética	Recebe am desde maio de 2015 e alugou imóveç	1a, 1ad,2c
D7S4	F	73	Fund. Incompleto	R$00,00	Não trabalha	Moradora de conjunto habitacional	1idosa 1a
D8S4	F	47	Fund. Incompleto	---	Não trabalha	Continua no endereço de risco	2a 2c
D9S4	F	41	Ens. Médio completo	R$553,00	Não trabalha	Continua no endereço de risco	2a 2c
D10S4(U14FS4)	F	34	Fund. Incompleto	R$460,00	Diarísta (desempregada)	Recebe am desde maio de 2015 e alugou imóvel	1a 2c

ANEXOS

ANEXO A

Título: Conjunto de três figuras[44] que ilustram alguns dos contrastes que representam a construção do empreendimento comercial.

Figura 1: Contraste entre centro comercial e palafitas 1

Figura 1: Contraste entre centro comercial e palafitas 2

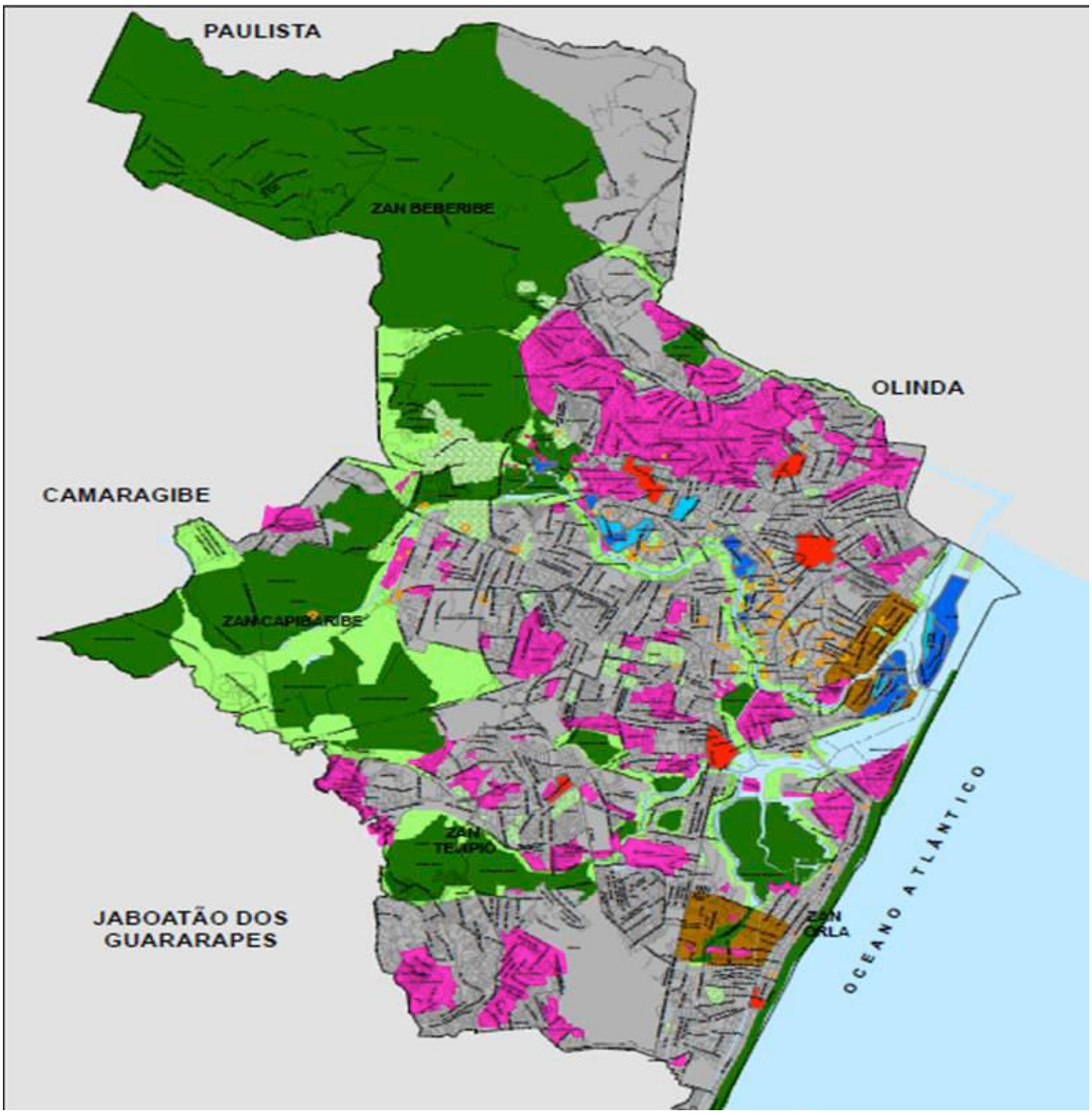
Figura 3: Vista panorâmica do centro comercial

Fonte: www.google.com

[44]O site de buscas do qual as fotos foram retiradas não identifica a autoria das mesmas.

ANEXO B

Figura 4: Áreas oficialmente demarcadas como ZEIS na cidade do Recife.

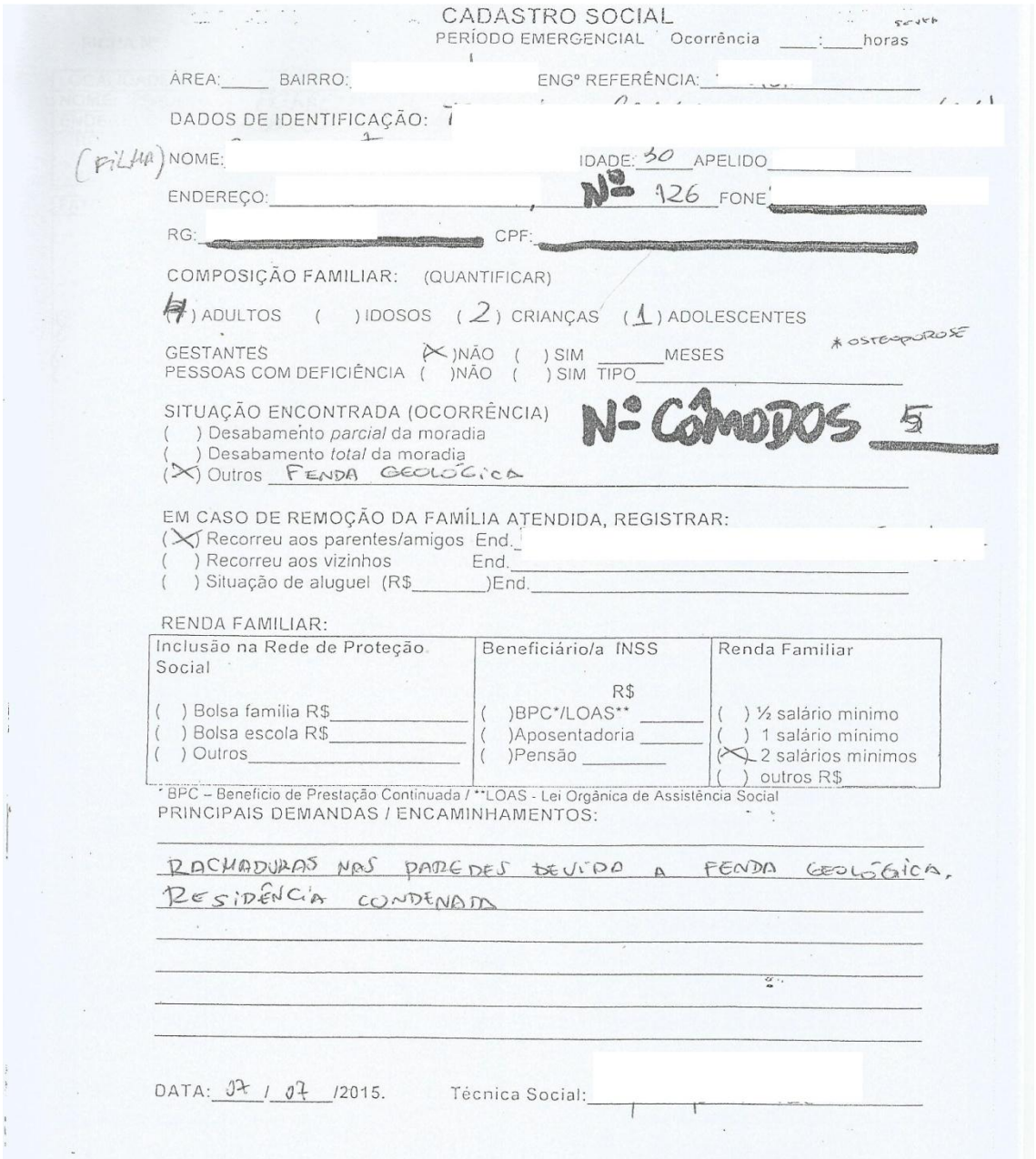


Legenda:

Zonas Especiais de Interesse Social

Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Projeto de Lei do Plano Diretor e Lei Nº 17.511, 2008, citado e adaptado por Silveira Júnior (2016).

ANEXO C



CADASTRO SOCIAL

PERÍODO EMERGENCIAL Ocorrência ____:____horas

ÁREA:____ BAIRRO: ENGº REFERÊNCIA:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

(FILHA) NOME: IDADE: 30 APELIDO

ENDEREÇO: Nº 126 FONE

RG: CPF:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR: (QUANTIFICAR)

(1) ADULTOS ( ) IDOSOS (2) CRIANÇAS (1) ADOLESCENTES

GESTANTES (X)NÃO ( ) SIM _____MESES

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ( )NÃO ( ) SIM TIPO

* OSTEOPOROSE

SITUAÇÃO ENCONTRADA (OCORRÊNCIA)

( ) Desabamento *parcial* da moradia

( ) Desabamento *total* da moradia

(X) Outros FENDA GEOLÓGICA

Nº CÔMODOS 5

EM CASO DE REMOÇÃO DA FAMÍLIA ATENDIDA, REGISTRAR:

(X) Recorreu aos parentes/amigos End.

( ) Recorreu aos vizinhos End.

( ) Situação de aluguel (R$_____)End.

RENDA FAMILIAR:

Inclusão na Rede de Proteção Social	Beneficiário/a INSS	Renda Familiar
	R$	
( ) Bolsa familia R$_____	( )BPC*/LOAS** _____	( ) ½ salário mínimo
( ) Bolsa escola R$_____	( )Aposentadoria _____	( ) 1 salário mínimo
( ) Outros_____	( )Pensão _____	(X) 2 salários mínimos
		( ) outros R$

* BPC – Benefício de Prestação Continuada / **LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

PRINCIPAIS DEMANDAS / ENCAMINHAMENTOS:

RACHADURAS NAS PAREDES DEVIDO A FENDA GEOLÓGICA, RESIDÊNCIA CONDENADA

DATA: 17 / 07 /2015. Técnica Social:

ANEXO D

TERMO DE DEMOLIÇÃO

Pelo presente termo, o subscritor deste AUTORIZA, por minha livre e espontânea vontade e sem sofrer qualquer tipo de coação física ou mental, de forma irretratável, a
Civil do
por meio da **ação Judicial nº**
, a proceder com a demolição do imóvel de minha propriedade, situado Trav. , 215, tendo em vista o risco de desabamento em conseqüência do comprometimento de sua estrutura física decorrente dos riscos de deslizamentos e nesta localidade, nos termos Art. 2º, Inciso I, e Art. 5º, Incisos X, XXVI e XXVII, ambos da Lei Ordinária Municipal 338/2009 de 11 de julho de 2009. Pelo que assumo a responsabilidade da retirada de meus pertences, comprometendo-me a ratificar a presente autorização em Juízo ou onde se fizer necessário.

, 04 de junho de 2014.

x
Declarante

ANEXO E

TERMO DE INTERDIÇÃO

A Superintendência de Defesa Civil **DO MUNICÍPIO I** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 2º, Inciso I, e Art. 5º, Incisos X e XXVI, ambos da Lei Ordinária Municipal 338/2009 de 11 de julho de 2009, **NOTIFICA VOSSA SENHORIA ACERCA DA INTERDIÇÃO ADMINISTRATIVA** do imóvel localizado à Rua nº 15 - bairro , Pernambuco, **DETERMINADO A INTERDIÇÃO IMEDIATA**, tendo como fundamento a Vistoria Técnica da Defesa Civil , sendo considerado os seguintes problemas.

Imóvel localizado muito próximo a encosta de grande altura, apenas 5,00 metros da borda do talude, sem baixo padrão construtivo.

NOME DO(A) PROPRIETÁRIO(A):

CPF : **RG:**

, 04 de Junho de 2019.

Responsável Técnico(a):

Assinatura do(a) morador(a)